

Índice

1. Atividades do emissor

1.1 – Histórico do emissor

1.2 – Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.3 – Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.4 – Produção/Comercialização/Mercados

1.5 – Principais clientes

1.6 – Efeitos relevantes da regulação estatal

1.7 – Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.8 – Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.9 – Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.10 – Informações de sociedade de economia mista

1.11 – Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.12 – Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.13 – Acordo de acionistas

1.14 – Alterações significativas na condução dos negócios

1.15 – Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.16 – Outras informações relevantes

2. Comentários dos diretores

2.1 – Condições financeiras e patrimoniais

2.2 – Resultado operacional e financeiro

2.3 – Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.4 – Efeitos relevantes nas demonstrações financeiras

2.5 – Medições não contábeis

2.6 – Eventos subsequentes às demonstrações financeiras

2.7 – Destinação de resultados

2.8 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

2.9 – Comentários sobre itens não evidenciados

2.10 – Plano de negócios

2.11 – Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

3. Projeções

3.1 – Projeções divulgadas e premissas

3.2 – Acompanhamento das projeções

4. Fatores de risco

4.1 – Descrição dos fatores de risco

4.2 – Descrição dos 5 principais fatores de risco

4.3 – Descrição dos principais riscos de mercado

4.4 – Processos não sigilosos e relevantes

4.5 – Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.6 – Processos sigilosos relevantes

4.7 – Outras contingências relevantes

Índice

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 – Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.2 – Descrição controles internos

5.3 – Programa de integridade

5.4 – Alterações significativas

5.5 – Outras informações relevantes

6. Controle e grupo econômico

6.1 / 6.2 – Posição acionária

6.3 – Distribuição de capital

6.4 – Participações em sociedades

6.5 – Organograma dos acionistas e do grupo econômico

6.6 – Outras informações relevantes

7. Assembleia geral e administração

7.1 – Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal da Companhia

7.2 – Informações relacionadas ao conselho de administração

7.3/ 7.4 – Composição e experiência profissional da administração, do conselho fiscal e dos comitês da companhia

7.5 – Relações familiares

7.6 – Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

7.7 – Acordos/seguros de administradores

7.8 – Outras informações relevantes

8. Remuneração dos administradores

8.1 – Política ou prática de remuneração

8.2 – Remuneração total por órgão

8.3 – Remuneração variável por órgão

8.4 – Plano de remuneração baseado em ações

8.5 – Remuneração baseada em ações (opções de compra de ações)

8.6 – Outorga de opções de compra de ações

8.7 – Opção em aberto

8.8 – Opções exercidas e ações entregues

8.9 – Remuneração baseada em ações, a serem entregues aos beneficiários

8.10 – Outorga de ações

8.11 – Ações entregues

8.12 – Precificação das ações/opções

8.13 – Participações detidas por órgão

8.14 – Planos de previdência

8.15 – Remuneração mínima, média e máxima

8.16 – Mecanismos de remuneração/indenização

8.17 – Percentual partes relacionadas na remuneração

8.18 – Remuneração - Outras funções

8.19 – Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Índice

8.20 – Outras informações relevantes

9. Auditores

9.1/ 9.2 – Identificação e remuneração dos Auditores

9.3 – Independência e conflito de interesses dos Auditores

9.4 – Outras informações relevantes

10. Recursos humanos

10.1 – Descrição dos recursos humanos

10.2 – Alterações relevantes

10.3 – Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.4 – Relações entre emissor e sindicatos

10.5 – Outras informações relevantes

11. Transações com partes relacionadas

11.1 – Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

11.2 – Informações sobre as transações com partes relacionadas

11.3 – Outras informações relevantes

12. Capital social e valores mobiliários

12.1 – Informações sobre o capital social

12.2 – Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.3 – Valores mobiliários emitidos no Brasil

12.4 – Número de titulares de valores mobiliários

12.5 – Mercados de negociação no Brasil

12.6 – Negociação em mercados estrangeiros

12.7 – Título emitidos no exterior

12.8 – Destinação de recursos de ofertas públicas

12.9 - Outras informações relevantes

13. Responsáveis pelo formulário

13.0 – Identificação dos responsáveis

13.1 – Declaração do diretor presidente

13.2 – Declaração do diretor de relações com investidores

13.3 – Declaração do diretor presidente/ relações com investidores

1.1 – Histórico do emissor

O grupo econômico no qual a Companhia hoje se insere foi constituído em 1987 por seus sócios fundadores Norival Bonamichi e Jardel Massari, inicialmente com negócios voltados exclusivamente para a fabricação de produtos veterinários para animais de produção (bovinos, equinos, aves e suínos).

No período de 1987 a 1999, o crescimento das operações da Companhia ocorreu de forma orgânica e, substancialmente, na linha de animais de produção. Em 2000, a Ourofino deu o primeiro passo rumo à diversificação atuando também no mercado de produtos para animais de companhia (cães e gatos).

De 2001 a 2004, acreditando na inovação e no desenvolvimento tecnológico como diferenciais estratégicos, a Ourofino investiu na construção, em Cravinhos, Estado de São Paulo, de um novo e moderno parque industrial e tecnológico, uma vez que as antigas instalações já não comportavam o seu crescimento.

O ano de 2007 marcou o início dos investimentos para a entrada no segmento de biológicos, com a construção de uma moderna planta industrial (fábrica e laboratório biosseguro) para a produção de vacinas contra febre aftosa. As obras foram concluídas em outubro de 2008 e a certificação pela Comissão de Biossegurança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (“MAPA”) foi concedida em dezembro do mesmo ano. Essa certificação tornou a Ourofino apta para receber as sementes de vírus e iniciar o desenvolvimento da vacina. A licença para comercialização foi concedida pelo MAPA em outubro de 2010, após dois anos de desenvolvimento.

Ainda em 2007, a Ourofino iniciou a construção da planta industrial de produtos terapêuticos hormonais, com o objetivo de desenvolver um portfólio para protocolo completo de Inseminação Artificial por Tempo Fixo (IATF). A construção da fábrica foi concluída no início de 2008 e a comercialização da produção própria iniciada no segundo semestre daquele ano.

No ano de 2014, foi concluído o processo de oferta pública de distribuição primária e secundária de suas ações ordinárias, passando a serem negociadas na B3 no segmento do Novo Mercado, o mais alto nível de governança corporativa da B3.

Em 2015, a Companhia intensificou suas ações no mercado externo, tendo: (i) fortalecido sua presença no México com a ampliação da equipe comercial e aumento da base de clientes; e (ii) concluído, em setembro, o processo de aquisição do seu distribuidor local na Colômbia, com objetivo de ampliar a presença da Companhia nesse país.

Os anos de 2016 e 2017 foram marcados por grandes mudanças estruturais que objetivaram a retomada dos níveis históricos de rentabilidade da Companhia

O ano de 2018 representou um ano de grandes conquistas e fortalecimento da Companhia no mercado de saúde animal. O projeto da construção da fábrica de biológicos passou por avanços relevantes com o começo de produção da vacina contra a circovirose (PCV2b). Além disso, em 2018 a Companhia retomou o posto de terceira colocada em participação de mercado de acordo com o SINDAN.

Em 2019, a Companhia começou a comercialização da vacina contra a circovirose (Safesui Circovírus). Desenvolveu também um planejamento estratégico, reforçando a visão de uma empresa de portfólio amplo, multiespécie e com estratégia de inovação incremental, focando na abordagem comercial de venda de produtividade ao campo e intensificação da experiência do cliente, e direcionando esta estratégia, por meio de melhoria na execução.

Em 2020, a Companhia olhou simultaneamente para seu planejamento e para a participação de seus colaboradores em sua execução. Como forma de contextualizar a abordagem da empresa e engajar sua equipe para acelerar os resultados na estratégia, a Companhia se dedicou à evolução de sua cultura organizacional. A definição dos valores Jogar para Ganhar, Cuidar das Pessoas e Conectar com o Mundo abrange os comportamentos esperados na equipe para que a Companhia alcance este novo patamar de negócios, objetivo de sua estratégia para reimaginar a Saúde Animal.

Em 2021, a Companhia alinhada ao seu planejamento estratégico e buscando diversificar as plataformas tecnológicas dos seus produtos, ampliou a oferta de vacinas recombinantes com o lançamento da Safesui Mycoplasma, também realizou o lançamento da linha Conclue de kit diagnósticos rápidos para oito doenças que acometem caninos e felinos, além do brinco mosquicida Na Mosca e da vacina Ourovac Raiva que previne a raiva em rebanhos. Adicionalmente, a Companhia anunciou a sua primeira transação de aquisição, movimento delineado também em seu planejamento estratégico dentro do pilar de parcerias e transações, seguindo a estratégia de avanço em mercados adjacentes e tratamentos de doenças crônicas, em especial no segmento de animais de companhia. A aquisição da Regenera Medicina Veterinária Avançada posiciona a Companhia na vanguarda de inovação em biotecnologia ao trazer o tratamento com células tronco para o seu portfólio.

Em 2022, a Companhia levou soluções inéditas aos seus clientes, ampliou a sua participação em diferentes mercados e fez o fechamento da sua primeira operação de aquisição, conforme acima mencionada, iniciando a comercialização da primeira terapia de células-tronco registrada pelo MAPA, lançou também um ecossistema de soluções digitais, incluindo capacitação gratuita e aberta a toda a sociedade e avançamos na realização das ações propostas em nosso planejamento estratégico, assim como em indicadores de temas Ambientais, Sociais e de Governança (“ASG”).

A Companhia segue norteada pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e compromissos ligados ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), do qual é signatária desde 2019, e progrediu em iniciativas ligadas à sua matriz de materialidade, constituiu o Comitê de Sustentabilidade, com membros que possuem expertise e vivência no tema para fazermos da Ourofino uma marca cada vez mais sustentável considerando toda a amplitude que o assunto ASG traz.

Firmes ao seu propósito de Reimaginar a Saúde Animal, orientados pelos seus valores (quais sejam, Jogar Para Ganhar, Cuidar das Pessoas e Conectados com o Mundo), a Companhia contribuiu com a produção de alimento de qualidade para a população que está em constante crescimento e seguiu atenta a todas as possibilidades de levar saúde, bem-estar e longevidade aos animais de companhia.

1.2 - Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

VISÃO GERAL

Somos a maior empresa de origem nacional de saúde animal e terceira maior quando consideradas as empresas nacionais e internacionais, segundo dados de 2022 do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal – SINDAN (“SINDAN”), em um mercado com predominância de grandes farmacêuticas multinacionais.

Em 2021, o mercado de produtos veterinários no Brasil apresentou uma taxa de evolução de 20,5% frente o ano de 2020. Com isso o setor mantém uma taxa média de crescimento entre os anos de 2013 a 2021 de 9,95% (CAGR 2013/2021).

Ao final do exercício de 2022, alcançamos 8,77% de *market share* total, de acordo com dados do SINDAN, com um portfólio completo de produtos para saúde animal, composto por 131 produtos, bem como marcas altamente reconhecidas no mercado nacional.

Atuamos na (i) fabricação e comercialização, no mercado nacional, de vacinas e produtos veterinários para uso em animais de produção, que incluem, substancialmente, bovinos, equinos, aves e suínos (“Animais de Produção”); (ii) fabricação e comercialização, no mercado nacional, de produtos veterinários para uso em animais de companhia, que incluem cães e gatos (“Animais de Companhia”); e (iii) exportação de produtos do segmento de Animais de Produção e Animais de Companhia (“Operações Internacionais”).

Iniciamos nossas operações em 1987, e, ao longo desses quase 36 anos de trajetória, consolidamos nossa posição de liderança no mercado brasileiro de saúde animal principalmente em razão da qualidade e diferenciação dos nossos produtos e do atendimento especializado aos nossos clientes, decorrente de nosso amplo conhecimento das necessidades do mercado. Nosso sucesso decorre, dentre outros fatores, dos seguintes diferenciais competitivos:

- portfólio de produtos especificamente desenvolvidos para os mercados em que atuamos e em constante evolução tecnológica, resultado da qualidade de nossa equipe de Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”) e de sua capacidade multidisciplinar de desenvolvimento de produtos. Tal equipe é formada principalmente por farmacêuticos, veterinários, químicos, biólogos e biotecnólogos;
- grande proximidade com nossos clientes, o que nos proporciona melhor conhecimento das suas necessidades;
- plantas industriais novas, as quais acreditamos estar entre as mais modernas do setor na América Latina e que são operadas por equipe técnica altamente especializada, o que garante o alto padrão de qualidade dos nossos produtos;
- alta capilaridade e extensa força de vendas no Brasil, com uma equipe comercial própria e de representantes comerciais do segmento de Animais de Produção que atende, diretamente, mais de 4.000 clientes ativos, incluindo revendas agropecuárias, cooperativas, agroindústrias, distribuidores e grandes consumidores finais; e
- marca altamente reconhecida no mercado, resultado da alta qualidade de nossos produtos, de nossa estratégia de marketing diferenciada, da nossa sólida base de clientes, construída ao longo desses quase 36 anos de história, e de nosso relacionamento próximo e de longa data com os compradores de nossos produtos.

Nossa receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$1.041.107 mil, representando um aumento de 15% em relação à receita líquida do exercício social anterior, que

Formulário de Referência – 2023 - Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A

foi de R\$904.991 mil.

A tabela a seguir apresenta, para os períodos indicados, uma seleção de informações financeiras da Companhia.

(em R\$ milhões, exceto%)	Exercício social findo em 31 de dezembro				
	2022	2022x2021	2021	2021 x 2020	2020
Receita líquida	1.041	15,0%	905,0	24,0%	730,1
<i>Animais de Produção</i>	767,1	14,7%	668,9	23,1%	543,3
<i>Animais de Companhia</i>	138,2	14,1%	121,1	21,0%	100,1
<i>Operações Internacionais</i>	135,8	18,1%	115,0	32,6%	86,7
EBITDA ⁽¹⁾	209,3	24,0%	168,8	31,4%	128,5
EBITDA Ajustado ⁽²⁾	207,2	20,1%	172,5	21,1%	142,4
Margem EBITDA ⁽³⁾	20,1%	1.3 p.p.	18,7%	1,1 p.p.	17,6%
Margem EBITDA Ajustado ⁽⁴⁾	19,9%	0,8 p.p.	19,1%	-0,4 p.p.	19,5%

⁽¹⁾ Calculamos o EBITDA como o lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, das despesas financeiras líquidas, da depreciação e amortização. Em razão desse cálculo, o EBITDA funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social, flutuações das taxas de juros, dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA funciona como uma ferramenta comparativa significativa para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA oferece uma melhor comparabilidade e permite um melhor entendimento não apenas do nosso desempenho financeiro, mas também de nossa capacidade de pagamento dos juros e principal da nossa dívida e para contrair mais dívidas para financiar os nossos dispêndios de capital e o nosso capital de giro. Para uma reconciliação do EBITDA com o nosso lucro líquido, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.

⁽²⁾ Calculamos o EBITDA como o lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, das despesas financeiras líquidas, da depreciação e amortização, e o EBITDA Ajustado excluindo adicionalmente despesas para melhor refletir o lucro líquido das operações, ajustado por eventos extraordinários. Para 2022, os ajustes são referentes a despesas não recorrentes com operações de M&A, gastos com incorporação entre controladas, créditos e débitos tributários extemporâneos de exercícios anteriores e contingência tributária. Em 2021, não considera gastos com operações de M&A, gastos com reforma do prédio corporativo, gastos com incorporação entre controladas e créditos e débitos tributários extemporâneos de exercícios anteriores. Em 2020, não considera despesas não recorrentes da consultoria da EY, créditos tributários extemporâneos de exercícios anteriores, gastos com reforma no prédio corporativo e gastos com operação de *follow-on*. Em razão desse cálculo, o EBITDA Ajustado funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social, flutuações das taxas de juros, dos níveis de depreciação e amortização e pelas nossas operações descontinuadas e outros itens julgados não recorrentes. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA Ajustado funciona como uma ferramenta comparativa significativa para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA Ajustado oferece uma melhor comparabilidade e permite um melhor entendimento não apenas do nosso desempenho financeiro, mas também de nossa capacidade de pagamento dos juros e principal da nossa dívida e para contrair mais dívidas para financiar os nossos dispêndios de capital e o nosso capital de giro. Para uma reconciliação do EBITDA Ajustado com o nosso lucro líquido, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.

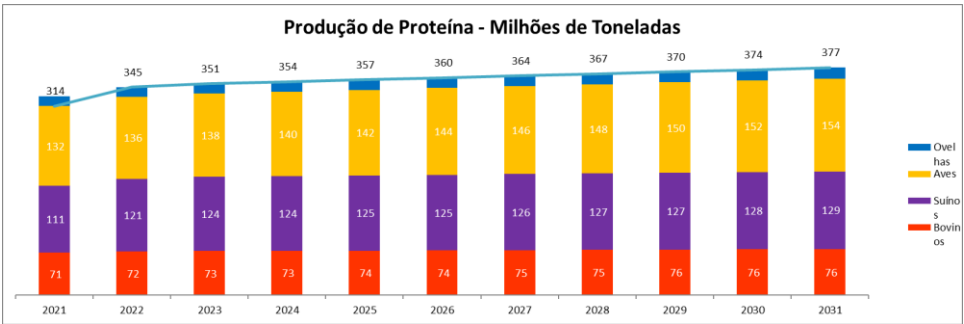
⁽³⁾ A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA do exercício, dividido pela receita líquida do respectivo exercício.

⁽⁴⁾ A Margem EBITDA Ajustado é calculada pelo EBITDA Ajustado do exercício dividido pela receita líquida do respectivo exercício.

Oportunidades de Mercado

Crescimento do agronegócio brasileiro

O Brasil, de acordo com o Agricultural Outlook 2022-2031, será responsável por grande parte da produção mundial de carne. Somado à China, Índia, Estados Unidos e União Europeia, o Brasil será responsável por cerca de 60% da produção global de proteína. Na América Latina, a produção de carne de Animais de Produção está com uma projeção de crescimento de 12% para 2031, advindo principalmente do Brasil comumente conhecido por ter uma cultura orientada para exportação de proteína.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da OECD-FAO Agricultural Outlook 2022-2031

O Brasil possuirá um crescimento de aproximadamente 7% para os próximos 10 anos para todas as proteínas, com destaque para a proteína de aves com um aumento de 7,9%, como ilustrado na tabela abaixo confeccionada com os dados do Agricultural Outlook:

Produção Brasil (mil ton)	2021	2031	%
Bovina	8.727	9.377	7,45%
Suína	4.254	4578	7,62%
Frango	14447	15588	7,90%
Total	27.567	29.697	7,73%

Fonte: OECD-FAO Agricultural Outlook 2022-2031

Nesse contexto, o Brasil, seguirá com a necessidade de aumento da produtividade da indústria de proteína animal por meio de investimentos em tecnologia e prevenção e tratamento de enfermidades animais, a fim de acelerar o ganho de peso do rebanho e diminuir o tempo para abate.

Adicionalmente, a pecuária deve estar atenta à característica altamente tecnológica da agricultura que propicia aumento de área cultivada à custa de espaço anteriormente dedicado à criação extensiva de animais, em função de melhor rendimento aos proprietários de terras.

A pecuária bovina de corte está presente no cenário econômico nacional desde a época colonial. Nas últimas décadas, a pecuária bovina de corte desenvolveu-se através da expansão da fronteira agrícola, com a incorporação de novas terras, sendo a maioria desprovida de infraestrutura e tendo desgaste do solo pelo sistema intensivo de produção de grãos. A produção nacional sempre se caracterizou pelo sistema extensivo. Hoje nota-se uma inversão na ocupação das terras, pois há um forte processo de expansão da fronteira agrícola sobre a área anteriormente destinada à pecuária. Essa expansão das áreas agrícolas, junto do aumento do preço da terra, força a redução da pecuária extensiva, exigindo que o pecuarista seja cada vez mais tecnificado para obter os melhores resultados em suas propriedades. Nesse contexto, o aumento da demanda por tecnologia torna-se fundamental para que o pecuarista mantenha seu negócio competitivo em termos de

rentabilidade em comparação com as oportunidades apresentadas pela agricultura.

Crescimento do mercado veterinário brasileiro

Segundo o SINDAN, o mercado veterinário brasileiro movimentou cerca de R\$ 9,1 bilhões em 2021 apresentando crescimento de 20,5% frente o ano de 2020.

Acreditamos que o crescimento do mercado brasileiro de saúde animal será impulsionado, principalmente, pelos seguintes fatores:

- aumento da produção de proteína animal para atender o crescimento do consumo dos mercados interno e externo;
- aumento do nível de tecnologia aplicada no campo em busca de maior produtividade, como o uso de tecnologias de inseminação artificial, com consequente aumento na utilização de produtos para saúde animal;
- maior utilização de biotecnologia (produtos biológicos e biofármacos inovadores) com foco na prevenção de doenças; e
- expectativa de crescimento do segmento de Animais de Companhia, aliado ao fato da relação entre as famílias e seus animais de estimação ter se tornado cada vez mais emocional, com aumento do uso de itens fundamentais, como comida, banho, cuidados com a saúde, vacinas, etc.

Com relação ao segmento de Animais de Companhia, o Brasil é o país com a maior população de cães e gatos do mundo, estimada em aproximadamente 85,2 milhões de animais domiciliados, (de acordo com dados da Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação - APINPET). Consideramos uma população de 58,1 milhões de cães e 27,1 milhões de gatos domiciliados. A crescente preocupação da sociedade brasileira com a saúde dos Animais de Companhia, que são considerados como “membros da família”, proporciona uma oportunidade de investimento para a indústria veterinária de acordo com as pesquisas realizadas pela COMAC (Comissão de Animais de Companhia).

Dinâmica da indústria farmacêutica veterinária

A estrutura da oferta na indústria farmacêutica veterinária é caracterizada por empresas que lideram o processo de inovação de produtos e por empresas seguidoras. Acreditamos ocupar posição de destaque, como a principal empresa nacional, no grupo das empresas que lideram o processo de inovação, que é composto majoritariamente por empresas multinacionais.

Importante ressaltar também que, devido às diferenças entre os padrões de raças e peculiaridades sanitárias, climáticas e nutricionais de cada país, há uma necessidade de desenvolvimento de produtos que atendam a essas especificidades, e que se diferenciem daqueles desenvolvidos nos países de origem das empresas farmacêuticas multinacionais. Uma maior capacidade de atendimento a especificidades locais constitui diferencial competitivo importante para a maior aceitação dos produtos nesses mercados. Acreditamos que a expertise de nossa equipe comercial, aliada ao relacionamento de longo prazo com nossos clientes, constituem um diferencial competitivo para entender e antecipar as necessidades do mercado em que atuamos.

NOSSOS PONTOS FORTES

Acreditamos que nossos principais pontos fortes são os seguintes:

Posição de liderança no atrativo mercado de saúde animal no Brasil.

De acordo com dados do SINDAN, ocupamos, em 2022, a terceira posição no mercado nacional e

saúde animal, que possui predominância de grandes companhias farmacêuticas globais. Devido ao nosso posicionamento de liderança, acreditamos possuir vantagens competitivas em relação aos nossos concorrentes para acompanhar o acelerado crescimento da demanda nacional por produtos de saúde animal, tanto no segmento de Animais de Produção, quanto no de Animais de Companhia. Acreditamos que possuímos estruturas adequadas que nos permitirão aumentar nossa produção e atender ao crescimento da demanda por produtos de saúde animal. Acreditamos que nossos centros de P&D têm tecnologia adequada para nos permitir antecipar as necessidades de nossos clientes e desenvolver produtos que tenham boa aceitação no mercado.

Marca altamente reconhecida.

Acreditamos ser reconhecidos no mercado pela qualidade de nossos produtos, pela nossa característica inovadora e pelo atendimento próximo e diferenciado a nossos clientes. Ao longo de quase 366 anos de atuação, adquirimos prestígio e reconhecimento no mercado de sanidade animal, traduzidos, inclusive, em diversos prêmios que nos foram atribuídos, tais como:

- Selo Mais Integridade Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 2022;
- Prêmio Reclame Aqui 2022 12ª Edição;
- Vice liderança no TOP 100 Open Corps 2022;
- CEO Visionário de 2022 reconhecido pela globalmente pela S&P;
- Melhor Empresa do Agronegócio para se trabalhar eleita pela GPTW (Great Place to Work);
- Eleita a mais incrível farmacêutica para trabalhar pela FIA/USP;
- Ourofino Saúde Animal é eleita a melhor empresa das Américas Latina e do Sul pela Animal Health em 2021, que considera aspectos como crescimento e inovação;
- Ourofino Saúde Animal recebe prêmio da Abrasca com melhor relatório de sustentabilidade no ano de 2021;
- Ourofino Saúde Animal é reconhecida com Selo Mais Integridade do Ministério da Agricultura – MAPA no ano de 2021;
- o Prêmio FINEP de Inovação Tecnológica na categoria Grande Empresa em 2005 e o reconhecimento como uma das 40 empresas mais inovadoras do Brasil em 2006, segundo a FINEP;
- o primeiro lugar entre as empresas mais admiradas do segmento veterinário em 2010, de acordo com a revista Carta Capital;
- a “Melhor Indústria Farmacêutica para Trabalhar no Brasil”, segundo o Guia Você S/A de 2013; e
- a melhor empresa entre as indústrias do setor veterinário das Américas Latina e do Sul pela consultoria internacional Animal Pharm (Awards 2015 - Best Company – Latin & South America). O resultado por votação considerou aspectos como inovação, desenvolvimento e estratégias internacionais em negócios para sanidade animal.

Equipe comercial altamente qualificada e sólida base de clientes.

No segmento de Animais de Produção, temos uma atuação diferenciada do padrão do mercado, o qual possui grande dependência de distribuidores. Nossos produtos são vendidos por uma equipe comercial com mais de 200 profissionais especializados, composta em sua grande maioria por

médicos-veterinários espalhados por todos os estados brasileiros. Essa equipe atende, diretamente, mais de 4000 clientes ativos, que incluem revendas, cooperativas, agroindústrias e produtores rurais presentes em todo o território nacional, estendendo nosso relacionamento para cerca de 11.200 fazendas, das quais 7.500 são visitadas regularmente.

Possuímos um relacionamento de longo prazo e de confiança com nossos clientes, dentre os quais os três maiores representam cerca de 15% de nossa receita, não havendo, portanto, concentração que gere dependência com relação a clientes específicos.

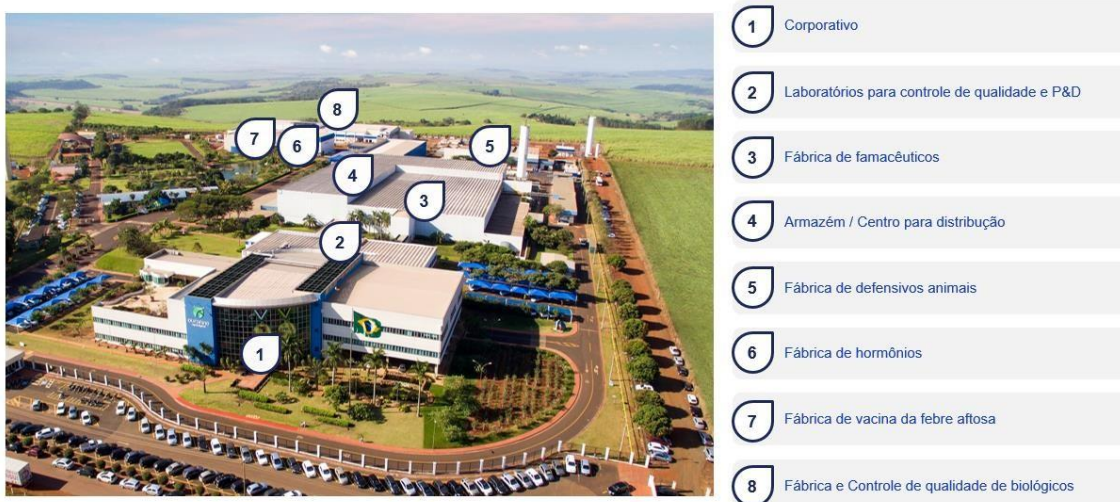
No segmento de Operações Internacionais, comercializamos os produtos destinados a Animais de Produção para o México e Colômbia, onde em ambos os países possuímos operações próprias. Cerca de 55% de nossos clientes são consumidores finais, 38% são revendas e 7% são varejistas. Reforçamos ainda nosso plano de crescimento internacional por meio da revisão da estratégia de “go-to-market” local, nos mercados-chave de saúde animal da América Latina, principalmente México e Colômbia. Além disso, também atuamos em 14 países por meio de distribuidores locais e suas equipes de vendas, atendendo a 4,5 mil pontos de vendas. Trabalhamos com o desenvolvimento de aliados comerciais com a cultura e compromisso com os valores da Companhia. Temos a oportunidade de registrar, nesses mercados, novos produtos já registrados no Brasil e de levar à estas novas localizações as soluções Ourofino.

No que diz respeito ao segmento de Animais de Companhia, possuímos uma equipe de geração de demanda formada por 75 consultores e promotores técnicos, que atingem cerca de 6 mil veterinários. Também mantemos uma relação de longo prazo com 41 distribuidores, estrategicamente localizados em todo o território brasileiro, responsáveis por distribuir nossos produtos. Acreditamos que por meio destes distribuidores conseguimos acessar cerca de 29 mil pontos de venda. Em 2022, nossa equipe de Animais de Companhia realizou cerca de 60 mil visitas à veterinários.

Nossa vantagem competitiva no segmento de Animais de Companhia é ter grande representatividade nas vendas de nossos distribuidores, possuir diversos programas de treinamento (cerca de 8.400 treinamentos, atingindo mais de 32 mil pessoas), que fomentam a marca Ourofino, e uma estrutura de segmentação para atingir os veterinários com maior potencial de vendas.

Parque industrial com avançado padrão tecnológico e nova planta de biotecnologia.

Possuímos um moderno e completo parque industrial de saúde animal em Cravinhos (SP), com 35.419,32m² de fábricas construídas, que abriga as seguintes unidades:



Fonte: Companhia

O projeto foi concebido conforme os preceitos das “Good Manufacturing Practices (GMP)”. São atendidos conceitos das normas aplicáveis do MAPA, incorporando conceitos das mais rigorosas normas regulatórias mundiais como as emitidas pelo “Food and Drugs Administration - FDA”, dos Estados Unidos, e pela “European Medicines Agency – EMA”, da União Europeia. Dentro de nosso parque industrial, concluímos em 2010 a construção de uma fábrica de biológicos certificada pelo MAPA para a produção da vacina contra a febre aftosa, equipada com um laboratório biosseguro classificado no mais alto nível de biossegurança, o NBS4 ou NB4. Em 2011 iniciamos as vendas da vacina contra a febre aftosa.

Em junho de 2014, concluímos, também em nossa planta de Cravinhos, um novo centro de pesquisa em biotecnologia para desenvolvimento de vacinas e moléculas funcionais biológicas para Animais de Produção (principalmente, bovinos e suínos) e Animais de Companhia, com vistas não somente ao desenvolvimento de novas tecnologias, mas também à viabilização da produção dessas vacinas e moléculas funcionais em escala industrial.

Em complemento a este centro de pesquisa em biotecnologia, iniciamos em 2014 a construção de uma planta de produção segura de produtos biotecnológicos que foi projetada para atender, além da legislação brasileira, conceitos de qualidade harmonizados entre as principais agências mundiais. O projeto foi idealizado para ser flexível quanto à diversidade de produtos que possam ser obtidos pela fábrica, bem como facilidade de incremento de capacidade fabril. A planta foi inaugurada em 2018 e conta com mais de 6.800 m² de área construída. A primeira venda de vacinas produzidas pela planta ocorreu em fevereiro de 2019.

Excelência em P&D de produtos.

Adotamos uma estrutura de P&D focada na busca e captação de oportunidades alinhadas às nossas estratégias de negócio, e que tem demonstrado ser capaz de desenvolver produtos inovadores e de alto valor agregado.

Nos últimos três anos, investimos aproximadamente 7% de nossa receita líquida em P&D, totalizando cerca de R\$168 milhões. Nos últimos três anos, lançamos no mercado 37 novos produtos. Mais recentemente, lançamos duas vacinas para Animais de Produção (suínos), suplementos nutricionais para Animais de Companhia e 60 novos produtos no México e na Colômbia.

Para o desenvolvimento e prospecção de novos produtos, possuímos parcerias com diversos e prestigiados pesquisadores, universidades e centros de pesquisa nacionais e internacionais.

Fundadores com histórico de sucesso comprovado, administração com ampla experiência e alto nível de governança corporativa.

Nossos fundadores, os Srs. Norival Bonamichi e Jardel Massari, demonstraram, ao longo desses quase 36 anos de história, empreendedorismo, capacidade e *know how* para expandir nossos negócios e explorar novos nichos do mercado de saúde animal, o que resultou em forte e consolidado crescimento orgânico da Companhia.

Além disso, contamos com uma equipe de administração profissional composta por executivos qualificados e experientes no mercado de saúde animal, que acreditamos nos proporcionar uma maior capacidade de explorar oportunidades em nosso setor e agilidade para adequar nossos planos de negócios às demandas de mercado. Acreditamos que a aliança entre o empreendedorismo de nossos fundadores e a capacidade e experiência de nossos administradores possibilita uma grande geração de valor para a Companhia, impulsionando cada vez mais seu faturamento e reconhecimento no mercado em que atuamos.

Há vários anos, temos adotado sólidas práticas de governança corporativa. Desde 2005, somos auditados por empresa de auditoria externa das chamadas “*big four*”, além de continuarmos conduzindo auditorias internas. Em 2007, a BNDESPar tornou-se acionista da Companhia, e, contribuiu com nossas estratégias de negócios e práticas de governança corporativa. Em 2010, passamos a seguir as normas internacionais de contabilidade (IFRS) publicadas e revisadas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Adicionalmente, em nossa antiga estrutura societária, mesmo como empresa de capital fechado, já adotávamos determinadas práticas de companhias de capital aberto, como, por exemplo, a elaboração desde 2013 de informações trimestrais (ITR). Em 2012, implantamos na Companhia o Conselho de Administração, que conta atualmente com uma maioria de membros independentes, em 2013, implantamos o Conselho Fiscal, que atualmente possui seis membros entre efetivos e suplentes. Em janeiro de 2014, implantamos um novo sistema de gestão integrado (ERP) para a Companhia, o SAP, visando uma melhor tecnologia da informação e maior controle nos processos internos, cujo projeto de implantação recebeu o prêmio “*Impact Awards 2014*” durante a 17ª Conferência Anual da ASUG Brasil (Associação de Usuários SAP). Também ao final de 2014, implantamos o Comitê de Auditoria Estatutário composto por três membros, sendo coordenado por um conselheiro independente do Conselho de Administração.

Por fim, em 2014, realizamos nossa oferta pública inicial de ações, com a obtenção do nosso registro de companhia aberta perante a CVM e listagem e admissão à negociação das ações de nossa emissão no segmento diferenciado de governança corporativa da B3, denominado Novo Mercado.

NOSSOS PRINCIPAIS DESAFIOS

Os obstáculos e ameaças referentes às atividades, reputação, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados nos fatores de risco da Companhia, ocorrendo de maneira combinada ou individual. Para mais informações, veja a seção 4 deste Formulário de Referência.

NOSSA ESTRATÉGIA

Temos como objetivo o crescimento contínuo de nossos negócios com o desenvolvimento e expansão das nossas atividades, aprimorando continuamente nossos produtos por meio de gestão estratégica de portfólio, inclusive com o desenvolvimento de nossa atuação no segmento de biológicos, a fim de entregar produtividade ao homem do campo e um bom cuidado aos tutores de

Animais de Companhia, e assim, proporcionar lucratividade e geração de valor para nossos acionistas. Em 2019, revisitamos nosso planejamento estratégico e reforçamos nosso propósito de reimaginar a saúde animal, como empresa de portfólio amplo, multiespécie e com estratégia de inovações incrementais. Para tal fim, seguimos uma estratégia baseada no crescimento de nossos segmentos de atuação:

Segmento de Animais de Produção.

Temos como objetivo ampliar nossa participação de mercado no segmento de Animais de Produção, que representou 9,58% no ano de 2022 (de acordo com dados do SINDAN/RKE_Ourofino), por meio do aumento de nosso atual portfólio de produtos e expansão de penetração na base de clientes.

Como forma de expandirmos nossos negócios no segmento de Animais de Produção, planejamos expandir nosso portfólio de produtos farmacêuticos e biológicos (vacinas), nesse último caso especialmente para bovinos e suínos, aumentar nossa presença de mercado em áreas e regiões parcialmente exploradas e fortalecer nossa participação no segmento de aditivos para melhor eficiência em bovinos.

Além de expandir nossa participação, acreditamos também que o segmento de Animais de Produção no Brasil ainda está muito distante dos países mais desenvolvidos, tanto em termos do tamanho do rebanho quanto em termos da tecnologia empregada na criação dos animais, de modo que cremos que a demanda interna por nossos produtos tende a aumentar significativamente na medida em que os produtores pecuários se tornem mais tecnificados. Também acreditamos que o Brasil, devido a questões de competitividade na cadeia de produção de proteínas, tem condições de aumentar sua participação no mercado internacional, e que, para isso, investirá ainda mais em sanidade animal, o que sem dúvida trará grandes oportunidades para a Companhia.

Destacamos o nosso centro de P&D em biotecnologia, que irá permitir o desenvolvimento de novos produtos de alto valor agregado, bem como a avaliação de oportunidades de aquisições seletivas de tecnologias promissoras nesse segmento.

Segmento de Animais de Companhia.

Nossa participação de mercado no segmento de Animais de Companhia foi de 6,21%, de acordo com dados do SINDAN/RKE_Ourofino, aproveitando tendências como a humanização dos animais de estimação e o aumento dos cuidados com os pets, que são considerados cada vez mais como “membros da família”.

Pretendemos continuar com nossa P&D de novos produtos e com o aprimoramento dos produtos-chave de nosso atual portfólio, além de entrar no importante mercado de biológicos (vacinas) para consolidação de nossa marca no segmento. Em 2022, o portfólio da companhia contou com 51 produtos para Animais de Companhia

Segmento de Operações Internacionais.

Reforçamos nosso plano de crescimento internacional por meio da revisão da estratégia de “go-to-market” local, nos mercados-chave de saúde animal da América Latina, principalmente México e Colômbia. Também temos a oportunidade de registrar, nesses mercados, novos produtos já registrados no Brasil e de levar à estas novas localizações, a nossa estrutura comercial. Nossa visão para cada país é a seguinte:

México. O México possui um dos maiores mercados de saúde animal da América Latina com um rebanho bovino de aproximadamente 35,9 milhões de cabeças em 2021, de acordo com dados do Conselho Mexicano de Carne de 2022.

Diferentemente do mercado brasileiro de saúde animal, a venda direta para grandes produtores pecuários e para distribuidores, no mercado de saúde animal mexicano, é significativa, devido a existência de grandes operações intensivas no país, tanto na produção de leite como na produção de carne em confinamento (*feedlots*). Diante disso, seguimos com a estratégia estabelecida em anos anteriores de fortalecimento da equipe própria para maior aproximação com esses grandes produtores e também os canais de distribuição. Neste sentido estamos agora também estendendo nossa presença no varejo, através de uma equipe própria de geração de demanda junto aos 500 maiores pontos de vendas do país. Além disso, parte importante de nossa estratégia de crescimento para o país reside no desenvolvimento de novos produtos e seu licenciamento para comercialização junto aos órgãos regulatórios locais, com os quais possuímos contato desde 1997, quando obtivemos nosso primeiro registro de produto no país.

Continuamos com o processo de incremento e desenvolvimento das equipes comerciais, de assistência técnica e *marketing* próprias, intensificando dessa forma um controle direto das nossas operações comerciais no país e uma maior aproximação com o consumidor final que vem aumentando nossa influência no processo de sua decisão de compra.

Colômbia. A Colômbia possui outro dos maiores mercados de saúde animal da América Latina, com um rebanho bovino de 28,5 milhões de cabeças em 2020, de acordo com dados da Food and Agriculture Organization of The United Nations (FAO).

No mercado colombiano de saúde animal, os grandes participantes do mercado global possuem subsidiárias instaladas para atender o mercado local, o que demonstra a atratividade desse mercado. Além disso, parte importante de nossa estratégia de crescimento para o país, assim como no mercado mexicano, vem sendo realizada por meio do desenvolvimento de novos produtos e seu licenciamento para comercialização junto aos órgãos regulatórios locais, com os quais possuímos contato desde 1998, quando obtivemos nosso primeiro registro de produto no país. Com o objetivo de aumentar nossa participação de mercado na Colômbia, adquirimos em 2015 nosso distribuidor local, possibilitando a instalação de uma controlada no país e o controle das políticas de comércio, marketing e assistência técnica locais, provendo maior agilidade em nossos processos decisórios de captura de oportunidades. Estamos seguindo, assim, com a estratégia de aumentar nossas margens e participação de mercado, desde que passamos a eliminar intermediários e passamos a nos aproximar mais dos consumidores finais.

Estratégia e Novos negócios

Além do contínuo desenvolvimento interno de produtos, nós também buscamos via área de desenvolvimento estratégico e novos negócios potenciais parcerias e aquisições que possam reforçar nossa posição nos segmentos em que já atuamos, acelerar a inclusão de soluções em nosso portfólio e também expandir nossas atividades em novos mercados e territórios. Para isso possuímos um estruturado fluxo de prospecção e análise de parcerias e aquisições, o que nos permitiu lançar em parceria 31 novos produtos nos últimos 3 anos e realizar a primeira aquisição, acima informada, da empresa de base biotecnológica Regenera Medicina Veterinária Avançada.

1.3 - Informações relacionadas aos segmentos operacionais

(a) produtos e serviços comercializados

Os produtos por nós comercializados são segmentados em três categorias: (i) animais de produção; (ii) animais de companhia; e (iii) operações internacionais.

Animais de Produção

Este segmento representa a fabricação e comercialização no mercado interno de vacinas e produtos veterinários para animais de produção, que consistem em:

- ruminantes (bovinos, ovinos e caprinos);
- aves;
- suínos; e
- equinos.

Ademais, este segmento compreende também a prestação de serviços de industrialização para outras empresas do setor. Atendemos, para este segmento, mais de 4.000 clientes ativos no Brasil, contando com um portfólio de 80 produtos veterinários para o ano de 2022, que compreendem, dentre outros, vacinas, antiparasitário, antibióticos, terapêuticos e nutricionais.

Animais de Companhia

Este segmento representa a fabricação e comercialização no mercado nacional de produtos veterinários para cães e gatos.

Atendemos, para este segmento, 41 áreas de distribuição no Brasil, que chegam a atingir mais de 29 mil pontos de vendas, contando com um portfólio de 51 produtos veterinários no ano de 2022, que compreendem, dentre outros, otológicos, dermatológicos, nutricionais, antibióticos, anti-inflamatórios, antiparasitídeos, kits diagnósticos e desinfetantes.

Operações Internacionais

Esse segmento representa a fabricação e comercialização de vacinas e produtos veterinários para Animais de Produção e Animais de Companhia para o mercado externo. Atualmente, exportamos nossos produtos para 16 países, sendo os mais importantes para nossa estratégia de crescimento, o México e a Colômbia.

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

(Em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro	
	2022	%
Animais de Produção	767.414	73,7%
Animais de Companhia	138.189	13,3%
Operações Internacionais	135.777	13,0%
Receita operacional líquida	1.041.107	100,0%

(c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Tendo em vista que as despesas gerais e administrativas, o resultado financeiro e o imposto de renda e contribuição social são geridos de forma única, não temos por prática a segregação destas para nossos diferentes segmentos. Assim, não é possível auferir a participação de cada segmento no nosso lucro líquido. No entanto, apresentamos abaixo o lucro operacional de cada segmento antes das despesas gerais e administrativas, bem como o lucro líquido total de nossas atividades.

(Em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	%
Animais de Produção	208.258	67,9%
Animais de Companhia	60.142	19,6%
Operações Internacionais	38.187	12,5%
Lucro (prejuízo) líquido	306.587	100,0%

1.4 - Produção/Comercialização/Mercados

(a) características do processo de produção

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Nossa geração de valor ao mercado está intimamente relacionada à capacidade de entender, pesquisar e desenvolver soluções, quer sejam produtos ou serviços, que atendam as necessidades atuais de nossos clientes e as tendências do mercado de produção de proteína animal e de animais de estimação.

Superar de forma assertiva e ágil o desafio de gerar soluções de valor e manter um portfólio robusto, requer uma equipe comprometida e altamente capacitada com relação ao acompanhamento e análise dos diferentes segmentos do mercado de saúde animal, tendências do setor, pesquisa e desenvolvimento, assuntos regulatórios e estudos clínicos.

O passo inicial de todo este processo consiste em uma profunda compreensão dos desafios atuais e futuros do setor e uma articulação adequada para a resolução do problema ou “das dores” do cliente. O entendimento dos desafios e necessidades do mercado é um processo contínuo e coordenado que envolve desde a equipe técnica e comercial, até fóruns de discussão com clientes e especialistas, sendo este processo coordenado pela área de Gestão Estratégica de Portfólio (GEP), área alocada dentro da Diretoria de Desenvolvimento Estratégico e Novos Negócios (DENN).

A Diretoria de DENN, conta também com a área do Centro de Excelência Comercial (CECOM) que atua em conjunto com a GEP nas análises do mercado atual, tendências relacionadas ao uso de produtos veterinários e construção de cenários. A partir deste amplo entendimento e, alinhado ao planejamento estratégico da empresa e as informações advindas dos clientes e especialistas, a área de GEP envolve outras áreas da empresa, tais como Novos Negócios (NN), Inovação Aberta, Assuntos Regulatórios, Gestão de Projetos, Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Finanças, a fim de, transformar as oportunidades levantadas em inovações e soluções, que atendam às necessidades do mercado de forma eficaz e segura, além de, estarem totalmente alinhadas aos requisitos regulatórios e de mercado. E ao mesmo tempo que coordena o desenvolvimento dos novos produtos e serviços, a área de GEP trabalha com as Unidades de Negócios (UN) na construção de cenários comerciais para cada um deles e ao final, juntamente com a área Financeira, são feitos os estudos de viabilidade financeira para cada projeto.

Uma forma de ampliar nossa capacidade de pesquisa, desenvolvimento e inovação, é através da adoção da estratégia de inovação aberta, ou seja, além do conhecimento interno firmamos parcerias com diversos pesquisadores, universidades e centros de pesquisa nacionais e internacionais.

Estratégia estruturada e uma clara visão de futuro, proximidade com clientes e especialistas, estrutura organizacional que privilegia ideação, desenvolvimento e inovação, fazem com que pipeline e portfólio permitam a sustentabilidade e perpetuação do negócio.

Adicionalmente, o escopo de pesquisa e desenvolvimento compreende:

- área de projetos, responsável pela priorização e acompanhamento de projetos de P&D através de ferramentas de gestão e controle dos projetos;
- área de estudos/pesquisas pré-clínicas e clínicas, responsável pelas provas de conceito (pré-clínicos) para auxiliar na escolha da melhor formulação e pelo desenvolvimento e atendimento regulatório através de testes clínicos oficiais para registro de novos produtos;

- área de pesquisa e desenvolvimento, responsável pela tecnologia farmacêutica (desenvolvimento de formulações), desenvolvimento métodos analíticos e bioanalíticos, biotecnologia (tecnologias de produção em bactérias e leveduras, DNA recombinante) e materiais de embalagens. A gerência de pesquisa e desenvolvimento está separada em fármacos e biológicos, visando maior foco e desempenho nas ações de cada tipo de produto.

Com o intuito de tornar nosso setor de P&D mais eficiente, firmamos parcerias com diversos pesquisadores, universidades e centros de pesquisa nacionais e internacionais. Adicionalmente, conduzimos estudos pré-clínicos e clínicos em bovinos e suínos, além de realizar análises laboratoriais de suporte, em uma fazenda experimental localizada na cidade de Guataporã, no Estado de São Paulo.

Nosso processo de pesquisa e desenvolvimento pode ser dividido em 5 fases, sendo executado pelas Diretorias de P&D em conjunto a do DENN:

- (1) **Ideação e concepção:** essa fase consiste (a) na identificação de demanda do mercado; (b) em inovações realizadas pelo nosso time de P&D; (c) desenvolvimento de nosso portfólio de produtos por meio de avaliações e pesquisas frequentes.
- (2) **Desenvolvimento Inicial:** essa fase consiste na discussão dos possíveis caminhos de desenvolvimento e da análise de viabilidade das inovações potenciais identificadas na primeira fase. Este processo compreende uma análise técnica e comercial do projeto pelas nossas áreas técnicas, comercial e marketing e financeira.
- (3) **Prototipagem:** essa fase consiste na produção do protótipo do produto em nossa linha piloto. Nessa fase o produto tem seu conceito e eficiência aprovados ou rejeitados por nossa equipe técnica.
- (4) **Desenvolvimento avançado:** nesta fase a formulação escolhida é testada tanto em condições controladas como em condições reais de uso e ao final, é feito o escalonamento industrial e preparação do dossiê de registro para submissão às autoridades regulatórias.
- (5) **Registro & Pré-comercialização:** nesta fase são preparados os planos de marketing e serviços técnicos, visando o lançamento do produto. Caso aprovado pelas autoridades, o produto passa a integrar nosso portfólio e é comercializado.

Com relação ao nosso processo de produção, este é conduzido em nosso parque industrial, localizado na cidade de Cravinhos, no Estado de São Paulo, que conta com uma infraestrutura moderna, separada em diferentes blocos onde estão nossas plantas de biológicos e de farmacêuticos, que incluem os produtos terapêuticos hormonais e defensivos animais.

Biológicos

Nosso processo de produção de biológicos atualmente consiste na produção das Vacinas contra Febre Aftosa para Bovinos e contra Raiva para Herbívoros e Vacinas contra Circovírus e contra *Mycoplasma hyopneumoniae* para Suínos e produção de produto de célula tronco mesenquimal.

Os processos de produção das vacinas acima descritas passam por um rígido controle de qualidade, desde a produção de células e vírus até a vacina envasada, para então os produtos acabados serem disponibilizados para a área comercial, com exceção das vacinas contra febre aftosa e raiva que devem ser previamente enviadas para testes oficiais no MAPA.

Todo esse processo de produção das vacinas contra Circovirose passa por um rígido controle de qualidade, desde a produção de células e vírus até a vacina envasada para, após a liberação pelo setor da qualidade, serem disponibilizadas para área comercial.

Farmacêuticos

Buscamos nortear o processo de fabricação de nossos produtos farmacêuticos injetáveis, líquidos orais, cremes e pomadas, sólidos, hormônios e defensivos animais por práticas denominadas BPF (Boas Práticas de Fabricação) estabelecidas pelo MAPA que têm como objetivo assegurar que nossos produtos tenham a mais alta qualidade e eficiência do mercado. A totalidade dos insumos produtivos passa pelo nosso controle de qualidade e, do mesmo modo, todos os produtos acabados são testados pelo controle de qualidade antes do envio ao mercado.

O processo produtivo de nossos produtos é do tipo batelada, ou seja, trabalhamos com lotes de produção sequenciais. Estes processos produtivos são, por força da legislação aplicável, únicos e padronizados e têm sua origem no momento de desenvolvimento dos produtos. Sendo assim, após a definição da fórmula e dos processos produtivos correspondentes a determinado produto, qualquer alteração posterior deverá seguir a legislação aplicável neste quesito regulada pelo MAPA.

Buscamos realizar durante todo o ano em nossas plantas manutenções preditivas e preventivas. Paradas momentâneas de equipamentos para reparos ocorrem ocasionalmente e são executados em sua maioria por colaboradores qualificados da própria empresa. Todo o nosso parque fabril possui coberturas de seguros para os principais riscos relacionados ao nosso negócio.

Nossas instalações produtivas são bastante flexíveis, o que nos permite produzir uma grande quantidade de formas farmacêuticas e apresentações.

(b) características do processo de distribuição

As vendas de nossos produtos são altamente pulverizadas, abrangendo todo o território nacional e alguns países estrangeiros. Nossa equipe comercial realiza visitas mensais aos nossos clientes e vende diretamente para os canais de atendimento, que incluem revendas agropecuárias, cooperativas, agroindústrias, distribuidores e produtores pecuários. Assim, nossa estrutura logística precisa ser capaz de atender diferentes volumes e tipos de pedidos em todo o território nacional e internacional. Para tanto, adotamos uma operação logística descentralizada, por meio de cinco centros de distribuição locados de terceiros, localizados em Vinhedo, Cachoeirinha, Aparecida de Goiânia, Betim e Cuiabá. Esses centros de distribuição são abastecidos de acordo com a previsão de demanda.

Dessa forma, após a fabricação, todos os produtos liberados pelo controle de qualidade são vendidos para os centros de distribuição referidos acima, e uma parte fica armazenada na fábrica cumprindo o prazo de análise e liberação, funcionando como uma reserva de abastecimento complementar, o que permite mais rapidez no abastecimento dos centros de distribuição em caso de rupturas de estoques.

Além disso, estabelecemos os centros de distribuição de acordo com a nossa estratégia de negócio, buscando novas oportunidades e ganhos de eficiência logística por meio de aproximação dos mercados mais relevantes para nossos produtos. Com estoques mais próximos aos mercados, conseguimos reduzir os prazos de entrega, diminuir os custos dos pedidos, aumentar o nível de serviço e a satisfação de nossos clientes.

Nossa malha logística nos permite atender a praticamente todos os municípios do Brasil, com alto nível de serviço. Operamos atualmente com operador logístico, que seleciona as transportadoras com base no custo de pedido e, principalmente, no nível de serviço para cada região, garantindo a efetividade de nossa estratégia de vendas pulverizadas.

Para produtos destinados ao mercado externo, contratamos empresas de exportação especializadas. Atualmente, contamos com três fornecedores de serviços (transportadoras) para a

realização de exportações, que são efetuadas em três diferentes modais: marítimo, aéreo e rodoviário, dependendo do destino e necessidade do importador.

A contratação dos fretes internacionais se dá por meio de agentes de cargas, enquanto a emissão do RE (registro de exportação), do SD (solicitação de despacho) e a liberação da carga propriamente dita são realizadas por despachante aduaneiro contratado pela empresa.

(c) características dos mercados de atuação

Visão Geral

A indústria de saúde animal, que compreende a fabricação e comercialização de produtos de uso veterinário destinados a animais de produção e animais de companhia (*pets*), é um setor econômico global em crescimento e que passa por algumas transformações, sendo elas:

- inovação na linha de cuidados;
- aumento das exigências regulatórias;
- evolução do consumo de proteína animal;
- humanização e aumento de gastos com *pets*;
- aumento da produtividade no campo;
- transformação da experiência do cliente; e
- busca por alimentos saudáveis e rastreáveis;
- Todos estes fatores impactarão diretamente o uso dos produtos veterinários e a Companhia deverá passar por adaptações em suas estratégias de portfólio de produtos, pesquisa e desenvolvimento e acesso a mercado.

O setor global de saúde animal possui como característica a volatilidade no desenvolvimento, elaboração e fabricação de novos produtos ou aprimoramento dos produtos já existentes, adequando-se às necessidades dos clientes em diferentes regiões e países pelo mundo. O Brasil, sendo um país de proporções continentais, também apresenta tais variações:

- diferenças econômicas, tais como padrões de vida em regiões mais ou menos desenvolvidas;
- diferenças culturais, tais como preferências alimentares para diferentes animais em cada região;
- diferenças epidemiológicas, como a prevalência de certas cepas bacterianas e virais;
- diferenças de tratamento, como a utilização de diferentes tipos de medicamentos e vacinas, em particular os produtos de alta tecnologia;
- diferenças ambientais, tais como a sazonalidade, o clima e a disponibilidade de terra arável e de água doce; e
- diferenças regulamentares, como as normas para a aprovação de produto e manufatura, no caso de produção orientada à exportação.

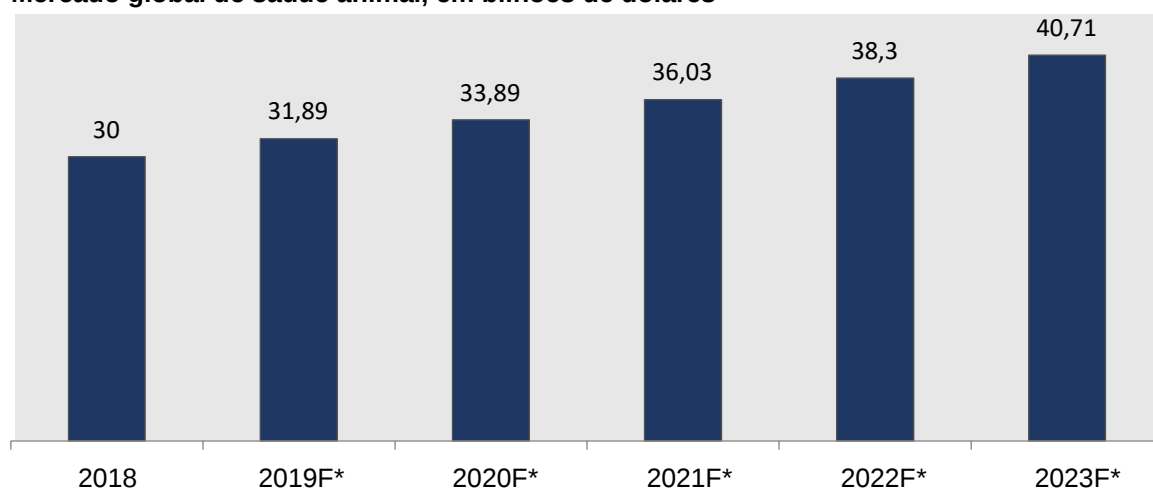
Tem-se observado, nos últimos anos, um crescente aumento na demanda por proteína animal e laticínios na alimentação da população mundial, ocasionado principalmente pelo aumento populacional no mundo, melhora de poder aquisitivo de uma parte significativa da população mundial e de estudos que orientam o consumo de maior quantidade de proteína animal na dieta

alimentar. Aliado a este fator, acreditamos que o crescimento econômico mundial ao longo dos últimos anos também tem levado ao aumento do rendimento disponível das pessoas, acarretando o aumento de animais domésticos, ou *pets*, à escala global.

Para conseguir responder a este aumento na demanda por proteína animal e laticínios em escala global, a utilização de medicamentos e produtos veterinários, bem como de vacinas animais, é fundamental para apoiar o crescimento esperado dos rebanhos e aumentar a eficiência do processo de criação, mantendo os animais livres de doenças. No mesmo sentido, o aumento no número de animais domésticos tem levado ao aumento consistente da demanda por tratamentos médicos para *pets*, ocasionando o desenvolvimento da medicina veterinária e o surgimento constante de novas vacinas e medicamentos.

O mercado mundial de saúde animal tem crescido constantemente nos últimos anos com uma taxa composta de crescimento anual de 5% (Health for Animals, com dados Vetnosis) de 2016 a 2018, chegando em 2021 a um valor estimado de US\$ 36 bilhões de dólares (previsões EY, a partir de dados Animal Pharm).

Mercado global de saúde animal, em bilhões de dólares

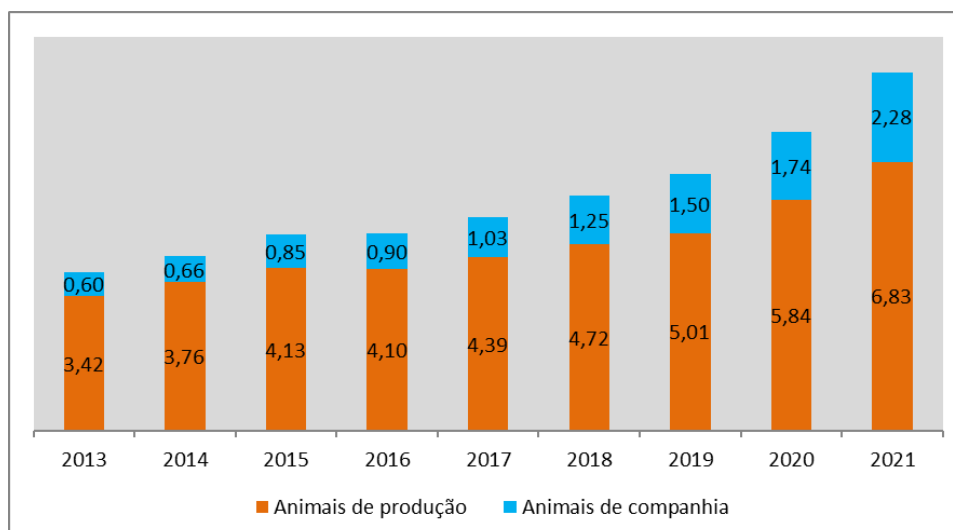


* F: *Forecast*

Fontes: Elaboração interna, com base em dados da Animal Pharm.

O Brasil é um dos mais importantes países no cenário mundial de saúde animal. É esperado que o mercado brasileiro continue crescendo a uma taxa maior que a mundial: de 2017 a 2021, registrou uma taxa composta de crescimento anual de 14%, chegando em 2021 a um valor de R\$ 8,3 bilhões de reais.

Mercado brasileiro de saúde animal, em bilhões de reais



Fonte: Mercado de Saúde Animal 2021 SINDAN

Animais de Produção

O segmento de animais de produção subdivide-se em ruminantes (gado de corte, gado de leite, ovinos e caprinos), equinos, aves e suínos. Os níveis de produção e qualidade deste segmento de mercado são críticos para responder ao aumento da demanda à escala global, fruto do aumento da população mundial e dos padrões de vida desta, particularmente nos mercados emergentes. O aumento do padrão de vida e do poder de compra da população nesses mercados gera uma maior demanda por carne bovina e produtos lácteos.

O aumento das exportações de proteína animal também tem se mostrado uma poderosa alavanca para impulsionar o crescimento do setor de saúde animal. Desde 2018, a China consolidou-se como o principal destino da carne bovina brasileira devido à drástica redução de seu rebanho suíno (para menos de 50% com os surtos constantes de Peste Suína Africana), o que propiciou espaço para aumentar as exportações brasileiras de todos os tipos de carne para este país. De acordo com a Secretaria de Comércio Exterior, em 2022, 67% da proteína bovina exportada do Brasil teve a China como destino. A América Latina e Caribe serão os responsáveis por suprir o mundo com os commodities agrícolas, com uma projeção de crescimento de 19%, puxados pela soja, carne bovina, suína, e açúcar, de acordo com o Outlook Agrícola 2021-2030. O atendimento às demandas do segmento de animais de produção para consumo depende altamente do sucesso do mercado de saúde animal e consequentemente do desenvolvimento e aprimoramento dos medicamentos e vacinas veterinárias, com o intuito de impedir a proliferação de doenças, tanto nos animais como nos consumidores finais. Nos últimos anos o nível das exigências em relação a barreiras fitossanitárias pelos países importadores de proteína animal e laticínios, tem aumentado consideravelmente, levando os produtores a terem um maior cuidado com a saúde dos seus rebanhos.

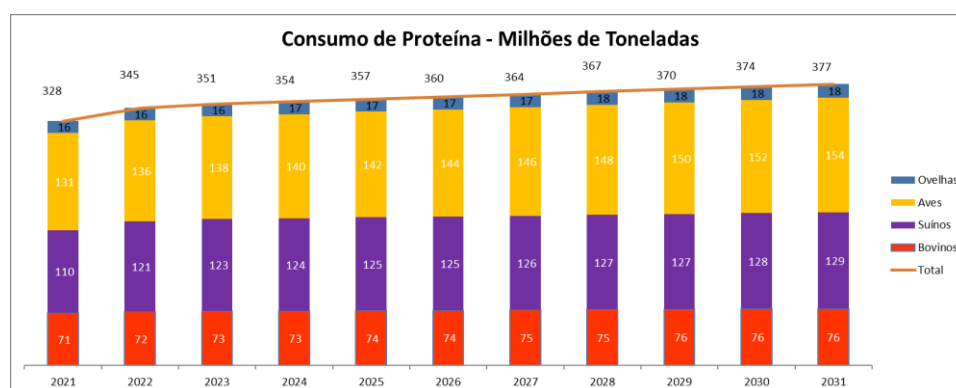
No Brasil, o segmento de animais de produção representa aproximadamente 75% do mercado nacional de saúde animal, com receitas de aproximadamente R\$ 6,8 bilhões de reais em 2021.

Alguns fatores que podem ser considerados drivers para este desempenho são:

- aumento do consumo de proteína animal e laticínios;
- necessidade de aumento da tecnificação para elevar a produtividade; e
- escassez de área mundial disponível para a produção animal.

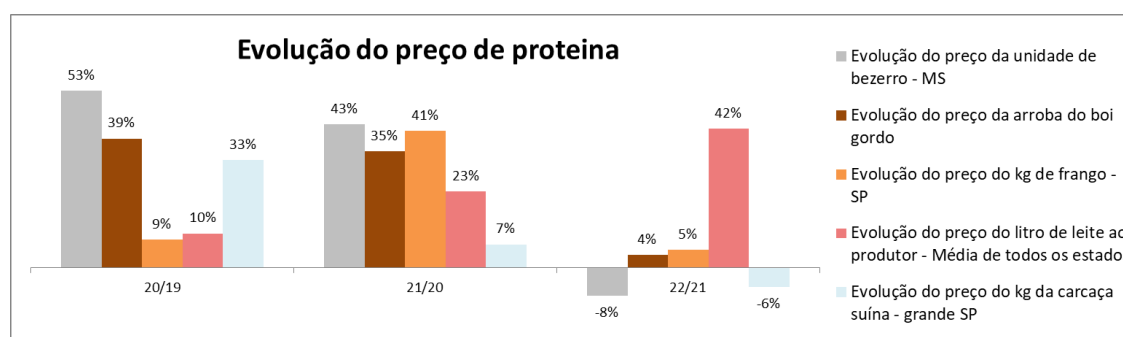
O consumo de proteína animal e laticínios tem apresentado tendência de crescimento, ocasionada

pelo aumento da população mundial, particularmente nos países emergentes, e do aumento da economia em escala global. De acordo com o Outlook Agrícola 2022-2031, a estimativa para a população mundial é projetada um número de 8,6 bilhões em 2031, o que representa uma taxa de crescimento anual de 0,9%. Ainda em termos de consumo, a principal tendência de proteína se identifica pelo aumento de aves, como expresso no gráfico abaixo:



Fonte: OECD FAO Agricultural Outlook 2022-2031

O Brasil é destaque no cenário mundial quando o assunto é produção de proteínas. De acordo com o USDA, nosso país possui o maior rebanho comercial de bovinos do mundo, além de ser o maior exportador dessa carne, a projeção para 2030 é de que o Brasil represente 29% das exportações totais do mundo. Além disso, é o maior exportador de aves e segundo maior produtor dessa carne. Em suínos, o país é o quarto maior exportador e produtor.



Fonte: Cepea 2022.

Em 2022, com relação ao ano anterior, os preços de carne bovina, suína e de aves subiram no mercado nacional aproximadamente 4%, -6% e 5%, respectivamente, de acordo com os dados do CEPEA/ESALQ – USP: “Indicador do Boi Gordo CEPEA/B3”, “Preços da carcaça suína especial (R\$/kg)” e “Preços do frango resfriado CEPEA/ESALQ - Estado SP”.

O Brasil é destaque no cenário mundial quando o assunto é produção de proteínas. De acordo com dados da Athenagro, no ano de 2022, o Brasil é responsável pelo maior rebanho bovino comercial do mundo com aproximadamente 198 milhões de cabeças de gado, o Brasil tem o maior rebanho comercial de bovinos do mundo, além de ser o maior exportador desse tipo de carne. Ainda, é o maior exportador de aves e segundo maior produtor desse tipo de carne. Em suínos, o país é o quarto maior exportador e produtor, chegando a exportar cerca de 1 milhão de toneladas da proteína no ano de 2021, tendo a China como principal destino, de acordo com os dados da Secretaria de Comércio Exterior.

As vendas no mercado de saúde animal também são impactadas de forma relevante pela evidente

tendência de aumento de produtividade e crescimento do mercado de animais de produção no Brasil e no mundo. Os produtores e criadores de animais de produção estão cada vez mais conscientes da importância dos produtos de saúde animal para a melhoria dos seus resultados operacionais, como se pode constatar pelo aumento dos seus indicadores de produtividade tanto no mercado de leite como no mercado de carne nos últimos anos. Os custos com saúde animal não devem ser um impedimento para os produtores continuarem a investir na saúde e desenvolvimento de animais de produção no Brasil, visto que representam 3,5% do custo total de criação de bovinos, por exemplo, de acordo com *paper* “Custos de produção de gado bovino: um enfoque da contabilidade de custos” (MELZ, Laércio Juarez, 2009).

Para dimensionar o avanço da agropecuária e sua tecnificação, vale lançar mão da análise pelo efeito “pouca terra”. Considerando o período de 2003 a 2019, a produção de proteínas de origem animal (carnes, leite, ovos) aumentou 66% em uma área com redução acima de 15%, resultando em uma evolução acima de 96% da produtividade, praticamente dobrando o índice, de acordo com análises da consultoria Athenagro.

	2003	2019	Avanço 2019 x 2003	
			Diferença	%
Carnes, leite e ovos - milhões de toneladas	40,09	66,49	26,40	65,9%
Área total pastagens - milhões ha	193,00	163,00	-30,00	-15,5%
Produtividade da área ocupada - ton/ha/ano	20,8%	40,8%	20,0%	96,4%

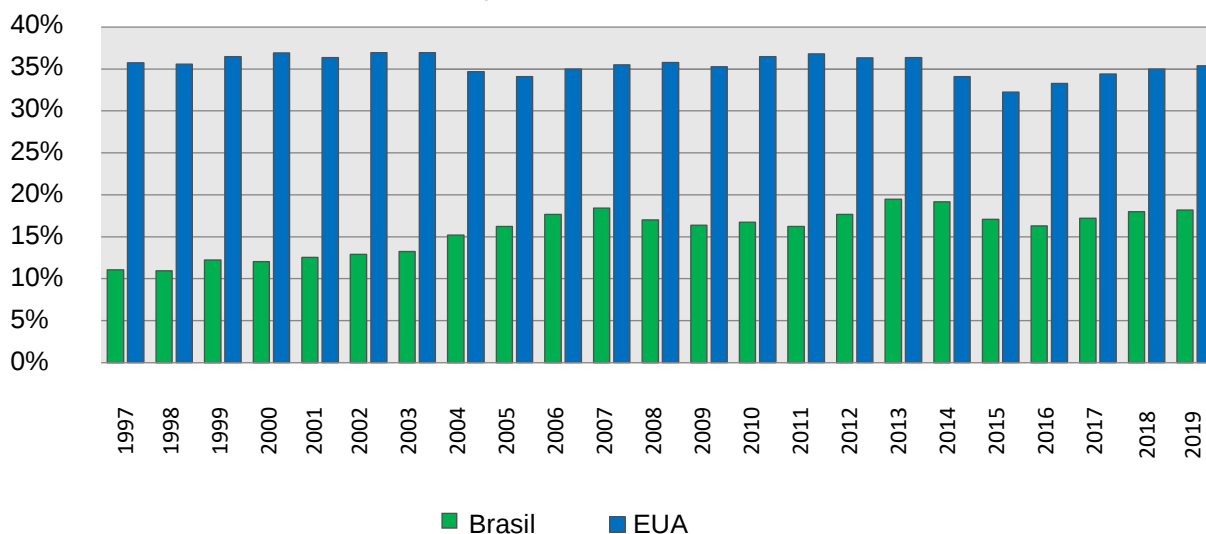
Fontes: Athenagro, dados Conab, Agroconsult, Agrosatélite, IBGE, Inpe/Terraclass, Lapig, Inpe/Prodes, Rally da Pecuária, Map Biomas, Embrapa

Além disso, em 2022, de acordo com o USDA, nos Estados Unidos, o peso médio dos bovinos abatidos foi de 1.385 libras (628 quilos), enquanto no Brasil, a pesquisa trimestral do abate de animais (IBGE) mostrou, para o mesmo ano, peso médio dos animais, de 268 quilos. Ou seja, em média, nos Estados Unidos o animal é abatido com 2,34 vezes o peso do animal brasileiro, demonstrando um grande espaço para aumento de produtividade dos bovinos no Brasil.

Sobre este panorama de melhoria da produtividade, está inserida a indústria veterinária, onde a demanda por produtos veterinários tem potencial crescimento devido ao baixo índice de tecnificação nas propriedades. De acordo com dados da consultoria Athenagro, no ano de 2019, somente 11% do gado bovino brasileiro seria classificado como pertencente a propriedades com alto nível de tecnificação, enquanto 54% dos animais encontravam-se em fazendas de média tecnificação e 36%, em baixa. O uso de tecnologias dentro das propriedades está ligado aos tratamentos curativos e cada vez mais sobre o uso de terapias preventivas, onde o produtor que busca maiores índices de produtividade utiliza um manejo profilático através da vacinação do rebanho. Além disso, outro potencial de difusão é o potencial de melhoramento genético do rebanho brasileiro e o uso de protocolos de reprodução, com a técnica de inseminação artificial por tempo fixo (IATF).

Sobre o uso de protocolos de IATF, que aumentam a produtividade dos pecuaristas, observa-se cada vez mais a aderência por este tipo de tecnologia. O acompanhamento da taxa de desfrute, que é a produção em arrobas ou cabeças em determinado espaço de tempo em relação ao rebanho inicial, é um indicador que mostra essa evolução. Em 1997, essa taxa era de 11% e, em 2019, já passava de 18%, valor ainda baixo, comparado aos Estados Unidos, por exemplo, que estava em 35,4% no mesmo ano, mas mostrando números próximos, praticamente lineares, ao longo dos últimos 22 anos (Fonte: CEPEA). Ou seja, o Brasil mostra bastante espaço para aumentar a produção de seu rebanho e isto tem ocorrido ao longo do tempo.

Histórico da taxa de desfrute no Brasil, 1997 a 2019



Fonte: CEPEA

Animais de Companhia

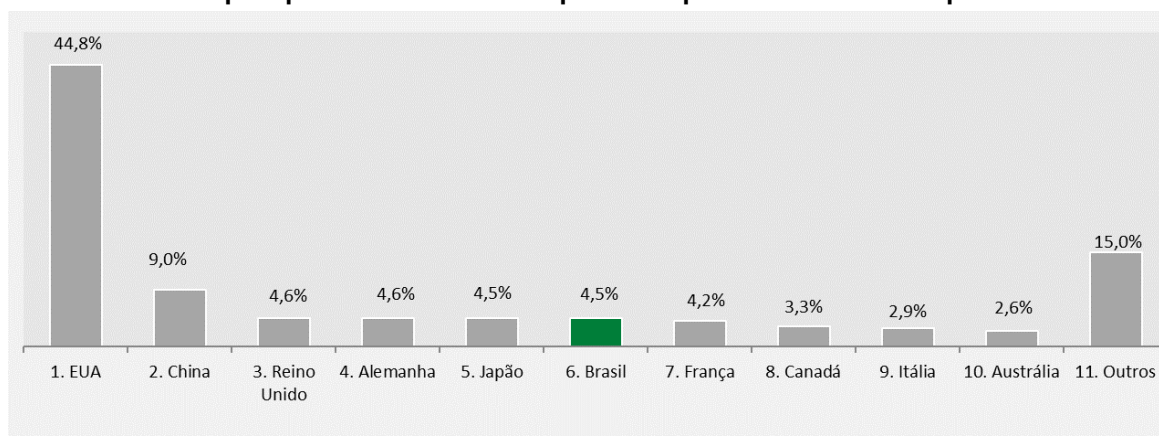
O segmento de animais de companhia, ou pets, subdivide-se em cães e gatos. Um termo mais amplo seria "animais domésticos", que inclui também outros pequenos animais, como peixes, aves, pequenos mamíferos e répteis.

Acreditamos que o forte crescimento econômico mundial ao longo dos últimos anos, em particular nos países emergentes, levou ao aumento do rendimento disponível dos cidadãos mundiais, acarretando o aumento de animais domésticos, ou pets, à escala global. Outro fator a ser considerado é a proximidade da relação de convivência das pessoas com esses animais dentro de suas residências, o aumento da expectativa de vida juntamente com a mudança dos perfis familiares encontrados atualmente.

Esses pontos levam ao aumento da demanda de cuidados com os pets, ocasionando o desenvolvimento da medicina veterinária e da indústria do segmento com o surgimento constante de novas soluções para os animais de companhia incluindo vacinas, diagnósticos e medicamentos capazes de aumentar a expectativa e a qualidade de vida desses animais.

No Brasil, com o aumento da renda disponível e melhoria do padrão de vida, o gasto com pets apresenta tendência crescente, tanto em termos absolutos, com o aumento do número de animais de companhia, quanto unitariamente, considerando os gastos incorridos pelos tutores de animais domésticos.

Segundo a Abinpet, o faturamento mundial para animais de companhia no ano de 2021 foi de US\$139,2 bilhões, com os Estados Unidos representando quase 44% desse mercado total, seguido da China, com 9%.

Principais países em vendas de produtos para animais de companhia

Fonte: Euromonitor, elaborado pela Abinpet

O Brasil figura como o sexto principal mercado, com participação de 4,5% do total de faturamento em dólares, no setor, em 2021. Contudo, em anos anteriores, antes da desvalorização da moeda brasileira frente ao dólar, o Brasil chegou a ocupar a segunda posição em representatividade no faturamento do mercado pet global. Segmentando este faturamento, temos que 79% é advindo de Pet Food, 14% de Pet Vet e 7% de Pet Care.

Em que pese o fato do total de animais de estimação nos Estados Unidos ser de 184 milhões (90 milhões de cães e 94 milhões de gatos de acordo com a APPA, pesquisa 2017/2018), ainda existe um potencial muito grande a ser explorado no mercado brasileiro. Aliado a isto existe o fato de a relação entre as famílias e seus animais de estimação ter se tornado cada vez mais emocional.

Para dimensionar a lacuna de mercado a ser explorada, realizamos um comparativo com o mercado de produtos para cães e gatos dos Estados Unidos, principal do mundo, em termos de penetração da população pet, valor de mercado total e participação de faturamento relacionado a cuidados veterinários neste montante relativos a 2021, conforme a tabela a seguir.

	A. População do país	B. Quantidade de cachorros e gatos	Penetração Pet	C. Mercado total pet	Gastos em saúde vet	Gasto por animal
	milhões		B / A	US\$ Bi	US\$ Bi	C / B
EUA	331,9	183,9	55%	62,4	31%	\$ 339,11
Brasil	214,3	85,2	40%	6,4	14%	\$ 75,15

Fonte: Abinpet, APPA, IBGE, Censo EUA

A mudança de status dos pets é evidente. Eles deixaram de ser vistos como animais de estimação para se tornarem membros da família e ninguém deixa um ser que “ama” sem itens fundamentais, como comida, banho, cuidados com a saúde, vacinas, dentre outras.

Em 2021, o segmento de animais de companhia, no Brasil, representou aproximadamente 25% do mercado total de saúde animal, com receitas em torno de R\$2,28 bilhão de reais. No período de 2013 a 2021, segundo dados do SINDAN, o mercado de saúde animal para o segmento de pets tem crescido no Brasil, em termos nominais, a uma taxa anual composta de 18,2%, o que pode ser explicado pelos seguintes fatores:

- Formação de novos perfis de famílias, com redução na quantidade de filhos por casal ou mesmo ocorrência de famílias unicelulares;

- Aumento da renda disponível dos tutores de animais de companhia;
- Aumento da expectativa de vida das pessoas e dos pets;
- Humanização dos pets, fazendo com que as pessoas os tratem como membros da família e gastem maior parte de seus orçamentos com os animais;
- Verticalização dos grandes centros urbanos, o que exige maiores cuidados com os animais domésticos; e
- Lançamento de novas tecnologias de prevenção e tratamento.

Fortes Barreiras à Entrada no Mercado de Saúde Animal

O mercado de saúde animal oferece fortes barreiras para a entrada de novos participantes, as quais defendem nossa posição como o principal player nacional e um dos principais no contexto global. Uma potencial entrada no mercado de saúde animal no Brasil exigirá do novo participante, um processo de autorização legal extenso e oneroso, com um significativo investimento.

Entre as barreiras mais relevantes podemos destacar:

Registro dos produtos

A entrada de novos players está limitada aos tempos de pesquisa e desenvolvimento dos novos produtos e aos prazos para obtenção das diversas autorizações legais e regulatórias. Em média, após concluídos toda a fase interna de pesquisa e desenvolvimento, os registros de produtos junto aos órgãos competentes são concedidos, no prazo aproximado superior a dois anos.

A fabricação de um novo produto no mercado brasileiro de saúde animal pode requerer a construção de uma fábrica totalmente operacional. A construção de uma planta industrial pode levar até dois anos para ser satisfatoriamente concluída.

Marcas

O estabelecimento de marcas fortes, com um *track record* de sucesso, aliado à fidelidade e uma boa relação com clientes, é essencial para a penetração no mercado de saúde animal.

Rede de distribuição/vendas

A presença de uma rede de distribuição que abrange todo o território nacional, bem como de uma equipe de forças de venda capacitada e de uma rede sólida de clientes, mostram-se essenciais para a entrada no mercado de saúde animal.

Produtos

O desenvolvimento de novos produtos ou aprimoramento dos já existentes, obtidos a partir do conhecimento de realidade local e da percepção das necessidades dos clientes, que pode apenas ser atingida com a atuação ao longo de muitos anos no mercado, são necessários para a consolidação no setor de saúde animal.

Os novos players devem possuir um vasto portfólio de produtos, com uma completa rede de fórmulas e dosagens, e com diferentes métodos de aplicação adaptáveis a diferentes produtores.

Contexto regulatório

O Decreto nº 5.053, de 22 de abril de 2004, conforme alterado pelo Decreto nº 8.448, de 6 de maio de 2015, o Decreto 8.840 de 24 de agosto de 2016, e o Decreto 6.296 de 12 de dezembro de 2007, regulam e estabelecem orientações para a inspeção de produtos veterinários e produtos para

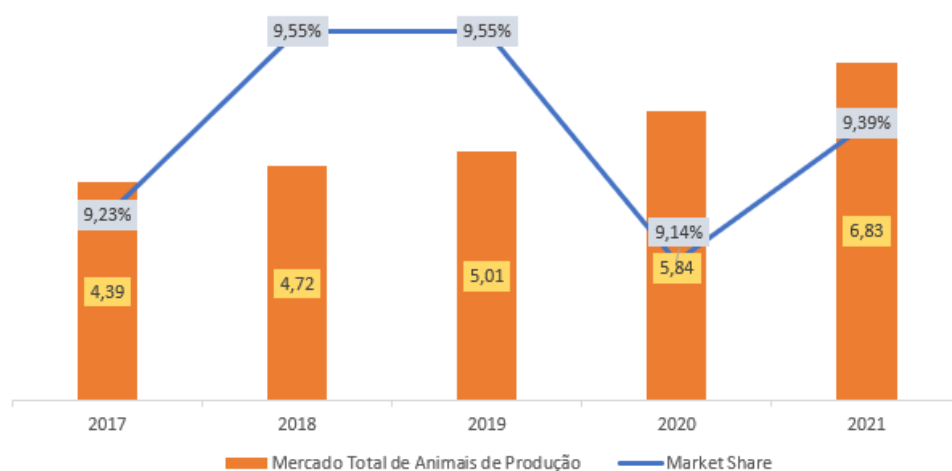
alimentação animal e de instalações produtivas. Neste contexto, todas as unidades produtivas e plantas industriais do setor de saúde animal devem respeitar as Boas Práticas de Fabricação” definidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

(i) participação em cada um dos mercados

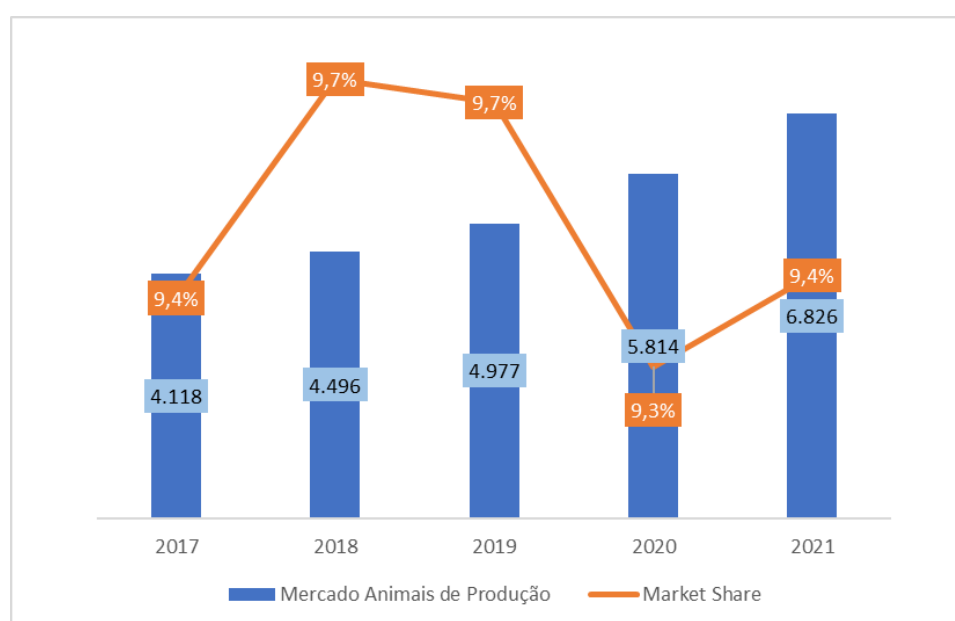
Animais de produção

Nossa taxa composta de crescimento anual no segmento animais de produção, no período compreendido entre os anos de 2017 a 2021, de 12,5%, resultando em um *market share* no valor de 9,4% considerando os valores divulgados pelo SINDAN.

Faturamento de Saúde Animal para animais de produção e *market share* da Companhia



Fonte: Análises internas, com base em dados do SINDAN 2021

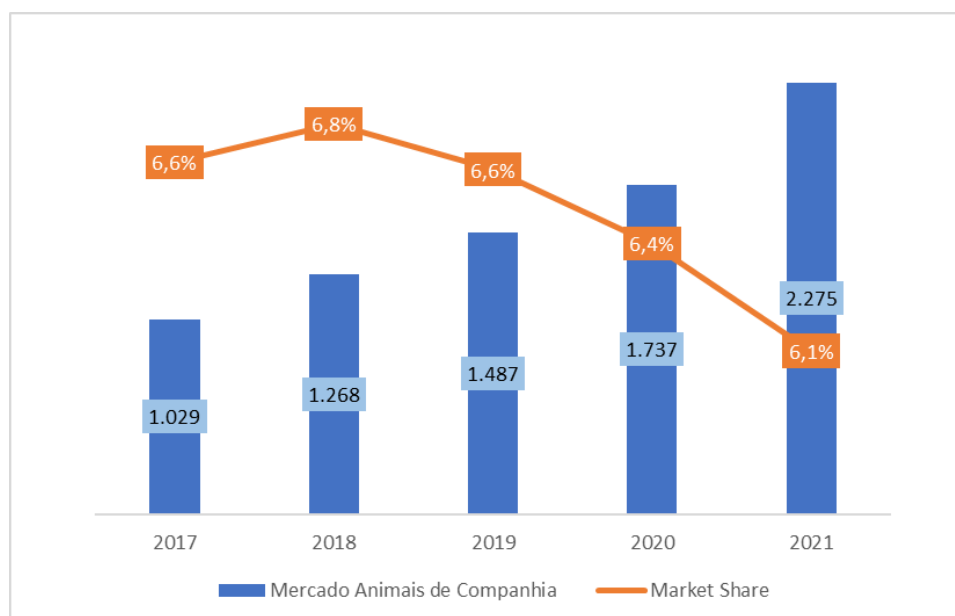


Fonte: Análises internas, com base em dados do SINDAN 2021

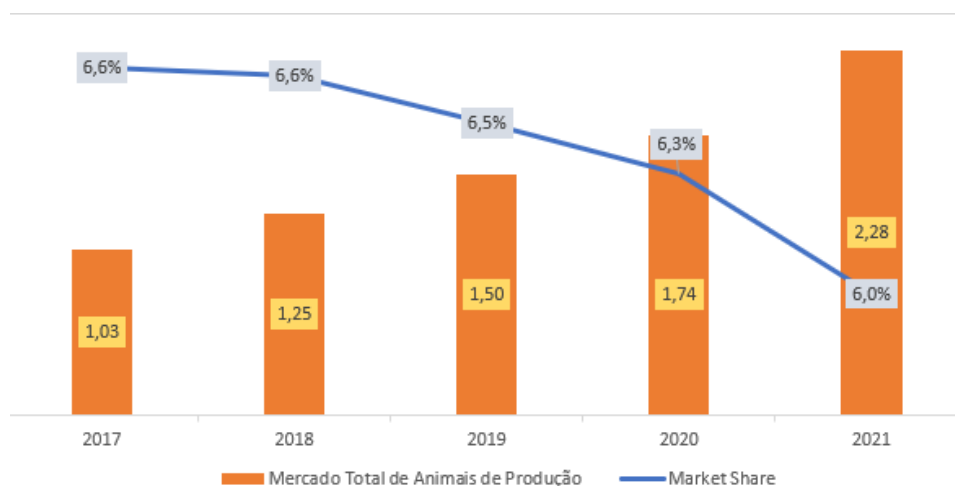
Animais de Companhia

Nossa taxa composta de crescimento anual no segmento de animais de companhia, no período compreendido entre os anos de 2017 a 2021, foi de 18%.

Faturamento de saúde animal para cães e gatos e *market share* da Companhia, 2017 a 2021



Fonte: Análises internas, com base em dados do SINDAN 2021



Fonte: Análises internas, com base em dados do SINDAN 2021

(ii) condições de competição nos mercados

Nossos principais concorrentes possuem uma forte presença tanto nos segmentos de Animais de Produção como no segmento de Animais de Companhia. De acordo com os resultados do SINDAN (RKE), ocupamos, no final de 2022, a terceira posição no mercado veterinário brasileiro com um *market share* de aproximadamente 8,8%.

Somos a maior empresa brasileira no mercado global de saúde animal, em meio a um cenário de várias fusões e aquisições recentes, que propiciaram concentração de relevância do mercado brasileiro em poucas empresas multinacionais. Alguns exemplos a citar são a aquisição mais

recente da Bayer pela Elanco, a Merial sendo adquirida pela Boehringer Ingelheim, a Vallée comprada pela MSD e a Hertape Calier pela Ceva. Outras aquisições de menores proporções, que serviram para empresas estrangeiras entrarem no Brasil foram a aquisição da Biovet pela Vaxxinova, a Vencofarma pela Dechra e, ainda, a Clarion e anteriormente a Farmagrícola, pela Vetóquinol.

(d) eventual sazonalidade

A sazonalidade em nosso setor decorre principalmente de fatores como: clima tropical, sistema extensivo de produção e manejo, além de características regionais.

Os produtos que comercializamos são destinados, em sua maioria, ao controle de agentes (parasitas e/ou microrganismos) que acometem os animais nas diferentes fases do seu ciclo de vida e ao controle farmacológico do ciclo estral de fêmeas bovinas. Estes agentes têm o seu desenvolvimento e proliferação ligados a condições climáticas, tais como temperatura e umidade e com relação aos protocolos reprodutivos estes também possuem sazonalidade definida de acordo com a estação de monta para fêmeas de corte. Assim, as vendas de nossos produtos podem sofrer variações ao longo do ano de acordo com as condições predominantes em cada estação e em cada região do país.

O ciclo de vida dos agentes causadores de doenças se desenvolve com maior ou menor intensidade em decorrência de fatores e condições climáticas, como por exemplo:

- ectoparasitas externos (moscas, carrapatos, berne, sarna, piolho e pulga): necessitam de calor e umidade para o seu desenvolvimento, portanto se desenvolverão com maior intensidade nas estações da primavera e verão quando estas condições estarão presentes com maior intensidade, criando um ambiente propício para sua multiplicação. Em consequência deste fato, as nossas vendas de produtos para controle destes agentes se intensificarão nestas épocas em decorrência da maior procura dos pecuaristas por esses medicamentos. Pelo outro lado, quando nestas estações a umidade e o calor são menores do que o esperado, ocorre menor utilização dos produtos de controle devido a menor disseminação dos parasitas.
- agentes causadores de doenças respiratórias: estão presentes no meio ambiente ao longo de todo o ano, todavia encontram os meios para multiplicação nos animais durante o inverno, quando estes apresentam seu sistema respiratório debilitado em virtude da baixa umidade e temperatura, sendo assim a venda de antibióticos para controle destas doenças aumenta nesta época do ano;
- agentes causadores de doenças gastrintestinais: estão presentes no meio ambiente ao longo de todo o ano, mas encontram condições ideais para acometimento dos animais durante o verão e primavera, quando eles apresentam este sistema mais debilitado em virtude das altas temperaturas e ingestão de alimentos com alto teor de umidade, consequentemente a venda de produtos para controle destas doenças é potencializada nestas épocas do ano; e
- produtos para reprodução (controle farmacológico do ciclo estral): para que os animais se reproduzam é necessário que tenhamos alimento em abundância e esta situação, em sistemas extensivos de criação, predomina durante a primavera, o verão e parte do outono, portanto, os produtos voltados para reprodução serão utilizados com maior intensidade nestas estações.

Possuímos também em nosso portfólio, produtos que não sofrem impacto dos fatores anteriormente mencionados, mas apresentam uma sazonalidade relacionada aos diferentes programas sanitários

adotados pelos produtores de determinadas regiões, sendo que este fenômeno é mais comum nas criações com sistemas mais intensivos como nos casos da avicultura, suinocultura e bovinocultura de leite.

A profissionalização dos produtores e, consequente, aumento do uso de tecnologias é fator importante neste processo, pois tende a diminuir o impacto da sazonalidade das doenças à medida que os produtores passam a se preocupar mais com o controle estratégico (prevenção da doença) do que com o tratamento. Neste caso o uso dos produtos deixa de estar relacionado ao aparecimento das doenças e migra para fases mais específicas de controle, o que tendem a diluir o uso dos produtos durante o ano.

De forma geral, possuímos produtos para uso em vários segmentos e que podem ser usados para o tratamento ou controle de mais de uma doença o que faz com que a sazonalidade apresente um efeito muito mais pronunciado para determinados produtos e/ou segmentos do que para o faturamento global do negócio.

Em animais de companhia também há uma sazonalidade de produtos relacionada a condições climáticas, principalmente produtos relacionados ao controle de ectoparasitoides, que têm vendas mais forte no verão, e produtos para doenças articulares e controle da dor no inverno. Esse aspecto não impacta, significativamente, a sazonalidade de venda total da Companhia.

(e) principais insumos e matérias primas, informando:

(i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Temos um relacionamento de qualidade e de longo prazo com nossos fornecedores, sendo muitos deles parceiros de longa data. A relação com nossos fornecedores é regida pelos valores por nós adotados, mas primordialmente pela necessidade de qualidade de fornecimento.

Possuímos um programa de desenvolvimento e qualificação de fornecedores, através do qual são realizadas ações de treinamento, transferência de conhecimento e de tecnologia, bem como realizadas auditorias de qualidade. Adquirimos matérias primas de fornecedores qualificados, que tenham passado pelo programa de qualificação e que atendam aos nossos requisitos de qualidade.

Nossas relações com fornecedores estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, no caso dos países em que o Brasil possui acordos bilaterais, como Argentina e Uruguai, mas os insumos que adquirimos, bem como nossas atividades, estão sujeitas à regulamentação aplicável.

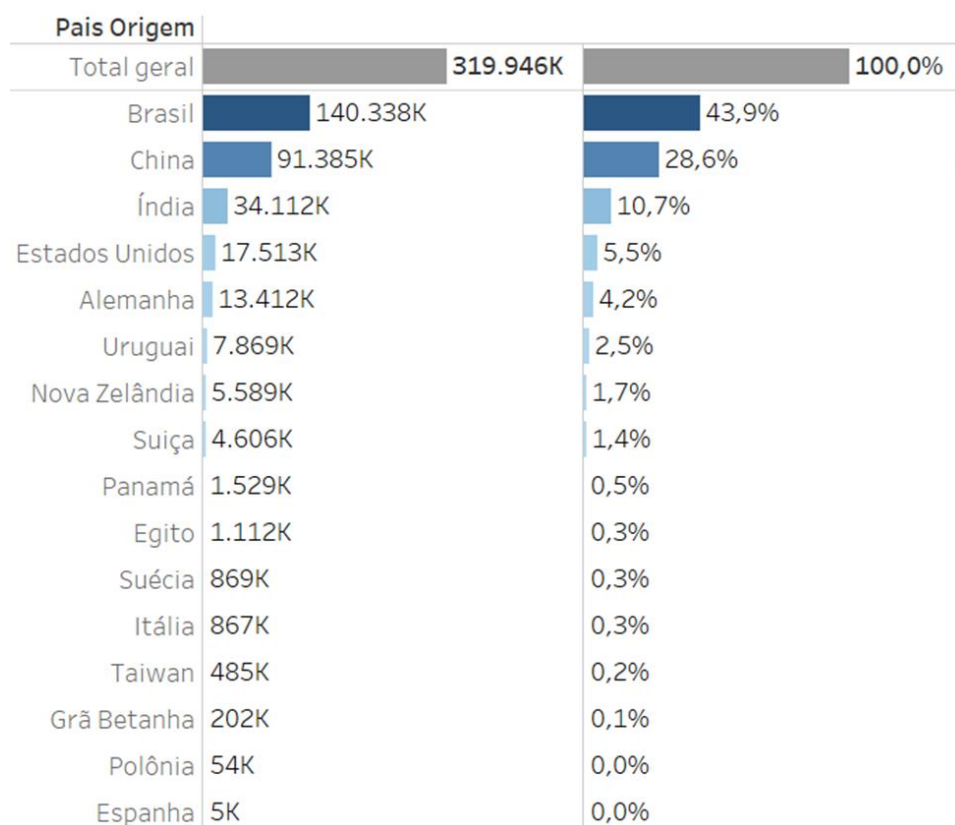
(ii) eventual dependência de poucos fornecedores

Possuímos uma base diversificada de fornecedores e, devido ao esforço ativo na gestão de compras em cada elo da nossa cadeia produtiva, não possuímos forte dependência de um único fornecedor. Somos capazes de responder com considerável agilidade às interrupções de abastecimento de um determinado fornecedor, deslocando o fornecimento do insumo para outro fornecedor qualificado. Adotamos como prática buscar pelo menos dois fornecedores para cada prima, mitigando, assim, o risco de fornecimento.

Nossos fornecedores estão situados no Brasil e em mais 15 países diferentes, com destaque para China, Índia, Estados Unidos, Alemanha, Uruguai, Nova Zelândia e Suíça, sendo que esses países, somados ao Brasil, representam 98% de todas as nossas compras de insumos.

Apresentamos abaixo a representatividade de cada país em relação ao total de todas as nossas de

insumos:



Fonte: Análises Internas

(iii) eventual volatilidade em seus preços

Historicamente, até meados de 2017 não era relevante a volatilidade nos preços dos insumos que adquiríamos para a fabricação de nossos produtos. Contudo, desde o final do ano de 2017 temos observado a volatilidade no preço de alguns insumos importados, de modo que os preços podem ser impactados pela volatilidade da taxa de câmbio do real em relação ao dólar americano e ao euro.

Com as recentes discussões comerciais entre China e EUA, poderá haver impacto na volatilidade cambial do real em relação ao dólar, também impactando no preço de materiais importados.

Situações emergenciais internacionais poderão impactar na retomada de fabricação e transporte mercadorias em outros países ou também reduzir a produção do país, impactando em abastecimento de matéria-prima. Em 2022, apesar do cenário de pandemia global e da valorização do dólar, não tivemos falta de insumos e matérias-primas que pudessem impactar as nossas atividades.

1.5 - Principais clientes

(a) montante total de receitas provenientes do cliente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total.

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total.

1.6 - Efeitos relevantes da regulação estatal

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Regulamentação Regulatória

A fiscalização da indústria, do comércio e do emprego de produtos de uso veterinário e de alimentação animal em território nacional é realizada pelo MAPA por meio da Secretaria de Defesa Agropecuária.

De acordo com os Decretos de nº 5.053, de 22 de abril de 2004 (e suas atualizações), e de nº 6.296, de 11 de dezembro de 2007, todo estabelecimento que fabrique, manipule, fracione, envase, rotule, controle a qualidade, comercie, armazene, distribua, importe ou exporte produtos de uso veterinário e produtos destinados à alimentação animal para si ou para terceiros deve, obrigatoriamente, estar registrado no MAPA, para efeito de licenciamento. As licenças para funcionamento dos estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário e nutrição animal somente serão concedidas após inspeção e aprovação das instalações que devem ser adequadas ao estabelecido pelos mencionados Decretos, atendendo às normas de Boas Práticas de Fabricação (“BPF”) estabelecidas pelo MAPA, aos regulamentos específicos de produção, ao controle de qualidade e biossegurança por ele definidos, e também às normas de higiene e segurança do trabalho, estabelecidas pelos órgãos oficiais competentes. Uma vez concedida a licença para o funcionamento do estabelecimento da indústria farmacêutica veterinária, esta deverá ser renovada anualmente, devendo a empresa proprietária requerer sua renovação. No caso do estabelecimento que produz, fábrica, manipula, fraciona, importa e comercia produto destinado à alimentação animal, o registro de estabelecimento será efetuado por unidade fabril e terá prazo de validade de cinco anos, podendo ser renovado, pelo mesmo período, sucessivamente.

Os produtos de uso veterinário, nacionais ou importados, incluindo vacinas, devem também ser devidamente registrados e aprovados pelo MAPA, especificamente pela Coordenação de Registro Fiscalização de Produtos Veterinários (“CPV”) do Departamento de Saúde Animal e Insumos Agropecuários (“DSA”) do MAPA. O registro concedido ao produto de uso veterinário nacional ou importado terá validade por dez anos, renovável, a pedido do interessado, por períodos sucessivos de igual duração, por meio da apresentação de requerimento protocolizado até a data de vencimento. Ademais, a Instrução Normativa SDA Nº 35, de 11 de setembro de 2017 do MAPA, estabelece os procedimentos para fabricação, armazenamento, manipulação, comercialização, distribuição, importação e exportação de substâncias sujeitas a controle especial quando destinadas ao uso veterinário e dos produtos de uso veterinário que as contenham.

Dada a importância dos produtos veterinários no diagnóstico, na prevenção, no tratamento e na erradicação das enfermidades dos animais, na produção de alimentos e nas questões sobre seu impacto na saúde pública, todo produto deverá cumprir com as mais exigentes normas de qualidade, matérias-primas, processos de produção e de produtos terminados, para o qual se tomarão por referência as reconhecidas internacionalmente.

Caso a Companhia descumpra quaisquer das obrigações perante o MAPA, no que se refere aos produtos de uso veterinários, poderá se sujeitar não apenas às sanções civis e penais cabíveis, mas também às sanções previstas no artigo 82 do Decreto nº 5.053/04, tais como: (i) advertência, quando o infrator for primário e não tiver agido com dolo ou má-fé; (ii) multa no valor de R\$ 880,00 a R\$ 2.640,00 (oitocentos e oitenta reais a dois mil seiscentos e quarenta reais), dobrados sucessivamente nas reincidências, até três vezes, sem prejuízo, quando for o caso, do cancelamento do registro do produto ou da cassação do registro do estabelecimento; (iii) apreensão

do produto; (iv) inutilização do produto; (v) suspensão da venda ou da fabricação do produto; (vi) cancelamento do registro e licenciamento do produto; (vii) interdição do estabelecimento; (viii) cancelamento do registro e licenciamento do estabelecimento; e (ix) apreensão e inutilização do material de propaganda.

Além dos produtos de uso veterinário, os produtos da Companhia destinados à alimentação animal e classificados como aditivo zootécnico melhorador de desempenho para serem comercializados também devem, obrigatoriamente, estar registrados no MAPA, com exceção de ingredientes, suplementos para ruminantes, premix, núcleos, suplementos destinados a alimentação animal, concentrados e rações destinados à alimentação animal que são isentos de registro, conforme disposto na Instrução Normativa nº 54/2018, Instrução Normativa nº 110/2020, Instrução Normativa nº 51/2020 e Instrução Normativa 03/2021, todas do MAPA. O registro destes produtos terá validade de cinco anos, podendo ser renovado, pelo mesmo período, sucessivamente, desde que pleiteado com antecedência de até sessenta dias do seu vencimento. Caso a Companhia descumpra quaisquer de suas obrigações perante o MAPA, seja por não manter vigentes os alvarás dos estabelecimentos, ou por não manter vigentes ou renovar os registros dos produtos, ou ainda em caso de não observância da legislação setorial, estará sujeita não apenas a sanções civis e penais cabíveis, como também às sanções previstas no Decreto nº 6296/2007, tais como: (i) advertência (ii) multa de até dez salários mínimos; (iii) apreensão de matérias-primas e produtos acabados; (iv) suspensão, impedimento ou interdição temporária ou definitiva de funcionamento; ou (v) cassação ou cancelamento do registro.

Conforme estabelece a Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980, a Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968 e a Resolução nº 1177, de 17 de outubro de 2017, as entidades que fabricam e/ou manipulam produtos de uso veterinários devem, obrigatoriamente, estar registradas perante o Conselho de Medicina Veterinária, correspondente aos Estados/Regiões onde funcionarem, bem como devem obter uma Anotação de Responsabilidade Técnica, indicando o profissional responsável técnico encarregado das atividades veterinárias. Caso a Companhia descumpra quaisquer das determinações estabelecidas na regulamentação aplicável poderá se sujeitar ao pagamento de multa no valor de R\$ 3.000,00, dobrada na reincidência até o limite de R\$ 24.000,00, nos termos do art. 1º da Resolução do Conselho Regional de Medicina Veterinária nº 682, de 16 de março de 2001.

Conforme estabelece a Lei nº 11.974, de 08 de outubro de 2008, compete ao Conselho Nacional de Controle e Experimentação Animal – CONCEA, credenciar e monitorar as instituições que realizam pesquisas científicas e testes em animais. Cumpre ressaltar que nossos estabelecimentos que realizam pesquisas científicas e testes em animais estão devidamente registrados perante o CONCEA, bem como tais atividades são realizadas em conformidade com a legislação aplicável. Ademais, nossas atividades de pesquisas científicas e a realização de testes em animais são devidamente supervisionados por nossas Comissões de Ética no Uso de Animais – CEUAs, constituídas para garantir que todas as normas e exigências legais sejam respeitadas durante a realização dos testes.

A Lei de Biossegurança (Lei 11.105 de 24 de março de 2005), estabelece normas de segurança e fiscalização para atividades que envolvam Organismo Geneticamente Modificado (“OGM”) e derivados, sendo que os interessados deverão requerer autorização pela CTNBIO (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) para exercerem atividades relacionadas. Cumpre ressaltar que nossos estabelecimentos que realizam atividades que envolvam OGM e seus derivados são devidamente cadastrados e realizam as atividades em conformidade a legislação aplicável. Essas atividades são devidamente supervisionadas pela Comissão Interna de Biossegurança (CIBIO).

De acordo com a regulamentação aplicável, as pessoas jurídicas que desempenhem atividades

que envolvem produtos ou substâncias químicas com propriedades destrutivas, tóxicas, corrosivas, inflamáveis, explosivas, entre outras características, sujeitas ao controle, regulação e fiscalização pelo Exército e pelos Departamentos competentes da Polícia Federal e da Polícia Civil devem requerer as seguintes licenças: (i) Registro emitido pelo Exército; (ii) Certificado de Registro Cadastral e Certificado de Licença de Funcionamento, emitidos pelo Departamento competente da Polícia Federal; e (iii) Alvará de Licença e Certificado de Vistoria/Inspeção, emitidos pelo Departamento competente da Polícia Civil Estadual. Caso a Companhia descumpra quaisquer de suas obrigações perante as mencionadas autoridades governamentais poderá se sujeitar não apenas às sanções civis e penais cabíveis, mas também às sanções previstas na Lei nº 10.357/2001 de 27 de dezembro de 2001: (i) advertência; (ii) apreensão do produto ou substância controlada; (iii) suspensão ou cancelamento das licenças; (iv) revogação das licenças; e (v) multa até R\$ 1.064.100,00.

Na data deste Formulário de Referência, os estabelecimentos da Companhia cumprem substancialmente com as regras e requisitos da regulamentação aplicável, incluindo a obtenção e renovação das licenças aplicáveis, sendo empregados os melhores esforços e tomadas as medidas necessárias para o regular funcionamento dos estabelecimentos perante as autoridades governamentais aplicáveis.

Histórico de Relacionamento com Órgãos Governamentais

A nossa administração entende ter bom relacionamento com o MAPA e os órgãos ligados a ele, bem como CTNBio – Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), Ministério da Saúde, autarquias de água e esgoto, DAEE – Departamento de Água e Energia Elétrica, SAE - Serviço de Água e Esgoto, CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo e IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, dentre outros. Isso se reflete no curso normal de obtenção das autorizações e registros necessários para a condução de nossas atividades.

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

As leis sobre privacidade e proteção de dados tem evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (informações relacionadas a indivíduos) podem ser utilizados pelas organizações.

Os direitos à intimidade e à vida são genericamente assegurados pela Constituição Federal e pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (Código Civil), mas, na ausência de regras mais específicas sobre o tema, a legitimidade das práticas envolvendo o uso de dados pessoais foi, historicamente, avaliada de forma casuística pelo judiciário. A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, conforme alterada (Código de Defesa do Consumidor) procurou trazer contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores. Com a evolução da tecnologia de processamento de dados, a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, conforme alterada (“Lei do Cadastro Positivo”), também teve como objetivo estabelecer regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores. A Lei do Cadastro Positivo foi alterada, em abril de 2019, para determinar a adesão automática de indivíduos aos bancos de dados do sistema do cadastro positivo, com opção de solicitar sua exclusão. A Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, também teve como objetivo regular o uso e tratamento de dados coletados por meio da internet.

Assim, até agosto de 2018, quando foi aprovada a Lei nº 13.709 (“**Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**” ou “**LGPD**”), as práticas relacionadas ao uso de dados pessoais eram reguladas por algumas normas esparsas e setoriais apenas. A LGPD, que está em vigor desde setembro de 2020,

trouxe um sistema de regras novo com relação ao tratamento de dados pessoais, mais completo e de aplicação transversal, afetando todos os setores da economia e incluindo as empresas que tratam um maior volume de dados pessoais. A referida lei tem como objetivo criar um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais informações, trazendo novas obrigações a serem observadas.

A LGPD estabelece uma nova estrutura legal para o tratamento de dados pessoais e prevê os direitos dos titulares de dados pessoais, padrões legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, bases legais que justificam o tratamento de dados pessoais, obrigações e requisitos relacionados a incidentes de segurança, vazamentos e transferências de dados, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que: (i) o tratamento de dados pessoais ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados pessoais destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços ou tratamento de dados pessoais de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estejam localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais sejam coletados.

A LGPD é, portanto, aplicável a toda indústria e/ou negócio que realize tratamento de dados pessoais, não se restringindo apenas a atividades de processamento de dados realizadas através da mídia digital e/ou na internet. Além disso, a LGPD criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”) que, entre outras funções, será responsável por elaborar diretrizes para a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade, bem como fiscalizar a aplicar sanções em caso de descumprimento à legislação, mediante processo administrativo.

A Companhia iniciou o processo de adequação aos requisitos previstos na LGPD em 2020, sendo que, na data de apresentação anual deste Formulário de Referência, a Companhia cumpria com as regras e requisitos da legislação aplicável relativa ao tratamento de dados pessoais.

(b) principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pela Companhia

Estamos sujeitos a diversas leis e regulamentos ambientais nas esferas municipal, estadual e federal em nossos segmentos de atuação. Essas normas estabelecem restrições e condições para nossas operações referentes à utilização de recursos hídricos, emissões atmosféricas, gerenciamento de resíduos sólidos, uso de substâncias químicas controladas, tratamento de efluentes, gerenciamento de áreas contaminadas, entre outras.

A aprovação de leis e regulamentos mais rígidos, ou a interpretação mais rígida das atuais leis e regulamentos, pode impor novos riscos e/ou custos sobre a Companhia, além de exigir mais investimentos relacionados a equipamentos de prevenção e controle da poluição. A Companhia não tem como garantir que os custos por ela incorridos no cumprimento da legislação ambiental, em vigor e futura, não irão afetar de maneira adversa seus resultados operacionais e situação financeira.

Licenciamento Ambiental

A legislação ambiental brasileira determina que o regular funcionamento de atividades consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação ao meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental junto ao órgão competente.

Neste viés, nossas atividades estão sujeitas ao prévio licenciamento ambiental aplicável para a construção, a implantação, a modificação, a ampliação e a operação de atividades e/ou empreendimentos potencialmente poluidores. O processo de licenciamento envolve a emissão

consecutiva de três licenças de acordo com as fases do empreendimento, todas com prazos determinados de validade: Licença Prévia (atesta a viabilidade ambiental e estabelece os requisitos básicos para as próximas fases de implementação), Licença de Instalação (autoriza a instalação do empreendimento e/ou atividade) e Licença de Operação (autoriza a operação do empreendimento e/ou atividades), sendo que a licença de operação (LO) emitida precisa ser renovada periodicamente. O processo de licenciamento ambiental costuma ser custoso e longo, envolvendo a apresentação de estudos técnicos. Ainda, a validade das licenças ambientais depende do cumprimento das condicionantes técnicas estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador na respectiva licença.

Buscamos cumprir com as exigências técnicas das licenças ambientais obtidas para nossas atividades. No entanto, não temos garantia de que conseguiremos renovar tempestivamente as licenças ambientais, bem como não podemos assegurar a obtenção de eventuais licenças exigíveis em razão dos atrasos ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como a eventual impossibilidade de protocolar tempestivamente os respectivos pedidos de renovação de licença ou de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental.

A ausência de licenças ou autorizações dos órgãos ambientais competentes, bem como a operação em desacordo com as licenças concedidas, pode sujeitar a Companhia a sanções administrativas, que podem resultar em multas de R\$500,00 a R\$10.000.000,00, suspensão parcial ou total da atividade, entre outras penalidades, sem prejuízo de sanções penais e da necessidade de reparação dos danos ambientais na esfera civil.

Responsabilidade Ambiental

Em caso de descumprimento de quaisquer normas ambientais aplicáveis, podemos ser responsabilizados em três esferas: (i) civil; (ii) administrativa; e (iii) criminal.

Na esfera civil, aquele que causar dano ao meio ambiente é responsável por reparar ou indenizar o dano causado, independentemente da comprovação de culpa dos agentes, bastando a demonstração de nexo de causalidade. Aplica-se a responsabilidade de forma objetiva e solidária em relação a todas as partes direta ou indiretamente envolvidas na geração do dano. Nesse cenário, tendo mais de uma empresa contribuído para um dano ao meio ambiente, ou tendo o dano sido cometido por um prestador de serviço (por exemplo, responsável pela destinação de resíduos), poderá ser demandada à remediação ou pagamento de indenização aquela que tiver maiores condições financeiras para fazê-lo, cabendo, posteriormente, direito de regresso contra as demais empresas envolvidas. Como consequência, quando a Companhia contrata terceiros para proceder a qualquer intervenção nas suas operações não está isenta de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados por estes terceiros contratados. Não existe, na legislação brasileira, previsão de teto ou limitação no valor a ser fixado a título de indenização pelo dano ambiental, o qual será proporcional ao dano causado.

Na esfera administrativa, toda ação ou omissão que importe na violação de norma de preservação ao meio ambiente decorrente de culpa ou dolo, independentemente da efetiva ocorrência de dano ambiental, é considerada infração administrativa ambiental. As infrações administrativas são punidas com: advertência, multa simples, multa diária, suspensão parcial ou total das atividades, restrição de direitos, entre outras. As multas por dano ambiental podem chegar a R\$50.000.000,00, sendo que a multa máxima é aplicada, geralmente, em casos que causam grande impacto ambiental ou risco à saúde humana.

Por fim, a Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9.605/1998) prevê a responsabilização em caráter subjetivo, de todos aqueles que, de qualquer forma, concorrem para a prática de crimes

contra o meio ambiente, sendo cada qual penalizado na medida de sua culpabilidade. Tal lei prevê, ainda, a responsabilidade da pessoa jurídica, caracterizada se a infração for cometida (i) por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado; ou (ii) no interesse ou benefício da pessoa jurídica que representa. A responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes, o que estende a responsabilidade de tais atos aos membros das pessoas jurídicas que tenham participado de tais decisões ou tenham se omitido, quando poderiam evitar os prejuízos delas advindos. A Lei de Crimes Ambientais prevê as seguintes penalidades para pessoas jurídicas: (i) multa; (ii) restritivas de direitos; e/ou (iii) prestação de serviços à comunidade.

Adicionalmente, é possível a desconsideração da pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados ao meio ambiente, havendo responsabilização dos sócios e administradores da empresa.

Política e Práticas Socioambientais

Inserimos conceitos de desenvolvimento sustentável em nossas práticas diárias, formalizando a política integrada de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, que estabelece dentre outras, investimentos e melhoria contínua de nossos processos, programas de conscientização ambiental de nossos colaboradores e cumprimento de legislações ambientais.

Mantemos procedimentos atualizados de monitoramento, registro e controle de aspectos ambientais, sendo os dados avaliados e considerados no planejamento dos processos inerentes da empresa. Além disso, somos constantemente atualizados sobre os requisitos legais aplicáveis e outros por nós subscritos, relacionados aos aspectos ambientais associados às nossas atividades, produtos e serviços.

Tais procedimentos por nós adotados preveem o uso de serviços profissionais do departamento interno de meio ambiente e sob demanda são contratados serviços externos para atualização e acompanhamento dos requisitos legais pertinentes, incluindo a análise de como a obrigação legal se relaciona aos aspectos ambientais identificados em nossas operações.

Os requisitos legais aplicáveis e outros requisitos por nós subscritos são levados em consideração nas etapas de estabelecimento, implementação e manutenção de nossas atividades, produtos e serviços relacionados ao sistema de gestão.

A definição de objetivos e metas ambientais é estabelecida nas funções e níveis pertinentes, aprovados pela nossa administração e acompanhados, sistematicamente, nas reuniões de análise crítica.

A comunicação ambiental interna e externa mantém procedimento documentado específico para as partes envolvidas, incluindo os prestadores de serviços e visitantes no local de trabalho, o qual define as responsabilidades envolvidas, bem como o ciclo de recebimento, documentação, resposta e registro das decisões tomadas por nós.

Nosso investimento em proteção ambiental inclui ampliação e manutenção de infraestrutura para captação de recursos e tratamento de efluentes, terceirização de serviços especializados e capacitação de colaboradores, tanto aos que lidam diretamente com a área observada, como para os demais como forma de conscientização.

No ano de 2022, deu-se continuidade ao processo de logística reversa em todos os estados onde foram compensados 100% de todos os resíduos não perigosos gerados (papel/papelão, plástico), cumprindo diretrizes estabelecidas na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei 12.305/10.

Até a data de apresentação anual deste Formulário de Referência, a Companhia não havia aderido a padrões internacionais de proteção ambiental (tais como a ISO 14001).

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, a titularidade de marcas, patentes e outros direitos autorais somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (“**INPI**”), a autarquia federal responsável pelo registro de direitos de propriedade intelectual. Após a concessão do registro de uma marca pelo INPI, o titular passa a deter o direito exclusivo de uso no Brasil por um período de 10 (dez) anos, que poderá ser sucessivamente prorrogado por períodos iguais. Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos e serviços.

Somos titulares de diversas marcas registradas junto ao INPI, tais como “OF Ouro Fino”, “Ouro Fino Saúde Animal”, “Ourofino”, entre outras. Adicionalmente, também somos titulares de nomes de domínio registrados junto ao Registro.br, tal como “ourofinosaudeanimal.com”.

Contamos com uma combinação de segredos industriais, *know-how*, marcas e também as patentes para proteger nossos direitos de propriedade intelectual. Acreditamos que nossas marcas têm valor significativo e desempenham um papel considerável na manutenção e melhoria da posição competitiva de nossos produtos. Nos últimos anos, temos feito substanciais investimentos para melhorar a identidade e reconhecimento de nossas marcas. Esses investimentos incluem várias aquisições e a diversificação de nosso portfólio de produtos, incluindo o lançamento de novos produtos, a ampliação das linhas de produtos existentes, a melhoria da qualidade de nossos produtos, o aprimoramento da apresentação de nossas marcas e embalagens, promoção de campanhas publicitárias e campanhas promocionais.

Parte significativa de nossa propriedade intelectual é composta de *know-how* e segredos industriais. Muitas vezes contamos com as competências tecnológicas e de inovação de nosso pessoal e/ou de terceiros, bem como a manutenção dos nossos segredos industriais, em contraposição a exploração de tecnologia patenteada. Dependemos, assim, de acordos de confidencialidade celebrados com empregados ou terceiros e das leis de proteção à propriedade industrial e concorrência desleal para proteger esse aspecto do nosso negócio. Acreditamos que o nosso sucesso contínuo depende em grande parte os nossos relacionamentos com clientes, capacidade de produção e de apoio, assim como os conhecimentos técnicos que temos desenvolvido na fabricação e concepção de produtos. A ausência de proteção de patentes para a maior parte da tecnologia utilizada em nossos produtos implica em, apesar de tomarmos todas as medidas cabíveis para proteger a nossa tecnologia, não podermos evitar que nossos concorrentes dupliquem nossos processos e/ou produtos, desde que isso seja feito de forma independente.

Entendemos como de alta relevância as marcas utilizadas em nossos produtos de maior margem e de alto valor de faturamento, bem como as solicitações de pedidos de patentes que recaem sobre nossos produtos ou plataformas tecnológicas.

Quanto aos nomes de domínio que utilizamos, estes são criados através de uma plataforma (<https://registro.br>) que fornece serviços de compra e venda de domínios. Não assinamos qualquer contrato com a plataforma.

(d) contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros

(i) em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realiza contribuições financeiras.

(ii) em favor de partidos políticos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realiza contribuições financeiras.

(iii) para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realiza contribuições financeiras.

1.7 - Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

A receita líquida consolidada proveniente dos clientes atribuídos ao Brasil foi de R\$ 905.300 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, o que corresponde a 86,96% da receita líquida total no exercício.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia aferiu receitas relevantes provenientes de países estrangeiros, substancialmente na Colômbia e no México. A receita líquida consolidada proveniente dos clientes atribuídos, respectivamente, à Colômbia, ao México e outros países, foi de R\$ 37.323.538,86, R\$ 35.917.227,18 e R\$ 62.534.580,77 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o que corresponde a, respectivamente, 3,59%, 3,45% e 6,01% da receita líquida total no exercício.

1.8 – Efeitos relevantes de regulação estrangeira

Alterações na legislação e regulamentação que regem as atividades de nossos principais fornecedores estrangeiros, localizados principalmente na China e Índia, podem causar efeitos em nossas atividades locais. Normas mais exigentes quanto a controle ambiental, por exemplo, podem levar a aumento de preços, reduções de capacidade produtiva e suspensões temporárias de produção em algumas fábricas para adaptação e modernização.

As operações da Companhia de vendas no mercado exterior representados pelo segmento de Operações Internacionais estão sujeitas a uma extensa regulamentação local, que estabelece a necessidade de obtenção de registros sanitários perante órgãos reguladores governamentais locais. Cada país tem sua legislação e regulamentação próprias com relação a uma série de questões que afetam nossos produtos, tanto na obtenção e manutenção de registro, como na comercialização (por exemplo, exigências quanto a rótulos e bulas).

A vigência dos registros dos produtos também é variável a cada país, e sua renovação deve ocorrer de acordo com a regra de cada localidade. Para todos os países, os registros podem ser suspensos ou cancelados pelos órgãos regulatórios a qualquer momento, em consequência de alterações no cenário regulatório (tais como publicações de normativas contemplando a proibição de classes de produtos ou moléculas).

Em que pesem nossas receitas provenientes do comercio exterior tenham representado de nossas receitas totais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, possuímos uma pulverização nas vendas na qual os principais países destino, México e Colômbia, representaram apenas 3,45% e 3,59%, respectivamente, de nossas receitas líquidas do último exercício.

1.9 – Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

(a) se a Companhia divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

A Companhia divulga anualmente informações ASG por meio do seu Relato Integrado, o qual está disponível para consulta conforme descrito na letra (d) abaixo.

(b) a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

O Relato Integrado da Companhia segue as diretrizes do *International Integrated Reporting Council* (IIRC), as Normas da *Global Reporting Initiative* (GRI) e observa os princípios do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), desde 2021.

(c) se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

O último Relato Integrado da Companhia divulgado foi auditado pelo auditor independente KPMG, o qual teve como escopo assegurar as informações não financeiras do Relato Integrado, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

(d) a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

O Relatório Integrado da Companhia, acompanhado do parecer do auditor independente, pode ser encontrado no *website* de Sustentabilidade da Companhia, no endereço: <https://reimaginar.ourofino.com/> ou no Website de Relações com Investidores, no endereço: ri.ourofino.com/ ou no Website da Companhia www.ourofino.com/

(e) se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para a Companhia

Os temas abordados no Relato Integrado da Companhia são definidos a partir da matriz de materialidade da Companhia, que passa por revisão periódica e conta com o apoio de consultoria externa e entrevistas com os principais *stakeholders* da Companhia, entre os quais fornecedores, comunidades, investidores, colaboradores e administradores, os quais passam pelas entrevistas por meio de questionário online.

Para a definição da matriz de materialidade são analisados: os processos de materialidade anteriores ao ano que estamos analisando, levando em consideração que o processo é realizado a cada três anos e dentro da Companhia ocorre desde 2015; os principais guias de ASG e sustentabilidade do mercado, tais como GRI - Global Reporting Initiative; ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3; CDP - Carbon Disclosure Project; SASB - Sustainability Accounting Board Standard; GHG Protocol - Greenhouse Gas Protocol; ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ONU); IIRC - Internacional Integrated Reporting Council; o planejamento estratégico da Companhia e, por fim, análises de tendências do setor em que a Companhia está inserida.

A partir da definição da matriz de materialidade, foram definidos os seguintes indicadores materiais para a Companhia: bem-estar e valorização das pessoas, mudanças climáticas, cadeia de fornecedores, segurança dos alimentos e alimentar, inovação e pesquisa e bem-estar animal.

(f) se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio da Companhia

O Relato Integrado da Companhia observa os princípios do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU).

Todos os ODS aparecem de alguma forma em nossas iniciativas, mas a construção do Relato Integrado da Companhia considera aqueles que possuem maior impacto no negócio, são eles:

2 – Fome Zero

3 – Boa saúde e Bem-estar;

8 – Emprego digno e crescimento econômico;

9 – Indústria, inovação e infraestrutura; e

12 – Consumo e produção responsável.

(g) se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

O Relato Integrado da Companhia não considera as recomendações da TCFD nem outras recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas.

(h) se a Companhia realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

A Companhia realiza anualmente o inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE), contendo os escopos 1, 2 e 3. O último inventário foi divulgado em nosso Relato Integrado 2022, o qual foi auditado pela KPMG e está disponível conforme mencionado na letra (d) acima.

(i) explicação da Companhia sobre as seguintes condutas, se for o caso:

(i) a não divulgação de informações ASG

Não aplicável.

(ii) a não adoção de matriz de materialidade

Não aplicável.

(iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Não aplicável.

(iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

Não aplicável.

(v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Embora a Companhia considere os ODS em seu Relato Integrado, na data de apresentação anual deste Formulário de Referência, a Companhia não considerava as recomendações da TCFD nem outras recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas, uma vez que não mensuramos impactos climáticos nas informações financeiras da Companhia. Não obstante, Companhia reconhece que tais recomendações da TCFD levam em consideração aspectos climáticos relevantes, e, portanto, está comprometida em avaliar a adoção dessas recomendações em suas próximas divulgações do seu Relato Integrado.

(vi) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não aplicável.

1.10 – Informações de sociedade de economia mista

(a) interesse público que justificou sua criação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

(b) atuação da Companhia em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

1.11 – Aquisição ou alienação de ativo relevante

Todos os eventos ocorridos que importem aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante se enquadram dentro da operação normal dos negócios da Companhia e já foram devidamente descritos no item 1.12 deste Formulário de Referência.

1.12 – Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Em reunião dos sócios realizada em 1º de janeiro de 2022, foi aprovada a incorporação da controlada Ouro Fino Pet Ltda. (“OF Pet”) pela controlada Ouro Fino Agronegócio Ltda. (“OF Agro”), com base em laudo de avaliação a valor contábil de 31 de dezembro de 2021, emitido em 1º de janeiro de 2022.

O objetivo da incorporação foi otimizar alguns centros de distribuição em busca de sinergia logística e ganhos operacionais.

A OF Agro absorveu a totalidade dos ativos e passivos da OF Pet e, portanto, a incorporação resultou em um aumento de capital social da OF Agro no valor de R\$60.921, representado por 60.920.848 novas quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada. Consequentemente, o capital social da OF Agro passou de R\$80.622, dividido em 80.622.495 quotas com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, para R\$141.543, dividido em 141.543.343 quotas com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada.

Adicionalmente, no último exercício social não houve quaisquer operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo a Companhia.

1.13 - Acordos de acionistas

No último exercício social, estiveram em vigor os seguintes acordos de acionistas da Companhia. Para informações detalhadas acerca dos referidos acordos de acionistas, veja a íntegra de cada um dos acordos, disponível nos *websites* da Companhia (ri.ourofino.com), bem como da CVM (gov.br/cvm).

Partes	Norival Bonamichi, Jardel Massari (em conjunto, “ Acionistas Principais ”) e Opeg Fundo de Investimento em Ações Investimento no Exterior, Opportunity Lógica Master Fundo de Investimento em Ações, Opportunity Ações Fundo de Investimento em Ações BDR Nível I Investimento no Exterior (em conjunto, “ Opportunity ”) Interveniente Anuente: Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A.
Data de celebração	13 de setembro de 2020.
Prazo de vigência	O acordo de acionistas foi extinto em 8 de setembro de 2022.

Partes	BNDES Participações S.A. – BNDESPAR (“BNDESPAR”) Acionistas Controladores: Norival Bonamichi e Jardel Massari Acionistas Remanescentes: Carlos Henrique Henrique, Dorival Coraucci Neto, Fábio Lopes Júnior Intervenientes: Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A., Ouro Fino Saúde Animal Ltda., Ouro Fino Agronegócio Ltda. e Ouro Fino Pet Ltda. Intervenientes Anuentes: Lucinéia Garcia Ribeiro Bonamichi, Cilene Regina Cerantola Biasi Massari, Solange Aparecida Aguiar Henrique, Débora Mazer e Carolina Vogt Turim Lopes
Data de celebração	30 de junho de 2014.
Prazo de vigência	O acordo de acionistas foi extinto em 8 de setembro de 2022.

Partes	Norival Bonamichi, Jardel Massari (em conjunto, “ Acionistas Principais ”), Mitsui & Co., Ltd. (“ Mitsui ”) e, em conjunto com Acionistas Principais, “ Acionistas ”) e, como interveniente anuente, Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A. (“ Companhia ”).
Data de celebração	8 de setembro de 2022.
Prazo de vigência	O Acordo de Acionistas (i) continuará válido durante o período inicial de 15 (quinze) anos, automaticamente renovável pelo mesmo período, a menos que um dos Acionistas encaminhe um aviso por escrito com antecedência mínima de 1 (um) ano, informando aos outros Acionistas a respeito de sua decisão de não renovar o Acordo de Acionistas; ou (ii) será extinto de pleno direito caso a Mitsui se torne titular de menos de 15% (quinze por cento) do capital social da Companhia. O Acordo de Acionistas foi celebrado sob condição suspensiva da ocorrência da implementação e conclusão da aquisição, pela Mitsui, da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do BNDES Participações S.A. – BNDESPAR ou dos fundos de investimentos administrados pelo Opportunity HDF Administradora de Recursos Ltda. e pelo Opportunity Private Equity Gestora de Recursos Ltda. (“ Operação ”).

Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle	Nos termos do Acordo de Acionistas, os Acionistas se comprometem a (i) proferir seus respectivos votos em todas e quaisquer assembleias gerais da Companhia com o objetivo de cumprir e dar efeito aos termos e condições do Acordo de Acionistas, (ii) fazer com que a Companhia profira seu voto em todas e quaisquer assembleias gerais/reuniões de sócios de suas subsidiárias com mesmo objetivo; e (iii) instruir seus respectivos representantes nos órgãos de gestão da Companhia a cumprir as disposições do Acordo de Acionistas. Adicionalmente, o Acordo de Acionistas estabelece que estarão sempre sujeitas à aprovação prévia da Mitsui, qualquer operação entre a Companhia e partes relacionadas que exceda o valor, individualmente ou no agregado, de R\$5 milhões anuais. Os Acionistas Principais deverão obter a aprovação prévia e por escrito da Mitsui e/ou do(s) conselheiro(s) indicados pela Mitsui (conforme aplicável) antes que a matéria indicada acima seja submetida à votação pela assembleia geral de acionistas da Companhia ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.
Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores ou membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais	Nos termos do Acordo de Acionistas, a Mitsui terá o direito de indicar e eleger (com o suporte dos votos dos Acionistas Principais) o número de membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração proporcionalmente à participação acionária detida pela Mitsui na Companhia. No caso do número de membros do Conselho de Administração a ser indicado pela Mitsui aplicando o cálculo previsto acima não resultar em um número que seja inteiro, a Mitsui deverá indicar o número de membros do Conselho de Administração efetivo e suplente que represente o número imediatamente abaixo da fração obtida. No entanto, caso a Mitsui (i) detenha 29% (vinte e nove por cento) ou mais das ações ordinárias de emissão da Companhia, esta terá o direito de eleger, no mínimo, 2 (dois) membros efetivos e seus respectivos suplentes para o Conselho de Administração; ou (ii) detenha, no mínimo, 15% (quinze por cento) das ações ordinárias de emissão da Companhia, esta terá o direito de eleger, no mínimo, 1 (um) membro efetivo e seu respectivo suplente para o Conselho de Administração. Além disso, durante toda a vigência do Acordo de Acionistas, a Mitsui terá o direito de indicar 1 (um) membro para cada um dos seguintes comitês: (i) Comitê de Recursos Humanos; (ii) Comitê de Inovação; e (iii) Comitê de Pesquisa e Desenvolvimento. Adicionalmente, a Mitsui terá o direito de alocar um de seus funcionários na Companhia, como Diretor de Planejamento Corporativo.
Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las	Nos termos do Acordo de Acionistas, durante um período de 6 (seis) meses contados da conclusão da Operação, os Acionistas não poderão, direta ou indiretamente, transferir ou de qualquer outra forma dispor de quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia ou direitos relacionados a tais ações, excetuando-se as transferências: (i) a quaisquer de suas afiliadas; ou (ii) realizadas entre os Acionistas.
Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros de conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle	Não aplicável, uma vez que não existem cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do Conselho de Administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle da Companhia.

1.14 - Alterações significativas na condução dos negócios

Não aplicável, tendo em vista que não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia no último exercício social.

1.15 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não celebrou contratos com suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais no último exercício social.

1.16 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a esta seção foram descritas nos itens acima.

2.1 - Condições financeiras e patrimoniais

Os valores constantes na seção 2 deste Formulário de Referência foram extraídos das demonstrações financeiras anuais consolidadas da Companhia referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo IASB.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao total do ativo ou ao total do passivo e do patrimônio líquido nas datas aplicáveis para nosso balanço patrimonial.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia nesta data são suficientes para dar continuidade ao seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo. Sua geração de caixa, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócio.

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	Em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Índice de endividamento total ¹	0,83	0,86
Caixa e equivalentes de caixa	165.036	161.254
Dívida líquida bancária	247.333	221.121
Índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido	0,34	0,34

¹ Representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

Acreditamos que a atual estrutura de capital da Companhia apresenta nível de alavancagem adequado para consecução de seu plano de negócios. A relação entre dívida líquida (empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes líquidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa) e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 era de 0,34 (0,34 em 2021). A tabela a seguir apresenta a estrutura do endividamento da Companhia nas datas indicadas:

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	Em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Empréstimos e financiamentos de curto prazo	88.229	85.045
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	324.140	297.330
Total de empréstimos e financiamentos	412.369	382.375
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(165.036)	(161.254)
(=) Dívida líquida	247.333	221.121
Patrimônio líquido	735.969	641.472
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido	0,34	0,34

A Companhia apresentava, em 31 de dezembro de 2022, uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, na proporção apresentada na tabela abaixo. Na visão da Diretoria, essa estrutura ainda propicia maior grau de alavancagem, se necessário for, para execução do seu

plano de negócios.

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	Em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	610.536	551.171
Capital próprio (patrimônio líquido)	735.969	641.472
Capital total (terceiros + próprio)	1.346.505	1.192.643
Parcela de capital de terceiros	45,34%	46,21%
Parcela de capital próprio	54,66%	53,79%

(c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir seus compromissos financeiros. Os índices de liquidez geral (índice que relaciona a liquidez de longo prazo da Companhia, calculado por meio da divisão do ativo (não considera imobilizado e intangível) pelo passivo e corrente (índice que relaciona a liquidez de curto prazo da Companhia, calculado por meio da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) da Companhia em 31 de dezembro de 2022 eram de 1,47 e 3,25, respectivamente (1,36 e 2,97 em 31 de dezembro de 2021). Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía aproximadamente R\$ 412,4 milhões de empréstimos e financiamentos tomados. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de crédito adicionais, na hipótese de haver necessidade.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Na data deste Formulário de Referência, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia são os instrumentos bancários de financiamento, tais como linhas de capital de giro de bancos comerciais e as linhas de investimento dos bancos de desenvolvimento e agências de financiamento governamentais, como a FINEP e BNDES, além do caixa gerado por meio de suas atividades operacionais.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos no mercado de capitais brasileiro e/ou nas instituições financeiras.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2022:

Formulário de Referência – 2023 - Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A

(em milhares de reais, exceto %)	Encargos financeiros	Vencimento final	Em 31 de dezembro de	
			2022	2021
Em moeda nacional				
FINEP (Inovação tecnológica)	Taxa média ponderada de 5,80% ao ano (2020 - 5,67% ao ano; 2019 - 5,52% ao ano)	2032	255.630	220.636
Nota de Crédito à Exportação (NCE)	Taxa média de 11,37% ao ano (2020 - 3,95% ao ano; 2019 - 5,30% ao ano)	2024	56.345	83.538
BNDES - FINEM	Taxa média ponderada de 10,69% ao ano (2020 - 6,46% ao ano; 2019 - 8,26% ao ano)	2025	60.551	22.375
BNDES - FINAME	Taxa média ponderada de 9,43% ao ano (2020 - 9,34% ao ano; 2019 - 7,73% ao ano)	2023	25	57
Capital de giro	Taxa média de 11,29% ao ano (2020 - 4,10%)	2024	31.398	47.778
Capital de giro	Taxa média de 6,21% ao ano (2020 - 5,14% ao ano; 2019 - 7,75% ao ano)	2022	5.445	6.966
Capital de giro	Taxa média de 14,26% ao ano	2025	2.182	
Arrendamento mercantil financeiro	Taxa média ponderada de 8,07% ao ano (2020 - 7,17% ao ano; 2019 - 10,22% ao ano)	2023		643
Risco sacado	Taxa média de 19,17% ao ano		793	382

Descrevemos a seguir os contratos financeiros relevantes da Companhia e suas controladas, em vigor em 31 de dezembro de 2022:

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP

Em 18 de dezembro de 2014, 7 de dezembro de 2017 e 30 de outubro de 2020, a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. firmou contratos com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP voltados ao financiamento de projetos de desenvolvimento e inovação de produtos, com valor histórico agregado de R\$ 285,2 milhões, com vencimentos entre 15 de janeiro de 2024, 15 de dezembro de 2029 e 15 de novembro de 2032. O primeiro desses contratos possui taxa de juros pré-fixada em 4,0%, o segundo é vinculado à taxa de juros longo prazo (“**TJLP**”), com equalização que produz uma taxa de juros final ao redor de 8,7% ao ano e o terceiro é vinculado à taxa de juros longo prazo (“**TJLP**”), com equalização que produz uma taxa de juros final ao redor de 7,1% ao ano. Esses contratos são garantidos por aval/fiança da Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A, alienação fiduciária de imóveis, máquinas, equipamentos, por fiança bancária e/ou seguro garantia. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor desses contratos era de aproximadamente R\$ 255,6 milhões.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Em 3 de maio de 2017, a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES de financiamento visando a modernização e adequação regulatória das instalações da planta industrial de Cravinhos, com valor histórico de R\$ 33,3 milhões, com vencimento em 15 de agosto de 2025. O contrato possui taxas de juros correspondentes ao mix de 51% da TJLP e 49% SELIC, adicionados de remuneração total entre 3,1% e 3,4% ao ano. Esses contratos são garantidos por aval/fiança da Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A, e por fiança bancária. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor desse contrato era de aproximadamente R\$ 15,0 milhões.

Em 29 de dezembro de 2021, a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total de R\$ 53,4 milhões. Esse contrato é garantido por fiança bancária. Deste saldo, um total de R\$ 8,4 milhões ainda não foram desembolsados, ou 15,7%.

Cédula de Crédito Bancária com o Banco do Brasil S.A.

Em 29 de setembro de 2020, a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. firmou contrato de empréstimo com o Banco do Brasil S.A., com valor histórico no valor de R\$ 40,0 milhões, com vencimento final em 15 de setembro de 2024. O contrato possui taxa de juros vinculada ao

Certificado de Depósito Interbancário (CDI), adicionado a uma remuneração de 2,20% ao ano. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor desse contrato era de R\$ 40,2 milhões.

Nota de Crédito para Exportação com o Banco do Brasil S.A.

Em 20 de março de 2020, a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. firmou contrato de empréstimo com o Banco do Brasil S.A. para o financiamento de operações de exportação, com valor histórico no valor de R\$ 60,0 milhões, com vencimento em 20 de março de 2021. Em 29 de setembro de 2020, o contrato foi aditado, com seu vencimento final postergado para 20 de setembro de 2024. O contrato possui taxa de juros vinculada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), adicionado a uma remuneração de 2,20% ao ano. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor desse contrato era de R\$ 26,9 milhões.

Nota de Crédito para Exportação com o Banco Itaú Unibanco S.A.

Em 25 de março de 2020, a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. firmou contrato com o Banco Itaú Unibanco S.A para o financiamento de operações de exportação, com valor histórico de R\$ 30,0 milhões, com vencimento em 26 de março de 2021. Em 12 de agosto de 2020, o contrato foi aditado, com seu vencimento final postergado para 12 de agosto de 2024. O contrato possui taxa de juros vinculada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), adicionado a uma remuneração de 2,25% ao ano. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor desse contrato era de R\$ 16,1 milhões.

Cédula de Crédito Bancário - FINEX 4131 com o Banco Santander

Em 02 de junho de 2021, a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. firmou contrato com o Banco Santander S.A. para capital de giro, com valor histórico de R\$ 9,0 milhões, com vencimento em 10 de junho de 2024. O contrato possui taxa de juros vinculada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), adicionado a uma remuneração de 1,64% ao ano. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor desse contrato era de R\$ 4,5 milhões.

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Os Diretores informam que não existem relações de longo prazo relevantes entre a Companhia e/ou suas controladas com instituições financeiras que não aquelas descritas no item 2.1(f)(i) deste Formulário de Referência.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Os Diretores informam que o grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Alguns empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia ou suas controladas possuem cláusulas restritivas relacionadas à mudança do controle societário consideradas usuais para esses tipos de operações. Adicionalmente, em 2017, a Companhia firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) onde constam cláusulas de obrigatoriedade de manutenção dos seguintes índices de endividamento:

- Dívida líquida/EBITDA: igual ou menor a 3,0; e

- Endividamento geral: igual ou menor a 0,7.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia está cumprindo todas as cláusulas restritivas previstas em seus contratos de empréstimos e financiamentos.

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía saldo de empréstimos e financiamentos contratados com recursos a serem desembolsados conforme abaixo.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

A controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, datado de 29 de dezembro de 2021, no valor total de R\$ 53,4 milhões. Deste saldo, um total de R\$ 8,4 milhões ainda não foram desembolsados, ou 15,7%.

(h) alterações significativas em itens das demonstrações financeiras e de fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

COMPARAÇÃO DOS NOSSOS RESULTADOS CONSOLIDADOS NOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(em R\$ milhares, exceto quando indicado)	2022	AV (%)	2021	AV (%)	AH 2022 /2021 (%)
Operações continuadas					
Receitas líquidas das vendas	1.041.107	100,00%	904.991	100,00%	15,04%
Custos das vendas	(513.032)	-49,28%	(457.820)	-50,59%	12,06%
Lucro bruto	528.075	50,72%	447.171	49,41%	18,09%
Despesas com vendas	(221.488)	-21,27%	(190.121)	-21,01%	16,50%
Despesas com pesquisas e inovação	(69.341)	-6,66%	(58.931)	-6,51%	17,66%
Despesas gerais e administrativas	(62.978)	-6,05%	(54.106)	-5,98%	16,40%
Outras receitas (despesas), líquidas	3.050	0,29%	(2.902)	-0,32%	-205,10%
Resultado financeiro	(30.255)	-2,91%	(15.420)	-1,70%	96,21%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	147.063	14,13%	125.691	13,89%	17,00%
Imposto de renda e contribuição social	(16.405)	-1,58%	(11.734)	-1,30%	39,81%
Lucro líquido do exercício das operações continuadas	130.658	12,55%	113.957	12,59%	14,66%

Receita líquida

A receita líquida foi de R\$ 1.041,1 milhões em 2022, em comparação com R\$ 905,0 milhões em 2021, o que representou um crescimento de R\$ 136,1 milhões ou 15,04%. Esse incremento, em termos absolutos, é atribuído aos segmentos de Animais de Produção, no montante de R\$ 98,3 milhões, de Animais de Companhia, no montante de R\$ 17,0 milhões e de Operações Internacionais, no montante de R\$ 20,8 milhões.

Animais de Produção

Esse segmento representa a fabricação e comercialização no mercado interno de vacinas e produtos veterinários para animais de produção (ruminantes, substancialmente bovinos), equinos, aves e suínos e prestação de serviços de industrialização para outras empresas do setor.

O segmento apresentou receita líquida de R\$ 767,1 milhões em 2022, um aumento de 14,7% em relação a 2021. Este resultado seguiu embasado nos ganhos de volume e preços, por todo o portfólio, em especial aos lançamentos de produtos, Vacina contra febre aftosa e produtos da linha

terapêutica e ectoparasitocidas.

Animais de Companhia

Esse segmento representa a fabricação e comercialização no mercado nacional de produtos veterinários para animais de companhia (cães e gatos).

O segmento obteve receita líquida de R\$ 138,2 milhões em 2022 com crescimento de 14,1% em relação a 2021. Este crescimento foi em função do ganho de volume e repasse de preços.

Operações Internacionais

Esse segmento representa a fabricação e comercialização de vacinas e produtos veterinários para animais de produção (bovinos, aves e suínos, ovinos, equinos e caprinos) e animais de companhia (cães e gatos) para o mercado externo, substancialmente para a América Latina.

O segmento apresentou receita líquida de R\$ 135,8 milhões em 2022, com crescimento de 18,1% comparado a 2021, com destaque para o crescimento em moeda local, com ganhos de volume.

Custo das vendas

O custo das vendas, em 2022, foi de R\$ 513,0 milhões, contra R\$ 457,8 milhões em 2021, o que representou uma variação de R\$ 55,2 milhões ou 12,1%.

O custo das vendas representou 49,28% e 50,59% da nossa receita líquida em 2022 e 2021, respectivamente.

O segmento de Animais de Produção apresentou custo das vendas de 53,97% em 2022 com redução de 2,68 p.p. em comparação com 2021. A melhora na margem bruta observada entre os anos de 2022 e 2021 é decorrente, substancialmente, pela estratégia de repasse de preços e por um mix de produtos comercializado de margem bruta melhor. O segmento de Animais de Companhia apresentou custo de vendas de 31,17% em 2022, com um pequeno aumento de 0,85 p.p. em relação a 2021, com isso apresentando uma margem bruta praticamente igual em relação ao período anterior. O segmento de Operações Internacionais apresentou custo de vendas de 41,17% em 2022, com aumento de 4,51 p.p. em comparação com 2021. Este resultado se deve, principalmente, ao *mix* de vendas e oscilação do câmbio durante o ano que contribuiu para a queda da margem.

Lucro bruto

Pelos motivos acima expostos, nosso lucro bruto em 2022 foi de R\$ 528,1 milhões, em comparação com R\$ 447,2 milhões em 2021, o que representou um crescimento de R\$ 80,9 milhões ou 18,09%.

Despesas operacionais

Em 2022, nossas despesas operacionais, que compreendem despesas com vendas, despesas com pesquisa e inovação, despesas gerais e administrativas e outras despesas, foram de R\$ 350,8 milhões, contra R\$ 306,1 milhões em 2021, o que representou um aumento de R\$ 44,7 milhões ou 14,6%. As despesas operacionais corresponderam a 33,69% e 33,82% do total da receita líquida em 2022 e 2021, respectivamente. A diluição das despesas operacionais sobre a receita líquida, se deu mesmo em momento de forte pressão inflacionária no Brasil e com dissídio de 11,1% aplicado à folha de pagamento. Esse resultado reflete a busca pela eficiência na gestão das despesas. Vale destacar, que ocorreram fortes investimentos em P&D, aumento de 17,66% em relação a 2021, no qual estes desenvolvimentos de novos produtos encontram-se em ciclos iniciais, em linha com nosso planejamento estratégico para novos lançamentos e parcerias que visam trazer mais receitas futuras para a Companhia.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido apresentou uma despesa financeira líquida de R\$ 30,3 milhões, aumento de 96,2% frente a 2021. Esse crescimento é reflexo do aumento das despesas com juros sobre empréstimos financeiros, em função do aumento das taxas TJLP e SELIC/CDI, visto que a companhia fechou 2022 com 75% de suas dívidas atreladas a TJLP, que começou o ano em 6,08% e finalizou com 7,20%. Também ocorreu aumento do estoque de dívida atrelado ao IPCA em função de desembolsos de créditos dos BNDES com prazo final de 10 anos, bem como liberação da FINEP. Apesar do aumento nominal das despesas financeiras, a companhia encerrou 2022 com um custo médio acumulado de dívida de 10,33%a.a. contra uma Selic média de 12,43% a.a.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social totalizou, em 2022, o montante de R\$ 147,1 milhões, contra R\$ 125,7 milhões em 2021, o que representa um aumento no resultado no total de R\$ 21,4 milhões, e se justifica pelos efeitos citados acima. O resultado antes do imposto de renda e da contribuição social representou 14,13% e 13,89% da receita líquida em 2022 e em 2021, respectivamente.

Impostos de renda e contribuição social

Em 2022, o resultado com imposto de renda e contribuição social, que compreendem os correntes e diferidos, totalizaram uma despesa R\$ 16,4 milhões, contra R\$ 11,7 milhões em 2021, um aumento de R\$ 4,7 milhões, ou 39,81%. Deve-se notar que a apuração de IR e CS é realizada sobre bases fiscais que divergem do resultado contábil.

Lucro líquido do exercício

Como resultado do acima mencionado, o lucro em 2022 foi de R\$ 130,7 milhões, contra R\$ 114,0 milhões em 2021.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA (DFC)**ANÁLISE DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COM O EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(em milhares de reais)	2022	2021
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	89.590	46.500
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(78.149)	(60.411)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(7.950)	(50.623)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	3.491	(64.534)

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 89,6 milhões em 2022, em comparação a R\$ 46,5 milhões em 2021. O aumento de R\$ 43,1 milhões na geração de caixa líquido, ou 92,67%, é representado substancialmente pelo efeito líquido da maior lucratividade antes dos impostos observada no ano de 2022, no montante de R\$ 21,4 milhões, ajustes ao lucro, no montante de R\$ 26,6 milhões, substancialmente provisão de juros e novo plano de incentivo de longo prazo e variação do capital circulante, no montante de R\$ 15,9 milhões, compensada por maiores pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos, no montante de R\$ 15,4 milhões, decorrentes do aumento nas taxas de juros e maior pagamento de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 5,3 milhões

Fluxo de caixa das atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 78,2 milhões em 2022, contra R\$ 60,4 milhões em 2021. O aumento de R\$ 17,8 milhões, ou 29,36%, decorreu substancialmente por aumento nos investimentos em aquisições de ativo intangível, no montante de R\$ 7,9 milhões e pagamento da aquisição da empresa Regenera Medicina Avançada Ltda. no montante de R\$ 14,5 milhões.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 7,9 milhões em 2022, em comparação aos R\$ 50,6 milhões gerados em 2021. A variação de R\$ 42,7 milhões, decorreu substancialmente do efeito líquido de obtenção e pagamentos de empréstimos e financiamentos entre os exercícios, que variou R\$ 40,5 milhões.

2.2 - Resultados operacional e financeiro**(a) resultados das operações da Companhia****(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

Os segmentos operacionais da Companhia divulgados em suas demonstrações financeiras são (i) Animais de Produção; (ii) Animais de Companhia; e (iii) Operações Internacionais.

Os Diretores entendem que a base de sustentação das receitas da Companhia e suas controladas, e, conseqüentemente, de suas operações, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi a venda de vacinas e produtos veterinários para animais de produção (bovinos, suínos, aves, ovinos, equinos e caprinos) e animais de companhia (cães e gatos), sendo que referidas receitas foram provenientes tanto do mercado interno, quanto de exportações, principalmente para a América Latina.

Além disso, a receita também é afetada por aspectos macroeconômicos como a atividade econômica do país e por outros fatores como o aumento da concorrência no setor em que atuamos, a capacidade de pagamento dos nossos clientes e o aumento dos custos das matérias primas que utilizamos.

A tabela abaixo apresenta a receita líquida da Companhia para os últimos dois exercícios sociais:

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de			
	2022	% do total	2021	% do total
Animais de Produção	767.141	73,69%	668.838	73,91%
Animais de Companhia	138.189	13,27%	121.143	13,39%
Operações Internacionais	135.777	13,04%	115.010	12,71%
Receita líquida	1.041.107	100,00%	904.991	100,00%

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Além do resultado das vendas, as demais despesas abaixo demonstradas afetaram o resultado da Companhia:

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de			
	2022	% do total	2021	% do total
Receita líquida	1.041.107	100,00%	904.991	100,00%
Custo dos produtos vendidos	(513.032)	-49,28%	(457.820)	-50,59%
Lucro bruto	528.075	50,72%	447.171	49,41%
Despesas líquidas	(350.757)	-33,69%	(306.060)	-33,82%
Lucro operacional	177.318	17,03%	141.111	15,59%
Resultado financeiro líquido	(30.255)	-2,91%	(15.420)	-1,70%
Imposto de renda e contribuição social	(16.405)	-1,58%	(11.734)	-1,30%
Lucro líquido	130.658	12,55%	113.957	12,59%

(b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Os fatores relevantes que influenciaram as variações nos resultados foram detalhados acima neste item, com base nas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não havendo mudanças adicionais relevantes atribuíveis a modificações de preços, do câmbio, da inflação e da taxa de juros, além daquelas já explicitadas neste item.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Vide letra (b) acima.

2.3 - Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

(a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2022, que impactassem os saldos contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente ao último exercício social foi emitido sem ressalvas ou ênfases.

2.4 - Efeitos relevantes nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Conforme divulgado pela Companhia em fato relevante de 18 de novembro de 2021, a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. (“**OF Saúde Animal**”) celebrou contrato de intenção de compra da totalidade das quotas sociais de emissão da Regenera Medicina Avançada Ltda. (“**Regenera**”).

A Regenera é uma empresa de biotecnologia, fundada em Campinas, SP, no ano de 2012, que atua na área de Medicina Veterinária, trabalhando com pesquisa e desenvolvimento de protocolos terapêuticos envolvendo células-tronco mesenquimais e derivados, e é detentora de patente no Brasil, Austrália e Estados Unidos.

A consumação da operação estava sujeita à celebração de documentações definitivas, às aprovações de determinadas condições suspensivas e a conclusão de procedimentos regulatórios de forma satisfatória, as quais foram finalizados em fevereiro de 2022, com a assinatura do “*closing*” da operação entre as partes.

Pela aquisição, a OF Saúde Animal pagará o total de R\$20.000 mil, da seguinte forma: (i) parcela de R\$15.000 mil a ser paga após a entrega das documentações de registro da operação e (ii) parcela retida de R\$5.000 mil a ser paga em duas parcelas, sendo uma de R\$3.000 mil e outra de R\$2.000 mil, mediante resultado de metas previamente acordada entre as partes. O preço da aquisição poderá ser acrescido de duas parcelas adicionais, nos anos de 2027 e 2028, sujeitas ao atingimento de metas que serão apuradas entre os anos de 2022 e 2026.

(c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 - Medições não contábeis

(a) valor das medições não contábeis

EBITDA e EBITDA Ajustado

O EBITDA é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM 156, de 23 de junho de 2022 (“**Resolução CVM 156**”) conciliada com suas demonstrações financeiras, que consiste no lucro ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas de depreciação e amortização. A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pelas receitas líquidas das vendas.

O EBITDA Ajustado refere-se ao EBITDA ajustado por despesas e/ou receitas ocorridas no exercício, mas não relacionadas diretamente ao desempenho da Companhia no período em questão. Nos últimos dois exercícios sociais os efeitos foram conforme abaixo:

31 de dezembro de 2022

- *Operação de M&A:* Recuperação de custos, liquidados de gastos não recorrentes relacionados a compra da totalidade das quotas sociais de emissão da empresa Regenera Medicina Avançada Ltda. (“Regenera”).
- *Gastos com incorporação entre controladas:* Despesas não recorrentes relacionadas ao projeto de incorporação da controlada Ouro Fino Pet Ltda. pela controlada Ouro Fino Agronegócio Ltda.
- *Créditos e débitos tributários extemporâneos:* Refere-se a créditos extemporâneos das contribuições de PIS/COFINS decorrentes do Reintegra (benefício criado para incentivar as exportações) e despesas de armazenagem sobre importações.
- *Contingência tributária:* Refere-se ao processo tributário decorrente das taxas Siscomex, o qual consta nesta ação questionamentos a constitucionalidade do aumento, e em 2022 foi obtido decisão favorável para a Companhia.

31 de dezembro de 2021

- *Gastos com reforma no prédio corporativo:* Despesas não recorrentes relacionadas à parcela não capitalizável da reforma realizada no prédio administrativo da Companhia.
- *Gastos com operação de M&A:* Despesas não recorrentes relacionadas ao projeto de compra da totalidade das quotas sociais de emissão da empresa Regenera Medicina Avançada Ltda. (“Regenera”).
- *Gastos com incorporação entre controladas:* Despesas não recorrentes relacionadas ao projeto de incorporação da controlada Ouro Fino Pet Ltda. pela controlada Ouro Fino Agronegócio Ltda..
- *Créditos e débitos tributários extemporâneos:* Refere-se a (i) créditos extemporâneos das contribuições de PIS/COFINS decorrentes da exclusão de ICMS na base de cálculo, (ii) débitos tributários das contribuições de IVA (Imposto sobre valor agregado) dos produtos de animais de companhia na subsidiária Ouro Fino de México, S.A de CV. e (iii) perdas relacionadas a contingências tributárias.

Seguem abaixo os valores do EBITDA, do EBITDA Ajustado, da Margem EBITDA e da Margem EBITDA Ajustado da Companhia para os exercícios sociais indicados:

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro	
	2022	2021
EBITDA	209.312	168.790
EBITDA Ajustado	207.180	172.483
Margem EBITDA	20,1%	18,7%
Margem EBITDA Ajustado	19,9%	19,1%

Dívida Líquida

A Dívida Líquida é medição não contábil elaborada pela Companhia e representa o saldo de empréstimos e financiamentos, circulantes e não circulantes, líquidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa e de instrumentos financeiros derivativos.

A Dívida Líquida não é medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia.

Seguem abaixo os valores da Dívida Líquida nas datas indicadas:

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	Em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Empréstimos e financiamentos de curto prazo	88.229	85.045
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	324.140	297.330
Total de empréstimos e financiamentos	412.369	382.375
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(165.036)	(161.254)
(=) Dívida líquida	247.333	221.121

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Reconciliação do lucro líquido para o EBITDA e o EBITDA Ajustado

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do EBITDA, do EBITDA Ajustado, da Margem EBITDA e da Margem EBITDA Ajustado para os exercícios sociais indicados:

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro	
	2022	2021
Lucro líquido	130.658	113.957
(+) Resultado financeiro líquido	30.255	15.420
(+) Imposto de renda e contribuição social	16.405	11.734
(+) Depreciação e amortização	31.994	27.679
EBITDA	209.312	168.790
(-) Créditos e débitos tributários extemporâneos	(708)	(3.823)
(+) Gastos com reforma no prédio corporativo		603
(+) Contingência tributária	(616)	-
(+) Incorporação entre controladas	133	305
(+) Operação de M&A	(1.419)	791
(+) Provisão para <i>impairment/baixa</i> do ativo intangível	478	5.817
EBITDA Ajustado	207.180	172.483
Receitas líquidas das vendas	1.041.107	904.991
Margem EBITDA	20,1%	18,7%
Margem EBITDA Ajustado	19,9%	19,1%

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA e EBITDA Ajustado

Nós utilizamos o EBITDA e o EBITDA Ajustado para analisar nosso desempenho financeiro e operacional, bem como uma base para algumas das nossas decisões administrativas. Além disso, acreditamos que o EBITDA e o EBITDA Ajustado oferecem aos investidores uma melhor compreensão da nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações e nossa capacidade de obter novos financiamentos para nossos investimentos e capital de giro. No entanto, o EBITDA e o EBITDA Ajustado apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, uma vez que não leva em conta certos custos decorrentes de nossos negócios, o que poderia afetar adversamente nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

Dívida Líquida

Nós entendemos que a medição da Dívida Líquida é útil na avaliação do grau de endividamento em relação à nossa posição de caixa. Adicionalmente, nos nossos contratos financeiros estamos sujeitos à observância de determinados índices financeiros que utilizam a Dívida Líquida como parâmetros na forma definida nos respectivos instrumentos constitutivos da dívida. Para mais informações sobre os nossos contratos financeiros, vide item 2.1(f) deste Formulário de Referência.

2.6 - Eventos subsequentes às demonstrações financeiras

Em 13 de fevereiro de 2023, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM divulgou OFÍCIO-CIRCULAR Nº1/2023/CVM/SNC/SEP que trouxe a orientação sobre aspectos relevantes a serem observados na preparação e publicação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 em relação a decisão do Supremo Tribunal Federal – STF de 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

A decisão do STF que estipulou a perda de efeitos de uma sentença definitiva, transitada em julgado, sem possibilidade de recurso é válida apenas para tributos recolhidos de maneira continuada e diante disso, as áreas técnicas da CVM entendem que devem ser observadas os pronunciamentos técnicos do CPC 24 e 25, quando da elaboração das demonstrações financeiras.

Neste contexto, a Administração do Grupo avaliou juntamente com seus assessores jurídicos e concluiu que a decisão firmada pelo STF não traz nenhum impacto no conjunto das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, findas em 31 de dezembro de 2022.

2.7 - Destinação de resultados

2.7 - Destinação de resultados

	2022
a. regras sobre retenção de lucros	Em 31 de dezembro de 2022, o Estatuto Social da Companhia, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, conforme alterada (" Lei das Sociedades por Ações "), previa que o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, deveria ter a seguinte destinação: (i) 5,00% para a reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, que não excederá 20% do capital social; e (ii) 25,00% do lucro líquido ajustado após a destinação à reserva legal para pagamento do dividendo obrigatório.
a.i valores das retenções de lucros	O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi destinado da seguinte forma: (i) montante de R\$6.533.190,55 à reserva legal; (ii) montante bruto de R\$34.170.760,60 (equivalente a um montante líquido de R\$31.032.655,12) ao pagamento de dividendos; e (iii) montante de R\$89.959.859,89 à reserva de retenção de lucros com base em orçamento de capital.
a.ii percentuais em relação aos lucros totais declarados	(i) 5% do lucro líquido foi destinado à reserva legal; (ii) 26,15% do lucro líquido foi destinado ao pagamento de dividendos; e (iii) 68,85% do lucro líquido foi destinado à reserva de retenção de lucros.
b. regras sobre distribuição de dividendos	O Estatuto Social da Companhia assegura aos acionistas o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual, não inferior a 25,00% do lucro líquido do exercício, diminuído da importância destinada à constituição da reserva legal.
c. periodicidade das distribuições de dividendos	A prática de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços semestrais ou referentes a períodos menores e declarar dividendos à conta de lucro acumulados ou reservas de lucros existentes nesses balanços, observadas as limitações previstas em lei. Os dividendos assim declarados constituirão antecipação do dividendo obrigatório. Adicionalmente, por meio de proposta do Conselho de Administração, <i>ad referendum</i> da Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar a seus acionistas juros sobre capital próprio, respeitadas as regras e limites impostos pela legislação aplicável.
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	A Lei das Sociedades por Ações permite que a Companhia suspenda a distribuição do dividendo obrigatório caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com sua situação financeira. O Conselho Fiscal, se instalado, deve emitir seu parecer de recomendação do Conselho de Administração. Ademais, o Conselho de Administração deverá apresentar à CVM justificativa para suspensão da distribuição dos dividendos, dentro de cinco dias da realização da Assembleia Geral. Os lucros não distribuídos, em razão da suspensão na forma acima mencionada, serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a condição financeira da Companhia o permita.
e. política de destinação de resultados	A Companhia possui uma Política de Destinação de Resultados, aprovada pelo Conselho de Administração em 23 de setembro de 2020, que tem por objetivo estabelecer os critérios e procedimentos para destinação dos resultados gerados pela Companhia, bem como a forma de distribuição por meio dos dividendos, em cumprimento das disposições legais, estatutárias e contábeis, de

	2022
	acordo com a geração de caixa da Companhia, sem comprometer o seu crescimento e sua necessidade de investimentos

2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existem carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantinha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que todos os compromissos futuros de compra e venda de produtos ou serviços, passíveis de gerar um efeito relevante, estão evidenciados nos balanços patrimoniais ou nas notas explicativas da Companhia referente ao último exercício social.

(iii) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existem contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados em nossas demonstrações financeiras referentes ao último exercício social.

2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao último exercício social.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao último exercício social.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao último exercício social.

2.10 - Plano de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os Diretores informam que, no exercício social de 2022, a Companhia pretende efetuar investimentos no montante aproximado de R\$ 90,0 milhões, os quais serão destinados substancialmente em obras para adequação e expansão na planta produtiva de fármacos e nos projetos de pesquisa e desenvolvimento de produtos de acordo com o *pipeline* de lançamentos da Companhia.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os Diretores esclarecem que os investimentos serão financiados principalmente por meio de recursos próprios e de agências de financiamento, como a FINEP e BNDES.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços

(d) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Tendo em vista o mercado altamente tecnológico em que está inserida, a Companhia está permanentemente envolvida em projetos de pesquisa e desenvolvimento de diversos tipos de produtos para saúde animal, tanto na categoria de terapêuticos como de biológicos. Nos últimos 2 anos, a Companhia e suas controladas investiram aproximadamente 7,6% de sua receita líquida em atividades de pesquisa e desenvolvimento, correspondentes a cerca de R\$ 79,5 milhões. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram lançados os produtos Tulax, Linha de nutrição para aves e suínos, Beniv e linha de suplementos para animais de companhia.

(e) oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

Não aplicável, tendo em vista que não há, atualmente, quaisquer oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia estritamente relacionadas a questões ASG.

2.11 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

A Companhia esclarece que não possui despesas relevantes com publicidade, patrocínios e convênios.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80/2022, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas anteriormente. Desta forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

(a) objeto da projeção

Não aplicável tendo em vista que não divulgamos projeções.

(b) período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável tendo em vista que não divulgamos projeções.

(c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

Não aplicável tendo em vista que não divulgamos projeções.

(d) valores dos indicadores que são objeto da previsão

Não aplicável tendo em vista que não divulgamos projeções.

3.2 - Acompanhamento das projeções

(a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas neste Formulário de Referência

Não aplicável tendo em vista que não divulgamos projeções.

(b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável tendo em vista que não divulgamos projeções.

(c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável tendo em vista que não divulgamos projeções.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de nossa emissão envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, as nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. Nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, imagem e/ou negócios futuros poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão poderá diminuir em razão de quaisquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipótese em que os potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de nossa emissão. Os riscos descritos abaixo são aqueles que nós conhecemos e acreditamos que, na data deste Formulário de Referência, podem nos afetar adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos por nós atualmente ou considerados irrelevantes neste momento também poderão nos afetar adversamente no futuro.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa neste Formulário de Referência ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter “efeito adverso” ou “negativo”, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, imagem e/ou negócios futuros da Companhia e/ou das suas controladas, bem como no preço dos valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante à subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

Os riscos descritos abaixo se aplicam não somente a nós, mas também às nossas controladas.

(a) à Companhia

Nosso departamento de pesquisa e desenvolvimento (“P&D”) poderá não obter êxito no desenvolvimento de novos produtos, o que poderá afetar adversamente nossos negócios.

Nossos resultados dependem tanto do nosso portfólio atual quanto do desenvolvimento de novos produtos.

Poderemos não ser capazes de determinar com precisão quando ou se os nossos produtos atualmente em desenvolvimento serão aprovados ou lançados, e poderemos não ser capazes de desenvolver, licenciar ou adquirir outros produtos. Além disso, não podemos prever se qualquer produto, quando lançado, obterá êxito comercial ou alcançará índices de venda e receita consistentes com nossas expectativas. A indústria de saúde animal está sujeita a tendências e regulamentações, bem como os trâmites e estruturas disponibilizados pelos órgãos regulatórios ou mesmo mudanças em suas diretrizes, o que pode impactar adversamente o cronograma de (ou eventualmente impedir o) desenvolvimento, registro e comercialização de novos produtos. Nossas pesquisas e testes realizados em animais, fundamentais para o desenvolvimento de novos produtos, podem ser paralisados temporariamente ou até mesmo interrompidos definitivamente por alterações na legislação regulatória. Qualquer atraso na conclusão de nossos esforços de desenvolvimento poderá aumentar nossos custos, retardar o processo de aprovação ou levar à negação de aprovação regulatória de um novo produto. As questões acima mencionadas podem impactar adversamente nossos resultados operacionais e nossa condição financeira.

Poderemos não ser bem-sucedidos na execução de nossa estratégia de negócios, o que

poderá afetar negativamente nossos planos para aumentar nossa receita e rentabilidade.

Nosso crescimento e desempenho financeiro dependem do sucesso na implementação de diversos elementos de nossa estratégia de crescimento que estão sujeitos a vários fatores, dentre os quais se destacam a nossa capacidade de (i) proteger o poder de nossa marca e cultura; (ii) consolidar nossa participação de mercado e expandir nosso portfólio e nossa cobertura geográfica, nacional e internacionalmente; (iii) alavancar as vendas de nossos produtos e aumentar a rentabilidade de nossas operações; e (iv) fortalecer e expandir a oferta de produtos para nossa base de clientes.

O setor de saúde animal é influenciado por diversos fatores, como condições climáticas e econômicas e variações na demanda dos mercados consumidores, principalmente no setor de produção de proteína animal. Além disso, alguns aspectos de nossa estratégia de crescimento também podem resultar no aumento dos nossos gastos operacionais, tais como despesas com equipe de vendas, pessoal e fretes, que pode não ser compensado por um aumento equivalente de nossa receita, tendo como resultado em uma diminuição de nossas margens operacionais.

Também estamos sujeitos ao aparecimento de surtos de doenças transmissíveis em todo o mundo levando a uma maior volatilidade no mercado de capitais global, podendo resultar em pressão negativa sobre a economia brasileira o que afetaria nosso plano de crescimento.

Assim, caso não sejamos bem-sucedidos na execução de nossa estratégia de negócios, nossos planos para aumentar nossa receita e rentabilidade poderão ser afetados de forma adversa.

Podemos ser afetados de maneira adversa em caso de revogação, alteração e/ou não renovação dos incentivos fiscais atualmente concedidos pelas autoridades públicas competentes e/ou mudanças nas leis tributárias ou em suas interpretações.

Somos beneficiados por incentivos fiscais concedidos por autoridades fiscais em âmbito federal e estadual, como, por exemplo, a dedução incentivada de dispêndios em P&D e a isenção/redução de base de cálculo em determinadas operações sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”). Os incentivos podem ser revogados, ter sua abrangência ou percentual alterado e/ou reduzido ou ter sua vigência suspensa. Eventual revogação, suspensão, alteração, redução ou questionamento pode implicar a perda total e/ou parcial dos referidos incentivos fiscais, afetando significativamente de maneira adversa a nossa situação financeira. Adicionalmente, benefícios fiscais são usualmente concedidos por prazo determinado, exigindo a apresentação de pedido de renovação por parte do beneficiário quando de sua expiração e, por vezes, o cumprimento de determinadas condições. A não renovação de referidos benefícios fiscais por parte da autoridade competente, ou o não cumprimento de quaisquer das condições impostas ao beneficiário em decorrência dos benefícios fiscais, pode afetar significativamente de forma adversa a nossa situação financeira.

Além disso, o governo brasileiro tem frequentemente implementado e discutido diversas alterações na política fiscal, bem como submeteu ao Congresso Nacional uma proposta de reforma tributária que pode afetar a Companhia e nossos clientes. Essas alterações incluem mudanças nas alíquotas vigentes e/ou criação de tributos, temporários ou definitivos, cujos recursos são destinados a fins estabelecidos pelo governo. Algumas dessas mudanças podem resultar em aumentos da nossa carga tributária, o que poderia afetar adversamente nossa lucratividade e os preços de nossos produtos e serviços, bem como restringir nossa capacidade de fazer negócios nos mercados existentes. Adicionalmente, não é incomum a existência de divergência entre contribuintes e as autoridades fiscais no tocante à aplicação da legislação tributária. Nesse sentido, podemos ser adversamente afetada caso venha a prevalecer eventual interpretação das autoridades fiscais divergente daquela que adotamos ao apurar os efeitos e incidências tributárias em nossas operações.

Incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter nossos sistemas de tecnologia da informação podem resultar em danos financeiros e à nossa reputação.

Contamos com a operação ininterrupta de sistemas complexos de tecnologia da informação para administrar nossas operações, processar, transmitir e armazenar informações eletrônicas e financeiras, e para cumprir com os requisitos regulamentares, legais e fiscais. Dependemos de nossa infraestrutura de tecnologia da informação para a fabricação de nossos produtos, atividades de vendas e compras, bem como para as comunicações entre nossos colaboradores, clientes e fornecedores.

Falhas ou interrupções no sistema poderiam comprometer a nossa capacidade em executar essas funções em tempo hábil, o que poderia prejudicar nossa capacidade de produção, a realização dos nossos negócios, o relacionamento com nossos clientes, ou atrasar nossos relatórios financeiros.

Os nossos sistemas de informação são vulneráveis a deficiência, falhas ou acessos não autorizados. Se os nossos sistemas de informação vierem a falhar ou forem violados, tal falha ou violação, resultando em eventual perda de propriedade intelectual, segredos comerciais ou de outras informações comerciais sensíveis ou a interrupção das nossas operações poderiam afetar adversamente nossa capacidade de realizar funções críticas de negócio e dados sensíveis e confidenciais poderiam ser comprometidos, afetando adversamente nossos resultados operacionais, condição financeira e reputação. Além disso, caso não sejamos capazes de atualizá-los de maneira constante, acompanhando a velocidade do desenvolvimento tecnológico, nossas operações poderão ser prejudicadas, o que pode afetar adversamente nossos resultados.

Eventual perda de nossa propriedade intelectual, segredos comerciais ou de outras informações comerciais sensíveis ou a interrupção das operações pode afetar negativamente nossos resultados financeiros.

Nossos direitos de propriedade intelectual são valiosos, e qualquer incapacidade de protegê-los poderia reduzir o valor dos nossos produtos, serviços e marcas.

A nossa incapacidade de proteger ou obter proteção adequada para nossas marcas, patentes, produtos, *know-how*, segredos industriais, tecnologias ou novas funcionalidades de nossos produtos e processos pode diminuir a nossa competitividade.

Dadas as especificidades referentes à legislação de propriedade intelectual de cada país, poderemos enfrentar maiores dificuldades em acompanhar ou evitar eventual infringência de nossos direitos de propriedade intelectual no exterior ou garantir a não infringência de direitos de terceiros. Os sistemas jurídicos de alguns países não favorecem a obtenção e/ou proteção de patentes e outros direitos de propriedade intelectual, em especial com relação a produtos de uso veterinário, o que poderia tornar difícil para nós a cessação de eventual violação de nossas patentes e de nossos outros direitos de propriedade intelectual ou a comercialização de produtos concorrentes que violem esses direitos. Além disso, as medidas necessárias para proteger os nossos direitos de propriedade intelectual no Brasil ou no exterior podem desviar a atenção da nossa administração e os custos relacionados à proteção de nossos direitos de propriedade intelectual podem aumentar substancialmente. Em vista das características da legislação relativa à proteção de propriedade intelectual, que determina períodos de sigilo em que não se pode obter informações sobre tecnologias em processo de registro ou obtenção de proteção, não podemos garantir que nossas pesquisas não venham a infringir direitos de terceiros nem que, em razão de tal fato, os produtos, objeto dessas pesquisas, poderão ser explorados comercialmente.

Podemos ser obrigados a alterar, no todo ou em parte, alguns dos nossos produtos ou produtos

em desenvolvimento que supostamente infrinjam os direitos de propriedade intelectual de terceiros, e podemos ser obrigados a pagar multas expressivas, *royalties* ou taxas de licenciamento para o uso de patentes ou direitos autorais de terceiros que, eventualmente venham a ser cobrados ou requeridos a título indenizatório, ou ainda, atrasos em cronogramas de desenvolvimento de produtos. Qualquer alteração nos nossos produtos ou nas receitas atribuíveis a qualquer de nossos produtos que eventualmente violem direitos de propriedade intelectual de terceiros poderá afetar adversamente nossa reputação e a demanda por nossos produtos, além de nos causar prejuízos financeiros. Além disso, tais alterações poderão requerer a atenção da nossa administração e/ou levar-nos a incorrer em despesas adicionais, inclusive despesas legais, fatos que podem afetar adversamente nossos resultados.

A distribuição e venda ilegal por terceiros dos nossos produtos em versões falsificadas, ou ainda a comercialização de produtos roubados, desviados ou rotulados novamente com novas datas de vencimento podem ter um impacto negativo em nossa reputação e negócios.

Terceiros podem distribuir e vender ilegalmente versões falsificadas de nossos produtos que não atendam aos padrões de exigência de nossos processos de desenvolvimento, fabricação e distribuição. Medicamentos falsificados ou produzidos ilegalmente representam um risco significativo para a saúde dos animais em que são aplicados devido às condições em que são fabricados e à falta de fiscalização de sua produção. Tais produtos podem não ser seguros ou podem ser ineficazes, podendo, inclusive, ocasionar a morte dos animais em que são aplicados ou das pessoas que o manusearam. A nossa reputação e os nossos negócios podem ser afetados adversamente como resultado da comercialização e uso de produtos falsificados ou produzidos ilegalmente que venham a ser considerados equivalentes e/ou vendidos sob a nossa marca.

Poderemos ser afetados adversamente em decorrência de operações de sociedades sob controle comum ao nosso.

Fomos formados pela cisão parcial da Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. ("OF Par"). Como resultado da cisão, passamos a operar, por meio de nossas subsidiárias, o negócio de saúde animal antes operado pela OF Par, a qual permaneceu operando o negócio de agroquímicos e, posteriormente, foi incorporada pela atual Ouro Fino Química S.A. ("OF Química"), sociedade sob controle comum ao nosso. Ainda, celebramos com OF Química um contrato de licença de uso de marca por meio do qual licenciamos o uso da marca "Ouro Fino" para tal sociedade, de forma que tal sociedade possa continuar a utilizá-la na condução de suas atividades no ramo de produtos agroquímicos, após a cisão. Para mais informações acerca dos referidos contratos de licença de uso de marca, veja item 11.2 deste Formulário de Referência.

O condomínio rural "Norival Bonamichi e Outro – Condomínio", cujo nome comercial é Condomínio Rural Ouro Fino, também está sob nosso controle comum. Também celebramos com o Condomínio Rural Ouro Fino um contrato de licença de uso da marca "Ouro Fino", de forma que tal condomínio possa utilizá-la na condução de suas atividades no ramo pecuário, o que inclui a promoção desta marca por meio de exposições e divulgações em eventos relacionados a animais de elite conhecidos nacionalmente, com ampla divulgação em campeonatos e exposições do setor agropecuário.

Estamos sujeitos a certos riscos relacionados às operações da OF Química e do Condomínio Rural Ouro Fino decorrentes de (i) eventual determinação de responsabilidade solidária ou subsidiária por contingências (de caráter ambiental, civil, tributário ou trabalhista, por exemplo), presentes e futuras, originadas em períodos anteriores à cisão (no caso da OF Química), por tratarem-se de empresas sob controle comum; (ii) problemas relacionados à produção, comercialização e uso de produtos agroquímicos identificados pela marca "Ouro Fino", que tragam associação negativa e

dano de imagem à nossa marca e aos nossos produtos de saúde animal, com relação à OF Química e o Condomínio Rural Ouro Fino; e (iii) responsabilidade solidária resultante de atos praticados pela OF Química e Condomínio Rural Ouro Fino, seus respectivos administradores, empregados, prestadores de serviço, ou por qualquer terceiro que as represente, em violação à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (“**Lei 12.846/2013**”) e respectivo Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências (nos termos do §2º do artigo 4º da Lei 12.846/2013, há responsabilidade solidária das sociedades controladoras, controladas, coligadas e consorciadas na obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado).

Estamos sujeitos a riscos normalmente associados a contratos de transferência de tecnologia em desenvolvimento e parcerias com centros de pesquisa.

Alguns dos produtos em nosso *pipeline* dependem de tecnologia que está sendo desenvolvida, isoladamente ou em conjunto, por empresas de base tecnológica com as quais possuímos contratos de cooperação tecnológica, transferência de tecnologia de *know-how* ou licenciamento. Caso tais empresas, isoladamente ou em conjunto conosco, não sejam capazes de desenvolver com sucesso as tecnologias necessárias, podemos não ser capazes de encontrar ou desenvolver tecnologias substitutas e, em consequência, a nossa estratégia de criação de novos produtos e de aprimoramento dos já existentes poderá ser adversamente afetada e, consequentemente, poderemos perder parte de nossas receitas.

Também detemos parcerias com diversos centros de pesquisa nacionais e internacionais. Tendo em vista principalmente a natureza de nosso relacionamento, temos capacidade limitada para controlar a quantidade de tempo ou recursos alocados por nossos parceiros a projetos de nosso interesse, bem como para gerenciar de forma efetiva alguns riscos a eles relacionados. Alguns desses acordos de parceria permitem rescisão com pouco ou nenhum aviso prévio em determinadas circunstâncias. Tendo em vista a relativa escassez de centros de excelência para determinados tipos de pesquisa, caso algumas de nossas parcerias sejam encerradas e não sejamos capazes de negociar outras de mesmo nível em sua substituição, a nossa estratégia de criação de novos produtos e de aprimoramento dos já existentes também poderá ser adversamente afetada e, consequentemente, poderemos perder parte de nossas receitas.

Poderemos ser afetados adversamente caso ocorram falhas nos sistemas ou caso um de nossos colaboradores da área de biossegurança deixem de cumprir as práticas exigidas pelo MAPA ou regulamentações específicas com relação à produção de vacinas.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (“**MAPA**”) exige rigoroso controle de biossegurança para a manipulação e produção de vacinas contra febre aftosa.

Poderemos não obter êxito na aquisição e integração de outros negócios.

Poderemos buscar aquisições ou alianças estratégicas para captar sinergias como parte de nossa estratégia de negócios. Poderemos não concluir essas transações oportunamente ou de forma rentável, ou mesmo não as efetivar. Além disso, poderemos estar sujeitos a restrições ou limites regulatórios ou outros fatores não previstos que nos impeçam de gozar dos benefícios esperados. Poderemos não obter êxito na integração de funcionários ou dos produtos e tecnologias adquiridos, ou referida integração poderá exigir recursos e investimentos significativamente maiores do que aqueles originalmente previstos. Poderemos não ser capazes de integrar com êxito os negócios adquiridos aos nossos negócios atuais, assim como poderemos não ser capazes de alcançar as sinergias, melhorias ou eficiências esperadas. Em decorrência de tais aquisições ou alianças estratégicas, poderemos assumir dívidas significativas, além de passivos ou contingências

desconhecidas, e tais dívidas, passivos e/ou contingências podem nos sujeitar a prejuízos financeiros e de imagem e a cláusulas restritivas que limitem nossas futuras atividades.

Nossos resultados operacionais podem ser afetados negativamente por encargos relativos à aquisição, amortização de despesas relativas a ativos intangíveis e depreciação de ativos. Poderemos estar sujeitos a litígios relacionados a tais aquisições, licenciamentos ou outras alianças, inclusive reivindicações de ex-funcionários, clientes e terceiros, sendo que, neste caso, eventuais cláusulas de indenização de passivos e contingências negociadas no âmbito da aquisição podem ser insuficientes para compensar custos e despesas incorridos ou prejuízos sofridos. Dependendo da operação, poderemos ainda estar sujeitos à obtenção de aprovação das autoridades brasileiras de defesa da concorrência, sendo que tal aprovação poderá ser concedida com uma série de medidas restritivas, tais como alienação de parte dos ativos adquiridos, ou não ser concedida em tempo hábil. Quaisquer fatores acima podem impactar de forma negativa nossos resultados operacionais e situação financeira.

Dependemos de membros de nossa administração, e podemos enfrentar dificuldades em sua substituição por profissionais igualmente qualificados.

Grande parte de nossas operações dependem das habilidades e esforços da nossa administração. Contudo, os nossos administradores poderão se desligar da Companhia no futuro por diversos motivos. Se qualquer de nossos administradores se desligar da Companhia, poderemos enfrentar dificuldades na sua substituição por profissionais igualmente qualificados. Para mais informações sobre os nossos administradores, ver item 7.3 deste Formulário de Referência.

A concorrência por pessoal qualificado na indústria de saúde animal é forte porque há um número limitado de profissionais com formação e/ou experiência nessa área. A perda de qualquer membro de nossa administração e as dificuldades enfrentadas em sua substituição por profissionais com experiência e qualificação semelhantes poderá ter um efeito adverso sobre nosso negócio.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos nos nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

A Companhia e suas controladas são rés em processos judiciais e administrativos de natureza cível, tributária e trabalhista e poderão ser envolvidas em processos de diversas naturezas no curso normal de seus negócios cujos resultados não se pode garantir que serão favoráveis à Companhia e às suas controladas. Os riscos inerentes a tais processos podem não ter sido provisionados ou as provisões constituídas podem ser insuficientes para fazer frente ao custo total decorrente dos processos. Adicionalmente, podemos estar sujeitos a contingências por outros motivos que nos obriguem a dispendar valores significativos. Decisões contrárias aos nossos interesses que eventualmente alcancem valores substanciais ou impeçam a realização de negócios conforme inicialmente planejados poderão causar um efeito adverso em nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais e reputação. Para maiores informações a respeito dos processos judiciais e administrativos nos quais somos parte, vide item 4.4 deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, os administradores da Companhia e de suas controladas podem vir a ser parte em processos judiciais, arbitrais e administrativos, cuja instauração e/ou resultados podem afetá-los negativamente, eventualmente impossibilitando-os ao exercício de suas funções e afetando a reputação da Companhia direta ou indiretamente.

Nosso desempenho depende de relações trabalhistas favoráveis com nossos empregados. Qualquer deterioração dessas relações, ou aumento dos custos do trabalho, pode afetar adversamente nosso negócio.

Em 31 de dezembro de 2022, possuíamos 1.201 empregados. Grande parte de nossos empregados pertencem a sindicatos, sendo abrangidos por acordos de negociação coletiva. Qualquer aumento significativo nos custos trabalhistas, deterioração das relações trabalhistas, paralisações em qualquer de nossas unidades operacionais, sejam decorrentes de atividades sindicais, rotatividade de empregados ou a outros fatores, podem prejudicar de forma negativa nossos resultados operacionais e nossa situação financeira.

Nosso departamento de P&D realiza testes em animais. Tais testes poderão estar sujeitos a proibições ou novas regulamentações, o que poderá afetar negativamente os nossos negócios.

Conforme legislação aplicável, por atuarmos no ramo de produtos e vacinas para saúde animal, antes de registrarmos novos produtos veterinários perante o MAPA e outros órgãos regulatórios internacionais, e conseqüentemente, iniciar a sua fabricação e comercialização, somos obrigados a realizar testes em animais. A legislação aplicável, estabelecida pelo Conselho Nacional de Controle e Experimentação Animal – CONCEA, pelo MAPA, e outros órgãos internacionais, elenca os procedimentos e as condições que devem ser observados durante a realização dos testes em animais. A realização de testes em animais em algumas indústrias vem sendo objeto de controvérsias e publicidade negativa, sendo objeto, inclusive, de manifestações e protestos de organizações contrárias a esta prática. Algumas dessas organizações buscam a proibição de tais testes ou estimulam a adoção de regras mais rígidas para a sua realização. Na medida em que estas organizações obtenham êxito em suas proposições, nosso departamento de P&D e, conseqüentemente, nossos resultados operacionais e situação financeira, poderão ser afetados adversamente. Além disso, a publicidade negativa para nós ou para o setor em que atuamos poderá prejudicar nossa reputação.

As nossas operações podem ser afetadas por eventual acidente ou falhas logísticas

A operação de transporte de carga, seja terrestre, marítimo ou aéreo, apresenta riscos inerentes de acidentes, falhas mecânicas, colisões, perdas de ativos, vazamentos de combustível e outros incidentes ambientais, perda ou dano de carga, interrupção de negócios devido a fatores políticos, bem como reivindicações trabalhistas, reivindicações de natureza social ou ambiental, greves, condições meteorológicas adversas e desastres naturais que podem nos afetar, resultando em perda de receitas, assunção de responsabilidades ou aumento de custos.

Danos não cobertos pelas nossas apólices de seguros podem resultar em perdas que podem ter efeito adverso sobre os nossos negócios.

Na ocorrência de eventos não segurados pelas apólices de seguros que contratamos, tais como eventos dolosos, ou quando os danos a serem indenizados forem maiores que os limites de cobertura previstos em nossas apólices, poderemos incorrer em gastos relevantes para pagamento de indenizações, mitigação de perdas ou reparo ou aquisição de equipamentos e instalações, os quais podem afetar adversamente nossas receitas, investimentos e situação financeira.

Avanços tecnológicos na saúde animal e na medicina veterinária por empresas concorrentes poderia afetar negativamente o mercado para nossos produtos.

O mercado para nossos produtos pode ser afetado negativamente pela introdução de produtos novos por outras empresas, bem como pela ampla aceitação de produtos alternativos aos nossos. Além disso, avanços tecnológicos na saúde animal por empresas concorrentes podem superar a nossa tecnologia e reduzir ou eliminar o mercado para nossos produtos. A introdução ou aceitação de tais produtos ou tecnologias colocados por nossos concorrentes poderiam afetar adversamente nossos resultados operacionais e condição financeira.

A realização de provisão para impairment de ativos intangíveis identificáveis poderá ser requerida.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como de acordo com o *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), se determinarmos a não recuperabilidade, mesmo que temporária, de ativos intangíveis identificáveis, substancialmente representados por desenvolvimento e registro de produtos, seremos obrigados a deduzir o saldo destes ativos por meio de provisão e contabilizar um custo correspondente.

Determinar se existe e o montante da potencial deterioração envolve dados quantitativos e critérios qualitativos que são baseados em estimativas e premissas que exigem julgamentos de gestão significativos. Eventos futuros ou novas informações podem alterar a avaliação da administração de um ativo intangível em um curto espaço de tempo. A periodicidade e o montante das deteriorações registradas em nossas demonstrações financeiras consolidadas de receitas e deduções de valor contabilizados em nossos balanços patrimoniais consolidados podem variar se as conclusões da administração se alterarem. Qualquer deterioração de ativos intangíveis identificáveis poderia ter um efeito material adverso sobre nossos resultados operacionais e condições financeiras.

Problemas em manufatura e capacidade produtiva reduzida podem causar desabastecimento, custos não previstos e recolhimento dos produtos no mercado.

Somos produtores de nossos itens de venda na grande maioria dos casos. Assim, qualquer rompimento desta cadeia produtiva ou da cadeia produtiva dos terceiros que eventualmente produzem alguns de nossos itens por encomenda, pode afetar nossa capacidade de entregar os produtos para venda. Demandas não previstas muito superiores à nossa capacidade produtiva imediata ou de terceiros nos casos de produtos fabricados por eles por encomendas podem levar ao desabastecimento momentâneo de produtos no mercado. Além disso, desvios podem ocorrer na produção, armazenamento ou distribuição de nossos produtos, que podem levar ao recolhimento de nossos produtos no mercado.

Os titulares das nossas ações poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com a Lei de Sociedades por Ações e com o nosso estatuto social, nossos acionistas fazem jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual ajustado. O ajuste do lucro líquido para os fins de cálculo da base dos dividendos inclui contribuições a diversas reservas que efetivamente reduzem o valor disponível para a deliberação de dividendos. O lucro líquido também pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações, e pode não ser disponibilizado para a deliberação de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Nesse sentido, podemos não pagar dividendos acima da distribuição obrigatória prevista em nosso estatuto social ou mesmo não distribuir dividendos a nossos acionistas em qualquer exercício fiscal, caso nosso Conselho de Administração determine que essas distribuições não seriam aconselháveis em vista de nossa condição financeira.

A captação de recursos adicionais por meio de uma oferta de ações ou títulos conversíveis em ações poderá diluir a participação acionária dos nossos acionistas.

Poderemos, no futuro, captar recursos por meio da emissão pública ou privada de títulos de dívida, conversíveis ou não em ações, ou de ações. A captação de recursos adicionais por meio de oferta pública de ações ou de títulos conversíveis em ações poderá, nos termos da Lei das Sociedades

por Ações, ser feita com exclusão do direito de preferência de nossos acionistas, inclusive dos investidores em nossas ações, e poderá, portanto, diluir a participação acionária dos investidores em nossas ações.

Eventual reconhecimento de vínculo empregatício com relação a representantes comerciais, decorrente de condições fáticas específicas, poderá impactar negativamente nossa condição financeira e resultado operacional.

Nossos representantes comerciais são pessoas jurídicas contratadas, nos termos da Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965. De acordo com precedentes jurisprudenciais, o vínculo empregatício com representantes comerciais pode ser reconhecido dependendo das condições fáticas sob as quais os serviços são prestados. Caso este entendimento fático venha a se confirmar em relação a algum de nossos representantes comerciais, poderemos experimentar custos adicionais, causando um efeito adverso em nossa condição financeira e resultados operacionais.

Podemos não conseguir manter ou renovar contratos de locação nos locais nos quais operamos, ou renová-los em condições menos favoráveis do que as atuais.

Parte dos imóveis onde estão localizadas nossas operações relacionadas a distribuição e comercialização são de propriedade de terceiros. A execução de nossas atividades nesses imóveis se dá por meio de contratos de locação, sublocação, subarrendamento, arrendamento, e comodato, parte dos quais, em geral, por prazo determinado. Com o término do prazo contratual, não há garantia de que os contratos atualmente em vigor serão renovados, ou de que tal renovação ocorrerá em termos considerados adequados por nós, sendo que a localização de nossos estabelecimentos é fator relevante para o desenvolvimento de nossa estratégia comercial. Assim, nesta hipótese, podemos ser afetados negativamente.

Parte de nossos contratos está vigente por prazo indeterminado, o que pode nos obrigar a devolver o respectivo imóvel ao proprietário e interromper nossa operação em curto prazo, caso as respectivas contrapartes não pretendam manter e/ou renovar tais contratos ou se os termos contratuais para renovação não forem atraentes para nós.

Ademais, a alienação dos imóveis de terceiros onde estão localizadas nossas operações também pode nos obrigar a ter que desocupar tais imóveis em curto prazo, nos casos em que o novo proprietário não queira manter vigente o respectivo contrato e, cumulativamente: (i) a locação não seja por tempo determinado; (ii) o contrato não possua cláusula de vigência em caso de alienação; e (iii) o contrato não esteja registrado na matrícula do imóvel.

Estamos sujeitos a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e podemos ser afetados adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

No ano de 2018, foi sancionada a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, conforme alterada, denominada Lei Geral de Proteção de Dados (“LGPD”), que entrou em vigor no mês de setembro de 2020 e transformou a forma pela qual a proteção de dados pessoais no Brasil é regulada e tratada. A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, os requisitos para obtenção de consentimento, as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos e a transferências de dados, bem como a autorização para a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Caso a Companhia não esteja em conformidade com a LGPD, a Companhia e suas subsidiárias podem estar sujeitas às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2%

(dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração. Além disso, a Companhia pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados e ser considerada solidariamente responsáveis por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados pela Companhia e suas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD. Qualquer violação de segurança, ou qualquer falha percebida envolvendo o uso indevido, perda ou outra divulgação não autorizada de dados pessoais, bem como qualquer falha ou aparente falha em cumprir as leis, políticas, obrigações legais ou padrões da indústria em relação à privacidade e proteção de dados, seja por nós ou fornecedores, podem prejudicar nossa reputação, nos expor a riscos e responsabilidades legais, sujeitar-nos a ações judiciais e a publicidade negativa, interromper nossas operações e prejudicar nossos negócios, resultando em passivos financeiros, sanções, penalidades e danos à nossa reputação. Não podemos garantir que nossas medidas de segurança evitarão vazamento de dados pessoais, incidentes de segurança, ou que a falha em os evitar não terá um efeito adverso relevante sobre nós.

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de suas atividades, o que poderá afetar negativamente a reputação e os resultados da Companhia e, conseqüentemente, o valor de suas ações.

Riscos relacionados a ônus constituídos sobre os imóveis da Companhia.

Parte dos imóveis de propriedade da Companhia está onerada por alienação fiduciária com a finalidade de garantia de pagamento das obrigações contraídas pela Companhia, no âmbito regular de suas atividades, perante a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, empresa pública federal vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Na hipótese de inadimplemento da Companhia no pagamento destas obrigações, a credora poderá proceder com a excussão da garantia. Caso a Companhia não possua outros bens para garantir o pagamento de tais dívidas, referidos ativos poderão ser arrematados por terceiros em leilão extrajudicial ou sua propriedade poderá ser consolidada em nome da própria credora.

Caso a Companhia não logre êxito em negociar com o novo proprietário termos de um contrato de locação que regule a ocupação dos respectivos ativos para o exercício regular de suas atividades, poderá ser solicitada a desocupação do imóvel pela Companhia em 30 dias.

Neste contexto, se não conseguirmos operar nossos estabelecimentos ou se tivermos que suspender ou fechar alguns estabelecimentos existentes, a estratégia de negócios poderá ser afetada de forma adversa.

Podemos ser afetados por violações ao nosso Código de Conduta, à Lei Anticorrupção e leis semelhantes.

Os nossos mecanismos de prevenção e combate à corrupção, bem como os nossos controles internos, podem não ser suficientes para assegurar que todos os membros da nossa administração, funcionários, parceiros de negócio, representantes, contratados, sejam eles fornecedores, prestadores de serviços ou prepostos, bem como terceiros que agem em nosso nome atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção, sendo exemplos dessas normas, no Brasil, o Decreto-Lei nº 2.848/1940, a Lei nº 8.137/1990, a Lei nº 8.429/1992, a Lei nº 8.666/1993, a Lei nº 9.613/1998, a Lei nº 12.846/2013 (“Lei Anticorrupção”).

O não cumprimento do nosso Código de Conduta, da Lei Anticorrupção e de demais normas anticorrupção aplicáveis por nossos administradores, funcionários, parceiros de negócio, representantes, contratados, sejam eles fornecedores, prestadores de serviços ou prepostos, bem como terceiros que agem em nosso nome pode nos expor a sanções previstas nos referidos normativos.

A Lei Anticorrupção, introduziu o conceito de responsabilidade objetiva para pessoas jurídicas envolvidas em atos lesivos à administração pública, sujeitando o infrator a penalidades cíveis e administrativas. A Lei Anticorrupção estabelece sanções administrativas a serem aplicadas como consequência de um ou mais atos lesivos ou potencialmente lesivos à administração pública. O não cumprimento ou a alegação de não cumprimento de leis de combate à corrupção ou quaisquer investigações de má conduta ou execução de ações contra nós pode trazer consequências desfavoráveis, resultando, por exemplo, em multas, perda de alvarás de funcionamento, proibição ou suspensão de nossas atividades, perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública, e danos à reputação, bem como em outras penalidades, podendo nos afetar de modo adverso relevante e, conseqüentemente, os valores mobiliários de nossa emissão.

(b) aos acionistas da Companhia, em especial os acionistas controladores

Os interesses dos nossos acionistas controladores podem ser conflitantes com os interesses de nossos investidores.

Somos controlados por dois acionistas, Jardel Massari e Norival Bonamichi, cada um com participação societária, direta ou indireta, de 28,8% e 27,5%, respectivamente, de nossas ações. Nossos acionistas controladores possuem poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros do nosso Conselho de Administração e determinar o resultado de deliberações que exijam aprovação de nossos acionistas, inclusive reorganizações societárias, alienações de ativos, parcerias e condições e valores para pagamento de quaisquer dividendos futuros. Nossos acionistas controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos ou parcerias, buscar financiamentos ou realizar operações similares que podem ser conflitantes com os interesses de nossos investidores.

(c) às controladas e coligadas da Companhia

Dependemos da distribuição de resultados de nossas controladas e poderemos ser afetados adversamente caso nossas controladas tenham o seu desempenho prejudicado.

Somos controladores de sociedades que desenvolvem atividades específicas. Nossa capacidade de cumprir nossas obrigações financeiras e de pagar dividendos aos nossos acionistas está diretamente relacionada ao fluxo de caixa e lucros de nossas controladas, as quais estão sujeitas, dentre outros, aos mesmos riscos operacionais, societários e regulamentares a que estamos sujeitos, conforme descritos neste item 4.1. Não há garantia de que o fluxo de caixa e os lucros das nossas controladas serão positivos ou que serão suficientes para o cumprimento de nossas obrigações financeiras e para a deliberação de dividendos aos nossos acionistas.

(d) aos administradores da Companhia

Dependemos de membros de nossa administração, e podemos enfrentar dificuldades em sua substituição por profissionais igualmente qualificados.

Grande parte de nossas operações dependem das habilidades e esforços da nossa administração. Contudo, os nossos administradores poderão se desligar da Companhia no futuro por diversos motivos. Se qualquer de nossos administradores se desligar da Companhia, poderemos enfrentar

dificuldades na sua substituição por profissionais igualmente qualificados. Para mais informações sobre os nossos administradores, ver item 7.3 deste Formulário de Referência.

A concorrência por pessoal qualificado na indústria de saúde animal é forte porque há um número limitado de profissionais com formação e/ou experiência nessa área. A perda de qualquer membro de nossa administração e as dificuldades enfrentadas em sua substituição por profissionais com experiência e qualificação semelhantes poderá ter um efeito adverso sobre nosso negócio.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos envolvendo nossos administradores podem causar efeitos adversos nos nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Os administradores da Companhia e de suas controladas podem vir a ser parte em processos judiciais, arbitrais e administrativos, cuja instauração e/ou resultados podem afetá-los negativamente, eventualmente impossibilitando-os ao exercício de suas funções e afetando a reputação da Companhia direta ou indiretamente. Para informações adicionais acerca dos impactos decorrentes de decisões desfavoráveis em processos, veja o fato de risco “*decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos nos nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais*” no item 4.1(a) deste Formulário de Referência.

(e) aos fornecedores da Companhia

As nossas operações podem ser afetadas por eventual ineficiência logística e por falhas de infraestrutura.

Dependemos do transporte rodoviário, marítimo e aéreo para termos acesso a matérias-primas nacionais e importadas e para a distribuição de nossos produtos. Qualquer atraso, problema ou falha nesses sistemas logísticos poderá afetar negativamente a obtenção de insumos, impedir a entrega de nossos produtos ou impor a nós custos adicionais. A infraestrutura e o sistema de transporte brasileiros estão subdesenvolvidos e necessitam de investimentos por parte do governo brasileiro para que operem com eficiência e atendam às necessidades dos nossos negócios.

Adicionalmente, caso os concessionários de serviços públicos que operam ativos na cadeia de infraestrutura logística na qual as nossas operações estão inseridas não sejam capazes de (i) operar de maneira satisfatória; (ii) efetuar os investimentos necessários para manutenção e expansão de suas operações; ou (iii) atender os requisitos e obrigações relacionadas às suas concessões, os nossos negócios podem ser negativamente afetados.

Somos dependentes de órgãos públicos para desembaraço dos materiais importados, como MAPA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (“ANVISA”), Receita Federal do Brasil e Polícia Federal. O atraso do processo de desembaraço por qualquer motivo pode resultar em atraso na produção e consequentemente em prejuízos financeiros para a Companhia.

Dependemos do fornecimento de matérias-primas provenientes de países estrangeiros para a consecução de nossos negócios.

Nosso suprimento de matérias-primas importadas está concentrado com fornecedores de alguns poucos países estrangeiros, sendo que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, fornecedores chineses e indianos representam aproximadamente 28,6% e 10,7%, respectivamente, de nossos gastos com matérias-primas. Alterações nas condições macroeconômicas, regulatórias e legais nos países em que estão localizados nossos fornecedores relevantes, tanto com relação à indisponibilidade da matéria-prima quanto ao aumento do preço, podem impactá-los negativamente, de modo que eles podem vir a reduzir, deixar de fornecer ou encarecer a matéria-prima. Adicionalmente, nossos fornecedores são independentes e têm seus

próprios objetivos financeiros, de modo que as ações tomadas ou sofridas por eles, tais como controle de qualidade inconsistente ou inadequado, paralisações e o não cumprimento de suas obrigações contratuais, poderão ter um efeito negativo sobre nossos resultados. Verificadas tais condições, poderemos sofrer impactos adversos nos nossos custos e resultados operacionais, bem como na nossa reputação.

Dependemos de terceiros no provimento de materiais e serviços, os quais estão sujeitos ao aumento de custos de mão-de-obra e material.

Os materiais usados na fabricação dos nossos produtos podem estar sujeitos a limitações de disponibilidade e volatilidade de preços causados por alterações na demanda, condições de clima, condições de fornecimento, regulações governamentais, ambiente econômico e outros fatores. Ademais, custos de mão de obra podem estar sujeitos a variações em decorrência da sua disponibilidade, regulações governamentais, ambiente econômico e outros fatores.

Aumentos na demanda e disponibilidade ou preço de materiais utilizados na fabricação de nossos produtos e aumentos nos custos de mão de obra podem aumentar os custos de fabricação de nossos produtos.

Podemos não conseguir repassar todos ou parcela relevante de tais custos aos nossos clientes, o que poderia afetar adversa e relevantemente nossas condições financeiras e resultados operacionais.

Ademais, alguns terceiros fornecedores são as únicas fontes de certos materiais necessários para a produção de nossos produtos, tais como matérias-primas, insumos e embalagens, primárias e secundárias. Podemos não conseguir alcançar a demanda de certos produtos se quaisquer dos terceiros fornecedores cessarem ou interromperem suas operações, não renovar nossos contratos ou de qualquer outra maneira deixarem de cumprir com suas obrigações conosco.

(f) aos clientes da Companhia

A concentração de nossos clientes poderá afetar negativamente a cotação de nossos produtos.

Nossos clientes, diretos e indiretos, incluem revendas agropecuárias, distribuidores, cooperativas, agroindústrias, *pet shops*, consultórios, clínicas, hospitais veterinários e produtores pecuários. Uma tendência de concentração de nossos clientes no mercado pode impactar adversamente nossa capacidade de negociação dos preços de nossos produtos. Nos últimos anos, verificamos que houve maior concentração em relação aos produtores pecuários, particularmente na suinocultura e na avicultura. Caso essa tendência de concentração continue, esses clientes poderão tentar melhorar sua rentabilidade por meio da alavancagem de seu poder de compra para a obtenção de cotações favoráveis, forçando-nos a reduzir os preços de nossos produtos, o que poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

Mudanças nas preferências dos consumidores podem afetar adversamente nosso negócio.

A demanda para a produção de produtos saúde animal é fortemente ligada à demanda de consumidores de carne e produtos lácteos. A indústria de alimentos em geral está sujeita a mudanças na demanda, tendências e preferências do consumidor, como por exemplo a substituição de proteína animal por proteína sintética ou vegetal. Tendências na mudança da indústria de alimentos e muitas vezes a nossa incapacidade de prever, identificar ou reagir a mudanças pode levar, entre outras coisas, à redução na demanda e redução nos preços de nossos produtos de saúde animal, o que pode afetar adversamente nossos negócios.

Podemos não nos adaptar a mudanças nos canais de distribuição de produtos destinados a

animais de estimação, o que pode impactar negativamente a nossa participação de mercado, as margens e a distribuição dos nossos produtos.

Atualmente, nossa distribuição de produtos no segmento de animais de estimação é realizada por distribuidores ou subdistribuidores que atuam como intermediários entre os fabricantes e os lojistas (*pet shops*, consultórios, clínicas e hospitais veterinários).

A entrada no Brasil de grandes redes de *pet shops* internacionais e o fortalecimento de redes de *pet shop* nacionais pode provocar uma necessidade de mudança na nossa estrutura de distribuição atual, incluindo a utilização da internet como canal de venda.

Podemos não nos adaptar a tais mudanças nos canais de distribuição de produtos destinados a animais de estimação, o que poderá impactar negativamente nossa participação de mercado, as margens e a distribuição dos nossos produtos, bem como nossos resultados operacionais.

(g) aos setores da economia nos quais a Companhia atua

Efeitos adversos observados na saúde humana relacionados ao consumo de alimentos derivados de animais que utilizem produtos veterinários poderão resultar na redução das vendas de tais produtos.

Nossos negócios dependem fortemente do setor de produção de proteína animal. Caso o público entenda que o consumo de alimentos derivados de animais que utilizem produtos veterinários, como os nossos, traz riscos à saúde humana, poderá ocorrer uma redução na produção de tais alimentos, e, conseqüentemente, na demanda de nossos produtos. Poderá também haver uma redução na demanda de produtos pecuários ou estes poderão ter sua reputação afetada em decorrência da evolução da percepção dos consumidores sobre questões relacionadas aos direitos dos animais, à nutrição, à saúde ou a outras questões. Qualquer dano à reputação do setor de produção de proteína animal também poderá se estender às companhias que atuam em setores relacionados, inclusive a nós. Uma percepção negativa dos consumidores com relação ao uso de um ou mais de nossos produtos no setor de produção de proteína animal também poderá resultar na redução do uso de tais produtos, e poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

O surto de doenças infecciosas transmitidas por animais poderá afetar adversamente a venda de nossos produtos.

As vendas de nossos produtos destinados à indústria pecuária poderão ser afetadas adversamente pelo surto de doenças transmitidas por animais, tais como a gripe aviária e suína, febre aftosa, encefalopatia espongiforme bovina (popularmente conhecida como “doença da vaca louca”), *porcine epidemic diarrhea*, dentre outras, que podem levar a inúmeras mortes ou ao sacrifício preventivo de animais de produção. Conseqüentemente, poderá haver uma redução na demanda de produtos destinados à indústria de proteína animal devido a restrições mais rigorosas para exportação e proibição de importação, o que poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

O mercado de saúde animal é altamente competitivo.

O mercado de saúde animal é altamente competitivo e composto por empresas brasileiras e multinacionais. Acreditamos que muitos de nossos concorrentes conduzem atividades de P&D em áreas atendidas por nossos produtos e nas áreas para as quais estamos desenvolvendo produtos, e as vendas de nossos produtos podem ser impactadas negativamente pela introdução e/ou ampla aceitação pelo mercado de produtos alternativos ou recém-desenvolvidos destinados ao mesmo público ao qual nossos produtos são destinados.

Dentre nossos concorrentes encontram-se grandes companhias farmacêuticas globais, além de empresas especializadas em saúde animal. Esses concorrentes poderão ter maior acesso a recursos financeiros, de *marketing*, técnicos e outros, e, como resultado, poderão ser capazes de atribuir mais recursos ao desenvolvimento, produção, *marketing* e venda de seus produtos, iniciando ou mantendo concorrência de preços ou beneficiando-se com aquisições e outras oportunidades. Concorrentes multinacionais também poderão ter maior economia de escala, devido ao seu tamanho e nível de participação no mercado global. Além da concorrência com participantes estabelecidos no mercado, novas empresas podem ingressar em nosso segmento e reduzir substancialmente nossa participação de mercado ou tornar nossos produtos obsoletos.

Caso qualquer de nossos concorrentes se destaque no mercado ou caso sejamos forçados a reduzir ou sejamos incapazes de estabelecer preços competitivos aos nossos produtos, nossos resultados operacionais e situação financeira poderão ser afetados adversamente.

Os produtos destinados à saúde animal fabricados e comercializados pela Companhia poderão não ter os mesmos efeitos e reações para todos os animais nos quais serão aplicados.

Somente após a sua efetiva comercialização nossos produtos são submetidos a condições em larga escala de transporte, armazenagem, uso e exposição a outras interações (ex.: as medicamentosas) e poderão surgir novos eventos adversos ou problemas de qualidade não previstos em seu desenvolvimento, acarretando a necessidade de recalls, interrupção de produção, redesenvolvimento e até interrupção de comercialização.

Quando do lançamento de nossos produtos no mercado, os efeitos e reações observados nos testes por amostragem em decorrência do processo de P&D poderão não ser verificados para toda a população de animais para os quais serão aplicados. Efeitos ou reações diversas daquelas esperadas com base no processo de P&D poderão prejudicar a comercialização de nossos produtos e a nossa reputação, afetando adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

Poderemos ser afetados adversamente caso a febre aftosa seja erradicada do país e a vacinação do rebanho bovino deixe de ser obrigatória.

Atualmente, a aplicação da vacina contra febre aftosa ainda é obrigatória em parte dos Estados brasileiros. Contudo, observa-se o avanço do plano de erradicação da vacinação obrigatória contra febre aftosa, de acordo com as diretrizes do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa – PNEFA e estima-se que até o final de 2026, todos os estados brasileiros possuam status de zona livre de febre aftosa sem vacinação.

As vendas dessa vacina responderam por aproximadamente 4,4% de nossa receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Assim, quando a vacinação deixar de ser obrigatória no país, poderemos ter um efeito adverso em nossos resultados operacionais.

Para maiores informações, consulte o detalhamento do PNEFA (<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/saude-animal-e-vegetal/saude-animal/programas-de-saude-animal/febre-aftosa/plano-estrategico-pnefa-2017-2026>).

O uso incorreto ou contraindicado de nossos produtos poderá prejudicar nossa reputação ou resultar em danos financeiros.

Nossos produtos foram aprovados para uso em circunstâncias específicas no tratamento de determinadas doenças e condições em espécies alvo. Poderá ocorrer um aumento no risco de imagem da Companhia caso os médicos veterinários, produtores pecuários, proprietários de

animais de estimação ou outros indivíduos tentem utilizar nossos produtos de forma incorreta e/ou contraindicada, incluindo a utilização em espécies para as quais não tenham sido aprovados (inclusive em humanos). Além disso, o uso de nossos produtos para indicações além daquelas para as quais foram aprovados poderá ser prejudicial ou não ser eficiente, o que pode afetar adversamente nossa reputação e levar ao aumento de risco de litígios. Caso sejamos considerados envolvidos, por qualquer agência governamental, reguladora ou órgão judiciário, na promoção de quaisquer de nossos produtos para utilização contraindicada, tal agência ou órgão poderá eventualmente exigir a alteração de nosso procedimento de treinamento ou de nossos materiais e práticas promocionais, sendo que poderemos ainda estar sujeitos a multas e penalidades significativas no âmbito administrativo e judicial. A imposição de tais sanções também pode afetar nossa reputação e nossa posição no mercado. Quaisquer dessas hipóteses poderão afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

Riscos relacionados às autorizações, licenças e alvarás necessários às nossas operações.

Nossas atividades estão sujeitas à obtenção de autorizações, licenças e alvarás, incluindo licenças municipais de funcionamento e autos de vistoria do corpo de bombeiros, relacionados à operação e à localização dos nossos estabelecimentos. Devemos obter e renovar periodicamente tais autorizações, licenças e alvarás.

Não podemos assegurar que a obtenção ou renovação dessas autorizações, licenças e alvarás ocorrerá tempestivamente. A falta de qualquer dessas autorizações, licenças ou alvarás ou o indeferimento da sua obtenção ou renovação pode implicar em penalidades que variam desde a aplicação de multas ou, conforme o caso, a suspensão ou até o encerramento das atividades realizadas no respectivo imóvel, e pode, ainda, em determinados casos, resultar na rescisão de contratos celebrados com terceiros, o que poderá ter um efeito adverso nos nossos resultados operacionais e negócios.

Além disso, futuras regulamentações ou quaisquer alterações à regulamentação vigente podem acarretar a necessidade de efetuarmos investimentos substanciais para a adequação de nossas atividades à nova regulamentação, bem como não podemos garantir que conseguiremos cumprir novas regulamentações ou suas alterações, o que poderá ter um efeito adverso para nós.

Nossa estratégia de negócios poderá ser afetada de forma adversa relevante se não conseguirmos abrir e operar nossos estabelecimentos, se tivermos que suspender ou fechar alguns estabelecimentos existentes em consequência da não obtenção ou não renovação dos registros, autorizações, licenças e alvarás, ou se um acidente afetar adversamente um estabelecimento enquanto esse estiver com uma licença pendente.

Nossas operações dependem do fornecimento de água e energia elétrica. O racionamento de água e/ou energia elétrica pode nos afetar de maneira adversa.

Nosso processo produtivo consome grandes quantidades de água e energia elétrica. A capacidade operacional de geração das usinas hidrelétricas brasileiras, bem como o próprio fornecimento de água, depende dos níveis do recurso armazenados nos reservatórios e nos fluxos dos rios. Existe, consequentemente, uma forte relação de dependência com os índices pluviométricos. O nível inferior de chuvas e o período de estiagem, poderá levar a uma queda nos níveis dos reservatórios e redução da capacidade operacional das hidrelétricas e no fornecimento de água em determinadas regiões no país, trazendo uma crise ao setor e forçando a população e indústria a um racionamento de energia.

O eventual racionamento de água e/ou energia poderá impactar diretamente nosso processo produtivo, o que poderá afetar adversamente nossa receita e nossos resultados operacionais

(h) à regulamentação dos setores em que a Companhia atua

Atuamos na indústria brasileira de produtos de uso veterinário e alimentação animal, setor da economia sujeito a legislação e regulação extensivas e caracterizado pela necessidade de frequente interação com autoridades governamentais, de modo que alterações nas regulamentações aplicáveis às nossas atividades, atrasos dos órgãos governamentais na emissão de licenças ou registro de nossos produtos ou descumprimento alegado ou efetivo de referidas normas podem nos afetar de modo adverso e relevante.

Estamos sujeitos às leis e regulamentos municipais, estaduais e federais, a permissões e exigências para a obtenção e renovação de licenças de estabelecimentos e registro de produtos, inclusive junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária (“CRMV”), e aos padrões operacionais e de segurança do MAPA. Estamos sujeitos, ainda, à fiscalização ou inspeção periódica dessas entidades em nossas plantas industriais para verificar o cumprimento das normas e regulamentações vigentes e emissão de certificados de boas práticas de fabricação. A regulamentação do setor de produtos de uso veterinário e alimentação animal inclui regras para aprovação de produtos e unidades industriais.

Caso descumpramos qualquer de nossas obrigações perante o MAPA, seja por não manter vigentes ou renovar as licenças de estabelecimentos aplicáveis ou por não manter vigentes ou renovar os registros de nossos produtos, ou, ainda, em caso de não observância da legislação setorial, estaremos sujeitos não apenas às sanções civis e penais cabíveis, mas também às sanções previstas no Decreto nº 5.053, de 22 de abril de 2004 e suas atualizações (Decreto nº 8.448, de 2015 e Decreto nº 8.840 de 2016), e no Decreto nº 6.296, de 11 de dezembro de 2007, ambos editados pelo MAPA, tais como: (i) advertência, quando o infrator for primário e não tiver agido com dolo ou má-fé; (ii) multa no valor de R\$ 880,00 a R\$ 2.640,00, dobrados sucessivamente nas reincidências, até três vezes, sem prejuízo, quando for o caso, do cancelamento do registro do produto ou da cassação do registro do estabelecimento; (iii) apreensão do produto; (iv) inutilização do produto; (v) suspensão da venda ou da fabricação do produto; (vi) cancelamento do registro e licenciamento do produto; (vii) interdição do estabelecimento; (viii) cancelamento do registro e licenciamento do estabelecimento; e (ix) apreensão e inutilização do material de propaganda.

Com a publicação do Decreto 8.448 de 06 de maio de 2015, que alterou alguns artigos do Decreto nº 5.053, de 22 de abril de 2004, e regulamentou a Lei nº 12.689, de 19 de julho de 2012 (“**Lei dos Genéricos**”), passou a permitir-se a entrada de medicamentos genéricos no mercado veterinário. Com a publicação da Portaria 196/2021 (MAPA), estabeleceu-se os níveis de classificação de risco de atividades econômicas dependentes de atos públicos de liberação sob a responsabilidade da Secretaria de Defesa Agropecuária, do MAPA, assim como os prazos para sua aprovação tácita dos registros dos produtos.

Não podemos assegurar que o governo não irá alterar a regulamentação aplicável às nossas atividades, bem como as exigências para obtenção ou renovação de licenças de nossos estabelecimentos ou registro para fabricação e comercialização de nossos produtos, ou, ainda, atrasar a emissão dessas licenças ou registro de produtos. Qualquer mudança significativa na regulamentação em tais exigências, bem como a inabilidade em atendê-las, ou atrasos das autoridades públicas para emitir licenças de estabelecimentos e registros de produtos ou ainda a não observância dos prazos estabelecidos pelas autoridades públicas, pode nos impedir de vender e distribuir determinado(s) produto(s) e/ou causar atrasos no lançamento de produto(s) e/ou aumentar os custos para obter ou renovar licenças ou registro de nosso(s) produto(s), o que pode nos afetar adversamente.

Produtos destinados à saúde animal estão sujeitos a impactos gerados por eventuais

alterações regulatórias e questões relacionadas com resíduos, segurança, eficácia ou bem estar-animal, o que poderá prejudicar a fabricação e/ou comercialização de nossos produtos, bem como nossa reputação.

Alterações regulatórias e questões não previstas relacionadas a resíduos, segurança, eficácia e bem-estar animal podem surgir mesmo após a aprovação do produto, independentemente de serem científica ou clinicamente suportadas, resultando em *recalls*, retiradas de produtos do mercado, suspensão ou redução de vendas, bem como em atribuição de responsabilidades pelos danos causados pelo produto e outras reivindicações. Além disso, dependemos de perspectivas positivas sobre segurança e qualidade de nossos produtos e dos produtos de saúde animal em geral por parte de nossos clientes, veterinários e consumidores finais, e a falta de tais perspectivas poderá prejudicar a comercialização de nossos produtos e a nossa reputação, independentemente da efetiva existência de problemas de resíduos, segurança, eficácia ou bem-estar animal. Essas questões e os prejuízos a elas relacionados podem afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

Como exemplo da possibilidade de alteração na regulamentação aplicável a nossas atividades e que pode inclusive afetar produtos já registrados, podemos citar a Instrução Normativa nº 51, de 19 de dezembro de 2019, emitida pela ANVISA, que estabelece que os medicamentos veterinários registrados até a data de publicação da regulamentação e que contenham em sua formulação insumo farmacêutico ativo sem limite máximo de resíduo indicado nesta Instrução Normativa nº 51 deverão possuir tal limite não superior a 10 microgramas por quilo, caso a caso, observado o prazo de adequação previsto na Resolução da Diretoria Colegiada nº 328, de 19 de dezembro de 2019, da ANVISA. Em 22 de janeiro de 2021 foi publicada a portaria 200 pelo SDA/MAPA, regulamentando o procedimento para adequação do registro dos produtos de uso veterinário frente à alteração de Limite Máximo de Resíduos (LMR), trazida pela Instrução Normativa nº 51. Essa nova portaria estabelece que o MAPA internalizará os LMR instituídos pela Anvisa. Quaisquer restrições à comercialização dos nossos produtos poderão nos impactar de maneira relevante.

Nossos negócios estão sujeitos a regulamentação relevante, bem como a tendências regulatórias e de mercado.

Os novos produtos que estamos desenvolvendo somente poderão ser fabricados e comercializados caso sejamos capazes de obter todas as aprovações regulatórias exigidas em cada jurisdição em que atuamos. Mesmo após o registro e comercialização de um produto, ele poderá estar sujeito a novas revisões e eventualmente necessitará de aprovações adicionais para manutenção no mercado. A falha ou atraso no processo de obtenção e manutenção de aprovações em qualquer jurisdição poderá nos impedir de vender nossos produtos em tal jurisdição até que sua aprovação ou manutenção seja regularizada. A alteração de leis e regulamentações federais, estaduais, municipais e estrangeiras aplicáveis podem ter um efeito adverso relevante sobre nossos resultados operacionais e situação financeira.

Adicionalmente, a utilização de produtos de nosso portfólio pode ser reduzida em razão de mudanças comportamentais de nossos clientes, tendências regulatórias ou de mercado, e existência de políticas de qualidade em determinados clientes, como a adesão voluntária da não utilização de antimicrobianos como aditivos alimentares. Caso algum desses fatores ocorra, nossa receita poderá ser negativamente impactada.

Uma regulamentação mais severa ou a diminuição de apoio financeiro governamental com relação à criação, processamento ou utilização de animais para produção de alimentos poderá reduzir a demanda de nossos produtos para a indústria pecuária.

O setor de produção de proteína animal está sujeito a uma regulamentação extensa e cada vez

mais rigorosa. Caso os produtores pecuários sejam afetados por nova regulamentação ou por alterações à regulamentação existente que restrinjam ou limitem a utilização de nossos produtos, a nossa capacidade de comercializar tais produtos poderá ser reduzida ou se tornar menos rentável, e, como resultado, poderemos ter nossos resultados operacionais e situação financeira afetados adversamente.

Uma regulamentação mais rigorosa relacionada à indústria pecuária ou aos nossos produtos poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira. Ainda, muitas companhias de produtos alimentícios, inclusive produtores pecuários, se beneficiam de subsídios governamentais e linhas de crédito diferenciadas para a produção, comercialização e investimento em animais de produção ou em insumos utilizados na cadeia de produção de proteína animal. Caso tais subsídios e benefícios sejam reduzidos ou eliminados, essas companhias e produtores poderão se tornar menos rentáveis, e, como resultado, a utilização de nossos produtos poderá ser reduzida.

(i) aos países estrangeiros em que a Companhia atua

Uma parcela de nossas vendas e lucros é originária de nossas subsidiárias localizadas no México e na Colômbia.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, o ativo de nossas subsidiárias no México e na Colômbia representaram, respectivamente, 1,73% e 2,56% de nosso ativo consolidado. As receitas líquidas das subsidiárias mexicana e colombiana no mesmo período representaram 3,45% e 3,59%, respectivamente, de nossa receita líquida consolidada. Nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais nas subsidiárias do México e Colômbia podem ser negativamente afetados por fatores fora de nosso controle, tais como flutuações cambiais e outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que afetem os respectivos países.

Nossas exportações estão sujeitas a uma ampla gama de riscos ligados às operações internacionais.

As exportações corresponderam a 13% da nossa receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Nos principais mercados para os quais exportamos estamos sujeitos a fatores que não dependem de nosso controle, tais como: (i) variações das taxas de câmbio; (ii) deterioração da conjuntura econômica; (iii) imposição de aumento de tarifas, tarifas *antidumping* ou outras barreiras comerciais e/ou fitossanitárias; (iv) imposição de controles cambiais e restrições para realização de operações de câmbio; (v) greves ou outros eventos que possam afetar os portos e meios de transporte; (vi) o atendimento de diferentes regimes legais e regulatórios estrangeiros; e (vii) sabotagens de produtos. Nosso desempenho financeiro futuro dependerá, em extensão significativa, da conjuntura econômica, condições política e social existentes nos nossos principais mercados de exportação.

Além disso, nossas operações podem ser afetadas por greves de funcionários portuários ou de agentes alfandegários, agentes de inspeção sanitária e demais agentes públicos nos portos brasileiros a partir dos quais exportamos nossos produtos, ou nos portos estrangeiros que os recebem. Greves prolongadas de tais agentes poderão prejudicar nossos negócios e resultados operacionais.

Poderemos ser afetados adversamente pelo uso indevido ou má representação de nossos produtos nos países para os quais nossos produtos são exportados.

Devido a exigências legais e regulatórias existentes em determinados países para os quais exportamos, somos obrigados a registrar nossos produtos perante os órgãos locais competentes (e.g. ministérios da agricultura) em nome de terceiros, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, residentes nesses países. Nesses casos, como a titularidade do registro de nossos produtos está

em nome de terceiros, nossa representatividade perante órgãos estrangeiros também é por eles exercida. Não podemos assegurar o cumprimento da legislação e regulamentações aplicáveis nos países para os quais exportamos nossos produtos por parte desses terceiros. Eventual descumprimento por tais terceiros da legislação e regulamentação aplicáveis nos respectivos países pode, independentemente de termos ou não contratos que regulem nossa relação com esses terceiros, impactar negativamente nossos negócios, deteriorar nossa marca e imagem e resultar em efeitos materiais adversos em nossa situação financeira e resultados operacionais

(j) às questões sociais

A incapacidade da Companhia de implementar medidas sociais voltadas para os seus stakeholders e para as comunidades em que suas operações estão inseridas, incluindo a promoção de respeito, diversidade e inclusão, poderá afetar negativamente a reputação da Companhia.

Nos últimos anos, os órgãos reguladores e autorreguladores do mercado de capitais, o público investidor e a sociedade civil têm se mostrado cada vez mais atentos à adoção, pelas corporações e, mais especificamente, pelos emissores de valores mobiliários, de práticas (i) ambientais – implementação de medidas visando à redução de impacto ao meio ambiente ; (ii) sociais – comprometimento com o cuidado com seus colaboradores, fornecedores e comunidade de sua área de influência; e (iii) de governança – ações voltadas à aplicação eficiente e com responsabilidade dos recursos financeiros e humanos (ASG).

No que tange ao aspecto social, ressalta-se que a implementação eficaz de práticas sociais depende da identificação contínua, dinâmica e sistemática, bem como de minucioso entendimento das principais características e demandas dos *stakeholders* com os quais a Companhia se relaciona e interage, e com as comunidades que influenciam ou são influenciadas por seus negócios, de modo a avaliar os potenciais riscos e impactos gerados por suas operações sobre tais pessoas e comunidades.

Caso a Companhia não seja capaz de implementar medidas sociais eficazes para seus públicos e nas comunidades onde atua, incluindo a realização de treinamentos periódicos com seus colaboradores, implementação de processos internos específicos, contratação e alocação de times dedicados a esse tema, e inserção de medidas coercitivas com o objetivo de evitar que seus *stakeholders* venham a praticar atos que não estejam alinhados com os pilares do respeito, da diversidade e inclusão, a sua reputação e, conseqüentemente, a percepção de seus clientes sobre a Companhia poderão ser negativamente afetadas, o que pode afetar adversamente resultados das suas operações.

Caso a Companhia não seja capaz de implementar medidas eficazes para seus públicos e na comunidade onde atua, incluindo as elencadas acima, a sua reputação e, conseqüentemente, a percepção de seus clientes sobre a Companhia poderá ser negativamente afetada, o que pode afetar adversamente resultados das suas operações.

(k) às questões ambientais

Nossas operações e/ou produtos podem impactar o meio ambiente ou causar, ou contribuir para a contaminação ou exposição a substâncias perigosas.

A natureza de nossas operações também nos expõe ao risco de sinistros ambientais. Podemos estar sujeitos a reclamações por parte do poder público, autoridades ambientais, empregados, prestadores de serviços e terceiros por suposta lesão corporal, danos à propriedade e danos a recursos naturais decorrentes de exposição a, ou contaminação por, substâncias perigosas, causadas por nossas operações, instalações ou produtos, e não haverá garantia de que custos e

responsabilidades materiais não serão incorridos em conexão com tais reivindicações. Além disso, órgãos do governo e agências reguladoras estão mostrando crescente preocupação com o impacto dos produtos de saúde animal e de operações de gado sobre o meio ambiente. O estabelecimento de dispositivos mais rígidos na legislação ambiental pode exigir tempo e recursos adicionais de nossa parte para responder a essas exigências, tanto para produtos novos quanto para produtos existentes, o que pode afetar as vendas de nossos produtos e nossos negócios, condição financeira ou resultados operacionais.

Alterações nas leis e regulamentos ambientais podem causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Nossas atividades estão sujeitas à legislação e regulamentação federal, estadual e municipal relativa à proteção do meio ambiente. Entre outras obrigações, a legislação e regulamentação em vigor estabelecem exigências de licenças ambientais e cumprimento de suas condicionantes, padrões para o descarte de efluentes, outorgas para captação de água, autorizações para uso de produtos químicos controlados, cadastro para acesso ou remessa de patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado, emissões atmosféricas regulares, gestão de resíduos sólidos e exigências relacionadas a áreas especialmente protegidas.

Incorremos em custos para a prevenção, controle, redução ou eliminação de emissões no ar, solo e água, bem como para o descarte e manejo de resíduos em nossos laboratórios e em nossa fazenda experimental. O cumprimento dessa legislação e regulamentação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem nos impor sanções administrativas em razão de sua eventual inobservância.

Tais sanções podem incluir, entre outras, a imposição de multas, a revogação de licenças e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva de nossas atividades. Como as leis ambientais e sua aplicação vêm se tornando mais rigorosas, o valor e a época de investimentos e despesas relativos ao meio ambiente poderão variar significativamente em relação à sua previsão atual.

Os investimentos necessários para atendimento à legislação ambiental poderão reduzir os recursos disponíveis para outros investimentos estratégicos que tenhamos planejado, com possível impacto no resultado de nossas operações. Quaisquer custos ambientais relevantes não previstos poderão prejudicar nosso negócio, resultados operacionais, condição financeira ou perspectivas.

O não cumprimento da legislação relativa à proteção do meio ambiente também pode sujeitar o infrator a sanções penais, sem prejuízo da obrigação de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados. As sanções no âmbito penal podem incluir, entre outras, a prisão dos responsáveis, a perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento e/ou a suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de créditos públicos e privados. Tais fatores podem ter impacto negativo em nossas receitas, de modo a dificultar a captação de recursos no mercado financeiro.

Sem prejuízo do disposto acima, a inobservância da legislação ambiental ou das obrigações que nos tenham sido impostas em razão do licenciamento de nossos complexos industriais, ou que venhamos a assumir em razão de termos de ajustamento de conduta ou de acordos judiciais, poderá causar impacto adverso relevante em nossa imagem e reputação, em nossas receitas e em nossos resultados operacionais.

(I) às questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Preocupações crescentes com as mudanças nas condições climáticas e indisponibilidade de recursos naturais podem afetar adversamente nossos resultados operacionais.

A indústria de saúde animal e a demanda por diversos de nossos produtos em uma determinada região poderão ser afetadas por mudanças nas condições climáticas e pelo surgimento ou aumento de pestes ou anomalias associadas ao clima, o que pode influenciar na produção e distribuição de nossos produtos e nos rendimentos do mercado pecuário, bem como resultar na exigência de medidas regulatórias adicionais que aumentem os custos dos produtores pecuários para cumprimento destas regulações. Como consequência, poderemos verificar diminuições ou flutuações regionais e sazonais em nossos resultados operacionais.

Além disso, produtores pecuários dependem de condições favoráveis do mercado de *commodities* e da disponibilidade de recursos naturais. A saúde de seus animais e sua capacidade operacional podem ser afetadas adversamente caso ocorram condições desfavoráveis no mercado de *commodities* ou a indisponibilidade de recursos naturais ocasionada por diversas condições adversas, dentre elas inundações, secas e outras de ordem climática. Todos esses fatores poderão elevar os nossos custos operacionais ou diminuir a disponibilidade das matérias primas de que necessitamos, diminuindo a demanda por nossos produtos e impactando negativamente em nossos resultados operacionais.

(m) outras questões não compreendidas nos itens anteriores

A contínua crise econômica e instabilidade política no Brasil pode ter um efeito material adverso nos nossos negócios, operações e condição financeira.

A instabilidade econômica no Brasil causada, dentre outros motivos, pelo aumento da inflação nos últimos anos, pela desaceleração do PIB e pela incerteza sobre se o Governo Federal conseguirá promulgar as reformas econômicas necessárias para melhorar a deterioração das contas públicas e da economia levaram a um declínio da confiança do mercado na economia brasileira e a uma crise no governo. Como exemplo, o atual Governo Federal deve propor termos gerais de reforma fiscal e tributária para estimular a economia e reduzir o déficit orçamentário previsto, mas é incerto se o Governo Federal será capaz de reunir o apoio necessário no Congresso Nacional para aprovar reformas específicas adicionais.

Além disso, membros do governo brasileiro, bem como os diretores de grandes empresas estatais, enfrentaram ou enfrentam alegações de corrupção e lavagem de dinheiro como resultado de investigações em andamento pelo Ministério Público Federal e outras autoridades brasileiras. Essas pessoas supostamente aceitaram subornos por meio de propinas em contratos concedidos pelo governo a várias empresas de infraestrutura, petróleo e gás e construção. Os lucros dessas propinas supostamente financiaram as campanhas eleitorais de partidos políticos que constituíam a coalizão do governo federal anterior e tais recursos não foram contabilizados ou publicamente divulgados.

Esses recursos também foram supostamente destinados ao enriquecimento pessoal de algumas pessoas. Vários políticos, incluindo membros do Congresso, e diretores de alto escalão de grandes companhias e empresas estatais no Brasil que foram presos e condenados por várias acusações relacionadas a corrupção, celebraram acordos de delação premiada com o Ministério Público, pediram demissão e/ou foram destituídos de seus cargos.

Não somos capazes de estimar totalmente o impacto dos desdobramentos políticos e macroeconômicos globais e brasileiros nos negócios da Companhia. A recente instabilidade econômica e política levou a uma percepção negativa da economia brasileira e a uma maior volatilidade nos mercados de valores mobiliários brasileiros. Qualquer instabilidade econômica contínua e incerteza política podem afetar negativamente os nossos negócios.

Riscos relacionados às condições econômicas e políticas no Brasil poderão ter um efeito

adverso nos nossos negócios.

A economia brasileira tem se caracterizado por frequentes e por vezes drásticas intervenções do Governo Federal e também por ciclos econômicos instáveis. O Governo Federal tem alterado frequentemente as políticas monetárias, tributárias, de crédito, tarifárias e outras políticas para influenciar o curso da economia no país. As ações do Governo Federal para controlar a inflação muitas vezes envolvem o controle salarial e de preços, o congelamento de contas bancárias, a imposição de controles cambiais e limites sobre as importações para o Brasil. Nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais poderão vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- inflação;
- movimentos cambiais;
- políticas de controle cambial;
- flutuação das taxas de juros;
- liquidez dos mercados internos de empréstimos, de capitais e financeiros;
- expansão ou retração da economia brasileira, conforme medida pelos índices do PIB;
- greves de alfândegas e autoridades fiscais;
- alteração na regulamentação aplicável ao setor de transporte;
- aumento do preço do petróleo e de outros insumos;
- instabilidade dos preços;
- políticas tributárias; e
- outros eventos políticos, sociais e econômicos ocorridos no Brasil ou que afetem o país.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras. O presidente do país tem poder para determinar políticas e atos governamentais relativos à economia brasileira e, conseqüentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os nossos.

Não somos capazes de estimar o impacto dos acontecimentos políticos e macroeconômicos globais e brasileiros nos negócios da Companhia. Além disso, em virtude da atual instabilidade política, há uma incerteza substancial sobre as políticas econômicas futuras e não podemos prever quais políticas serão adotadas pelo Governo e se essas políticas afetarão negativamente a economia, os negócios da Companhia ou sua condição financeira. A instabilidade política e econômica atual levou a uma percepção negativa da economia brasileira e a um aumento na volatilidade no mercado de valores mobiliários brasileiro, que também podem afetar adversamente os nossos negócios e as nossas ações. Qualquer instabilidade econômica recorrente e incertezas políticas podem afetar adversamente os nossos negócios e as ações.

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia brasileira, e qualquer surto de tais doenças no Brasil pode afetar diretamente as operações da Companhia, seus negócios e o resultado de suas operações.

Surtos ou potenciais surtos de doenças, como a COVID-19, o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, Encefalopatia Espongiforme Bovina, conhecida como “Doença da Vaca Louca” podem ter um impacto adverso nas operações da Companhia. Qualquer surto de uma doença que afete o comportamento das pessoas pode ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia brasileira, nos resultados da Companhia e nas ações de sua emissão.

Surtos de doenças também podem resultar em restrições na mobilidade de pessoas, podendo impactar o acesso do pessoal às instalações e até mesmo a produção da Companhia, o que prejudicaria sua reputação e o preço das ações de sua emissão.

Infraestrutura e deficiência de mão-de-obra no Brasil podem afetar o crescimento econômico e ter um efeito material adverso sobre nós.

Nosso desempenho depende do crescimento da economia brasileira. O PIB brasileiro apresentou queda de 4,1% no ano de 2020 e um crescimento de 4,6% e 2,9% nos anos de 2021 e 2022, respectivamente. O crescimento contínuo é limitado pela infraestrutura inadequada, incluindo a escassez de potenciais de energia e transporte deficiente, logística e setores de telecomunicações, a falta de mão de obra qualificada, e a falta de investimentos públicos e privados nessas áreas, que limitam a produtividade, bem como a eficiência.

Qualquer um desses fatores pode levar à volatilidade do mercado de trabalho e, em geral, afetar o rendimento, o poder de compra e os níveis de consumo, o que poderá limitar o crescimento ou resultar em contração e, em última análise, ter um efeito material adverso sobre os nossos negócios.

A percepção de risco em outros países pode afetar adversamente a economia brasileira e o preço de mercado dos títulos de emissores brasileiros.

O valor de mercado dos títulos de emissores brasileiros é afetado pelas condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo Estados Unidos, países europeus, outros países latino-americanos e de mercados emergentes. As reações dos investidores à evolução nesses outros países podem ter um efeito adverso sobre o valor de mercado dos títulos de emissores brasileiros. Além disso, as crises em outros países de mercados emergentes podem diminuir o interesse dos investidores em títulos de emissores brasileiros, incluindo os nossos títulos. Isso pode afetar adversamente o preço de mercado dos nossos títulos, restringir o acesso da Companhia aos mercados de capitais e comprometer a sua capacidade de financiar operações no futuro em condições favoráveis.

Nos últimos anos, houve um aumento de volatilidade nos principais mercados devido, entre outros fatores, a incertezas sobre como os ajustes de política monetária nos Estados Unidos afetariam os mercados financeiros internacionais, a crescente aversão ao risco de países emergentes, e as incertezas quanto às condições macroeconômicas e políticas brasileiras. Essas incertezas nos afetaram negativamente, inclusive no que diz respeito ao valor de mercado dos títulos emitidos pela Companhia. Além disso, continuamos expostos, atualmente, a interrupções e volatilidade nos mercados financeiros globais por conta de seus efeitos no ambiente financeiro e econômico, particularmente no Brasil, como a queda da atividade econômica, o aumento da taxa de desemprego, o poder de compra dos consumidores e a falta de disponibilidade de crédito. A interrupção ou volatilidade nos mercados financeiros globais poderá aumentar ainda mais os efeitos negativos sobre o ambiente financeiro e econômico no Brasil, o que poderá ter um efeito material adverso sobre os negócios, os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia.

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira e os nossos resultados operacionais, bem como o valor de mercado de nossas ações.

Historicamente, em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira sofreu recorrentes desvalorizações em relação ao Dólar e outras moedas estrangeiras ao longo das últimas quatro décadas. O Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo (i) desvalorizações repentinas, pequenas desvalorizações periódicas, durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal; (ii) sistemas de mercado de câmbio flutuante; e (iii) controles cambiais. Desde 1999, o Brasil adotou um sistema de câmbio flutuante com intervenções do Banco Central na compra ou venda de moeda estrangeira.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, observou-se a valorização de 6,5% da moeda brasileira frente ao Dólar no período, com a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar de R\$5,22 por US\$1,00, e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, observou-se a desvalorização de 7,4% da moeda brasileira frente ao Dólar, com a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar de R\$ 4,58 por US\$1,00.

Não se pode garantir que o Real não sofrerá valorização ou desvalorização em relação ao Dólar novamente. As desvalorizações do Real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros internas, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os nossos resultados, por conta da retração no consumo e do aumento dos seus custos. Por outro lado, a valorização do Real pode levar à deterioração das contas correntes do país e da balança de pagamentos, bem como a um enfraquecimento no crescimento do produto interno bruto gerado pela exportação. Os nossos negócios, a situação financeira, os nossos resultados operacionais e as nossas perspectivas poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais, na medida em que a instabilidade cambial gera a possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos passivos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, as despesas financeiras decorrentes.

Qualquer degradação da classificação de crédito do Brasil (rating) pode afetar negativamente o preço das ações ordinárias de nossa emissão.

Podemos ser adversamente afetados pela percepção dos investidores quanto aos riscos relacionados à classificação de crédito da dívida soberana do Brasil. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de mudanças em quaisquer desses fatores. O Brasil perdeu sua classificação de dívida soberana de grau de investimento pelas três principais agências de *rating* dos Estados Unidos: Standard and Poor's, Moody's e Fitch.

A Standard and Poor's rebaixou a classificação de dívida soberana do Brasil para BB em fevereiro de 2016, com perspectiva negativa sobre a classificação, citando as dificuldades fiscais e a contração econômica do Brasil, como sinais de piora para a situação de crédito. Em janeiro de 2018, rebaixou novamente a classificação do Brasil de BB para BB-, com perspectiva estável. A Classificação se manteve a mesma desde então

Em fevereiro de 2016, a Moody's colocou a classificação da dívida soberana em Ba2 com uma perspectiva negativa, citando a perspectiva de uma maior deterioração dos valores do endividamento do Brasil, em meio à recessão e ao ambiente político desafiador. Em abril de 2018, última classificação realizada pela agência, a perspectiva foi atualizada para estável.

Em maio de 2016, a Fitch rebaixou a classificação de crédito soberano do Brasil para BB com uma perspectiva negativa. Em fevereiro de 2018, a classificação de crédito soberano do Brasil foi rebaixada novamente para BB- e expectativa estável, com base, entre outras razões, no déficit fiscal, no aumento da dívida pública e na incapacidade do governo de implementar as reformas necessárias para a melhora das contas públicas. Em maio de 2020, a agência manteve a classificação em BB- e atualizou a perspectiva para negativa.

A classificação de crédito soberano do Brasil atualmente é avaliada abaixo do grau de investimento pelas três principais agências de *rating* acima mencionadas. Consequentemente, os preços dos títulos emitidos por empresas brasileiras foram afetados negativamente. A continuação ou o agravamento da atual recessão brasileira e a contínua incerteza política, entre outros fatores, pode levar a novos rebaixamentos. Qualquer nova degradação das classificações de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar negativamente o preço das nossas ações. Tal cenário pode se intensificar a depender das políticas a serem adotadas pelo novo Governo Federal a partir deste ano, o que poderá afetar adversamente o preço das ações de emissão da Companhia.

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos nossos acionistas de venderem ações de nossa emissão pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tal investimento considerado, em geral, de natureza mais especulativa. Além disso, o mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado que os mercados de países mais desenvolvidos, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais. Por conseguinte, a capacidade dos nossos acionistas de venderem ações de nossa emissão pelo preço e no momento desejado poderá ficar substancialmente afetada, o que poderá, ainda, afetar negativamente o preço de negociação das ações de nossa emissão. Adicionalmente, vendas ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das nossas ações poderão prejudicar o valor de negociação das ações de nossa emissão.

Estamos expostos a riscos de crédito, o que pode afetar desfavoravelmente nossa condição financeira e nossos resultados operacionais, bem como nossa capacidade de pagamentos.

Estamos sujeitos a riscos de crédito relacionados aos recebíveis de nossos clientes às contas de créditos detidos por instituições financeiras derivadas de seus investimentos de curto prazo. Considerando-se que o valor contábil dos nossos ativos financeiros representa a exposição do crédito, a exposição máxima do risco do crédito em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 14,1 milhões em depósitos bancários e R\$ 150,9 milhões em aplicações financeiras e ainda R\$ 301,0 milhões em contas a receber.

Caso nossos clientes ou as contrapartes nos instrumentos financeiros detidos por nós venham a descumprir suas obrigações, nossa condição financeira e nossos resultados operacionais, bem como nossa capacidade de pagamentos, poderão ser negativamente afetados.

4.2 – Descrição dos 5 principais fatores de risco

A Companhia elenca abaixo os seus cinco principais riscos:

Nosso departamento de pesquisa e desenvolvimento (“P&D”) poderá não obter êxito no desenvolvimento de novos produtos, o que poderá afetar adversamente nossos negócios.

Nossos resultados dependem tanto do nosso portfólio atual quanto do desenvolvimento de novos produtos.

Poderemos não ser capazes de determinar com precisão quando ou se os nossos produtos atualmente em desenvolvimento serão aprovados ou lançados, e poderemos não ser capazes de desenvolver, licenciar ou adquirir outros produtos. Além disso, não podemos prever se qualquer produto, quando lançado, obterá êxito comercial ou alcançará índices de venda e receita consistentes com nossas expectativas. A indústria de saúde animal está sujeita a tendências e regulamentações, bem como os trâmites e estruturas disponibilizados pelos órgãos regulatórios ou mesmo mudanças em suas diretrizes, o que pode impactar adversamente o cronograma de (ou eventualmente impedir o) desenvolvimento, registro e comercialização de novos produtos. Nossas pesquisas e testes realizados em animais, fundamentais para o desenvolvimento de novos produtos, podem ser paralisados temporariamente ou até mesmo interrompidos definitivamente por alterações na legislação regulatória. Qualquer atraso na conclusão de nossos esforços de desenvolvimento poderá aumentar nossos custos, retardar o processo de aprovação ou levar à negação de aprovação regulatória de um novo produto. As questões acima mencionadas podem impactar adversamente nossos resultados operacionais e nossa condição financeira.

Poderemos não ser bem-sucedidos na execução de nossa estratégia de negócios, o que poderá afetar negativamente nossos planos para aumentar nossa receita e rentabilidade.

Nosso crescimento e desempenho financeiro dependem do sucesso na implementação de diversos elementos de nossa estratégia de crescimento que estão sujeitos a vários fatores, dentre os quais se destacam a nossa capacidade de (i) proteger o poder de nossa marca e cultura; (ii) consolidar nossa participação de mercado e expandir nosso portfólio e nossa cobertura geográfica, nacional e internacionalmente; (iii) alavancar as vendas de nossos produtos e aumentar a rentabilidade de nossas operações; e (iv) fortalecer e expandir a oferta de produtos para nossa base de clientes.

O setor de saúde animal é influenciado por diversos fatores, como condições climáticas e econômicas e variações na demanda dos mercados consumidores, principalmente no setor de produção de proteína animal. Além disso, alguns aspectos de nossa estratégia de crescimento também podem resultar no aumento dos nossos gastos operacionais, tais como despesas com equipe de vendas, pessoal e fretes, que pode não ser compensado por um aumento equivalente de nossa receita, tendo como resultado em uma diminuição de nossas margens operacionais.

Também estamos sujeitos ao aparecimento de surtos de doenças transmissíveis em todo o mundo levando a uma maior volatilidade no mercado de capitais global, podendo resultar em pressão negativa sobre a economia brasileira o que afetaria nosso plano de crescimento.

Assim, caso não sejamos bem-sucedidos na execução de nossa estratégia de negócios, nossos planos para aumentar nossa receita e rentabilidade poderão ser afetados de forma adversa.

Podemos ser afetados de maneira adversa em caso de revogação, alteração e/ou não renovação dos incentivos fiscais atualmente concedidos pelas autoridades públicas competentes e/ou mudanças nas leis tributárias ou em suas interpretações.

Somos beneficiados por incentivos fiscais concedidos por autoridades fiscais em âmbito federal e estadual, como, por exemplo, a dedução incentivada de dispêndios em P&D e a isenção/redução

de base de cálculo em determinadas operações sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”). Os incentivos podem ser revogados, ter sua abrangência ou percentual alterado e/ou reduzido ou ter sua vigência suspensa. Eventual revogação, suspensão, alteração, redução ou questionamento pode implicar a perda total e/ou parcial dos referidos incentivos fiscais, afetando significativamente de maneira adversa a nossa situação financeira. Adicionalmente, benefícios fiscais são usualmente concedidos por prazo determinado, exigindo a apresentação de pedido de renovação por parte do beneficiário quando de sua expiração e, por vezes, o cumprimento de determinadas condições. A não renovação de referidos benefícios fiscais por parte da autoridade competente, ou o não cumprimento de quaisquer das condições impostas ao beneficiário em decorrência dos benefícios fiscais, pode afetar significativamente de forma adversa a nossa situação financeira.

Além disso, o governo brasileiro tem frequentemente implementado e discutido diversas alterações na política fiscal, bem como submeteu ao Congresso Nacional uma proposta de reforma tributária que pode afetar a Companhia e nossos clientes. Essas alterações incluem mudanças nas alíquotas vigentes e/ou criação de tributos, temporários ou definitivos, cujos recursos são destinados a fins estabelecidos pelo governo. Algumas dessas mudanças podem resultar em aumentos da nossa carga tributária, o que poderia afetar adversamente nossa lucratividade e os preços de nossos produtos e serviços, bem como restringir nossa capacidade de fazer negócios nos mercados existentes. Adicionalmente, não é incomum a existência de divergência entre contribuintes e as autoridades fiscais no tocante à aplicação da legislação tributária. Nesse sentido, podemos ser adversamente afetada caso venha a prevalecer eventual interpretação das autoridades fiscais divergente daquela que adotamos ao apurar os efeitos e incidências tributárias em nossas operações.

Incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter nossos sistemas de tecnologia da informação podem resultar em danos financeiros e à nossa reputação.

Contamos com a operação ininterrupta de sistemas complexos de tecnologia da informação para administrar nossas operações, processar, transmitir e armazenar informações eletrônicas e financeiras, e para cumprir com os requisitos regulamentares, legais e fiscais. Dependemos de nossa infraestrutura de tecnologia da informação para a fabricação de nossos produtos, atividades de vendas e compras, bem como para as comunicações entre nossos colaboradores, clientes e fornecedores.

Falhas ou interrupções no sistema poderiam comprometer a nossa capacidade em executar essas funções em tempo hábil, o que poderia prejudicar nossa capacidade de produção, a realização dos nossos negócios, o relacionamento com nossos clientes, ou atrasar nossos relatórios financeiros.

Os nossos sistemas de informação são vulneráveis a deficiência, falhas ou acessos não autorizados. Se os nossos sistemas de informação vierem a falhar ou forem violados, tal falha ou violação, resultando em eventual perda de propriedade intelectual, segredos comerciais ou de outras informações comerciais sensíveis ou a interrupção das nossas operações poderiam afetar adversamente nossa capacidade de realizar funções críticas de negócio e dados sensíveis e confidenciais poderiam ser comprometidos, afetando adversamente nossos resultados operacionais, condição financeira e reputação. Além disso, caso não sejamos capazes de atualizá-los de maneira constante, acompanhando a velocidade do desenvolvimento tecnológico, nossas operações poderão ser prejudicadas, o que pode afetar adversamente nossos resultados.

Eventual perda de nossa propriedade intelectual, segredos comerciais ou de outras informações comerciais sensíveis ou a interrupção das operações pode afetar negativamente nossos resultados

financeiros.

As nossas operações podem ser afetadas por eventual ineficiência logística e por falhas de infraestrutura.

Dependemos do transporte rodoviário, marítimo e aéreo para termos acesso a matérias-primas nacionais e importadas e para a distribuição de nossos produtos. Qualquer atraso, problema ou falha nesses sistemas logísticos poderá afetar negativamente a obtenção de insumos, impedir a entrega de nossos produtos ou impor a nós custos adicionais. A infraestrutura e o sistema de transporte brasileiros estão subdesenvolvidos e necessitam de investimentos por parte do governo brasileiro para que operem com eficiência e atendam às necessidades dos nossos negócios.

Adicionalmente, caso os concessionários de serviços públicos que operam ativos na cadeia de infraestrutura logística na qual as nossas operações estão inseridas não sejam capazes de (i) operar de maneira satisfatória; (ii) efetuar os investimentos necessários para manutenção e expansão de suas operações; ou (iii) atender os requisitos e obrigações relacionadas às suas concessões, os nossos negócios podem ser negativamente afetados.

Somos dependentes de órgãos públicos para desembaraço dos materiais importados, como MAPA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (“**ANVISA**”), Receita Federal do Brasil e Polícia Federal. O atraso do processo de desembaraço por qualquer motivo pode resultar em atraso na produção e consequentemente em prejuízos financeiros para a Companhia.

4.3 - Descrição dos principais riscos de mercado

As atividades da Companhia a expõem a riscos de mercado relacionados principalmente às variações cambiais e à flutuação das taxas de juros. Essas variações podem acarretar perdas em investimentos, receitas, aplicações financeiras e de dívidas contratadas.

Estamos sujeitos a flutuações na taxa de câmbio, o que pode afetar desfavoravelmente nossos negócios, nossa condição financeira, nossos resultados operacionais e nossa capacidade de pagamentos.

O risco cambial é o risco de que as alterações das taxas de câmbio de moeda estrangeira possam fazer com que a Companhia incorra em perdas não esperadas, levando a uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos valores dos passivos. Nós e nossas controladas estamos expostas principalmente a variações na taxa de câmbio referente ao dólar norte-americano e ao euro, de modo que eventuais oscilações em referida taxa podem nos levar a incorrer em perdas não esperadas.

Estamos expostos a riscos decorrentes de oscilações nas taxas de juros, que poderão afetar negativamente nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

Nós e nossas controladas estamos expostas a potenciais perdas econômicas decorrentes de alterações adversas nas taxas de juros, principalmente as dívidas referenciadas em Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) e na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Esse risco está atrelado predominantemente aos empréstimos e aos financiamentos que nós e nossas controladas contratamos junto a instituições financeiras para fazer frente à necessidade de caixa para investimentos e crescimento. Alguns dos nossos passivos têm taxas de juros pós-fixadas, o que gera uma exposição às oscilações de mercado. Em 31 de dezembro de 2022, tínhamos R\$ 411,6 milhões em endividamento bancário, dos quais 95,4% estavam sujeitos a instrumentos ligados a taxas pós-fixadas.

Caso esses índices e taxas de juros venham a subir, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados negativamente.

Fatores de risco financeiro

As atividades das empresas do grupo da Companhia possuem riscos financeiros relacionados principalmente às variações cambiais, à flutuação das taxas de juros, ao risco de crédito e ao risco de liquidez. Segue abaixo a descrição de tais riscos:

Risco cambial

O risco cambial é o risco de que as alterações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras possam fazer com que a Companhia incorra em perdas não esperadas, levando a uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos valores dos passivos. A principal exposição no tocante à variação cambial refere-se à flutuação do dólar norte-americano.

A seguir, são apresentados os saldos contábeis consolidados de ativos e passivos denominados ao dólar norte-americano:

	2022	2021
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	11.319	476
Contas a receber de clientes (Nota 9)	16.953	14.688
	<u>28.272</u>	<u>15.164</u>
Passivos em moeda estrangeira		
Fornecedores (Nota 15)	(30.277)	(10.729)
	<u>(30.277)</u>	<u>(10.729)</u>
Exposição líquida ativa (passiva)	<u>(2.005)</u>	<u>4.435</u>

No quadro abaixo são considerados dois cenários, considerando as variações percentuais das cotações de paridade entre o real e o dólar norte-americano (US\$).

Ativos/passivos	Risco	Saldo em 2022	Impacto		
			Cenário provável (US\$1=R\$5,32)	Cenário 2 (variação do US\$ - 25%)	Cenário 3 (variação do US\$ - 50%)
Caixa e equivalentes de caixa	Baixa do US\$	11.319	226	(2.886)	(5.772)
Contas a receber de clientes	Baixa do US\$	16.953	338	(4.323)	(8.646)
Fornecedores	Alta do US\$	(30.277)	(604)	(7.720)	(15.441)

Ativos/passivos	Risco	Saldo em 2021	Impacto		
			Cenário provável (US\$1=R\$5,64)	Cenário 2 (variação do US\$ - 25%)	Cenário 3 (variação do US\$ - 50%)
Caixa e equivalentes de caixa	Baixa do US\$	476	1	(119)	(238)
Contas a receber de clientes	Baixa do US\$	14.688	24	(3.678)	(7.356)
Fornecedores	Alta do US\$	(10.729)	(17)	2.687	5.373

Riscos de taxa de juros

A Companhia possui risco de vir a sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros. Os riscos de taxas de juros a Companhia decorrem predominantemente de empréstimos e financiamentos e busca manter uma relação estável em seu endividamento de curto e longo prazo. Quanto às aplicações financeiras, o indexador é o CDI.

Atualmente, as operações de financiamento a Companhia são baseadas em taxa de juros pós-fixada, 95,0% (31 de dezembro de 2021 – 90,4%), contra 5,0% de operações pré-fixadas (31 de dezembro de 2021 – 9,6%). O maior valor das operações pós-fixadas pode ocasionar volatilidade no custo médio das operações devido ao aumento, principalmente, da TJLP, da SELIC e seu impacto no CDI, e do IPC-A.

Riscos de crédito

A Companhia está sujeita ao risco de crédito relacionado com as contas a receber dos clientes, aplicações financeiras e contratos de derivativos.

Riscos de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre o balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Consolidado			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2022:				
Fornecedores	85.566			
Empréstimos e financiamentos (i)	120.919	107.734	145.114	159.250
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	64			
Dividendos e juros sobre o capital próprio	10.576			
Partes relacionadas	414			
Obrigações por aquisição de investimento			5.000	3.153
Provisão para riscos		1.391	3.245	1.040
Demais passivos (ii)	74.576	3.556	2.206	7.381
	<u>292.115</u>	<u>112.681</u>	<u>155.565</u>	<u>170.824</u>
Em 31 de dezembro de 2021:				
Fornecedores	69.941			
Empréstimos e financiamentos (i)	112.573	98.490	146.359	118.577
Dividendos e juros sobre o capital próprio	12.768			
Partes relacionadas	175			
Provisão para riscos	1.434	3.345		
Demais passivos (ii)	77.714	1.454	1.502	463
	<u>274.605</u>	<u>103.289</u>	<u>147.861</u>	<u>119.040</u>

- (i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos contratuais de caixa não descontados, e, portanto, incluem encargos financeiros futuros, esses valores são diferentes dos valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos.
- (ii) São considerados saldos de salários e encargos sociais, tributos a recolher, imposto de renda e contribuição social a pagar, comissões sobre vendas e outros passivos de curto e longo prazo.

4.4 - Processos não sigilosos relevantes

A Companhia e suas controladas são parte em processos administrativos e judiciais no desenvolvimento normal de suas atividades. Tais processos dizem respeito principalmente a demandas de natureza tributária, trabalhista e cível.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor total envolvido nos processos em que a Companhia e suas controladas são parte passiva era de R\$99.803.252,95, dos quais R\$3.548.978,18 foram provisionados. As provisões da Companhia são registradas conforme Resolução CVM nº 72, de 23 de março de 2022, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processos com chance de perda provável.

A Companhia mantém também provisão para passivo contingente, sem processos administrativos ou judiciais, no montante de R\$ 2.125.889,49, reconhecido em combinação de negócios, que de acordo com o item 23 do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, devem ser provisionados mesmo se não for provável que sejam requeridas saídas de recursos para liquidar a obrigação.

A Companhia também possui demandas ativas no âmbito tributário, no valor total de R\$ 94.405.859,59, sendo R\$ 698.331,11 classificados com chance de perda remota, R\$ 91.185.275,19 classificados com chance de perda possível e R\$ 2.522.253,29 classificados como chance de perda provável.

A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos mais relevantes em que figura como parte, segregados por sua natureza. Foram considerados relevantes, nos termos da regulamentação em vigor, os processos que podem impactar de forma significativa nosso patrimônio, nossa capacidade financeira ou nossos negócios, além de processos envolvendo outros fatores que podem influenciar a decisão do investidor, como, por exemplo, os riscos de imagem.

Processos de natureza tributária

A Companhia possui processos tributários em trâmite na esfera administrativa e judicial (contingências passivas - débitos tributários), em 31 de dezembro de 2022, no montante total de R\$ 87.509.662,71. Conforme avaliação dos advogados externos da Companhia, do valor total da contingência em questão R\$ 1.659.349,33 são avaliados como de perda remota, R\$ 84.555.756,19 como de perda possível e R\$ 1.294.557,19 como perda provável.

Do valor demonstrado acima, R\$ 57.055.778,43 versam sobre discussões na esfera federal, envolvendo, principalmente, discussões relacionadas às contribuições sociais (PIS/COFINS). O valor residual, R\$ 30.453.884,28 versa sobre discussão relacionada ao ICMS, no âmbito estadual. Abaixo a descrição dos temas mais relevantes discutidos pela Companhia.

O valor de R\$ 56.358.092,27, sendo R\$ 17.620.135,68 de principal, R\$ 26.430.203,37 de multa qualificada (150%) e R\$ 12.307.753,22 de juros, refere-se a um Auto de Infração de PIS e COFINS lavrado contra a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. em maio de 2019, referente aos fatos geradores ocorridos no ano-calendário de 2014, exigindo diferenças de PIS e COFINS apurados sob o regime monofásico, por desconsiderar as operações da empresa distribuidora Ouro Fino Agronegócio Ltda. A Companhia apresentou impugnação em junho de 2019, demonstrando o propósito negocial das empresas, a existência de margens nas vendas, bem como a razoabilidade das transações. Em outubro de 2019, o processo foi julgado pela Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Porto Alegre/RS, que manteve o lançamento do crédito tributário cobrado no auto de infração de PIS/COFINS. Atualmente, aguarda-se a distribuição do processo no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (“CARF”) para julgamento do recurso voluntário interposto pela Companhia.

Os assessores jurídicos externos da Companhia, considerando o panorama jurisprudencial sobre as matérias no CARF, avaliam que as discussões relacionadas aos temas em destaque têm chances de perda possível.

Já no âmbito estadual, a principal discussão envolve questões relacionadas a supostos débitos de ICMS decorrentes de entendimento diverso, tido pela fiscalização, sobre a aplicação da isenção prevista no Convênio 100/97 para importações de produtos técnicos destinados à formulação de produtos para o setor pecuário, que representa o montante de R\$ 7.755.838,62, discutidos na esfera administrativa. Em suas defesas, a Companhia apresentou provas de que as operações realizadas tiveram destinação para a produção de produtos do setor pecuário, sendo, no seu entendimento, aplicável a norma de isenção contida no Convênio ICMS nº 100/97. Os advogados externos da Companhia que patrocinam estas demandas avaliam as chances de perdas como possíveis.

Alguns processos já foram julgados definitivamente pelo TIT – Tribunal de Impostos e Taxas, que decidiu a favor da controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda., cancelando o crédito tributário. Dentre os processos tributários que representam uma possível contingência, aqueles individualmente considerados relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas, encontram-se abaixo descritos.

Processo: AIIM nº 15956.720055/2019-36	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	27/05/2019
d. partes no processo	Receita Federal do Brasil X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 56.358.092,27
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração e Imposição de Multa exigindo diferenças de PIS e COFINS relativos ao período de 2014, apurados sob o regime monofásico por desconsiderar as operações das empresas Ouro Fino Agronegócio Ltda. e Ouro Fino Pet Ltda., e multa de 150%. Foram arrolados como responsáveis solidários ambas as empresas comerciais; os sócios Norival Bonamichi e Jardel Massari; e os diretores à época do período autuado. Em 28.05.2019 lavratura do AIIM. Em 29.05.2019, ciência do AIIM. Em 28.06.2019, protocolo da Impugnação. Em 15/10/2019, a impugnação foi julgada improcedente. Em 28/10/2019, tomamos ciência da decisão da DRJ mediante o download do documento via E-CAC. Em 26/11/2019, foi protocolado o recurso voluntário. Atualmente, aguarda-se distribuição do processo no CARF para julgamento do recurso voluntário interposto pela Companhia.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	1ª Instância – Manutenção integral do Auto de Infração; 2ª instância – Aguardando julgamento do Recurso interposto.
h. estágio do processo	Aguardando distribuição do processo no CARF.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante em razão dos valores envolvidos e por desconsiderar as operações das empresas distribuidoras do grupo.

k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 56.358.092,27
---	-------------------

Processo: AIIM nº 4.076.484-9	
a. juízo	Posto Fiscal de Ribeirão Preto – DRT 6 – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
b. instância	3ª instância
c. data de instauração	27/04/2016
d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 13.995.215,86
g. resumo das decisões de mérito proferidas	1ª instância – Auto de Infração mantido parcialmente; 2ª instância – Recurso ordinário parcialmente provido; 3ª instância – Aguardando decisão do Recurso Especial.
f. principais fatores	Trata-se de auto de infração e imposição de multa que discute infrações relacionadas à falta de recolhimento do ICMS ou ao creditamento indevido do imposto, dentre as quais se destacam: (i) suposto crédito indevido de ICMS na aquisição de energia elétrica, amparada em nota fiscal de empresa comercializadora de energia; (ii) erro na aplicação da alíquota de 4% do ICMS, em operações interestaduais; (iii) falta de recolhimento do imposto supostamente incidente sobre operações com produtos “desinfetantes”, os quais não estariam sujeitos à isenção de que trata o inciso I do artigo 41 do Anexo I do Regulamento do ICMS do Estado de São Paulo (RICMS); (iv) creditamento indevido do ICMS, decorrente da escrituração de notas fiscais inidôneas que não atendem aos requisitos do item 3 do par. 1º do Art. 58 do RICMS, aprovado pelo Decreto 45.490/2000, em razão da suposta inexistência do estabelecimento remetente. O auto de infração foi lavrado em 27.04.2016, tendo sido apresentada impugnação em 8.6.2016. Em 14.7.2016, foi publicada decisão que converteu o julgamento em diligência. Em 01.08.2017, a empresa foi intimada a respeito da retificação e ratificação do AIIM. Em 30.08.2017, foi apresentada uma nova impugnação. Em 12/12/2017, o processo foi distribuído para a Delegacia Tributária de Julgamentos de Sorocaba para o julgamento da defesa. Em 21/02/2018, foi publicada decisão que reduziu o auto de infração. Em 18.04.2018, foi interposto recurso de ofício pela Fazenda Estadual. Em 30.05.2018, foi interposto recurso ordinário pela empresa e contrarrazões ao recurso de ofício da Fazenda Estadual. Em 22.11.2018, iniciou-se o julgamento dos recursos interpostos, tendo sido requerida vista dos autos. Em 26.04.2019, foi publicada a decisão que deu parcial provimento ao recurso Ordinário interposto pela empresa e negando provimento ao de ofício, mantendo apenas o item 11 (energia elétrica). Em 06.06.2019, a Fazenda Pública interpôs Recurso Especial. Em 19.07.2019, a empresa apresentou suas contrarrazões e interpôs recurso especial. Em 7.11.2019, a Fazenda Pública apresentou suas contrarrazões ao recurso especial da empresa. Em 14.04.2020, recursos foram distribuídos. Em 01.12.2020 após a realização de sustentação oral pelos patronos da empresa, o processo foi retirado de pauta. Em 06.04.2021 o recurso especial da empresa foi parcialmente provido e o recurso especial da Fazenda Pública foi conhecido. Atualmente, aguarda-se a distribuição dos recursos para julgamento. Atualmente, aguarda-se retomada da sessão para o julgamento de mérito do recurso especial da Fazenda Pública, bem como a publicação da decisão que deu parcial provimento ao recurso especial da empresa. Observações: a empresa efetuou o pagamento integral da exigência fiscal consubstanciada no item 4

	do AIIM (uso indevido da alíquota de 4% em saídas internas, sendo a alíquota correta de 18%), Quanto ao item 7 (importação de produto técnico com isenção do ICMS) do lançamento fiscal, a empresa efetuou o recolhimento parcial do citado débito, relativamente às operações com o produto NMETHIL, documentado pelas NF-e's n. 23269, 23763 e 24566. A Companhia efetuou o pagamento no valor de R\$ 222.648,81, sendo R\$ 34.648,04 referente ao item 4 e R\$ 188.000,77 referente ao pagamento parcial do item 7. Os valores envolvidos reportados não contemplam os valores do item 4 do AIIM, integralmente recolhido pela Companhia, bem como parte do item 7, o qual foi objeto de recolhimento parcial.
h. estágio do processo	Aguardando decisão do Recurso Especial.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O AIIM é considerado relevante em razão dos valores envolvidos e por envolver discussões de teses que impactam os negócios da companhia.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 13.995.215,86

AIIM nº 4.007.430-4 / 4.007.427-4	
a. juízo	Posto Fiscal de Ribeirão Preto – DRT 6 – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
b. instância	3ª instância
c. data de instauração	17/07/2012
d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 3.262.795,15
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração que discute a transferência indevida de créditos de ICMS (saldos credores) de estabelecimentos filiais para a Matriz centralizadora, quando esta já se encontrava em situação de saldo credor do imposto. AIIM n. 4.007.430-4 O auto de infração foi lavrado em 17.07.2012, tendo sido apresentada impugnação em 15.08.2012. Em 07.11.2012, foi publicada decisão de 1ª instância administrativa que manteve integralmente a autuação fiscal, sendo que da decisão foi interposto recurso de ordinário pela empresa em 05.12.2012 e foi contrarrazoado pela Representação Fiscal em 04.03.2013. Em 13.02.2015, o recurso ordinário foi distribuído ao Relator Raphael Zulli Neto, da 10ª Câmara Julgadora, do Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo (TIT/SP). Em 27.03.2015, após realização de sustentação oral, o recurso ordinário da empresa foi provido, para cancelar integralmente a exigência fiscal. Em 30.07.2015, a Fazenda Pública interpôs recurso especial, que foi contrarrazoado pela empresa em 16.12.2015. Atualmente, aguarda-se inclusão do recurso especial da Fazenda Pública na pauta de julgamento. AIIM n. 4.007.427-4 O auto de infração foi lavrado em 17.07.2012, tendo sido apresentada impugnação em 15.08.2012. Em 28.03.2013, foi publicada decisão de 1ª instância administrativa que julgou parcialmente procedente a impugnação apresentada para reduzir a multa para R\$100.000,00, e abriu prazo para a Representação Fiscal apresentar recurso de ofício. Em 28.05.2013, foi deferido e emitido pela

	SEFAZ/SP, Termo de Aceite do PEP do ICMS n. 20035292-2, tendo em vista a opção da empresa em quitar, com os benefícios do Decreto n. 58.811/2012, os itens III.3 e IV.4 da autuação. Em 13.06.2013, foram apresentadas contrarrazões ao recurso fazendário e interposto recurso ordinário pela empresa, sendo que em 18.09.2013, foram apresentadas, pela Representação Fiscal, contrarrazões ao recurso ordinário pela empresa. Nessa mesma data, os autos foram remetidos ao Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo (TIT/SP). Em 01.06.2015, o recurso ordinário foi distribuído ao Relator Julianao Di Pietro, da 7ª Câmara Julgadora, do Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo (TIT/SP). Em 21.10.2015, o recurso ordinário da empresa foi parcialmente provido para reduzir em 90% o valor original da multa e negou provimento ao recurso de ofício da Fazenda Pública. Em 02.03.2016, a empresa apresentou pedido de retificação de julgado para que fosse expressamente consignado na parte dispositiva do acórdão que, além da redução do valor da multa para 10% do seu valor original, fosse afastada a incidência de atualização monetária sobre o valor básico da multa, a fim de evitar problemas posteriores na fase de execução do acórdão. Em 04.03.2016, a Fazenda interpôs recurso especial, que foi contrarrazado pela empresa em 15.04.2016. Em 01.09.2016, foi publicada decisão deferindo o processamento do pedido de retificação de julgado apresentado pela empresa, bem como sobrestando o exame de admissibilidade dos demais recursos interpostos até o julgamento final do pedido de retificação de julgado. Em 15/10/2020, foi publicada a decisão que conheceu e proveu o pedido de retificação de julgado da empresa. Em 29/10/2020, foi protocolizado recurso especial pela fazenda pública, sendo que, em 23/11/2020, foi protocolizado recurso especial pela empresa e, em 14/12/2020, protocolizado, pela empresa, contrarrazões ao recurso especial da fazenda pública. Atualmente, aguarda-se distribuição e posterior julgamento dos recursos especiais interpostos. Em 08/11/2021, foi interposto Pedido de Retificação de Julgado pela empresa. Aguarda-se o exame de admissibilidade do Pedido de retificação de Julgado apresentado pela empresa. Observação: adesão parcial da exigência do AIIM n. 4.007.427-4 ao PEP (os valores pagos com os benefícios do Decreto nº 58.811/2012, foram excluídos do cálculo – R\$ 70.309,29).
g. resumo das decisões de mérito proferidas	AIIM 4.007.430-4: 1ª instância – Auto de Infração mantido integralmente; 2ª instância – Recurso ordinário da empresa provido para cancelar integralmente a exigência fiscal; 3ª instância – Aguardando decisão do Recurso Especial. AIIM 4.007.427-4: 1ª instância – Auto de Infração mantido parcialmente; 2ª instância – Recurso ordinário da empresa provido para cancelar parcialmente a exigência fiscal; 3ª instância – Recurso Especial da empresa não reconhecido. Conheceu e deu provimento ao Recurso Especial fazendário.
h. estágio do processo	Aguarda-se o exame de admissibilidade do pedido de retificação de julgado apresentado pela empresa em relação ao AIIM 4.007.427-4. Já em relação ao AIIM 4.007.430-4 aguarda-se decisão do julgamento do Recurso Especial.
i. chance de perda	Possível (45%) – R\$ 1.598.641,44 Provável (20%) – R\$ 4.804,38 Remota (75%) – R\$ 1.659.349,33

j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Os AIIM's são considerados relevantes em razão dos valores envolvidos e por não causar danos ao erário.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 3.262.795,15

AIIM nº 4.057.222-5	
a. juízo	Posto Fiscal de Ribeirão Preto – DRT 6 – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
b. instância	3ª instância
c. data de instauração	12/05/2015
d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.604.490,22
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração que discute a falta de recolhimento de ICMS supostamente incidente sobre a importação de produtos técnicos, utilizado na elaboração de produto final comercializado pela Companhia. De acordo com a fiscalização, a isenção de que trata o inciso I do Artigo 41 do Anexo I do RICMS de São Paulo, com base no Convênio n. 100/97, não se aplicaria a este produto que também tem aplicação na fabricação de produtos da linha “pet” e, portanto, não seria destinado exclusivamente à agropecuária. No mesmo auto de infração também é exigido o ICMS relativamente a notas fiscais complementares emitidas pela empresa, em decorrência de operações de importação de produtos destinados à agropecuária e ao setor “pet” anteriormente realizadas. O auto de infração foi lavrado em 12.05.2015, tendo sido apresentada impugnação em 12.06.2015. Em 06.07.2015, o processo foi distribuído para julgamento à Unidade de Julgamento de Presidente Prudente. Em 27.07.2015, o processo foi convertido em diligência. Em 30.09.2015, foi proferida decisão de primeira instância mantendo integralmente o AIIM. Em 12.11.2015, foi protocolado o recurso ordinário, sendo que em 11.1.2016, foi publicada decisão deferindo o processamento do referido recurso com vista à representação fiscal. Em 13.04.2016, foram protocoladas as contrarrazões da Fazenda Pública. Em 15/12/2017, foi publicada decisão que converteu o julgamento em diligência. Em 21/02/2018, foi publicada decisão intimando as partes a se manifestarem acerca do resultado da diligência. Em 2/04/2018, foi protocolada manifestação da empresa. Em 12/09/2018, foi proferida que negou provimento ao recurso ordinário da empresa, sendo publicada no dia 13/09/2018. Em 15/10/2018, a empresa protocolou pedido de retificação de julgado e recurso especial. Em 11.01.2019, foi publicada a decisão que indeferiu o processamento do pedido de retificação de julgado e deferiu o processamento do recurso especial da empresa. Em 14.03.2019, a Fazenda Pública apresentou suas contrarrazões. Atualmente, aguarda-se a distribuição do recurso especial.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	1ª instância – Auto de Infração mantido integralmente; 2ª instância – Recurso ordinário não provido; 3ª instância – Aguardando decisão do Recurso Especial.
h. estágio do processo	Atualmente aguarda-se a distribuição do Recurso Especial da empresa.
i. chance de perda	Possível

j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O AIIM é considerado relevante em razão dos valores envolvidos e por envolver discussões de teses que impactam os negócios da companhia.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 2.604.490,22

Execução Fiscal Nº 1501205-58.2022.8.26.0506	
a. juízo	Vara de Execuções Fiscais da Comarca de Ribeirão Preto/São Paulo
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	07/03/2022
d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.777.788,91
f. principais fatos	Trata-se de execução fiscal que exige débito constituído pelo Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) n. 4.043.779-6 e pela CDA n. 1.338.972.688, que imputa à empresa a falta de pagamento do ICMS supostamente incidente sobre a importação do produto técnico "Sulfametoxazol". De acordo com a fiscalização, a isenção de que trata o inciso I do artigo 41 do Anexo I do Regulamento do ICMS do Estado de São Paulo (RICMS) não se aplicaria ao "Sulfametoxazol", pois o referido produto também tem aplicação na fabricação de produtos da linha "pet" (animais domésticos e de pequeno porte), portanto não teria destinação exclusiva à agropecuária. Em 7.3.2022, a execução fiscal foi ajuizada. Em 8.3.2022, foi determinada a citação da empresa para pagamento. Em 1.4.2022, a empresa apresentou petição dando-se por citada da execução e acostando a garantia já ofertada nos autos da Ação Antecipatória de Garantia n. 1000122-56.2022.8.26.0153. Em 29.4.2022, a empresa apresentou o endosso da apólice de seguro-garantia. Em 16.5.2022, o Estado de São Paulo manifestou sua concordância a respeito da garantia apresentada pela empresa. Em 18.5.2022, foram opostos os embargos à execução fiscal n. 1020412-03.2022.8.26.0506. Em 8.12.2022, foi proferida decisão que determinou o prosseguimento da discussão nos embargos apensados.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	1ª instância – Aguardando decisão da execução fiscal.
h. estágio do processo	Em dezembro de 2022 foi proferida decisão que determinou o prosseguimento da discussão nos embargos apensados à execução fiscal.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante em razão dos valores envolvidos e por envolver discussões de teses que impactam os negócios da companhia.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 1.777.788,91

Execução Fiscal Nº 1502716-28.2021.8.26.0506	
a. juízo	Vara de Execuções Fiscais da Comarca de Ribeirão Preto/São Paulo
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	20/05/2021

d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Agronegócio Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.714.511,59
f. principais fatos	Trata-se de execução fiscal ajuizada pelo Estado de São Paulo através da qual se exige da empresa o pagamento de supostos débitos de ICMS consubstanciados na Certidão de Dívida Ativa (CDA) n. 1.305.898.864 e decorrentes do Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) n. 4.042.028-0, que imputa à empresa a falta de pagamento do imposto por emissão e escrituração de notas fiscais de saídas internas referente a operações tributadas como não tributadas, bem como por emissão e escrituração das Notas Fiscais de Saídas interestaduais, com erro na apuração da base de cálculo do imposto e por emissão das Notas Fiscais modelo 55, referentes a operações tributadas, com erro na aplicação da alíquota. Em 20.5.2021, a execução fiscal foi ajuizada. Em 17.9.2021, a empresa apresentou petição requerendo a transferência da garantia apresentada nos autos da ação de rito comum n. 1000426-89.2021.8.26.0153 aos autos da execução fiscal. Em 9.11.2021, o Estado de São Paulo se manifestou de forma contrária à aceitação da garantia apresentada pela empresa. Em 19.11.2021, a empresa apresentou petição esclarecendo a validade da garantia apresentada. Em 12.3.2022, o Estado de São Paulo foi intimado a esclarecer se o endosso ao seguro garantia atende as exigências elencadas. Em 28.3.2022, o Estado de São Paulo manifestou ciência e acordo com o endosso ao seguro garantia. Em 26.4.2022, foi proferida a decisão que deu por garantida a execução.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	1ª instância – Aguardando decisão da execução fiscal.
h. estágio do processo	Em abril de 2022 foi proferida decisão que deu por garantida a execução fiscal.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante em razão dos valores envolvidos e por envolver discussões de teses que impactam os negócios da companhia.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 1.714.511,59

Execução Fiscal Nº 1502717-13.2021.8.26.0506	
a. juízo	Vara de Execuções Fiscais da Comarca de Ribeirão Preto/São Paulo
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	20/05/2021
d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Agronegócio Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.170.926,09

f. principais fatos	Trata-se de execução fiscal ajuizada pelo Estado de São Paulo através da qual se exige da empresa o pagamento de supostos débitos de ICMS consubstanciados na Certidão de Dívida Ativa (CDA) n. 1.305.898.853 e decorrentes do Auto de Infração e Imposição de Multa (AIIM) n. 4.042.029-2, que imputa à empresa a falta de pagamento do ICMS por emissão e escrituração das Notas Fiscais de Saídas Internas, de operação tributada como não tributada, bem como por emissão e escrituração das Notas Fiscais de Saídas Interestaduais, com erro na apuração da base de cálculo do imposto. Em 20.5.2021, a execução fiscal foi ajuizada. Em 17.9.2021, a empresa apresentou petição requerendo a transferência da garantia apresentada nos autos da ação de rito comum n. 1000426-89.2021.8.26.0153 aos autos da execução fiscal. Em 22.11.2021, o Estado de São Paulo se manifestou de forma contrária à aceitação da garantia apresentada pela empresa. Em 3.12.2021, a empresa apresentou petição esclarecendo a validade da garantia apresentada. Em 17.12.2021, o Estado de São Paulo recusou o seguro garantia ofertado. Em 26.4.2022, foi proferida a decisão que deu por garantida a execução.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	1ª instância – Aguardando decisão da execução fiscal.
h. estágio do processo	Em abril de 2022 foi proferida decisão que deu por garantida a execução fiscal.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante em razão dos valores envolvidos e por envolver discussões de teses que impactam os negócios da companhia.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 1.170.926,09

AIIM nº 4.145.685-3	
a. juízo	Fazenda Pública do Estado de São Paulo
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	22/11/2021
d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Saúde Animal Ltda
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.308.145,23

f. principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado pelo Estado de São Paulo sob a acusação de que a empresa teria incorrido em 4 supostas infrações que implicaram em falta de recolhimento e creditamento indevido do ICMS, quais sejam: (i) utilização supostamente indevida da alíquota de 4% em operações interestaduais com o produto SINCRO ECG, sob a alegação de que o produto estaria arrolado na lista de bens sem similar nacional expedida pela CAMEX; (ii) inaplicabilidade da isenção prevista no art. 41, inciso I, do Anexo I, do RICMS, por entender que o produto “CB-30 T.A.” supostamente não teria destinação exclusiva ao setor agropecuário; (iii) falta de pagamento do ICMS, na qualidade de substituta tributária, em razão do fato do produto “CB-30 T.A.” ser um mero produto de limpeza, sujeito a esse regime; e (iv) escrituração indevida de créditos de ICMS, sob a justificativa de que as operações com empresas comercializadoras de energia elétrica, por estarem sujeitas à substituição tributária, não gerariam direito a crédito. Em 19/05/2022 foi proferida a decisão que manteve a exigência fiscal Atualmente, aguarda-se julgamento em segunda instância.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	1ª instância – Auto de Infração mantido integralmente; 2ª instância – Aguardando decisão do julgamento do Recurso ordinário.
h. estágio do processo	Atualmente aguarda-se o julgamento do Recurso Ordinário interposto pela empresa.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O AIIM é considerado relevante em razão dos valores envolvidos e por envolver discussões de teses que impactam os negócios da companhia.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 1.308.145,23

AIIM 4.150.554-2	
a. juízo	Fazenda Pública do Estado de São Paulo
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	08/09/2022
d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Saúde Animal Ltda
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.136.666,24
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado pelo Estado de São Paulo sob a acusação de falta de pagamento do ICMS próprio (item 1) e do ICMS-ST (item 2) pela utilização supostamente indevida da isenção prevista no art. 41, inciso I, do Anexo I, do RICMS, pois o produto “CB-30 T.A” não teria destinação exclusiva ao setor agropecuário, tratando-se de um mero produto de limpeza. Em 8.9.2022, a empresa foi notificada da lavratura do AIIM. Em 7.10.2022, a empresa apresentou impugnação ao AIIM. Em 13.12.2022, foi proferida decisão que julgou a autuação parcialmente procedente para manter o crédito tributário e limitar os juros à Taxa SELIC. Atualmente, o recurso encontra-se em fase de elaboração.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	1ª instância – Auto de Infração mantido parcialmente; 2ª instância – Aguardando prazo para interposição do Recurso Ordinário.
h. estágio do processo	Atualmente o recurso encontra-se em fase de elaboração.

i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O AIIM é considerado relevante em razão dos valores envolvidos e por envolver discussões de teses que impactam os negócios da companhia.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 1.136.666,24

Ação Anulatória n. 1056620-21.2021.8.26.0053	
a. juízo	Vara de Execuções Fiscais da Comarca de Ribeirão Preto/São Paulo
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	23/01/2017
d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Agronegócio Ltda
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.040.373,71
f. principais fatos	Trata-se de ação anulatória de débito fiscal visando o cancelamento do AIIM n. 4.083.070-6, lavrado em face da empresa, cuja controvérsia trata de classificação fiscal de produto comercialmente denominado SINCRO ECG. De acordo com a acusação fiscal, teria ocorrido falta de recolhimento de ICMS em razão da aplicação da alíquota de 4%, prevista na Resolução n. 13 de 2021, em operações interestaduais. Na visão do Fisco, o SINCRO ECG deveria ser classificado como um produto químico orgânico, e não um produto farmacêutico, de modo que houve a aplicação de multa punitiva e a cobrança de juros de mora. Em 14.9.2021, a ação foi distribuída. Em 14.9.2021, a medida liminar pleiteada pela empresa foi concedida em parte apenas para excluir do cálculo do débito os juros de mora superiores à Taxa SELIC. Em 27.9.2021, foi apresentado pedido de reconsideração pela empresa. Em 28.9.2021, foi proferida a decisão que indeferiu o pedido de reconsideração. Em 28.10.2021, o Estado de São Paulo apresentou sua contestação à ação anulatória. Em 23.11.2021, a empresa apresentou sua réplica à contestação do Estado de São Paulo. Em 11.11.2022, o perito apresentou o laudo pericial. Em 16.11.2022, foi proferida decisão que intimou as partes a se manifestarem sobre o laudo e determinou a expedição de MLE para levantamento dos honorários periciais. Em 12.12.2022, a empresa apresentou manifestação informando que concorda com as conclusões do laudo pericial e reiterou seus fundamentos de defesa.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	1ª instância – Aguardando decisão da Ação Anulatória.
h. estágio do processo	Em dezembro de 2022 a empresa apresentou manifestação concordando com as conclusões do laudo pericial e reiterando seus fundamentos de defesa.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante em razão dos valores envolvidos e por envolver discussões de teses que impactam os negócios da companhia.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 1.040.373,71

Processos de natureza trabalhista e previdenciária

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e as controladas da Companhia figuravam como parte

em 26 processos de natureza trabalhista, sendo todos processos judiciais.

De acordo com a análise dos advogados internos e externos da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, o valor total envolvido nos processos com chance de perda remota, possível e provável era de R\$ 1.281.723,312, R\$ 6.201.728,30 e R\$1.874.554,24 respectivamente, dos quais foram provisionados por se tratar de processos com chance de perda provável, conforme avaliação dos advogados externos e internos da Companhia.

Estes processos versam, principalmente, responsabilidade subsidiária, pagamento de adicional de insalubridade e periculosidade, intervalo intrajornada, descaracterização do acordo de compensação e banco de horas e horas extras.

Dentre os processos de natureza trabalhista e em 31 de dezembro de 2022, destacam-se em razão do valor e/ou de seu objeto os seguintes:

Reclamação trabalhista nº 0010765-87.2018.5.15.0153	
a. juízo	6ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto
b. instância	Instância Extraordinária
c. data de instauração	27/06/2018
d. partes no processo	R.S.S. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda (2ª Reclamada) e M.C.G.T.EIRELI (1ª Reclamada).
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$384.958,33
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida R.S.S. pleiteando a condenação subsidiária da Companhia, caso não haja pagamento pela Transgabriel, em virtude de relação comercial de transporte entre 1ª reclamada e a Companhia. Os seguintes pedidos foram requeridos: • a antecipação de tutela provisória de urgência para o fim de que se determine a expedição de Alvarás Judiciais para o levantamento do seu FGTS e para que se habilite perante o FAT para conseguir o benefício do Seguro Desemprego; • a condenação da Primeira como devedora principal e a Segunda, como tomadora dos serviços, deverá ser condenada a responder como devedora subsidiariamente responsável pelos direitos inadimplidos pela Primeira; • horas extras e seus reflexos R\$ 169.058,40; • horas extras decorrentes do intervalo de 11 horas consecutivas entre duas jornadas não efetivamente usufruído e seus reflexos R\$ 48.302,37; • verbas rescisórias R\$ 4.956,31; • salários atrasados, R\$ 7.769,01; • 13º salário integral de 2017, R\$ 2.589,06; • férias vencidas + 1/3 R\$ 10.358,68; • parcela de 40% sobre o FGTS, R\$ 2.315,37; • diferenças de FGTS + 40%, R\$ 15.885,94; • multa do art. 477, da CLT, R\$ 2.508,93; • aplicação do art. 467, da CLT, R\$ 21.937,94; • indenização adicional, R\$ 2.508,93; • repetição de indébito, R\$ 2.809,52; • o pagamento de indenização por danos morais R\$ 10.000,00.
g. resumo das decisões de	Sentença de improcedência em relação a Companhia, da qual foi interposto Recurso Ordinário pelo Reclamante, no qual foi proferido acórdão dando

mérito proferidas	provimento ao recurso para reconhecer a responsabilidade subsidiária da Companhia.
h. estágio do processo	Aguardando decisão do Tribunal Superior do Trabalho do Recurso de Revista da Companhia que foi acolhido parcialmente e do Agravo para destrancar a parte do Recurso de Revista que não foi conhecida.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão desfavorável a Companhia poderá arcar subsidiariamente se a 1ª reclamada não assumir sua responsabilidade. O montante neste sentido é de R\$ 549.468,62
l. valor provisionado (se houver)	N/A

Reclamação trabalhista nº 0011243-07.2018.5.15.0150	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	Instância Extraordinária
c. data de instauração	21/11/2018
d. partes no processo	F.J.J. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda. (2ª reclamada); M.C.G.T.EIRELI (1ª Reclamada)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$437.650,88
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida F.J.J. pleiteando a condenação subsidiária da Companhia em virtude de relação comercial de transporte entre 1ª reclamada e a Companhia. Pedidos feitos pelo Reclamante: • antecipação de Tutela Provisória de Urgência para o fim de que seja reconhecida e declarada a Rescisão Indireta do seu Contrato de Trabalho na data de 10/10/18 e, em consequência, que se determine a imediata expedição de Alvará Judicial para que se habilite perante o FAT para conseguir o benefício do Seguro Desemprego; • a condenação da Primeira como devedora principal e a Segunda, como tomadora dos serviços, deverá ser condenada a responder como devedora subsidiariamente responsável pelos direitos inadimplidos pela Primeira; • horas extras e seus reflexos R\$ 178.437,32; • horas extras decorrentes do intervalo de 11 horas consecutivas entre duas jornadas não efetivamente usufruído e seus reflexos R\$ 16.221,19; • domingos e feriados acrescidos do adicional de 100% e reflexos R\$ 29.776,32; • verbas rescisórias, R\$ 6.373,46; • salários vencidos, R\$ 8.286,93; • 13º salário integral de 2017, R\$ 2.589,67 • férias vencidas + 1/3, R\$ 17.264,45; • FGTS + 40%, R\$ 12.358,86; • reajuste salarial e reflexos, R\$ 2.176,65; • multa do art. 477, da CLT. R\$ 2.508,93; • aplicação do art. 467, da CLT. R\$ 23.436,68;

	• repetição de indébito, R\$ 1.743,84; • a baixa na sua CTPS; • o pagamento de indenização por danos morais R\$ 10.000,00; • indenização estabilitária, R\$ 38.366,99
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença proferida com a condenação da Companhia em responsabilidade subsidiária, ao pagamento: dos salários atrasados integrais dos meses de janeiro/2018, 21 dias do mês de março/2018, além dos primeiros 15 dias do afastamento, de 22/03/2018 a 05/04/2018; saldo de salário de 10 dias do mês de outubro de 2018; do aviso prévio indenizado (42 dias); do 13º salário integral de 2017; do 13º salário proporcional de 2018 (11/12 – já computado o prazo do aviso prévio); das férias integrais acrescidas do 1/3 constitucional, relativas ao período aquisitivo 2015/2016, de forma dobrada; das férias integrais acrescidas de 1/3 constitucional, relativas ao período de 2016/2017, de forma dobrada; das férias integrais acrescidas de 1/3 constitucional, relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, de forma simples; das férias proporcionais acrescidas de 1/3 constitucional, relativas ao período aquisitivo 2018/2019 (02/12 – já computado o prazo do aviso prévio); do FGTS, inclusive com incidência sobre as parcelas rescisórias, e multa de 40% sobre a totalidade dos depósitos de FGTS relativo a integralidade do contrato de trabalho; da multa do artigo 467 e 477, § 8º da CLT; das diferenças salariais e repercussões; da indenização do período de estabilidade; -da restituição dos descontos a título de contribuição confederativa; da indenização por danos morais no valor de R\$ 5.000,00 das horas extras e reflexos; dos repousos semanais remunerados suprimidos, em dobro, e reflexos; da dobra sobre domingos e feriados laborados e reflexos; do intervalo interjornada suprimido e reflexos. A Companhia recorreu em 2ª instância e o acórdão proferido foi dado parcial provimento com a manutenção da responsabilidade subsidiária, mas limitou a condenação ao pagamento de aviso prévio indenizado de 36 dias e 13º salário proporcional de 01/12 (2018), fixar a não incidência do FGTS + 40% sobre férias indenizadas, sejam elas vencidas ou proporcionais, fixar que o aviso prévio indenizado não integra o salário de contribuição, determinar a aplicação do índice de correção monetária que venha a ser oportunamente definido pelo Pleno do E. STF nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade nºs 58 e 59, sem prejuízo do prosseguimento da execução pelo índice incontroverso (TR) até o julgamento final de referidas ADCs, após o que serão apuradas eventuais diferenças e excluir o pagamento de multa por embargos considerados protelatórios, conforme fundamentação.
h. estágio do processo	Companhia aguarda decisão do Agravo Interno em razão do não conhecimento do Recurso de Revista interposto pela Companhia.
i. chance de perda	Provável
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão desfavorável a Companhia poderá arcar subsidiariamente se a 1ª reclamada não assumir sua responsabilidade. O montante neste sentido é de R\$ 497.288,66
l. valor provisionado (se houver)	R\$ 497.288,66

Reclamação trabalhista nº 0020874-60.2016.5.04.0017

a. juízo	17ª Vara do Trabalho de Porto Alegre
b. instância	Instância Extraordinária

c. data de instauração	13/06/2016
d. partes no processo	R.S.A. X Ouro Fino Agronegócio Ltda. (sucessora por incorporação da Ouro Fino Pet Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$118.135,90
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida por R.S.A. pleiteando o reconhecimento de vínculo empregatício pelo período de representação comercial (pessoa jurídica) e pagamento das verbas trabalhistas decorrentes da relação; além dos seguintes pedidos: • indenização pela dispensa dentro do trintídio; • reconhecimento da natureza salarial da alimentação fornecida e reflexos; • reconhecimento da natureza salarial das diárias de viagem, pagamento de diferenças (2 meses) e reflexos; • acúmulo de função; • diferenças salariais pelo reajuste das normas coletivas; • gratificação pelo dia do comerciário; • pagamento do lanche na jornada extraordinária; • pagamento de adicional noturno e horas reduzidas; • horas extras e reflexos; • intervalo intrajornada e reflexos; intervalo entre jornadas e reflexos; • indenização pelo uso do veículo particular; • participação nos lucros e resultados; • férias em dobro; • indenização por danos morais; • diferenças em DSRs; • pagamento de FGTS + 40%, multa do art. 467 da CLT; e • honorários advocatícios. A Companhia apresentou contestação, negando o vínculo empregatício no período em que o reclamante foi representante comercial e requerendo a improcedência dos demais pedidos. Realizada a audiência inicial em 13.09.2016 e o cumprimento das cartas precatórias de inquirição de testemunhas.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença proferida julgando parcialmente procedente, com a condenação da Companhia no pagamento ao dia do comerciário, correspondente à remuneração de dois dias nos meses de outubro de 2012, 2013 e 2014 e participação nos lucros e resultados do ano de 2015, de forma proporcional, correspondente a 8/12 do valor total que seria devido ao autor caso mantido o contrato de trabalho. Acórdão proferido em 2ª instância em Recurso Ordinário interposto pelo reclamante, o qual foi negado provimento.
h. estágio do processo	Aguardando decisão do Agravo Interno interposto pelo reclamante em razão de não conhecimento do seu Recurso de Revista.
i. chance de perda	Provável: R\$ 172.000,00 Possível: R\$ 491.168,00 Remoto: R\$ 241.362,68
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	O montante do impacto em caso de perda (englobando as chances possível, provável e remota) é de R\$ 732.975,68

I. valor provisionado (se houver)	R\$ 172.000,00
--	----------------

Reclamação trabalhista nº 0011646-44.2016.5.15.0150	
a. juízo	Vara do Trabalho de Cravinhos
b. instância	1ª Instância – Cumprimento de sentença
c. data de instauração	24/11/2016
d. partes no processo	J. L.S.F. X Ouro Fino Agronegócio Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$714.600,02
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida por J.L.S.F. pleiteando reconhecimento de vínculo empregatício e unicidade contratual com o período em que foi contratado como CLT, além das verbas devidas do reconhecimento de vínculo; horas extras; danos morais e materiais. Em contestação, a Companhia requereu a improcedência dos pedidos. Sentença parcialmente procedente. Opostos Embargos de Declaração pelas partes, sendo provido o da reclamada e desprovido o do reclamante. Interposto recurso ordinário pela reclamada. Negado seguimento ao recurso de revista interposto pela Companhia. Interposto agravo pela Companhia. Negado provimento ao agravo. Apresentado o cálculo de liquidação. Pago em condenação pela Companhia o valor de R\$ 442.488,48. Cálculos ainda em discussão. Sentença em fase de cumprimento de sentença que determinou a devolução pelo reclamante do valor de R\$ 87.085,94. União impugnou cálculos de liquidação. Sentença proferida que julgou procedente a impugnação da União e determinou a Companhia a retificação do referido cálculo. Reclamante e a Companhia interpôs agravo de petição. Negado provimento ao agravo de petição interposto pela Companhia e dado provimento ao agravo do reclamante. Interposto Recurso de Revista pela Companhia.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença parcialmente procedente para condenar a reclamada para reconhecer o vínculo do período de PJ e declarar a unicidade contratual com o pagamento das férias vencidas em dobro e simples não prescritas; pagamento de 13º salários proporcionais e integrais; pagamento das verbas rescisórias; aviso prévio proporcional a 21 dias; FGTS + 40%; indenização seguro-desemprego; recolhimentos previdenciários. Interposto recurso ordinário pela reclamada, o qual foi provido parcialmente para reconhecer que o contrato de emprego entre as partes se iniciou em 26/11/2009, para reduzir o pagamento das diferenças de aviso prévio a 18 dias, para determinar que a reclamada forneça as guias necessárias ao recebimento do seguro-desemprego e para determinar a dedução de 16 dias por ano no cálculo das férias deferidas, bem como da quantia de R\$ 129.777,49 dos valores objeto da condenação.
h. estágio do processo	Aguardando decisão do Recurso de Revista interposto pela Companhia em razão da impugnação do cumprimento de sentença feita pela União.
i. chance de perda	Provável (com relação a impugnação ao cumprimento de sentença feita pela União)
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.

k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 236.294,15
l. valor provisionado (se houver)	R\$ 236.294,15

Reclamação trabalhista nº 0021792-15.2017.5.04.0022	
a. juízo	22ª Vara do Trabalho de Porto Alegre
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	26/01/2018
d. partes no processo	C.D.M. X Ouro Fino Agronegócio Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 885.208,49
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida por C.D.M. pleiteando o pagamento de: • horas extras; • adicional de insalubridade; • intervalo intrajornada; • intervalo entrejornada; • hora noturna reduzida; • adicional noturno; e • indenização despesas com internet e veículo (km rodado). Realizada perícia que concluiu pela existência de condições insalubres. Reclamante apresentou embargos de declaração, os quais não foram acolhidos. Interposto Recurso Ordinário tanto pelo reclamante como pela Companhia.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença proferida, a qual julgou procedente em parte a ação proposta para condenar a reclamada a pagar ao reclamante: adicional de insalubridade em grau médio (20%), calculado com base no salário-mínimo e reflexos e pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).
h. estágio do processo	Aguardando julgamento em segunda instância.
i. chance de perda	Provável R\$ 262.229,81 Possível R\$ 27.421,56 Remota R\$ 1.040.360,63
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 289.651,37
l. valor provisionado (se houver)	R\$ 262.229,81

Reclamação trabalhista nº 0011084.30.2019.5.15.0150	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	1ª Instância (Cumprimento de sentença)
c. data de instauração	21/10/2019

d. partes no processo	G.G.M X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$140.454,26
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida G.G.M pleiteando: alteração do PPP, bem como requerendo as férias gozadas fora do período legal. Interposto recurso de revista pela Companhia, o qual foi negado seguimento. Interposto agravo interno pela Companhia, o qual foi negado provimento. Foi dado seguimento ao cumprimento de sentença, no qual houve a oposição de embargos de execução pela Companhia, o qual foi acatado em partes, dando seguimento a execução do valor remanescente. Condenação liquidada com a liberação do depósito recursal em favor do reclamante e pagamento do saldo remanescente.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença proferida, a qual julgou parcialmente procedente a ação, nas seguintes obrigações para a Companhia: elaborar novo PPP; e pagar férias em dobro; juros e correção monetária. Acrescido à condenação, a título de indenização suplementar (art. 404, parágrafo único, do CC c/c art. 8º, § 1º, da CLT) e por força de multa cominatória (art. 139, IV, do CPC c/c art. 769 da CLT), a incidência de juros compensatórios, como remuneração do patrimônio suprimido (art. 591 do CC), desde já fixados em 1% ao mês, a partir do ajuizamento da ação, em analogia à Súmula 618/STF e Súmulas 102 e 131/STJ. Acórdão proferido em sede de Recurso Ordinário interposto tanto pelo Reclamante quanto pela Companhia, no qual foi dado provimento ao recurso da Companhia para limitar as alterações relativas ao novo PPP a ser elaborado em favor do autor, devendo constar que o trabalho em Ribeirão Preto ocorreu até 2006, após que o autor passou a se ativar na cidade de Cravinhos, sendo que a exposição ao risco ruído limitou-se também aquela data (da admissão até 2006) e, conforme cominado na sentença de origem, para limitar a condenação relativa as férias + 1/3 em relação aos períodos aquisitivos de 2015/2016 e 2016/2017 aos 20 dias faltantes, considerando que em relação a elas 10 dias foram convertidos em abono. Correção e juros a ser apurado em liquidação de sentença.
h. estágio do processo	O reclamante ainda não concordou com o PPP apresentado. O processo aguarda deliberação do juízo sobre este fato.
i. chance de perda	Remota (quanto a alteração do PPP)
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	Processo liquidado.
l. valor provisionado (se houver)	Processo liquidado.

Reclamação trabalhista nº 0011320-79.2019.5.15.0150

a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	27/12/2019
d. partes no processo	G.E.C. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 59.717,76

f. fatos principais	Trata-se de reclamação trabalhista movida G.E.C. pleiteando: • a nulidade do sistema banco de horas; • horas extras; • adicional de periculosidade; • diferença salarial decorrente do plano de cargos e salários; e • indenização por descumprimento contratual. A perícia realizada concluiu que o reclamante não desenvolveu atividades perigosas. Recurso Ordinário interposto pelo reclamante, ainda pendente de julgamento.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Proferida sentença, a qual julgou improcedente a ação.
h. estágio do processo	Aguardando decisão de recurso ordinário interposto pelo reclamante.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 84.704,83
l. valor provisionado (se houver)	N/A

Reclamação trabalhista nº 0010922-98.2020.5.15.0150	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	22/10/2020
d. partes no processo	G.P.S. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 79.690,61
f. fatos principais	Trata-se de reclamação trabalhista movida G.P.S pleiteando: • adicional de periculosidade; • retificação do PPP; • horas extras acima da 6ª diária ou 8ª semanal; • adicional noturno; e • desconsideração do banco de horas e acordo de compensação de jornada. A perícia realizada concluiu que o reclamante não tem direito ao adicional de periculosidade. Sentença de improcedência. Interposto recurso pelo reclamante.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Proferida sentença, a qual julgou improcedente a ação.
h. estágio do processo	Aguardando decisão de recurso ordinário interposto pelo reclamante.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.

k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 68.459,50
l. valor provisionado (se houver)	N/A

Reclamação trabalhista nº 0010405-20.2021.5.15.0066	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	05/04/2021
d. partes no processo	Herdeiros de K.O.V. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$59.201,24
f. fatos principais	Trata-se de reclamação trabalhista movida pelos herdeiros de K.O.V. pleiteando: • adicional de periculosidade e insalubridade; • retificação do PPP; • horas extras acima da 6ª diária ou 8ª semanal; • adicional noturno; e • desconsideração do banco de horas e acordo de compensação de jornada. A perícia realizada concluiu que o reclamante não tem direito ao adicional de periculosidade/insalubridade. Apresentado embargos de declaração pela Companhia, os quais foram acolhidos parcialmente. Interposto recurso ordinário tanto pelo reclamante como pela Companhia.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Proferida sentença de parcial procedência, para condenar a Companhia no pagamento do intervalo de alimentação e descanso, bem como diferença do adicional noturno e prorrogação. Embargos de declaração opostos pela Companhia, os quais foram acolhidos parcialmente para excluir o pagamento de intervalo intrajornada, bem como excluir os critérios de cálculo deste pleito.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento em 2ª instância dos recursos interpostos tanto pelo reclamante quanto pela Companhia.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$57.131,41
l. valor provisionado (se houver)	N/A

Reclamação trabalhista nº 0010281-76.2021.5.15.0150	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	Instância extraordinária
c. data de instauração	18/03/2021

d. partes no processo	L.C.O. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$98.306,06
f. fatos principais	Trata-se de reclamação trabalhista movida por L.C.C. pleiteando: • descaracterização do banco de horas e acordo de compensação; • horas extras; • diferença de adicional noturno; • adicional de insalubridade/periculosidade; • multa convencional; e • multa 467 CLT. A perícia realizada concluiu que o reclamante não tem direito ao adicional de insalubridade/periculosidade. Apresentado embargos de declaração pelo reclamante, o qual não foi acolhido. Interposto recurso de revista pelo reclamante, o qual aguarda julgamento pelo Tribunal Superior do Trabalho.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Proferida sentença, a qual julgou improcedente a ação. Recurso ordinário proposto pela Reclamante cujo provimento foi negado.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento do Recurso de Revista interposto pelo reclamante.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$85.000,00
l. valor provisionado (se houver)	N/A

Reclamação trabalhista nº 0010788-37.2021.5.15.0150	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	16/08/2021
d. partes no processo	W.R.V.J X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$153.031,70
f. fatos principais	Trata-se de reclamação trabalhista movida por W.R.V.J pleiteando: • adicional de periculosidade ou de insalubridade; • retificação do PPP; • horas extras acima da 6ª diária ou 8ª semanal; • horas in itinere; • adicional noturno; • desconsideração do banco de horas e acordo de compensação de jornada; • rescisão indireta do trabalho; e • multa 477.
g. resumo das decisões de	Acordo celebrado entre as Partes em maio/2022 no valor de R\$35.000,00.

mérito proferidas	
h. estágio do processo	Processo Arquivado
i. chance de perda	Acordo formalizado entre as Partes.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	Processo Arquivado
l. valor provisionado (se houver)	N/A

Reclamação trabalhista nº 0010005.11.2022.5.15.0150	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	07/01/2022
d. partes no processo	G. R. S. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$102.845,90
f. fatos principais	Trata-se de reclamação trabalhista movida por G.R.S. pleiteando: • desconsideração do sistema de jornada 12x36; • horas extras; • adicional noturno; • folgas e feriados; • intervalo intrajornada; • horas <i>in itinere</i>; • adicional de insalubridade; • restituição de contribuição sindical Realizada audiência e perícia, sendo que laudo pericial afastou o pedido de adicional de insalubridade. Realizada audiência de instrução. Interposto recurso ordinário pelo reclamante, o qual aguarda julgamento em 2ª instância.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Proferida sentença, a qual julgou improcedente a ação.
h. estágio do processo	Aguardando decisão de 2ª instância em razão de recurso ordinário interposto pelo reclamante.
i. chance de perda	Possível R\$ 72.695,00 Provável R\$ 22.500,00
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$95.195,00
l. valor provisionado (se houver)	R\$22.500,00

Reclamação trabalhista nº 0010150-42.2022.5.15.0002	
a. juízo	2ª Vara do Trabalho de Goiânia/GO
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	22/02/2022
d. partes no processo	E. S. P. X Ouro Fino Agronegócio Ltda
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$2.807.668,95
f. fatos principais	Trata-se de reclamação trabalhista movida por E.S.P. pleiteando reconhecimento de vínculo empregatício e verbas provenientes deste pleito.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	N/A
h. estágio do processo	Aguardando audiência de instrução.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$2.215.933,21
l. valor provisionado (se houver)	N/A

Reclamação trabalhista nº 0010196-10.2022.5.18.0009	
a. juízo	9ª Vara do Trabalho de Goiânia/GO
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	22/02/2022
d. partes no processo	L. S. X Ouro Fino Agronegócio Ltda
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$1.931.068,10
f. fatos principais	Trata-se de reclamação trabalhista movida por L.S. pleiteando reconhecimento de vínculo empregatício e verbas provenientes deste pleito. Audiência de instrução realizada. Interposto recurso ordinário pelo reclamante. A Companhia apresentou recurso ordinário adesivo em relação ao deferimento, em favor da reclamante, dos benefícios da justiça gratuita e honorários advocatícios.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Proferida sentença, a qual julgou improcedente a ação.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento em 2ª instância dos recursos ordinários interpostos pelo reclamante e Companhia
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 1.633.520,82

I. valor provisionado (se houver)	N/A
--	-----

Reclamação trabalhista nº 0010555-06.2022.5.15.0150	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	23/05/2022
d. partes no processo	A. J. S. G. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda. (3ª Reclamada); G.S.S. Ltda (1ª Reclamada); A.S.V Ltda. (2ª Reclamada)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$166.765,43
f. fatos principais	Trata-se de reclamação trabalhista movida por A. J. S. G. pleiteando: • responsabilidade solidária entre as reclamadas; • horas extras; • dobro das folgas; e • gratificação de função. Realizada audiência de instrução. Reclamante interpôs recurso ordinário.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Proferida sentença, a qual julgou parcialmente procedente para condenar solidariamente as reclamadas GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA, ALGAR SEGURANCA E VIGILANCIA e subsidiariamente OURO FINO SAUDE ANIMAL LTDA.
h. estágio do processo	Aguardando decisão em 2ª instância em razão de recurso ordinário interposto pelo reclamante.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$154.800,24
l. valor provisionado (se houver)	N/A

Reclamação trabalhista nº 0010654-73.2022.5.15.0150	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	14/06/2022
d. partes no processo	P. L. G. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$179.247,89
f. fatos principais	Trata-se de reclamação trabalhista movida por P. L. G. pleiteando: • acúmulo de função; • adicional de insalubridade; e • danos morais

	Realizada audiência inicial. Perícia realizada, a qual não conheceu do pedido do reclamante. Realizada audiência de instrução.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Proferida sentença, a qual julgou improcedente a ação.
h. estágio do processo	Aguardando prazo para interposição de recurso ordinário.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$166.566,78
l. valor provisionado (se houver)	N/A

Reclamação trabalhista nº 0011190-84.2022.5.15.0150	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	21/09/2022
d. partes no processo	D. E. N. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$105.188,08
f. fatos principais	Trata-se de reclamação trabalhista movida por D. E. N. pleiteando: • horas extras; • domingos e feriados em dobro; • horas <i>in itinere</i>; • acúmulo de função; • adicional de periculosidade/insalubridade; • FGTS não depositado Realizada audiência de conciliação, a qual restou infrutífera. Perícia realizada, a qual concluiu pela insalubridade em grau máximo.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	N/A
h. estágio do processo	Aguardando audiência de instrução.
i. chance de perda	Provável: R\$18.546,70 Possível R\$83.103,41.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$101.650,11
l. valor provisionado (se houver)	R\$ 18.546,7

Reclamação trabalhista nº 0011343-20.2022.5.15.0150	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	31/10/2022
d. partes no processo	G.F.V.F. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$936.543,94
f. fatos principais	Trata-se de reclamação trabalhista movida por G.F.V.F. pleiteando: • acidente de trabalho; • acúmulo de função; • adicional de horas extras; • adicional de insalubridade/periculosidade; • assédio moral; • diferenças por desvio de função; • doença ocupacional; • estabilidade acidentária; • feriado em dobro; e • intervalo intrajornada. Audiência inicial realizada em 17/11/2022.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	N/A
h. estágio do processo	Aguardando perícias, médica e técnica.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 916.950,77
l. valor provisionado (se houver)	N/A

Reclamação trabalhista nº 0010312-53.2022.5.15.0153	
a. juízo	6ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	10/03/2022
d. partes no processo	R. N. X Ouro Fino Agronegócio Ltda. (1ª Reclamada) e O.F.Q. SA (2ª Reclamada)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$814.814,77
f. fatos principais	Trata-se de reclamação trabalhista movida por R. N. pleiteando: • equiparação salarial; • adicional de periculosidade; • adicional noturno; • horas trabalhas dos domingos e feriados em dobro;

	• férias vencidas; • sobreaviso; • compensação orgânica; • multa normativa; e • honorários advocatícios. A Audiência inicial realizada em 25/08/2022. Perícia realizada, a qual considerou insalubridade em grau máximo.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	N/A
h. estágio do processo	Em manifestação pelas Partes do laudo pericial.
i. chance de perda	Provável R\$35.796,97 Possível R\$130.050,04
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos trabalhistas relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$165.847,01
l. valor provisionado (se houver)	R\$35.796,97

Processos de natureza cível e outros

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia as controladas da Companhia figuravam como ré em 15 processos cíveis judiciais e 3 processos cíveis administrativos.

De acordo com a análise dos advogados internos e externos da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, o valor total envolvido nos processos com chance de perda remota, possível e provável era de R\$ 10.292,89, R\$ 2.545.424,75 e R\$ 379.866,75, respectivamente, dos quais R\$ 379.866,75 foram provisionados por se tratarem de processos com chance de perda provável, conforme avaliação dos advogados internos da Companhia.

Dentre os processos de natureza cível, destacam-se em razão do valor e/ou de seu objeto os seguintes:

Processo nº 1050-27.2013.8.11.00998	
a. juízo	1ª Vara Cível da Porto Espiridião
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	16.09.2013
d. partes no processo	Fernanda Marinho Rodriguez (Autor) e Ouro Fino Agronegócio Ltda. (Ré)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$55.299,35

f. principais fatos	Autora foi anunciada como ganhadora de concurso cultural, mas, posteriormente, foi excluída do certame por motivo de plágio e não recebeu nenhuma premiação. Ação objetiva a entrega do prêmio (uno 1.000) ou o pagamento do valor correspondente, a divulgação da Requerente como ganhadora e pagamento de indenização por danos morais no valor correspondente a 10 vezes o valor do prêmio pretendido. Exceção de incompetência apresentada pela Companhia, a qual foi rejeitada. Apresentada impugnação à contestação pela autora.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	N/A
h. estágio do processo	Aguardando prolação da sentença.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos cíveis relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 400.000,00
l. valor provisionado (se houver)	N/A

Processo nº 1001986-08.2017.8.26.0153	
a. juízo	2ª Vara Cível de Cravinhos
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	05.09.2017
d. partes no processo	Fae System Indústria, Comércio, Manutenção e Montagens Ltda (Autor) e Ouro Fino Saúde Animal Ltda. (Ré)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$887.861,26
f. principais fatos	Trata-se de ação de indenização por danos materiais em decorrência de suposto aumento de escopo em obra que a Companhia contratou a autora para elaborar em sua sede. Perícia realizada, a qual foi favorável para a Ouro Fino Saúde Animal Ltda. Realizada audiência de instrução. Apresentada alegações finais. Apresentados embargos de declaração pela Companhia.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença proferida, a qual julgou improcedente a ação movida pela Faesystem e procedente a reconvenção movida pela Ouro Fino para condenar a Faesystem ao pagamento de R\$ 84.965,00, a título de cláusula pena contratual, com juros de 1% ao mês a contar da citação e correção monetária a contar do último dia de atraso.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento dos embargos de declaração opostos pela Companhia.
i. chance de perda	Possível

j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos cíveis relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$887.861,26
l. valor provisionado (se houver)	N/A

Processo nº 0055506-75.2019.8.19.0038

a. juízo	3ª Vara Cível de Nova Iguaçu/RJ
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	26.07.2019
d. partes no processo	Foxvet Distribuidora de Rações e Medicamentos Ltda. e Outros (Autores) e Ouro Fino Agronegócio (sucessora por incorporação da Ouro Fino Pet Ltda.) (Ré)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$295.382,27
f. principais fatos	Em razão da rescisão do contrato verbal de distribuição exclusiva de alguns produtos veterinários da Ouro Fino na região da Baixada Fluminense e Serrana do estado do Rio de Janeiro, os autores pedem a condenação ao pagamento de indenização por danos materiais, perda da carteira de clientes, e danos morais. Proferido despacho deferindo a produção da prova contábil requerida pelos autores, intimando o perito, Eduardo da Silva Barreto, para dizer se aceita o encargo e fazer proposta de honorários, e intimando as partes para apresentarem quesitos e assistentes técnicos em 10 dias. Opostos embargos de declaração pela Companhia para que sejam analisadas as preliminares arguidas em sede defensiva e, caso não acolhidas, para que seja prolatado decisão saneadora, delimitando-se os pontos controvertidos para eventual perícia contábil. Os embargos de declaração não foram acolhidos. Interposto agravo de instrumento pelo não acolhimento dos embargos de declaração opostos pela Companhia.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	N/A
h. estágio do processo	Aguardando realização da perícia e elaboração do laudo pericial.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos cíveis relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$295.382,27
l. valor provisionado (se houver)	N/A

Processo nº 0049270-18.2013.8.16.0001

a. juízo	1ª Vara Cível de Curitiba
b. instância	2ª instância

c. data de instauração	25/10/2013
d. partes no processo	João Moreira Floria Batista (Autor) e Ouro Fino Saúde Animal Ltda. (Ré)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 543.364,64
f. principais fatos	A ação objetiva o pagamento de indenização por danos morais e materiais pela morte de animais pretensamente intoxicados por vermífogo produzido pela Companhia. Apresentada contestação. Acolhida a alegação de necessidade de reunião da presente ação com anterior ação cominatória movida por empresa do grupo. Realização de audiência de instrução, com oitiva dos autores. Realizada oitiva do representante legal da Companhia Julgamento convertido em diligência com a determinação de prova pericial indireta, com a análise dos documentos constantes nos autos para fins de aferir "nexo causal" do óbito dos animais. Laudo Pericial Técnico apresentado. Apresentada impugnação e quesitos complementares, pela Ouro Fino, os quais foram respondidos pelo Perito Judicial. Apresentada nova impugnação pela OF. Interposto recurso de apelação pela Companhia.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença prolatada, a qual julgou parcialmente procedente os pedidos dos autores, com seguintes fundamentos: entendimento que o arcabouço probatório havido nos autos é, de forma contrária ao que constara na sentença, totalmente inconclusivo no sentido de que o TOP DOG tenha sido, em tese, o causador dos óbitos dos animais, havendo provas, idôneas (MAPA, Lab Tec, Universidade de Uberaba) que atestam a ausência de vício no produto e, mais que isso, que este fora ministrado em outros animais sem que tenha havido intercorrências. Sem prejuízo disso, o recurso de apelação também versa acerca da necessidade de julgar improcedente os danos morais, ante a ausência de eventual comprovação dos pretensos danos noticiados na petição inicial (campanha vexatória pela OF dos canis).
h. estágio do processo	Aguardando designação de julgamento do recurso de apelação interposto pela Companhia.
i. chance de perda	Possível R\$ 149.828,51 Provável R\$ 367.310,77
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos cíveis relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$517.139,28
l. valor provisionado (se houver)	R\$ 367.310,77

Processo nº 0902141-84.2012.8.26.0506 (Reconvenção)	
a. juízo	5ª Vara Cível da Comarca de Ribeirão Preto
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	03/03/2012
d. partes no processo	Primaiz Sementes Ltda. (Autor da Reconvenção) e Ouro Fino Agronegócio Ltda. (Ré da Reconvenção)

e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$188.683,50
f. principais fatos	Ação de discussão de eventuais prejuízos decorrentes de escritura pública de compra e venda de milho (atividade descontinuada da Companhia).
g. resumo das decisões de mérito proferidas	N/A
h. estágio do processo	Aguardando realização de perícia.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos cíveis relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$ 286.345,04 (relativo à reconvenção)
l. valor provisionado (se houver)	N/A

Processo nº 1001121-53.2015.8.26.0153

a. juízo	1ª Vara Cível de Cravinhos
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	11/11/2015
d. partes no processo	Claudio Mesquita de Assunção. (Autor) e Ouro Fino Saúde Animal Ltda. (Ré)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$199.821,33
f. principais fatos	Ação de responsabilização civil com pedido de indenização por danos morais e materiais, em razão de suposta ineficácia do produto Ricobendazole 10 que tenha causado a morte de alguns animais.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	N/A
h. estágio do processo	Aguardando audiência de instrução.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos cíveis relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$199.821,33
l. valor provisionado (se houver)	N/A

Processo nº 000795-22.2016.8.08.0042

a. juízo	Vara Única Cível de Rio Novo do Sul
b. instância	2ª instância

c. data de instauração	21/09/2016
d. partes no processo	Central Agropecuária Ltda. ME (Autor) e Ouro Fino Saúde Animal Ltda. (Ré)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$171.416,41
f. principais fatos	Ação declaratória de inexigibilidade de débito cumulada com pedido de indenização por danos morais decorrentes de suposta entrega de uma vultosa quantidade de produtos pela Ouro Fino, sem qualquer pedido de formalização pela Autora. A Companhia, além de contestar a ação, apresentou reconvenção considerando que foi uma compra e venda de produtos efetivamente concretizada. Aguardando prolação de sentença ou outra determinação do juiz, após audiência de instrução e apresentação das alegações finais. Sentença de improcedência da ação e extinta a reconvenção, sendo que a Ouro Fino foi condenada em sucumbência. Apresentado embargos de declaração para esclarecer a questão da sucumbência, os quais não foram acolhidos. Autora apresentou recurso de apelação, A Companhia apresentou contrarrazões e recurso de apelação também.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença proferida, a qual julgou improcedente a ação e extinguiu a reconvenção, sendo que a Companhia foi condenada em sucumbência.
h. estágio do processo	Aguardando decisão em 2ª Instância dos recursos apresentados pelas Partes.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O motivo considerado pela Companhia para definição de processos cíveis relevantes é possuir o valor de risco envolvido acima de R\$50.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda	R\$171.416,41
l. valor provisionado (se houver)	N/A

4.5 - Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

Em 31 de dezembro de 2022, o valor total envolvido nos processos descritos no item 4.4 deste Formulário de Referência era de R\$ 99.803.252,95, dos quais foram provisionados os processos com chances de perda provável, que totalizam R\$3.548.978,18.

As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processo com chance de perda provável.

4.6 - Processos sigilosos relevantes

Até a data deste Formulário de Referência, não há processos sigilosos relevantes em que nós ou nossas controladas sejamos parte.

4.7 - Outras contingências relevantes

Em 2002, uma das controladas da Companhia firmou um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público do Trabalho que tem por objetivo ajustar conduta proveniente do Inquérito Civil nº 10569-04, o qual tem por finalidade a inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho.

Restou devidamente acordado entre a controlada da Companhia e Ministério Público do Trabalho, dentre outras obrigações pontuais à época da celebração, que a controlada da Companhia deverá manter o percentual de contratados portadores de deficiência que impõe a lei, o que a Companhia tem feito desde a assinatura do referido Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.

5.1 - Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos

Temos uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, devidamente aprovada pelo Conselho de Administração, que engloba os riscos corporativos, estratégicos, financeiros e operacionais.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

As práticas adotadas pela Companhia buscam estabelecer diretrizes e competências para o processo de gestão de riscos, de forma a possibilitar a identificação, a avaliação, a priorização, o tratamento, a comunicação e o monitoramento dos riscos do negócio, observando as regulamentações aplicáveis e as melhores práticas do mercado. A política visa ainda estabelecer a estrutura de gestão e controle de riscos, e proporcionar uma linguagem comum de gestão de riscos, de modo que divulgue e estimule a cultura de gestão de riscos.

(i) riscos para os quais se busca proteção

Nos termos da Política de Gestão de Riscos Corporativos, a Companhia busca proteção razoável para os riscos corporativos, estratégicos, financeiros e operacionais, conforme descritos abaixo:

- Riscos corporativos: riscos que podem afetar a Companhia como um todo e, com isso, a continuidade do negócio.
- Risco estratégico: riscos que advêm da falta de capacidade da Companhia em se resguardar de eventos desfavoráveis ao cumprimento de suas estratégias.
- Riscos financeiros: riscos relacionados às variações cambiais, flutuação das taxas de juros, risco de crédito e risco de liquidez.
- Risco operacional: riscos que se relacionam com todo o ambiente interno da Companhia, por meio de equívocos humanos e/ou de sistemas ou devido à ausência de treinamentos aos colaboradores.

(ii) instrumentos utilizados para proteção

Nos termos da Política de Gestão de Riscos Corporativos e em linha com nosso processo de Gestão de Riscos, uma vez identificados, os riscos devem ser analisados e classificados por natureza, categoria e origem dos eventos (internos ou externos) e ter seu tratamento definido. Caso necessário, serão implementados planos de ação, com a indicação dos responsáveis por cada risco e posterior implementação de planos de monitoramento específico para mitigar os respectivos riscos.

Para proteção dos riscos de variações cambiais, quando necessário, são utilizadas operações de derivativos, substancialmente “swap” e NDF (*“non deliverable forward”*).

Os “swaps” são classificados como derivativos de valor justo por meio do resultado e são contratados para troca de encargos de empréstimos e financiamentos, originalmente em moeda estrangeira, para encargos com base na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

As NDFs são classificadas como derivativos de valor justo por meio do resultado e foram contratadas para mitigar possíveis exposições cambiais ativas ou passivas que a Companhia venha a incorrer.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía contratado instrumentos de NDF (*Non Deliverable Forward*) para proteção de sua exposição cambial.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Nos termos da Política de Gestão de Riscos Corporativos, o gerenciamento de riscos é atualmente conduzido pelo Conselho de Administração, pelo Comitê de Auditoria Estatutário, pela área de Governança, Riscos, Conformidade e Auditoria Interna e por cada colaborador indicado pela Companhia para criar e implementar um plano de ação para mitigar o risco sob sua respectiva tutela. Dentre as atribuições de cada um dos órgãos e áreas da Companhia, destacamos:

- (a) Conselho de Administração: responsável por (i) aprovar a Política de Gestão de Riscos; (ii) avaliar periodicamente os riscos reportados pelo Comitê de Auditoria Estatutário e acompanhar as ações de gestão de riscos; (iii) aprovar os riscos a serem priorizados e aprovar o plano de resposta dado a estes riscos; (iv) acompanhar os resultados do processo de gerenciamento de riscos; (v) aprovar o grau de apetite a risco aceitável da Companhia; e (vi) deliberar sobre medidas necessárias para garantir o alinhamento entre o apetite ao risco e a execução das estratégias;
- (b) Comitê de Auditoria Estatutário: responsável por (i) obter, com o Conselho de Administração, a aprovação dos riscos a serem priorizados e o plano de resposta para tais riscos; (ii) efetuar o reporte ao Conselho de Administração sobre o gerenciamento de riscos; (iii) acompanhar e deliberar sobre as mudanças na avaliação de criticidade dos riscos; e (iv) propor o apetite a risco da Companhia ao Conselho de Administração;
- (c) Governança, Riscos, Conformidade e Auditoria Interna: responsável por (i) acompanhar e reportar as mudanças na criticidade dos riscos; (iii) assessorar e monitorar os planos de ação para os riscos; e (iv) coordenar e monitorar o processo de identificação e avaliação dos riscos da Companhia;
- (d) colaboradores: responsáveis por: (i) implantar ações necessárias, inclusive com o envolvimento de outras áreas, alinhadas ao plano de resposta deliberado pelo Conselho de administração para a mitigação dos riscos; (ii) realizar a avaliação do risco em relação à sua probabilidade e ao seu impacto; e (iii) efetuar a revisão técnica do risco, do fator deste risco, das respostas e da avaliação do risco.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia acredita que a estrutura operacional e organizacional adotada para a gestão de riscos é adequada e garante a efetividade da Política de Gestão de Riscos, uma vez que se dá por meio de um processo integrado e simultaneamente independente entre as áreas envolvidas, com a adoção de uma metodologia formal e linguagem comum, observando um padrão de políticas e procedimentos alinhados às boas práticas do mercado.

5.2 - Descrição controles internos

(a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia busca constantemente aprimorar suas práticas de gestão, as quais consideram sua estrutura de controles internos e melhores práticas de governança corporativa.

A Diretoria é o principal órgão de gestão responsável pelo estabelecimento e pela manutenção de controles internos que visam garantir, com razoável segurança, a eficiência operacional, o cumprimento com leis e regulamentos e a fidedignidade das demonstrações financeiras. O Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE”) e o Conselho Fiscal são outros importantes órgãos de fiscalização responsáveis pela estrutura e operação do ambiente de controle interno.

Atualmente, a Companhia conta com as seguintes principais práticas relacionadas ao ambiente de controle interno:

- Código de Conduta (já adaptado aos requerimentos da Lei Anticorrupção e respectiva regulamentação) aprovado em 2 de maio de 2016, pelo Conselho de Administração, e atualizado em outubro de 2021;
- Realização do treinamento anual do nosso Código de Conduta para todos os colaboradores, administradores e órgãos de governança;
- Canal de Denúncias operado por empresa terceirizada e independente, disponível 24 horas, em português, espanhol e inglês;
- Comitê de Ética;
- Departamento de Governança, Riscos e Conformidade (desde maio de 2019);
- Departamento de Auditoria Interna (desde janeiro de 2008);
- Auditoria Externa realizada por empresa padrão “Big 4”;
- Política Anticorrupção e Antissuborno, aprovada em dezembro de 2019 pelo conselho de administração;
- Política para Prevenção de Conflitos de Interesses, aprovada em dezembro de 2019 pelo conselho de administração;
- Política de Doações;
- Norma de Reembolso de Despesas;
- Norma de Viagens Corporativas;
- Revisão das Políticas para Prevenção de Conflitos de Interesses, Concorrencial e Anticorrupção e Antissuborno; e
- Revisão dos regimentos do Comitê de Ética e do Comitê de Auditoria Estatutário.

Destacam-se como ações mais recentes de aprimoramento da estrutura de controles:

- Atualização periódica das matrizes de riscos estratégicos e de *compliance*, conforme melhores práticas de mercado;
- Implementação do Código de Conduta para Fornecedores;

- Implementação de indicadores de *compliance* para monitoramento e identificação de eventuais situações de não conformidade quanto às nossas políticas, normas internas e legislações aplicáveis. Esses indicadores compõem um *dashboard* que é analisado mensalmente pelo nosso Comitê de Ética;
- Atualização do formulário para declaração de conflitos por todos os colaboradores, administradores e órgãos de governança. O público mencionado deve declarar potenciais conflitos anualmente (ou sempre que entenderem necessário) e esse processo é monitorado e avaliado pela área de GRC&AI, que orienta também as áreas para adoção de medidas de mitigação;
- Revisão das práticas implementadas para atendimento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) por consultoria externa especializada;
- Criação da matriz de relacionamento com poder público e implementação de formulário para declaração de interações com esses órgãos;
- Utilização de ferramenta de *data analytics*, para obtenção de informações sobre o desempenho dos processos internos da Companhia, como parte do cronograma de auditoria interna (auditoria e monitoramento contínuo);
- Aprimoramento dos controles de análise de risco para concessão de novos acessos SAP, a partir da associação de controles compensatórios aos riscos de acesso de segregação entre funções e ação crítica;
- Utilização de ferramenta para coleta e análise de dados cadastrais e reputacionais de terceiros, para avaliação de eventuais riscos de associação com terceiros (*due diligence*); e
- Campanha de comunicação interna para conscientização e incentivo ao uso do Canal de Denúncias e proteção aos denunciantes de boa-fé.

A Diretoria entende que o atual processo de controles internos da Companhia é satisfatório para garantir os objetivos propostos, inclusive o de fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

Diretoria Executiva

O Diretor Presidente e o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores são, juntamente com os demais gestores da Companhia, os principais responsáveis pelo estabelecimento de controles internos compatíveis e adequados aos níveis de riscos verificados nos processos de negócio e de apoio da Companhia.

Conselho de Administração

Dentre outras importantes atividades previstas no Estatuto Social da Companhia e em lei, compete ao Conselho de Administração: (i) fiscalizar, supervisionar, aconselhar e apoiar a Diretoria no cumprimento do objeto social da Companhia; (ii) estabelecer a orientação geral e o direcionamento estratégico dos negócios da Companhia e de suas controladas; (iii) escolher e destituir o auditor independente da Companhia; (iv) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; (v) a aprovação do orçamento anual e de alterações importantes a ele relativas; e (vi) a aprovação prévia para a aquisição, pela Companhia, de suas próprias ações.

Comitê de Auditoria Estatutário

Órgão consultivo de assessoramento, vinculado ao Conselho de Administração, constituído de

acordo com os artigos 20, 21, 22, 23 e 24 do Estatuto Social da Companhia e com o disposto nos artigos 31-A a 31-F da Resolução CVM nº 23/2021, com a finalidade de: (i) analisar a contratação e destituição de auditoria independente; (ii) revisar e supervisionar as atividades dos auditores internos e externos; (iii) monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos e informações contábeis e financeiras; (iv) avaliar e monitorar a exposição de riscos; e (v) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas.

Conselho Fiscal

As atribuições do Conselho Fiscal, sem prejuízo de outras previstas em lei e no Estatuto Social da Companhia, são: (i) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; (ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral; (iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (iv) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à assembleia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia; (v) convocar a assembleia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias; (vi) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia; e (vii) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar.

Governança, Riscos, Conformidade e Auditoria Interna

A área de Governança, Riscos, Conformidade e Auditoria Interna da companhia é composta por 2 (dois) colaboradores e 1 (um) gerente, que se reportam tecnicamente ao Comitê de Auditoria Estatutário, sendo responsável, por avaliar os processos de negócio e de apoio, seus riscos e controles internos, analisando a adequação do desenho dos referidos controles e sua efetividade ao longo do tempo. É responsável também pela gestão do Canal de Denúncia e por análises e investigações que se façam necessárias. Os resultados dos trabalhos e planos de ação são reportados aos gestores operacionais, Diretoria, CAE, Conselho Fiscal e Conselho de Administração.

Comitê de Ética

Composto pelos gestores das áreas de recursos humanos, jurídico e GRC, tendo por principal responsabilidade o esclarecimento de dúvidas e análise de situações envolvendo o cumprimento do Código de Conduta da Companhia.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O Diretor Presidente é o responsável pela eficiência dos controles internos da Companhia, com supervisão do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho Fiscal, os quais se baseiam em informações transmitidas pelos demais gestores e auditores internos e externos. A Auditoria Interna reporta o resultado de seus trabalhos trimestralmente ao Comitê de Auditoria Estatutário. O reporte da Auditoria Interna ao Conselho Fiscal é realizado sob demanda. Os gestores das áreas em escopo das auditorias internas e externas, quando necessário, elaboram

planos de ação corretivos para melhoria dos processos. O status da implementação dos planos de ação propostos são acompanhados trimestralmente pela Auditoria Interna, que reporta o andamento das ações para a Administração e Comitê de Auditoria Estatutário.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presente no relatório do auditor independente

No relatório de recomendações para o aprimoramento dos controles internos, elaborado por nossos auditores externos, em conexão com o exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, não foram reportadas deficiências significativas.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Os diretores concordam com as recomendações dos auditores independentes reportadas em conexão com o exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e tem adotado medidas corretivas ao longo do último exercício social, observado, contudo, que não foram reportadas deficiências significativas, conforme descrito no item (d) acima.

5.3 - Programa de integridade

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

A Companhia busca a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública por meio de políticas internas, incluindo a Política de Transações com Partes Relacionadas, e o Código de Conduta que podem ser acessadas nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: na cidade de Cravinhos, no Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, SP 330, KM 298, bloco C, 2º andar, Setor Ouro Fino Saúde Animal Participações, Distrito Industrial, CEP 014140-000; (ii) internet: site da Companhia (ri.ourofino.com); e (iii) sistema de controles internos.

Conforme descrito no item 5.2 deste Formulário de Referência, nosso sistema de controles internos é composto pelo (i) Código de Conduta; (ii) Canal de Denúncias; (iii) Departamentos de Governança, Riscos, Conformidade e Auditoria Interna; (iv) Auditoria Externa, realizada por empresa padrão “Big 4”; (v) Política Anticorrupção e Antissuborno; (vi) Política Para Prevenção de Conflito de Interesses; (vii) Política de Doações; (viii) Norma de Reembolso de Despesas; e (ix) Norma de Viagens Corporativas.

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados são:

- *Auditoria interna.* Os trabalhos de campo da auditoria interna são realizados por 4 (quatro) colaboradores e 1 (um) gerente, e visam avaliar os processos de negócio e de apoio, seus riscos e controles internos, analisando a adequação do desenho dos referidos controles e sua efetividade ao longo do tempo frente às políticas corporativas, leis e regulamentações em vigor. A equipe de auditoria reporta-se ao Diretor Presidente e ao Comitê de Auditoria Estatutário, Conselho Fiscal e Conselho de Administração.
- *Partes Relacionadas.* Os mecanismos e procedimentos de integridade para transações com partes relacionadas estão devidamente dispostos na Política de Transações com Partes Relacionadas. Para mais informações sobre a Política de Transações com Partes Relacionadas, ver item 11.1 deste Formulário de Referência; e
- *Política Anticorrupção e Antissuborno.* A Companhia possui a sua Política Anticorrupção e Antissuborno devidamente aprovada e atualizada (quando necessário) pelo Conselho de Administração, visando estabelecer e consolidar os padrões e regras internas que assegurem as práticas preventivas de combate à corrupção empresarial, conforme diretrizes da Lei Anticorrupção Brasileira e melhores práticas de mercado.
- *Política para Prevenção de Conflitos de Interesse.* A Companhia possui a sua Política para Prevenção de Conflitos de Interesses devidamente aprovada e atualizada (quando necessário) pelo Conselho de Administração, instituindo diretrizes e procedimentos para a prevenção, identificação, declaração e resolução de situações que possam representar conflitos de interesses reais, potenciais ou aparentes.
- *Contratação de serviços.* A Companhia insere em seus contratos e nos seus Termos e Condições de Fornecimento a adesão dos contratados e fornecedores aos termos do Código de Conduta além das cláusulas anticorrupção.

A Companhia reavalia os riscos e adapta as suas políticas sempre que houver demanda das estruturas organizacionais envolvidas, mudanças relevantes na Companhia ou alteração da legislação em vigor.

A Companhia possui uma Política para Contratações com Órgãos da Administração Pública Nacional e/ou Estrangeira, aprovada pelo Conselho de Administração, que estabelece orientações sobre a conduta dos colaboradores da Companhia na contratação com órgãos da administração pública, nacional ou estrangeira, para fornecimento de bens e/ou serviços pela Companhia, garantindo que tais contratações sejam pautadas pelos princípios éticos, morais e de respeito às leis que norteiam as atividades da Companhia desde a sua fundação.

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

O Comitê de Auditoria Estatutário, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, monitora e avalia sistematicamente o funcionamento e a eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade. Além disso, o Comitê de Auditoria Estatutário é responsável por: (i) analisar a contratação e destituição de auditoria independente; (ii) revisar e supervisionar as atividades dos auditores internos e externos; (iii) monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos e informações contábeis e financeiras da Companhia; (iv) avaliar e monitorar a exposição de riscos; e (v) avaliar e monitorar a exposição de riscos; e (iv) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas.

O Comitê de Ética, por sua vez, composto pelos gestores das áreas de recursos humanos, jurídico e Governança, Riscos, Conformidade e Auditoria Interna, é responsável pelo esclarecimento de dúvidas e análise de situações envolvendo o cumprimento do Código de Conduta da Companhia. Além disso, a Companhia possui um canal de denúncias voltado ao público interno e externo.

(iii) código de ética ou de conduta

A Companhia possui um Código de Conduta formalmente aprovado e atualizado pelo Conselho de Administração, o qual pode ser acessado nos *websites* da Companhia (ri.ourofino.com e <https://www.ourofinosaudeanimal.com/codigo-de-conduta/>), e da CVM (gov.br/cvm).

- *se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados*

As disposições do Código de Conduta se aplicam a todos os administradores, funcionários, prepostos, procuradores, representantes comerciais, distribuidores, contratados, subcontratados e quaisquer outros fornecedores ou adquirentes de bens ou serviços da Companhia, suas controladas e subsidiárias (em conjunto, “**Colaboradores**”) e clientes, órgãos e funcionários públicos, imprensa, meio-ambiente e comunidade, dentre outros.

- *se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema*

A Companhia realiza treinamentos durante a integração e periódicos, os quais ocorrem uma vez ao ano, a todos seus colaboradores, a fim de assegurar que todos conheçam e se empenhem na disseminação e no cumprimento do Código de Conduta.

- *as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas*

O Código de Conduta prevê que qualquer violação às normas ou orientações nele estabelecidas resultará em medidas disciplinares apropriadas de acordo com a gravidade da conduta. Entre as medidas disciplinares cabíveis estão a advertência, suspensão temporária, e o desligamento do

Colaborador, inclusive por justa causa. Além disso, o Código de Conduta prevê expressamente a penalização por meio de multas e outras penalidades no caso de descumprimento pela Companhia e seus Colaboradores das normas de proteção à concorrência.

(b) canal de denúncia

(i) canal de denúncias interno ou a cargo de terceiros

O nosso canal de denúncias Ourofino, passou a ser operado por empresa terceirizada especializada e independente em setembro de 2019 e está sob responsabilidade do departamento de Governança, Riscos, Conformidade e Auditoria Interna, o qual é responsável também pelas apurações das denúncias. Ele está disponível para recebimento de denúncias de terceiros e colaboradores, 24 horas por dia, 7 dias por semana, em português, espanhol e inglês, a partir do número 0800 517 0045 (Brasil), por meio do sítio eletrônico: www.contatoseguro.com.br/ourofinosaudeanimal ou ainda pelo App “Contato Seguro”. As denúncias são recebidas por meio de um canal gratuito, onde os atendimentos são registrados por um operador independente, ao qual somente o Comitê de Ética e a equipe de Governança, Riscos, Conformidade e Auditoria Interna possuem acesso. Todos os relatos recebidos são transcritos e permanecem disponíveis em uma plataforma eletrônica gerida pela empresa terceirizada, garantindo assim a confidencialidade das informações fornecidas pelo denunciante e seu anonimato.

se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

A Companhia utiliza-se de sistemas de tecnologia da informação e procedimentos de controles internos que asseguram o sigilo e confidencialidade e restringem o acesso de terceiros não autorizados, bem como garante que nenhum funcionário, colaborador, estagiário, voluntário, contratado ou demais pessoas que reportem de boa-fé uma suspeita ou violação de lei, regulamento, políticas ou do Código de Conduta, sofrerão qualquer retaliação, sanção, ou ação negativa.

órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

O departamento de Governança, Riscos, Conformidade e Auditoria Interna é o órgão responsável pelas apurações das denúncias recebidas.

(ii) canal aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou somente de empregados

Para garantir a transparência nas relações internas e externas e possibilitar que seus colaboradores e públicos de relacionamento apresentem preocupações relativas à conduta empresarial da organização, de seus colaboradores ou demais parceiros comerciais, a Companhia conta com um Canal de Denúncias terceirizado e independente, que está disponível para recebimento de denúncias todos os dias, 24 horas por dia, em português, espanhol e inglês.

(iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

A Ourofino conta com um canal de denúncias terceirizado e independente, formalmente estabelecido e divulgado aos diversos públicos de relacionamento, incluindo colaboradores, fornecedores e clientes. Todo o processo é conduzido com o máximo de austeridade e sigilo. As denúncias recebidas pelo Canal são registradas em uma plataforma digital e gerenciadas pela Contato Seguro, empresa de referência no setor, o que garante segurança, confiabilidade e o total anonimato dos denunciante ao longo do processo.

(iv) órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

Toda denúncia é recebida pelo Comitê de Ética, órgão formado pelos gestores das áreas de RH,

Jurídico e GRC&AI (Governança, Riscos, Conformidade e Auditoria Interna). O comitê de ética realiza a análise e discussão de cada caso relatado, e encaminha o processo de investigação, quando aplicável, para a área de GRC&AI, que é o órgão independente responsável pela apuração das denúncias com reporte periódico ao Comitê de Ética, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho Fiscal.

(c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não aplicável, tendo em vista que nos últimos três exercícios sociais não foram confirmados pela Companhia quaisquer desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

(d) caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.4 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos principais riscos aos quais estamos expostos ou na política de gerenciamento de riscos.

5.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 5.

6.1 / 6.2 - Posição acionária

ACIONISTAS						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade - UF	Participa de acordo de acionistas		Acionista controlador	Última alteração	
Qtde. ações ordinárias (unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (unidades)		Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (unidades)	Total ações %
Acionista Residente no Exterior	Nome do representante legal ou mandatário		Tipo pessoa		CPF/CNPJ do representante legal ou mandatário	
Jardel Massari						
263.940.816-04	Brasileiro	Sim		Sim	04/07/2019	
15.514.585	28,758%	0		0%	15.514.585	28,7
Não	N/A		N/A		N/A	
Norival Bonamichi						
263.572.166-15	Brasileiro	Sim		Sim	23/02/2021	
14.851.588	27,529%	0		0	14.851.588	27,529%
Não	N/A		N/A		N/A	
Mitsui & Co., LTD						
05.4666.338/001-57	Japonês	Sim		Não	26/10/2022	
15.881.067	29,44%	0		0	15.881.067	29,44%
Não	N/A		N/A		N/A	
Outros						
7.520.366	13,9%	0		0	7.520.366	13,9%
Classe ação	Qtde. ações	Ações %				
Ordinária	7.520.366	13.9%				
Ações em tesouraria						
181.400	0,3%	0		0	181.400	0,3%

ACIONISTAS					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade - UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Qtde. ações ordinárias (unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (unidades)	Total ações %
Acionista Residente no Exterior	Nome do representante legal ou mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ do representante legal ou mandatário	
TOTAL					
53.949.006	100%	0	0	53.949.006	100%

6.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	14/04/2023
Quantidade acionistas pessoas naturais (Unidades)	5.978
Quantidade acionistas pessoas jurídicas (Unidades)	78
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	21

Ações em Circulação

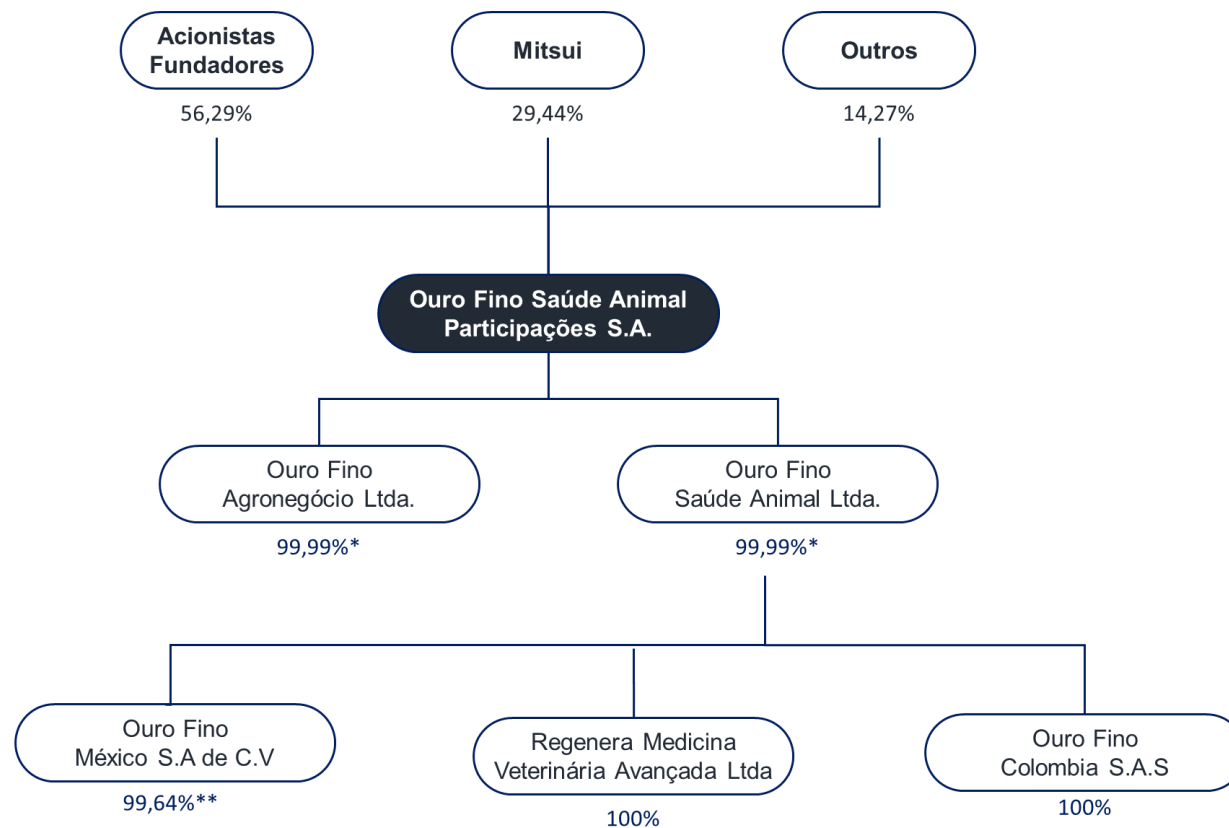
Ações em circulação correspondente a todas as ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	23.165.733	43%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0%
Total	23.165.733	43%

6.4 - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Participação do emissor (%)
Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	57.624.462/0001-05	99,98%
Ouro Fino Agronegócio Ltda.	05.480.599/0001-21	99,98%
Regenera Medicina Veterinária Avançada Ltda.	15.700.380/0001-44	100% (indireta)
Ouro Fino de México S.A. de C.V.	n/a	99,91% (indireta)
Ouro Fino Colombia S.A.S	n/a	100% (indireta)

6.5 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



*Na Ouro Fino Agronegócio Ltda e Ouro Fino Saúde Animal Ltda, a participação remanescente de 0,01%, ou seja, que não é propriedade da Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A., é de propriedade, em partes iguais de 0,005%, entre os sócios fundadores Norival Bonamichi e Jardel Massari

**Na Ouro Fino México, S.A. de CV., a participação remanescente de 0,36%, ou seja, que não é propriedade da Ouro Fino Saúde Animal Ltda., é de propriedade, em partes iguais de 0,18%, entre os sócios fundadores Norival Bonamichi e Jardel Massari.

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 6.

7.1 - Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal da Companhia

(a) principais características da política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração

A Companhia adota a Política Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (“Política de Indicação”), que institui determinados critérios para composição do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento e da Diretoria Estatutária da Companhia, prezando pelas melhores práticas de governança corporativa.

A indicação dos membros do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária deverá observar o disposto na Política de Indicação, no estatuto social da Companhia, nos regimentos internos do Conselho de Administração, no Regulamento do Novo Mercado, na Lei das Sociedades por Ações e nas demais legislações e regulamentações aplicáveis.

A Política de Indicação traz regras específicas para a composição e para a indicação de membros do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração e da Diretoria, sendo que, de uma maneira geral, deverão ser indicados profissionais altamente qualificados, com comprovada experiência técnica, profissional ou acadêmica, e alinhados aos valores e à cultura da Companhia.

Cumprе ressaltar, ainda, que devem ser considerados critérios como complementaridade de experiências, formação acadêmica e disponibilidade de tempo para o desempenho da função e diversidade quando da indicação dos membros para comporem os órgãos da administração da Companhia.

A Política de Indicação pode ser acessado nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia, na cidade de Cravinhos, no Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, SP 330, KM 298, bloco C, 2º andar, Setor Ouro Fino Saúde Animal Participações, Distrito Industrial, CEP 014140-000; e (ii) nos *websites* da Companhia (ri.ourofino.com); da CVM (gov.br/cvm); e da B3 (www.b3.com.br).

(b) mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que a ele se reporta

(i) periodicidade da avaliação e sua abrangência

O processo de avaliação de desempenho do Conselho de Administração, seus comitês de assessoramento e da Diretoria Estatutária é realizado anualmente pela Companhia.

(ii) metodologia adotada e principais critérios utilizados na avaliação

As avaliações são realizadas pelos membros de cada órgão, por meio de formulários eletrônicos com questões fechadas e abertas, considerando o colegiado, autoavaliação e avaliação entre pares. Após a apuração dos dados dos relatórios, há uma devolutiva estruturada ao Conselho de Administração e os planos de ação de melhorias são discutidos no Comitê de Recursos Humanos e implementados pela Diretoria

(iii) contratação de serviços de consultoria ou assessoria externos

O processo de avaliação de desempenho do Conselho de Administração, seus comitês de assessoramento e da Diretoria Estatutária é realizada com recursos internos, no entanto, a

Companhia avalia possibilidade de aprimoramento do processo com consultores e assessores externos.

(c) identificação e administração de conflito de interesses

O Conselho de Administração aprovou uma Política para Prevenção de conflitos de Interesse, que institui diretrizes e procedimentos para a prevenção, identificação, declaração e resolução de situações que possam representar conflitos de interesses reais, potenciais ou aparentes. Esta Política visa ainda promover medidas razoáveis para zelar pela transparência e independência nas relações estabelecidas, bem como permitir a gestão eficaz de conflitos de interesses, efetivos ou potenciais, que possam surgir, e suas possíveis consequências.

Adicionalmente, a Companhia entende que as disposições legais em relação a esta matéria atualmente em vigor são instrumentos eficientes e suficientes para identificar, administrar e, quando necessário, coibir a tomada de decisões conflitadas pelos administradores.

A Política para Prevenção de Conflitos de Interesse atualizada pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: na cidade de Cravinhos, no Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, SP 330, KM 298, bloco C, 2º andar, Setor Ouro Fino Saúde Animal Participações, Distrito Industrial, CEP 014140-000; e (ii) no website da Companhia (ri.ourofino.com).

(d) por órgão

(i) número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

Em 31 de dezembro 2022					
	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Conselho de Administração	0	5	0	0	0
Diretoria	0	2	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0	0	0
Total	0	13	0	0	0

(ii) número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

Em 31 de dezembro de 2022							
	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Conselho de Administração	0	0	0	0	0	5	0
Diretoria	0	0	0	0	0	2	0
Conselho Fiscal - Efetivos	0	0	0	0	0	3	0

Conselho Fiscal - Suplentes	0	0	0	0	0	3	0
Total	0	0	0	0	0	13	0

(iii) número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que a Companhia entenda relevantes

Não aplicável.

(e) se houver, objetivos específicos que a Companhia possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal.

Não há.

(f) papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima.

Embora a Companhia não possua normativos de governança exclusivamente direcionados à assuntos climáticos, a avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima ocorre em conjunto com os demais assuntos estratégicos monitorados pela administração. Para informações acerca da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia, veja o item 5.1 deste Formulário de Referência.

Especificamente em relação a oportunidades de investimento pela Companhia em projetos relacionados ao clima, compete à Diretoria apresentar anualmente um orçamento de investimentos a ser aprovada pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, compete ao Conselho de Administração aprovar investimentos de capital que não constem do orçamento anual da Companhia cujo valor ultrapasse o valor de materialidade anualmente definido pelo Conselho de Administração, nos termos do estatuto social da Companhia.

7.2 - Informações relacionadas ao conselho de administração

(a) órgãos e comitês permanentes que a ele se reportam

A Companhia possui os seguintes comitês de assessoramento ao Conselho de Administração: Comitê de Auditoria Estatutário e o Comitê de Recursos Humanos.

Comitê de Recursos Humanos

Compete ao Comitê de Recursos Humanos assessorar o Conselho de Administração nos assuntos abaixo, dentro outros previstos em seu regimento interno: (i) analisar e recomendar ações sobre políticas, estruturas e práticas de recursos humanos da Companhia, à luz das melhores práticas adotadas por empresas nacionais e internacionais, bem como das estratégias, oportunidades e riscos a que a Companhia está exposta nesse sentido; (ii) recomendar ao Conselho de Administração as estratégias, critérios e níveis de remuneração e benefícios de seus funcionários e administradores; (iii) examinar e discutir a política de remuneração dos membros da administração, incluindo o programa de opção de compra de ações para os beneficiários da Companhia; e (iv) debater e propor critérios para a avaliação do desempenho dos diretores da Companhia.

Comitê de Auditoria Estatutário

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") é órgão consultivo de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, regido pelos artigos 20, 21, 22, 23 e 24 do Estatuto Social da Companhia e pelo disposto nos artigos 31-A a 31-F da Instrução CVM 308/1999, conforme alterada pela Instrução CVM 509/2011.

O CAE será composto por no mínimo três membros, todos eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um Coordenador do CAE, e será instalado com a finalidade de, dentre outras e observadas as atribuições estabelecidas nas referidas instruções e em seu regimento interno: (i) opinar sobre a contratação e destituição de auditoria independente da Companhia; (ii) revisar e supervisionar as atividades dos auditores internos e externos da Companhia; (iii) monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos e informações contábeis e financeiras da Companhia; (iv) avaliar e monitorar a exposição de risco da Companhia; (v) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas; (vi) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; (vii) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; e (viii) elaborar relatório anual resumido com a descrição de suas atividades e recomendações realizadas.

O CAE possui regimento interno próprio aprovado em assembleia geral extraordinária da Companhia, realizada em 29 de setembro de 2014, conforme alterado.

O regimento interno do CAE atualizado pode ser acessado nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: na cidade de Cravinhos, no Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, SP 330, KM 298, bloco C, 2º andar, Setor Ouro Fino Saúde Animal Participações, Distrito Industrial, CEP 014140-000; e (ii) internet: site da Companhia (ri.ourofino.com).

Auditoria Interna

A área de Auditoria Interna tem por objetivo aumentar e proteger o valor organizacional, fornecendo avaliações, assessoria e conhecimento objetivos baseados em risco. O departamento auxilia a

Companhia a realizar seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles.

A Auditoria Interna deverá atuar em linha aos elementos mandatórios do International Professional Practices Framework do The Institute of Internal Auditors, incluindo os Princípios Fundamentais para a Prática Profissional de Auditoria Interna, o Código de Ética e as Normas Internacionais para a profissão.

A Auditoria Interna reporta funcionalmente ao CAE e administrativamente ao Diretor Presidente. O escopo das atividades de Auditoria Interna engloba, mas não se limita a análises objetivas de evidências, com o propósito de oferecer avaliações independentes ao CAE, à administração e as demais partes interessadas sobre a adequação e eficácia dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles da Companhia, como por exemplo:

- os riscos relativos ao atingimento dos objetivos estratégicos da Companhia estão devidamente identificados e geridos;
- as ações dos executivos, diretores, funcionários e terceirizados da Companhia estão em conformidade com as políticas, procedimentos e leis, regulamentos e normas de governança aplicáveis à Companhia;
- os resultados das operações ou programas são consistentes com as metas e objetivos estabelecidos;
- os processos e sistemas estabelecidos permitem a conformidade com as políticas, procedimentos, leis e regulamentos que poderiam impactar significativamente a Companhia; e
- as informações e os meios usados para identificar, mensurar, analisar, classificar e reportar tais informações são confiáveis e têm integridade.

A auditoria interna possui regimento próprio aprovado pelo conselho de administração em 16 de dezembro de 2019.

(b) avaliação do trabalho da auditoria independente pelo conselho de administração

O CAE, como comitê de assessoramento do Conselho de Administração, supervisiona as atividades dos auditores independentes, acompanha seus trabalhos e aprova o plano de trabalho desta, a fim de avaliar: (i) a sua independência; (ii) a qualidade dos serviços prestados; e (iii) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia. Assim, cabe ao Conselho de Administração escolher e destituir os auditores independentes da Companhia, considerada a manifestação do CAE.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política de Contratação de Serviços Extra-Auditoria, a qual tem por objetivo orientar e auxiliar a Companhia e suas controladas quanto à contratação de serviços extra-auditoria, tendo em vista a necessidade de: (i) evitar situações que possam comprometer a independência ou colocar em risco a objetividade requerida dos serviços prestados pelos auditores externos independentes; e (ii) estabelecer padrões mínimos para a contratação de serviços extra-auditoria, observada a legislação aplicável.

(c) canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

Embora a Companhia não possua um canal especificamente instituído para que o reporte de questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do Conselho de Administração, a Companhia possui o canal de denúncias Ourofino (**"Canal de Denúncias"**), disponível para o recebimento de denúncias de terceiros e colaboradores, inclusive relativas a temas e práticas ASG e de conformidade. Para mais informações acerca do Canal de Denúncias, veja o item 5.3(b) deste Formulário de Referência.

7.3 - Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Data de início do 1º mandato consecutivo, se aplicável
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
Marcelo da Silva	10/02/1979	Pertence apenas à Diretoria	21/03/2023	Até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2026	01.04.2020
285.018.648-11	Contador	12 - Diretor de Relações com Investidores	21/03/2023	Sim	0%
Diretor Financeiro da Companhia.					
Tetsuhiko Hiramatsu	29/11/1973	Pertence apenas à Diretoria	04/04/2023	Até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2026	n/a
901.349.368-84	Do comércio	19 - Outros Diretores	04/04/2023	Não	0%
Não aplicável.					
Kleber Cesar Silveira Gomes	23/10/1974	Pertence apenas à Diretoria	21/03/2023	Até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2026	01.04.2020
196.455.998-73	Contador	10 - Diretor Presidente / Superintendente	21/03/2023	Sim	0%
Membro do Comitê de Recursos Humanos e do Comitê de Inovação.					
Luiz Antônio Santos Baptista	07/06/1956	Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/04/2022	Até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024	29/04/2016

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Data de início do 1º mandato consecutivo, se aplicável
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
467.551.367-00	Contador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	20/04/2022	Não	90%
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário.					
Márcio Guedes Pereira Júnior	25/10/1961	Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/04/2022	Até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024	25/04/2017
050.958.058-04	Administrador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	20/04/2022	Não	100%
Não aplicável.					
Jardel Massari	04/04/1957	Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/04/2022	Até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024	31/07/2014
263.940.816-04	Empresário	20 - Presidente do Conselho de Administração	20/04/2022	Sim	95,45%
Não aplicável.					
Yasushi Sugimoto	24/03/1967	Pertence apenas ao Conselho de Administração	05/01/2023	Até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024	n/a
246.250.458-35	Administrador de empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	05/01/2023	Não	100%
Não aplicável.					
Yoshifumi Hatanaka	20/06/1974	Pertence apenas ao Conselho de Administração	21/02/2023	Até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024	n/a

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Data de início do 1º mandato consecutivo, se aplicável
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
901.657.848-06	Comerciante	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	21/03/2023	Não	100%
Não aplicável.					
Norival Bonamichi	02/02/1955	Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/04/2022	Até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024	31/07/2014
263.572.166-15	Empresário	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	20/04/2022	Sim	100%
Membro do Comitê de Inovação.					
Marcos Yassushi Okada	12/11/1974	Conselho Fiscal	14/04/2023	Até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024	n/a
119.816.518-96	Empresário	45 - C.F.(Efetivo) Eleito p/Minor.Ordinaristas	14/04/2023	Não	100%
Não aplicável.					
José Paulo Marques Netto	22/10/1949	Conselho Fiscal	14/04/2023	Até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024	29/04/2016
528.788.308-06	Contador	40 - Pres. C.F. Eleito p/Controlador	14/04/2023	Sim	100%
Não aplicável.					
Sandro Ferreira Rodrigues da Silva	09/04/1973	Conselho Fiscal	14/04/2023	Até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024	n/a

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Data de início do 1º mandato consecutivo, se aplicável
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
158.314.968-64	Contador	48 - C.F.(Suplent) Eleito p/Minor.Ordinaristas	14/04/2023	Não	0%
Não aplicável.					
César Augusto Campezo Neto	12/01/1959	Conselho Fiscal	14/04/2023	Até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024	31/07/2014
980.271.158-68	Contabilista	43 - C.F.(Efetivo) Eleito p/Controlador	14/04/2023	Sim	100%
Não aplicável.					
Anselmo José Buosi	11/04/1964	Conselho Fiscal	14/04/2023	Até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024	13/04/2018
048.744.858-80	Empresário	46 - C.F.(Suplent) Eleito p/Controlador	14/04/2023	Sim	0%
Não aplicável.					
Paulo César Lima	19/08/1968	Conselho Fiscal	14/04/2023	Até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024	13/10/2014
099.601.838-74	Contador	46 - C.F.(Suplent) Eleito p/Controlador	14/04/2023	Sim	0%
Não aplicável.					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações					
Marcelo da Silva - 285.018.648-11					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações
Nascido em 1979, graduou-se em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo e cursa atualmente, pós graduação em Especialização em Gestão de Negócios pela Fundação Dom Cabral. Fez carreira na área de controladoria e finanças tendo trabalhado anteriormente nas empresas UNAERP (Universidade de Ribeirão Preto) e Autovias S/A (a época empresa do Grupo OHL Concesiones). Na Ourofino há mais de 13 anos, ocupou os cargos de Gerente de Projetos Financeiros, Gerente de Controladoria e, desde outubro de 2019 o cargo de Controller agregando as funções das áreas de controladoria e finanças. O Sr. Marcelo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Marcelo declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução da CVM nº 55/2021, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.
Tetsuhiko Hiramatsu - 901.349.368-84
Nascido em 1973, graduou-se em direito pela Universidade de Kyoto, em 1993. O Sr. Tetsuhiko iniciou sua carreira na Mitsui & Co., Ltd., em 1998, na função de head da Divisão de Química Fina em Tóquio. Durante o período compreendido entre 2001 e 2021 passou em empresas afiliadas da Mitsui & Co., Ltd. Desde abril de 2022, ocupa o cargo de Gerente Geral, Saúde Animal Departamento, Divisão NutriScience. O Sr. Tetsuhiko declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Tetsuhiko declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução da CVM nº 55/2021, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.
Kleber Cesar Silveira Gomes - 196.455.998-73
Nascido em 1974, graduou-se em ciências contábeis pela Instituição Moura Lacerda e possui MBA em gestão pela FGV. Em seus mais de 13 anos de trajetória na Companhia, liderou as áreas de Finanças, Controladoria, Tecnologia da Informação, Jurídico, Relações com Investidores e Produtos, tendo, portanto, atuação importante nos principais movimentos estratégicos da Companhia. Antes, trabalhou como auditor por 11 anos na PricewaterhouseCoopers, com passagem pelo escritório de Detroit, nos Estados Unidos. Possui sólidos conhecimentos em finanças, contabilidade, auditoria e governança corporativa aliados a uma forte experiência do negócio. O Sr. Kleber declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Kleber declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução da CVM nº 55/2021, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações**Luiz Antônio Santos Baptista - 467.551.367-00**

Nascido em 1956, graduou-se em ciências contábeis pela Universidade Santa Úrsula, no Rio de Janeiro, tendo cursado administração financeira pela IBMEC/RJ, finanças corporativas pela FGV/RJ e MBA Executivo pela COPPEAD da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atuou durante 35 anos no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico – BNDES, em operações de participação acionária e financiamento. Membro efetivo do Conselho Fiscal do Grupo Ouro Fino desde 2013 e da Companhia desde 2014 até 2016, o Sr. Luiz Antonio Santos Baptista foi membro suplente do conselho de administração da Vale S.A. entre julho de 2004 a junho de 2005. Foi ainda membro do conselho de administração da Aços Villares entre julho de 2004 a junho de 2005 e da Nortec Química entre abril de 2012 até a presente data.

O Sr. Luiz declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. Luiz declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução da CVM nº 55/2021, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

O Sr. Luiz qualifica-se como conselheiro independente observados os critérios previstos no artigo 16 do Regulamento do Novo Mercado da B3.

Márcio Guedes Pereira Júnior - 050.958.058-04

Nascido em 1961, graduou-se em administração de empresas na Fundação Getúlio Vargas, possui MBA pela FGV e estudou na *Stern School of Business* da *New York City*. O Sr. Marcio Guedes Pereira Junior é sócio da Pangea, atua como membro do Conselho de Administração da Hering, da Brasil *Insurance* e membro suplente do Conselho de Administração da Light, além de ser membro do Conselho de Regulação e Melhores Práticas do Mercado de Capitais da Anbima, além de sócio e conselheiro certificado pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. O Sr. Marcio Guedes Pereira Junior liderou o grupo de *Investment Banking* do Banco J. Safra, e foi diretor de *investment banking* no Credit Suisse, Citigroup e Unibanco. Possui ampla experiência em M&A e transações de Mercado de Capitais, incluindo tanto transações de dívida quanto de *Equity*. Recentemente na área de M&A, assessorou o Grupo Bio Soja na captação de recursos junto ao Fundo de Sustentabilidade gerido pela BRZ, na venda da Gás Tecnologia para a Diebold, na venda do controle da Flores Online para a 1-800-flowers e BR *Oportunities*, na reestruturação da Abril S.A. e a criação da Abril Educação, na contribuição da Mondo Entretenimento para a criação da XYZ Live, na aquisição da Eleva Alimentos pela Perdigão, na aquisição de uma participação de 30% na Abril S.A., na privatização da CTEEP pelo Governo do Estado de São Paulo, além da troca de ativos entre a *International Paper* e VCP (Três Lagoas vs. Luiz Antonio). Na área de mercado de capitais, sua experiência inclui: oferta secundária da Perdigão, ofertas iniciais de Lojas Marisa, Minerva, Springs Global, Copasa, OHL e na oferta secundária de ações da SABESP.

O Sr. Márcio declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. Márcio declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução da CVM nº 55/2021, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

O Sr. Márcio qualifica-se como conselheiro independente observados os critérios previstos no artigo 16 do Regulamento do Novo Mercado da B3.

Jardel Massari - 263.940.816-04

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações
Nascido em 1957, graduou-se como técnico agropecuário no Colégio Agrícola Federal em Muzambinho, estado de Minas Gerais e em direito pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), no estado de São Paulo. O Sr. Jardele Massari é um dos fundadores do Grupo Ouro Fino, exercendo os cargos de Presidente da Ouro Fino Agronegócio desde 2008, Vice-Presidente do Conselho de Administração do Grupo Ouro Fino desde 2011 e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia desde 2014. Atuou também como técnico em climatologia do Instituto Agrônomo de Campinas entre 1976 e 1980 e como supervisor de vendas da Socil – Empresa Francesa de Nutrição Animal entre 1981 e 1985. O Sr. Jardele declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Jardele declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução da CVM nº 55/2021, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.
Yasushi Sugimoto - 246.250.458-35
Nascido em 1967, graduou-se em administração de empresas. O Sr. Yasushi Sugimoto iniciou sua carreira na Mitsui & Co., Ltd., em 1989, na função de Trainee no Brasil. Durante o período compreendido entre 2003 e 2021 atuou no mercado de vendas na área de dispositivos eletrônicos, como gerente de vendas da empresa de distribuição de semicondutores MBEL, área de recursos humanos e agroquímicos na Mitsui & Co., Ltd. Desde abril de 2021, ocupa o cargo de Diretor Administrativo de Proteção de Cultivos JV (BASF/Nisso/Mitsui) NBL. O Sr. Yasushi declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Yasushi declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução da CVM nº 55/2021, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta. O Sr. Yasushi qualifica-se como conselheiro independente observados os critérios previstos no artigo 16 do Regulamento do Novo Mercado da B3.
Yoshifumi Hatanaka - 901.657.848-06
Nascido em 1974, graduou-se em Química Agrícola pela Universidade de Kyoto, em 1997. O Sr. Yoshifumi Hatanaka iniciou sua carreira na Divisão Química Fina da Mitsui & Co., Ltd., em 1997. Durante o período compreendido entre 2003 e 2018 passou em empresas afiliadas da Mitsui & Co., Ltd. Desde novembro de 2018, ocupa o cargo de Gerente Geral do Departamento de Solução Animal, Divisão NutriScience. O Sr. Yoshifumi declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Yoshifumi declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução da CVM nº 55/2021, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta. O Sr. Yoshifumi qualifica-se como conselheiro independente observados os critérios previstos no artigo 16 do Regulamento do Novo Mercado da B3.

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações**Norival Bonamichi - 263.572.166-15**

Nascido em 1955, graduou-se como técnico em zootecnia no Colégio Agrícola Federal em Muzambinho, estado de Minas Gerais. O Sr. Norival Bonamichi é um dos fundadores do Grupo Ouro Fino, exercendo os cargos de Presidente do Grupo Ouro Fino até 2008 e Vice-Presidente do Conselho de Administração do Grupo Ouro Fino desde então, sendo eleito para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia em 2014. Atuou também como supervisor de vendas da Socil Pró-Pecuária S.A. entre os anos de 1980 e 1985, gerente administrativo da Fazenda de José Pereira Martins Andrade Filho e da Fazenda de Rubens Lobato Pinheiro Dr. entre os anos de 1979 e 1980, gerente administrativo e supervisor de laticínios da Companhia Industrial e Comercial Brasileira de Produtos Alimentares (Nestlé), entre 1977 e 1979.

O Sr. Norival declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. Norival declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução da CVM nº 55/2021, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Marcos Yassushi Okada - 119.816.518-96

Nascido em 1974, graduou-se bacharel em ciências contábeis pela Pontifícia Universidade Católica (PUC). Iniciou e fez carreira por 23 anos dentro da empresa Ernest & Young (EY), desses 23 atuou por 8 anos como sócio líder dentro do Japan Business Service para Brasil e América do Sul, uma rede dentro da EY Global de apoio a empresas japonesas, coordenando projetos envolvendo empresas internacionais do segmento de indústria. Atualmente atua em uma empresa onde é fundador, a NickKen a qual atua na coordenação de projetos envolvendo empresas locais e internacionais em diversos segmentos da indústria.

O Sr. Marcos declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. Marcos declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução da CVM nº 55/2021, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

José Paulo Marques Netto - 528.788.308-06

Nascido em 1949, é sócio aposentado da PricewaterhouseCoopers, onde trabalhou por mais de 40 anos, dos quais 22 anos como sócio ativo, encerrando sua carreira em julho de 2013. Durante esse período, trabalhou em, ou conduziu, diversos escritórios da PricewaterhouseCoopers no Brasil, dentre eles os de São Paulo, Recife, Porto Alegre e Ribeirão Preto. Durante o período de 2008 a 2013, atuou como Country Geographic Leader do Equador. Possui Coach Executivo pela Universidade de Monterrey, México, e curso complementar na escola NewField, do Chile.

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações
O Sr. José declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. José declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução da CVM nº 55/2021, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.
Sandro Ferreira Rodrigues da Silva - 158.314.968-64
Nascido em 1973, graduou-se em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) em 1996 e em Ciências Contábeis pela Universidade Paulista (UNIP) em 1998. Iniciou sua carreira na KPMG no Brasil, onde atuou por 6 anos em trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis financeiras, entre 2001 e 2022 atuando na área prática de Risk Advisory Solutions tornando-se sócio da KPMG no ano de 2010. Seu mercado de atuação é na área de Indústria, concessões rodoviárias, consumo, Life Science e educação. É membro Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil), Instituto de Auditoria Independente do Brasil (IBRACON), Comissão de Gerenciamento de Riscos Corporativos, do Instituto, Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e Institute of Corporate Directors (ICD) – Canadá, sendo Conselheiro de Administração designado por este instituto. O Sr. Sandro declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Sandro declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução da CVM nº 55/2021, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.
César Augusto Campezo Neto - 980.271.158-68
Nascido em 1959, graduou-se em administração de empresas pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP) e em direito pela Universidade Paulista (UNIP), tendo cursado MBA em contabilidade na FUNDACE, da Universidade de São Paulo (USP) e direito pela Faculdade de Direito UNIP. Membro efetivo do Conselho Fiscal do Grupo Ouro Fino desde 2013 e da Companhia desde 2014, o Sr. César Augusto Campezo Neto é diretor da Campezo e Silveira Contabilidade & Associados e atuou como presidente da Associação das Empresas de Contabilidade de Ribeirão Preto e Região (AESCON-RP) nos biênios de 1999/2001 e 2003/2006, como diretor regional do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo (SESCON) no período entre 2002 a 2009, como conselheiro fiscal da COOPERAC Ribeirão Preto no período entre 2006 a 2011 e diretor operacional da SICOOB COOPERAC Ribeirão Preto desde julho de 2011. O Sr. César declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. César declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução da CVM nº 55/2021, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.
Anselmo José Buosi - 048.744.858-80

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações	
Nascido em 1964, empresário graduado em Administração de Empresas e pós-graduado em Economia de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica – PUC, técnico em Contabilista, Corretor de Seguros todos os ramos, Corretor de Imóveis e Consultor Financeiro, com Certificação Anbima CPA-20®, para Investimentos Financeiros. Membro efetivo do Conselho Fiscal da Empresa Ouro Fino Química desde 2018, trabalhou por mais de 25 anos na área bancária, nos segmentos Corporate, Middle Market, Personal Banking e Private Banking, nos Grupos BankBoston, HSBC Bank e Royal Bank of Canada, respectivamente americano, inglês e canadense. Desde 2012 atua como Sócio Diretor na Corretora BPA Seguros, Seguros todos os ramos, focando benefícios, Previdência Privada e sucessão empresarial e familiar. O Sr. Anselmo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Anselmo declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução da CVM nº 55/2021, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.	
Paulo César Lima - 099.601.838-74 Nascido em 1968, graduou-se em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Econômicas de Ribeirão Preto (Instituição Moura Lacerda) em 1990. É membro atual do Ibracon e possui registro ativo no CRC e no CNAI (Cadastro Nacional de Auditores Independentes da CVM). Atuou por mais de 15 anos em grandes empresas de auditoria externa, das quais mais de 10 anos na PricewaterhouseCoopers (1996 a 2006). No período de 2006 a 2011, desempenhou funções de gerente de controladoria e diretor administrativo e financeiro nas empresas Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlândia e Carol S.A., respectivamente. Em junho de 2011 fundou a empresa ValorUp Auditores Independentes, onde atua como sócio técnico até a presente data. Foi conselheiro fiscal da Cooperfertil - Cooperativa Central de Fertilizantes com sede em Campinas no período de 2008 a 2011. O Sr. Paulo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Paulo declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução da CVM nº 55/2021, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.	
Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Marcelo da Silva - 285.018.648-11	N/A
Tetsuhiko Hiramatsu - 901.349.368-84	N/A
Kleber Cesar Silveira Gomes - 196.455.998-73	N/A
Luiz Antônio Santos Baptista - 467.551.367-00	N/A
Márcio Guedes Pereira Júnior - 050.958.058-04	N/A

Jardel Massari - 263.940.816-04	N/A
Yasushi Sugimoto - 246.250.458-35	N/A
Yoshifumi Hatanaka - 901.657.848-06	N/A
Norival Bonamichi - 263.572.166-15	N/A
Marcos Yassushi Okada - 119.816.518-96	N/A
José Paulo Marques Netto - 528.788.308-06	N/A
Sandro Ferreira Rodrigues da Silva - 158.314.968-64	N/A
César Augusto Campezo Neto - 980.271.158-68	N/A
Anselmo José Buosi - 048.744.858-80	N/A
Paulo César Lima - 099.601.838-74	N/A

7.4 - Composição dos comitês

Nome	Tipo de comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data de posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data de eleição	Número de mandatos consecutivos	Percentual de participações nas reuniões
Outros cargos e funções exercidos na Companhia						
Eduardo Scarpellini	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	19/02/1971	30/12/2014	Até 10 anos
138.583.208-89	N/A	Administrador de Empresas	N/A	30/12/2014	1	100%
Não aplicável.						
Lucilene Silva Prado	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	10/11/1969	08/10/2020	Até 10 anos
081.640.338-47	N/A	Advogada e professora universitária	N/A	08/10/2020	0	0%
Não aplicável.						
Luiz Antônio Santos Baptista	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	07/06/1956	21/07/2021	Até 10 anos
467.551.367-00	N/A	Contador	N/A	21/07/2021	1	100%
Membro do Conselho de Administração.						
Jardel Massari	Outros Comitês	N/A	Membro do Comitê (Efetivo)	04/04/1957	01/07/2020	Indeterminado
263.940.816-04	Comitê de Recursos Humanos	Empresário	N/A	01/07/2020	1	100%
Presidente do Conselho de Administração.						
Kleber Cesar Silveira Gomes	Outros Comitês	N/A	Membro do Comitê (Efetivo)	23/10/1974	07/05/2020	Indeterminado

Formulário de Referência – 2023 - Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A

Nome	Tipo de comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data de posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data de eleição	Número de mandatos consecutivos	Percentual de participações nas reuniões
Outros cargos e funções exercidos na Companhia						
196.455.998-73	Comitê de Recursos Humanos	Contador	N/A	07/05/2020	1	100%
Diretor Presidente e membro do Comitê de Inovação.						
Kleber Cesar Silveira Gomes	Outros Comitês	N/A	Membro do Comitê (Efetivo)	23/10/1974	07/05/2020	Indeterminado
196.455.998-73	Comitê de Inovação	Contador	N/A	07/05/2020	1	0%
Diretor Presidente e membro do Comitê de Recursos Humanos.						
Márcio Guedes Pereira Júnior	Outros Comitês	N/A	Membro do Comitê (Efetivo)	25/10/1961	01/07/2020	Indeterminado
050.958.058-04	Comitê de Recursos Humanos	Administrador	N/A	01/07/2020	1	100%
Membro Independente do Conselho de Administração.						
Norival Bonamichi	Outros Comitês	N/A	Membro do Comitê (Efetivo)	02/02/1955	30/12/2014	Indeterminado
263.572.166-15	Comitê de Inovação	Empresário		30/12/2014	1	100%
Vice-Presidente do Conselho de Administração						

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações
Eduardo Scarpellini - 138.583.208-89
Nascido em 1971, graduou-se em Administração de Empresas com Ênfase em Finanças pela Universidade Paulista em São Paulo e em Ciências Contábeis pela Universidade Moura Lacerda em Ribeirão Preto. O Sr. Eduardo possui sólida formação em negócios com experiência de mais de 20 anos nas áreas de consultoria e auditoria. Sua trajetória é principalmente marcada por atividades de planejamento estratégico, abertura de novos negócios e reorganização empresarial, com destaque para o setor do agronegócio. Desde 2003 é sócio fundador da Exame Auditores Independentes, empresa que se tornou referência nacional em processos de recuperação e reestruturação empresarial. O Sr. Eduardo foi também Diretor Administrativo, Financeiro

Formulário de Referência – 2023 - Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

e Industrial da Sicad do Brasil Ltda. entre 2002 e 2003 e atuou como Gerente de Auditoria na Pricewaterhousecoopers entre os anos de 1995 e 2002. Adicionalmente, é profissional certificado como Técnico Responsável da Comissão de Valores Mobiliários, Certificado de Conselheiro Fiscal Titular pelo IBGC.

O Sr. Eduardo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. Eduardo declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução da CVM nº 55/2021, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Lucilene Silva Prado - 081.640.338-47

A Sra. Lucilene é advogada, graduada em 1992 pela Universidade de Ribeirão Preto, com especializações em Direito Empresarial e Direito Tributário. Atua há quase 30 anos nas áreas de direito empresarial, em especial nas áreas tributária, comercial, de reorganizações societárias e governança corporativa. Possui formação pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa como Conselheira de Administração e participou do APG – Programa de Gestão Avançada da Amana-Key. É sócia do Derraik & Menezes Advogados, professora do Insper, Conselheira de Administração do Instituto Semeia, Conselheira Fiscal dos Institutos Natura, RAP e CPM e autora de diversos livros e artigos sobre tributação. Por 15 anos, trabalhou na Natura onde foi Diretora Tributária e Jurídica e ao longo de sua carreira também atuou em empresas de auditoria, do setor de confecções, autopeças e trading.

A Sra. Lucilene declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

A Sra. Lucilene declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução da CVM nº 55/2021, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Luiz Antônio Santos Baptista - 467.551.367-00

Nascido em 1956, graduou-se em ciências contábeis pela Universidade Santa Úrsula, no Rio de Janeiro, tendo cursado administração financeira pela IBMEC/RJ, finanças corporativas pela FGV/RJ e MBA Executivo pela COPPEAD da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atuou durante 35 anos no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico – BNDES, em operações de participação acionária e financiamento. Membro efetivo do Conselho Fiscal do Grupo Ouro Fino desde 2013 e da Companhia desde 2014 até 2016, o Sr. Luiz Antonio Santos Baptista foi membro suplente do conselho de administração da Vale S.A. entre julho de 2004 a junho de 2005. Foi ainda membro do conselho de administração da Aços Villares entre julho de 2004 a junho de 2005 e da Nortec Química entre abril de 2012 até a presente data.

O Sr. Luiz declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. Luiz declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução da CVM nº 55/2021, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Formulário de Referência – 2023 - Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações
Jardel Massari - 263.940.816-04 Nascido em 1957, graduou-se como técnico agropecuário no Colégio Agrícola Federal em Muzambinho, estado de Minas Gerais e em direito pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), no estado de São Paulo. O Sr. Jardel Massari é um dos fundadores do Grupo Ouro Fino, exercendo os cargos de Presidente da Ouro Fino Agronegócio desde 2008, Vice-Presidente do Conselho de Administração do Grupo Ouro Fino desde 2011 e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia desde 2014. Atuou também como técnico em climatologia do Instituto Agrônomo de Campinas entre 1976 e 1980 e como supervisor de vendas da Socil – Empresa Francesa de Nutrição Animal entre 1981 e 1985. O Sr. Jardel declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Jardel declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução da CVM nº 55/2021, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.
Kleber Cesar Silveira Gomes - 196.455.998-73 Nascido em 1974, graduou-se em ciências contábeis pela Instituição Moura Lacerda e possui MBA em gestão pela FGV. Em seus mais de 13 anos de trajetória na Companhia, liderou as áreas de Finanças, Controladoria, Tecnologia da Informação, Jurídico, Relações com Investidores e Produtos, tendo, portanto, atuação importante nos principais movimentos estratégicos da Companhia. Antes, trabalhou como auditor por 11 anos na PricewaterhouseCoopers, com passagem pelo escritório de Detroit, nos Estados Unidos. Possui sólidos conhecimentos em finanças, contabilidade, auditoria e governança corporativa aliados a uma forte experiência do negócio. O Sr. Kleber declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Kleber declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução da CVM nº 55/2021, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.
Márcio Guedes Pereira Júnior - 050.958.058-04 Nascido em 1961, graduou-se em administração de empresas na Fundação Getúlio Vargas, possui MBA pela FGV e estudou na <i>Stern School of Business</i> da <i>New York City</i>. O Sr. Marcio Guedes Pereira Junior é sócio da Pangea, atua como membro do Conselho de Administração da Hering, da <i>Brasil Insurance</i> e membro suplente do Conselho de Administração da Light, além de ser membro do Conselho de Regulação e Melhores Práticas do Mercado de Capitais da Anbima, além de sócio e conselheiro certificado pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. O Sr. Marcio Guedes Pereira Junior liderou o grupo de <i>Investment Banking</i> do Banco J. Safra, e foi diretor de <i>investment banking</i> no Credit Suisse, Citigroup e Unibanco. Possui ampla experiência em M&A e transações de Mercado de Capitais, incluindo tanto transações de dívida quanto de <i>Equity</i>. Recentemente na área de M&A, assessorou o Grupo Bio Soja na captação de recursos junto ao Fundo de Sustentabilidade gerido pela BRZ, na venda da Gás Tecnologia para a Diebold, na venda do controle da Flores Online para a 1-800-flowers e BR <i>Oportunidades</i>, na reestruturação da Abril S.A. e a criação da Abril Educação, na contribuição da Mondo Entretenimento para a criação da XYZ Live, na aquisição da Eleva Alimentos pela Perdigão, na aquisição de uma participação de 30% na Abril S.A., na privatização da CTEEP pelo Governo do Estado de São Paulo, além da troca de ativos entre a <i>International Paper</i> e

Formulário de Referência – 2023 - Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações
VCP (Três Lagoas vs. Luiz Antonio). Na área de mercado de capitais, sua experiência inclui: oferta secundária da Perdigão, ofertas iniciais de Lojas Marisa, Minerva, Springs Global, Copasa, OHL e na oferta secundária de ações da SABESP. O Sr. Márcio declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Márcio declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução da CVM nº 55/2021, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.
Norival Bonamichi - 263.572.166-15 Nascido em 1955, graduou-se como técnico em zootecnia no Colégio Agrícola Federal em Muzambinho, estado de Minas Gerais. O Sr. Norival Bonamichi é um dos fundadores do Grupo Ouro Fino, exercendo os cargos de Presidente do Grupo Ouro Fino até 2008 e Vice-Presidente do Conselho de Administração do Grupo Ouro Fino desde então, sendo eleito para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia em 2014. Atuou também como supervisor de vendas da Socil Pró-Pecuária S.A. entre os anos de 1980 e 1985, gerente administrativo da Fazenda de José Pereira Martins Andrade Filho e da Fazenda de Rubens Lobato Pinheiro Dr. entre os anos de 1979 e 1980, gerente administrativo e supervisor de laticínios da Companhia Industrial e Comercial Brasileira de Produtos Alimentares (Nestlé), entre 1977 e 1979. O Sr. Norival declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Norival declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução da CVM nº 55/2021, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Eduardo Scarpellini - 138.583.208-89	N/A
Lucilene Silva Prado - 081.640.338-47	N/A
Luiz Antônio Santos Baptista - 467.551.367-00	N/A
Jardel Massari - 263.940.816-04	N/A
Kleber Cesar Silveira Gomes - 196.455.998-73	N/A
Márcio Guedes Pereira Júnior - 050.958.058-04	N/A
Norival Bonamichi - 263.572.166-15	N/A

7.5 – Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Os membros do nosso Conselho de Administração e os membros da nossa Diretoria não mantêm qualquer relação familiar entre si, com os membros da administração de nossas controladas, com nossos acionistas controladores ou com os membros da administração de nossas controladoras.

7.6 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle**Exercício Social 31/12/2022**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Administrador do emissor</u> Norival Bonamichi Vice-presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Inovação e controlador	263.572.166-15	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Ouro Fino Saúde Animal Ltda. Sócio	57.624.462/0001-05		
<u>Observação</u> Não aplicável			
<u>Administrador do emissor</u> Jardel Massari Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Recursos Humanos e Controlador	263.940.816-04	Controle	Controlada Direta
Ouro Fino Saúde Animal Ltda. Sócio Administrador	57.624.462/0001-05		
<u>Observação</u> Não aplicável			
<u>Administrador do emissor</u> Norival Bonamichi	263.572.166-15	Controle	Controlada Direta

Formulário de Referência – 2023 - Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Vice-presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Inovação e controlador			
<u>Pessoa Relacionada</u>	05.480.599/0001-21		
Ouro Fino Agronegócio Ltda.			
Sócio			
<u>Observação</u>			
Não aplicável			
<u>Administrador do emissor</u>	263.940.816-04	Controle	Controlada Direta
Jardel Massari			
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Recursos Humanos e Controlador			
<u>Pessoa Relacionada</u>	05.480.599/0001-21		
Ouro Fino Agronegócio Ltda.			
Sócio Administrador			
<u>Observação</u>			
Não aplicável			
<u>Administrador do emissor</u>	285.018.648-11	Subordinação	Controlada Indireta
Marcelo da Silva			
Diretor Financeiro da Companhia			
<u>Pessoa Relacionada</u>	15.700.380/0001-44		
Regenera Medicina Veterinária Avançada Ltda.			
Administrador			
<u>Observação</u>			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Não aplicável			

Exercício Social 31/12/2021

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Administrador do emissor</u> Norival Bonamichi Vice-presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Inovação e controlador	263.572.166-15	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Ouro Fino Saúde Animal Ltda. Sócio	57.624.462/0001-05		
<u>Observação</u> Não aplicável			
<u>Administrador do emissor</u> Jardel Massari Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Recursos Humanos e Controlador	263.940.816-04	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Ouro Fino Saúde Animal Ltda. Sócio administrador	57.624.462/0001-05		
<u>Observação</u>			

Formulário de Referência – 2023 - Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Nao aplicavel			
<u>Administrador do emissor</u> Norival Bonamichi Vice-presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Inovação e controlador	263.572.166-15	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Ouro Fino Agronegócio Ltda. Sócio	05.480.599/0001-21		
<u>Observação</u> Não aplicável			
<u>Administrador do emissor</u> Jardel Massari Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Recursos Humanos e Controlador	263.940.816-04	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Ouro Fino Agronegócio Ltda. Sócio administrador	05.480.599/0001-21		
<u>Observação</u> Não aplicável			
<u>Administrador do emissor</u> Norival Bonamichi Vice-presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Inovação e controlador	263.572.166-15	Controle	Controlada Direta

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>	07.380.067/0001-48		
Ouro Fino Pet Ltda.			
Sócio			
<u>Observação</u>			
Não aplicável			
<u>Administrador do emissor</u>	263.940.816-04	Controle	Controlada Direta
Jardel Massari			
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Recursos Humanos e Controlador			
<u>Pessoa Relacionada</u>	07.380.067/0001-48		
Ouro Fino Pet Ltda.			
Sócio administrador			
<u>Observação</u>			
Não aplicável			

Exercício Social 31/12/2020

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Administrador do emissor</u>	263.572.166-15	Controle	Controlada Direta
Norival Bonamichi			
Vice-presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Inovação e controlador			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>	57.624.462/0001-05		
Ouro Fino Saúde Animal Ltda.			
Sócio			
<u>Observação</u>			
Não aplicável			
<u>Administrador do emissor</u>	263.940.816-04	Controle	Controlada Direta
Jardel Massari			
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Recursos Humanos e Controlador			
<u>Pessoa Relacionada</u>	57.624.462/0001-05		
Ouro Fino Saúde Animal Ltda.			
Sócio administrador			
<u>Observação</u>			
Não aplicável			
<u>Administrador do emissor</u>	263.572.166-15	Controle	Controlada Direta
Norival Bonamichi			
Vice-presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Inovação e controlador			
<u>Pessoa Relacionada</u>	05.480.599/0001-21		
Ouro Fino Agronegócio Ltda.			
Sócio			
<u>Observação</u>			
Não aplicável			

Formulário de Referência – 2023 - Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Administrador do emissor</u> Jardel Massari Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Recursos Humanos e Controlador	263.940.816-04	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Ouro Fino Agronegócio Ltda. Sócio administrador	05.480.599/0001-21		
<u>Observação</u> Não aplicável			
<u>Administrador do emissor</u> Norival Bonamichi Vice-presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Inovação e controlador	263.572.166-15	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Ouro Fino Pet Ltda. Sócio	07.380.067/0001-48		
<u>Observação</u> Não aplicável			
<u>Administrador do emissor</u> Jardel Massari Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Recursos Humanos e Controlador	263.940.816-04	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>	07.380.067/0001-48		

Formulário de Referência – 2023 - Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Ouro Fino Pet Ltda.			
Sócio administrador			
<u>Observação</u>			
Não aplicável			

7.7 - Acordos/seguros de administradores

Oferecemos seguro de responsabilidade civil para conselheiros, diretores e membros dos órgãos estatutários (“**D&O**”), contratado com a seguradora Austral Seguradora S/A, cujo limite máximo de garantia é de R\$ 40 milhões. O valor do prêmio total desta apólice foi de R\$ 33.885,34 (trinta e três mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e trinta e quatro centavos, com vigência até 31 de dezembro de 2023.

Estão cobertos pelo D&O os eventuais prejuízos sofridos pelos nossos administradores e principais executivos no exercício de suas atividades profissionais, tendo por finalidade respaldar as decisões tomadas por tais pessoas, no melhor interesse da Companhia.

Em razão da natureza do seguro D&O, a apólice de seguro não cobre atos dolosos, principalmente se cometidos para favorecer a própria pessoa do administrador. A Companhia entende que a contratação deste tipo de apólice é um importante instrumento de atração e retenção de talentos, pois proporciona segurança à empresa e aos executivos, caso haja necessidade de contratação de equipe especializada para sua defesa.

A Companhia não presta compromisso de indenidade com seus administradores que preveja o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia ou do pagamento de multas e acordos administrativos que não estejam cobertos pelo D&O.

7.8 - Outras informações relevantes**Assembleias Gerais da Companhia**

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos três exercícios sociais, (i) resumo das principais matérias aprovadas, (ii) data de sua realização, se a convocação foi em primeira ou segunda convocação, e (iv) quórum de instalação:

Evento	Principais Matérias	Data	Convocação	Quórum
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	Aprovação do orçamento de capital, destinação do lucro líquido, aprovação das demonstrações financeiras, remuneração global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, eleição dos membros do Conselho de Administração e Fiscal da Companhia e seus suplentes, aprovação do aumento de capital social da Companhia, aumento do capital social autorizado, alteração do endereço da sede social da Companhia e alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia.	08/05/2020	Primeira	92,41
Assembleia Geral Extraordinária	Aprovação da confirmação da nomeação do conselheiro de administração, Sr. Vitor Francisco Miguita Paulino, em substituição ao Sr. Rodrigo de Almeida Prado Catunda	16/09/2020	Primeira	89,70
Assembleia Geral Extraordinária	Aprovação do Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações e do Programa de Recompra de Ações de Emissão da Companhia	29/01/2021	Primeira	86,17
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	Aprovação do orçamento de capital, destinação do lucro líquido, aprovação das demonstrações financeiras, remuneração global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia e seus suplentes, aprovação do aumento de capital social da Companhia e alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia.	09/04/2021	Primeira	72,13
Assembleia Geral Extraordinária	Confirmação da eleição de membro do Conselho de Administração e alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia.	20/08/2021	Primeira	76,73
Assembleia	Aprovação do orçamento de capital,	20/04/2022	Primeira	89,8

Geral Ordinária e Extraordinária	destinação do lucro líquido, aprovação das demonstrações financeiras, remuneração global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia e seus suplentes, aprovação do Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações Restritas da Companhia.			
Assembleia Geral Extraordinária	Aprovar o Plano de Incentivo de Longo Prazo em substituição ao Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações Restritas e rerratificar a remuneração global dos administradores da Companhia	23/09/2022	Primeira	89,62
Assembleia Geral Extraordinária	Discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) aprovar o aumento do número de membros para compor o Conselho de Administração da Companhia; (ii) eleger para o cargo de membro independente do Conselho de Administração o Sr. Yasushi Sugimoto; e (iii) confirmar a nomeação, para o cargo de membro independente do Conselho de Administração, em substituição ao Sr. Raphael Martins Villela, cuja renúncia ao cargo foi recebida pela Companhia em 26 de outubro de 2022, do Sr. Tetsuhiko Hiramatsu	05/01/2023	Primeira	60,3%
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	Discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: em sede de Assembleia Geral Ordinária (i) aprovar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, incluindo o relatório da administração e o relatório dos auditores independentes; (ii) aprovar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, incluindo a distribuição de dividendos; e (iii) deliberar sobre a aprovação do orçamento de capital para o exercício social de 2023; e em sede de Assembleia Geral	14/04/2023	Primeira	93,00%

	Extraordinária: (i) fixar a remuneração anual global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2023; e (ii) aumentar o capital social da Companhia, mediante capitalização de parte do saldo da reserva de retenção de lucros da Companhia, sem a emissão de novas ações; e (iii) alterar o Estatuto Social da Companhia a fim de refletir o aumento de capital, sujeito à aprovação da matéria indicada no item (ii) acima			
--	--	--	--	--

Governança Corporativa

Código Brasileiro de Governança Corporativa coordenado pelo IBGC

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (“**IBGC**”), governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. O *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeu, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código Brasileiro de Governanças Corporativa, a Companhia adota as seguintes:

- capital social composto somente por ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas;
- obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações quando da ocorrência de transações em que se configure a alienação do controle acionário a todos os sócios e não apenas aos detentores do bloco de controle. Todos os acionistas devem ter a opção de vender suas ações pelo mesmo preço e nas mesmas condições. A transferência do controle deve ser feita a preço transparente;
- contratação de empresa de auditoria independente que tenha prestado serviços de auditoria interna para a companhia há mais de três anos;
- conselho de administração composto por, no mínimo, um terço de membros independentes;
- não acumulação do cargo de diretor-presidente e presidente do conselho de administração;

- adoção de política de gerenciamento de riscos, código de ética e conduta e política de negociação de valores mobiliários;
- definição de calendário anual com previsão de agenda anual temática com assuntos relevantes e datas de discussão, incluindo as datas das reuniões ordinárias;
- atas de reunião do conselho de administração redigidas com clareza e que registrem as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto; e
- utilização da assembleia geral de acionistas para comunicar a condução dos negócios da companhia, sendo que as atas permitem o pleno entendimento das discussões havidas na assembleia e trazem a identificação dos votos proferidos pelos acionistas.

Novo Mercado

Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível I, Nível II e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As regras do Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários participarem na administração das companhias, entre outros direitos.

Avaliação da Administração

Para informações acerca do processo de avaliação da administração, veja o item 7.1(b) deste Formulário de Referência.

Os órgãos de governança da Companhia possuem relacionamento entre eles sempre que necessário e quando versa algum tema de comum interesse. A Diretoria é convidada para participar em todas as reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário.

O Conselho Fiscal participa das reuniões do Conselho de Administração, anualmente, nas reuniões destinadas para aprovação das demonstrações financeiras relativas a exercícios findos.

O Conselho Fiscal e o Comitê de Auditoria Estatutário geralmente realizam uma reunião conjunta anualmente a fim de discutirem os assuntos em comum desses órgãos, sendo que cada órgão opina conforme a sua alçada.

Informações adicionais ao item 7.1(d) deste Formulário de Referência

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia ainda não havia conduzido um processo relacionado à verificação da identidade autodeclarada de cor ou raça dos membros da sua administração e do Conselho Fiscal em 31 de dezembro de 2022. Não obstante, a Companhia está empenhada em envidar esforços para que tal processo passe a ser realizado, de modo que as informações relacionadas ao item 7.1(d) possam ser incluídas na próxima atualização anual do Formulário de Referência.

8.1 - Política ou prática de remuneração

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação e, caso o a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

Nossa prática de remuneração salarial possui como princípios, objetivos e diretrizes principais: (i) a aplicação de critérios uniformes e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das diferentes estruturas funcionais da empresa; (ii) proporcionar uma remuneração competitiva; (iii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam o reconhecimento e a valorização da performance individual ou de grupos multifuncionais, no que se refere à remuneração variável dos Diretores estatutários e não estatutários; (iv) proporcionar uma remuneração que assegure a manutenção do poder aquisitivo dos membros da administração; e (v) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

Possuímos uma Política de Remuneração, formalmente aprovada em 18 de dezembro de 2020 pelo Conselho de Administração em conformidade com os critérios do Regulamento do Novo Mercado da B3, em especial seu artigo 32, inciso I.

(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam

O Conselho de Administração é o único órgão da Companhia que participa do processo decisório para definir a remuneração individual dos administradores, determinando a proporção de cada componente das remunerações. A critério do Conselho de Administração, a Companhia pode contratar empresas especializadas para consultoria de remuneração, a fim de estruturar a composição e grau de competitividade da remuneração.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual

A fixação da remuneração individual dos administradores da Companhia é realizada utilizando critérios uniformes e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das suas diferentes estruturas funcionais, assegurando a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

Ademais, a Companhia utiliza estudos para avaliação e comparação da posição a ser remunerada com o mercado, levando em consideração o mercado competidor para fins de avaliação do nível de competitividade e contratação dos executivos.

(iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração

Anualmente ou sempre que necessário, o Conselho de Administração poderá reavaliar a Política de Remuneração da Companhia para verificação de eventual necessidade de alteração ou atualização.

(c) composição da remuneração

Os Conselheiros de Administração e Fiscais recebem uma remuneração fixa, conforme aprovada em assembleia geral da Companhia. Já os Diretores estatutários e não estatutários recebem, além da uma remuneração fixa, uma remuneração variável, podendo também ser beneficiários no âmbito do plano de remuneração baseada em ações de ações da Companhia.

Além disso, os Diretores, inclusive os não estatutários, fazem jus a uma série de benefícios, dentre eles: (i) cesta básica; (ii) assistência médica; (iii) assistência odontológica; (iv) seguro de vida; (v) plano de previdência privada; (vi) refeição; e (vii) cesta de natal.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia são por reunião, com exceção daqueles membros que renunciaram da sua remuneração ou que a remuneração como membro do Comitê já está englobada em outro cargo que o membro ocupa na Companhia.

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para os 3 últimos exercícios sociais:

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2022				
% em relação à remuneração total				
	Salário Base	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria	35%	24%	41%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2021				
% em relação à remuneração total				
	Salário Base	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria	53%	32%	15%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2020				
% em relação à remuneração total				
	Salário Base	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria	81%	15%	4%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

A principal razão que justifica a composição da remuneração paga aos nossos administradores é o incentivo para a melhoria de nossa gestão e a permanência de nossos executivos na Companhia, visando o ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo.

(iii) membros não remunerados

Atualmente a Companhia possui 3 (três) membros do Comitê de Recursos Humanos e 1 (um) membro do Comitê de Auditoria Estatutário que não são remunerados pela Companhia. A remuneração de tais membros já está englobada em outro cargo que o ocupam na Companhia.

(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Diretores estatutários: a maior parte da remuneração fixa e variável dos diretores estatutários é suportada pelas controladas da Companhia, nos termos do Contrato de Rateio.

Diretores não estatutários: a remuneração fixa e variável dos diretores não estatutários é suportada pelas controladas da Companhia nos termos do Contrato de Rateio, exceto quando o diretor for alocado diretamente a uma única empresa de acordo com as funções exercidas.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2 - Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,25	2,75	1,00	9,00
Nº de membros remunerados	5,25	2,75	1,00	9,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.834.000,00	2.062.381,56	144.000,00	4.040.381,56
Benefícios diretos e indiretos	0,00	174.693,69	0,00	174.693,69
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	366.800,00	430.006,14	28.800,00	825.606,14
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	1.259.413,33	0,00	1.259.413,33
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	786.427,71	0,00	786.427,71
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	73.755,24	0,00	73.755,24
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	2.254.304,57	0,00	2.254.304,57
Observação	Conforme disposto no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	2.200.800,00	7.040.982,24	172.800,00	9.414.582,24

Remuneração total do Exercício Social de 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,00	3,00	11,00
Nº de membros remunerados	6,00	2,00	3,00	11,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.478.005,33	1.441.264,32	408.218,76	3.327.488,41
Benefícios diretos e indiretos	0,00	210.331,66	0,00	210.331,66
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	295.434,40	588.325,37	81.643,77	965.403,54
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	970.937,61	0,00	970.937,61
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	467.422,10	0,00	467.422,10
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	67.050,22	0,00	67.050,22
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em a��es, incluindo opções	0,00	1.408.699,90	0,00	1.408.699,90
Observa��o	Conforme disposto no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administra��o foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remunera��o	1.773.439,73	5.154.031,18	489.862,53	7.417.333,44

Remuneração total do Exercício Social de 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,00	3,00	11,00
Nº de membros remunerados	6,00	2,00	3,00	11,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.508.688,00	1.302.960,00	336.875,04	3.148.523,04
Benefícios diretos e indiretos	0,00	135.404,72		135.404,72
Participação em comitês	0,00			
Outros	301.737,60	364.828,84	67.375,08	733.941,52
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	796.291,81	0,00	796.291,81
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	179.564,17	0,00	179.564,17
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	58.923,85	0,00	58.923,85
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em a��es, incluindo opções	0,00	363.631,06	0,00	363.631,06
Observa��o	Conforme disposto no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administra��o foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remunera��o	1.810.425,60	3.201.604,45	404.250,12	5.416.280,17

Remuneração total do Exercício Social de 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,00	3,00	11,00
Nº de membros remunerados	5,42	2,00	3,00	10,42
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.512.781,33	1.083.351,63	324.391,56	2.920.524,52
Benefícios diretos e indiretos	0,00	83.644,15	0,00	83.644,15
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	302.556,27	315.332,52	64.878,32	682.767,11
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	99.531,50	0,00	99.531,50
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	47.174,59	0,00	47.174,59
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	
Baseada em a��es, incluindo opções	0,00	50.558,00	0,00	50.558,00
Observa��o	Conforme disposto no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administra��o foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remunera��o	1.815.337,60	1.679.592,39	389.269,88	3.884.199,87

8.3 - Remuneração variável por órgão

31/12/2023	Conselho de Administração	Assessoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,75	1,00	9,75
Nº de membros remunerados	0,00	1,00	0,00	1,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	1.150,00	-	1.150,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.889.119,99	-	1.889.119,99
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	1.259.413,33	-	1.259.413,33

31/12/2022	Conselho de Administração	Assessoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,25	2,00	3,00	10,25
Nº de membros remunerados	0,00	1,00	0,00	2,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-

Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-		-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	1.150,00	-	1.150,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	995.040,00	-	995.040,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	663.360,00	-	663.360,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	970.937,61	-	970.937,61

31/12/2021	Conselho de Administração	Assembleia Estatutária	Conselho Fiscal	
Número total de membros	6,00	2,00	3,00	11,00
Número de membros remunerados	0,00	1,00	0,00	1,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	1.150,00	-	1.150,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	895.783,50	-	

Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	597.189,00	-	
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	796.291,81	-	796.291,81

31/12/2020	Conselho de Administração	Assembleia Estatutária	Conselho Fiscal	
Número total de membros	6,00	2,00	3,00	11,00
Número de membros remunerados	0,00	1,00	0,00	1,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido	-		-	
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	1.110,00	-	1.110,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	141.206,84	-	141.206,84
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	105.905,13	-	105.905,13
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	99.531,50	-	99.531,50

8.4 - Plano de remuneração baseado em ações

(a) termos e condições gerais

Plano de Opções:

A Companhia aprovou seu plano de outorga de opção de compra de ações ("**Plano**") em assembleia geral extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2014. O plano é administrado pelo Conselho de Administração, que tem amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano, incluindo: (a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de opções de compra de ações da Companhia, nos termos do Plano ("**Opções**"), e a solução de dúvidas de interpretação do Plano; (b) o estabelecimento de metas relacionadas ao desempenho dos administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle ("**Pessoas Elegíveis**"), de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos beneficiários de outorgas de Opções, os quais podem ser administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle ("**Beneficiários**"); (c) a eleição dos Beneficiários e a autorização para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente; (d) a emissão de novas ações da Companhia dentro do limite do capital autorizado ou a autorização para alienação de ações em tesouraria para satisfazer o exercício de Opções outorgadas nos termos do Plano; e (e) a aprovação dos contratos de outorga de opção de compra de ações a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários ("**Contratos de Opção**"), observadas as determinações do Plano.

A outorga de Opções nos termos do Plano é realizada mediante a celebração de Contratos de Opções, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração: (a) a quantidade de Opções objeto da outorga; (b) termos e condições para aquisição do direito ao exercício das Opções; (c) o prazo final para exercício das Opções; e (d) o preço a ser pago pelo Beneficiário à Companhia em contrapartida às ações que adquirir em decorrência do exercício de suas Opções ("**Preço de Exercício**") e condições de pagamento.

O Plano entrou em vigor na data de sua aprovação pela assembleia geral extraordinária e permanecerá vigente por prazo indeterminado, podendo ser extinto, a qualquer tempo, por decisão de assembleia geral da Companhia, pela dissolução ou liquidação da Companhia, o que ocorrer primeiro. O término de vigência do Plano não afetará a eficácia das Opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações – Plano ILP:

Em 29 de janeiro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou a criação de um plano de incentivo de longo prazo baseado em ações da Companhia ("**Plano ILP**"), que será administrado pelo Conselho de Administração com a assessoria previa do Comitê de Recursos Humanos e obedecidas as condições gerais do Plano ILP e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral da Companhia.

A partir da entrada em vigor do Plano ILP, o Conselho de Administração está autorizado a criar os Programas (definidos no Plano ILP) nos termos do Plano ILP e de suas deliberações, segundo seus únicos e exclusivos critérios. As Remunerações em Ações nos termos do Plano e de cada Programa serão realizadas mediante a celebração de Contratos de ILP, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração.

Plano de Incentivo de Longo Prazo – Plano Phantom Units:

No âmbito da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 23 de setembro de 2022 (“**AGE Setembro 2022**”), foi aprovada a substituição do Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações Restritas aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 20 de abril de 2022 (“**Plano ILP RSU**”) pelo Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em Phantom Units (conforme abaixo definido) (“**Plano Phantom Units**”). Nesse sentido, a Companhia apresenta abaixo a descrição do Plano Phantom Units em substituição à descrição do Plano ILP.

O Plano Phantom Units será administrado pelo Conselho de Administração, que poderá se valer da assessoria e recomendações de seus comitês de assessoramento, se e quando entender necessário. O Plano Phantom Units contempla a outorga de unidades representativas do direito de receber determinado valor a ser calculado de acordo as premissas previstas no respectivo plano (“**Phantom Units**”).

(b) data de aprovação e órgão responsávelPlano de Opções:

A Companhia aprovou seu Plano em assembleia geral extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2014. O Plano é administrado pelo Conselho de Administração.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações – Plano ILP:

A Companhia aprovou o Plano ILP em assembleia geral extraordinária realizada em 29 de janeiro de 2021. O Plano ILP é administrado pelo Conselho de Administração.

Plano de Incentivo de Longo Prazo – Plano Phantom Units:

A Companhia aprovou o seu Plano ILP RSU em assembleia geral extraordinária realizada em 23 de setembro de 2022. O Plano ILP RSU é administrado pelo Conselho de Administração.

(c) número máximo de ações abrangidasPlano de Opções:

Nos termos do Plano, poderão ser conferidos direitos de aquisição/subscrição sobre um número de ações da Companhia que não exceda 1,5% das ações representativas do capital social total da Companhia, em bases totalmente diluídas, computando-se nesse cálculo todas as Opções já outorgadas nos termos do Plano, exercidas ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas sem terem sido exercidas (e que voltarão a ficar disponíveis para novas outorgas), contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia. Se qualquer Opção for extinta ou cancelada sem ter sido integralmente exercida, as ações da Companhia vinculadas a tais Opções tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras outorgas de Opções.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações – Plano ILP:

As remunerações em Ações nos termos do Plano poderão conferir direitos de recebimento de Ações pelos Beneficiários que não exceda 2% (dois por cento) das Ações representativas do capital social total da Companhia, em bases totalmente diluídas, computando-se nesse cálculo todas as Remunerações em Ações, transferidas ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas sem terem sido transferidas (e que voltarão a ficar disponíveis para novas outorgas).

Plano de Incentivo de Longo Prazo – Plano Phantom Units:

O recebimento das Phantom Units não confere aos Beneficiários a condição de acionista da Companhia ou qualquer outro direito ou prerrogativa de acionista, tais como direitos políticos (e.g. direito de voto) ou econômicos (e.g. recebimento de dividendos ou proventos de qualquer natureza).

As Phantom Units a serem outorgadas aos Beneficiários no âmbito do Plano Phantom Units estarão limitadas a 2,60% do capital social da Companhia. Caso a Companhia venha a realizar qualquer evento societário (e.g. aumento ou redução de capital), o limite percentual acima deverá ser calculado com base na quantidade de ações representativas do capital social total da Companhia após referido evento societários, observado, ainda, que, caso o número, espécie e classe das ações de emissão da Companhia existentes durante as Condições de Vesting de cada Programa venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração da Companhia, realizar os ajuste correspondentes na quantidade de Phantom Units outorgadas aos Beneficiários, de forma a manter o equilíbrio das relações entre as partes e a evitar distorções na aplicação do Plano Phantom Units e seus respectivos Programas e os Contratos de Phantom Units.

(d) número máximo de opções a serem outorgadas

Plano de Opções:

Cada opção assegura ao Beneficiário o direito de adquirir uma ação ordinária da Companhia. Sendo assim, a quantidade de direitos outorgados está atrelada ao limite de diluição descrito no item “f” acima.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações – Plano ILP:

Não aplicável para o Plano ILP, tendo em vista que nesses casos o instrumento de incentivo de longo prazo ocorre por meio da transferência de ações após o término do Período de Carência (definido no Plano ILP) e, portanto, não há opções outorgadas.

Plano de Incentivo de Longo Prazo – Plano Phantom Units:

Não aplicável, tendo em vista que o Plano Phantom Units não contempla a outorga de opções, mas sim a outorga de Phantom Units.

(e) condições de aquisição de ações

Plano de Opções:

Quando julgar conveniente, o Conselho de Administração aprovará a outorga de Opções, elegendo os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas Opções nos termos do Plano, fixando o Preço de Exercício das Opções e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício das Opções e impondo quaisquer outras condições relativas a tais Opções.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações – Plano ILP:

Não aplicável, pois não há aquisição de ações pelos Beneficiários, mas sim a sua transferência após o Período de Carência.

Plano de Incentivo de Longo Prazo – Plano Phantom Units:

No âmbito do Plano Phantom Units não está contemplada a aquisição pelos Beneficiários de ações de emissão da Companhia, mas sim a transferência gratuita de Phantom Unit, que dará o direito de o Beneficiário receber, após o decurso do Período de Vesting (conforme abaixo definido), em moeda corrente nacional, o maior entre (i) o valor da cotação por ação de emissão da Companhia na B3 no último dia útil do Período de Vesting; ou (ii) o valor resultante da seguinte fórmula:

$$V_{\text{pago}} = (\text{EBITDA}_{\text{médio}} \times 10) / Qtd_{\text{ações}}$$

Onde:

V_{pago}: é o valor líquido a ser pago pela Companhia ao Beneficiário;

EBITDA_{médio}: é a média aritmética simples dos EBITDAs calculados com base nas demonstrações financeiras relativas aos últimos 5 (cinco) exercícios sociais encerrados anteriormente à data em que for devido o pagamento do valor correspondente às Phantom Units, sendo:

EBITDA: é o lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, a ser calculado de acordo com as demonstrações financeiras anuais auditadas da Companhia;

Qtd_{ações}: quantidade de ações em que se divide o capital social da Companhia na data dos efetivos pagamentos dos valores correspondentes às Phantom Units;

Transcorrido o Período de Vesting das Phantom Units, ou Lotes delas, bem como demais condições eventualmente estabelecidas no Programa e/ou no Contrato de Phantom Units, a Companhia realizará o pagamento do valor correspondente às Phantom Units aos Beneficiários até a data do pagamento (qual seja, o último dia útil do mês subsequente ao Período de Vesting), tempo necessário para que a administração da Companhia adote as providências no sentido de calcular o valor a ser pago relativamente a cada uma das Phantom Units, bem como para adoção dos procedimentos operacionais necessários ao pagamento, sendo certo que a Companhia poderá proceder com o desconto e retenção de quaisquer Tributos sujeitos à retenção na fonte eventualmente incidentes, conforme legislação tributária aplicável, sobre o valor a ser pago aos Beneficiários a título de liquidação das Phantom Units.

Uma vez aprovado o Plano Phantom Units, o Conselho de Administração estará autorizado a criar os Programas. As Phantom Units nos termos do Plano Phantom Units e de cada Programa serão realizadas mediante a celebração de Contratos de Phantom Units, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração: (a) a quantidade de Phantom Units outorgadas ao Beneficiário; (b) a divisão das Phantom Units em Lotes, e suas respectivas características; (c) critérios e condições ao vesting das Phantom Units; (d) critérios e condições do pagamento, pela Companhia ao Beneficiário, do valor correspondente à Phantom Unit; e (e) consequências dos direitos e obrigações em caso de Desligamento do Beneficiário, dentre outros.

(f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano de Opções:

O Preço de Exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Conselho de Administração, conforme o caso, com base na média da cotação das ações da Companhia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 últimos pregões que antecederem a outorga, corrigido monetariamente de acordo com o IGP-M.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações – Plano ILP:

O Conselho de Administração deverá considerar como Preço da Ação (definido no Plano ILP) para composição do cálculo do Número Base de Ação (definido no Plano ILP).

Plano de Incentivo de Longo Prazo – Plano Phantom Units:

Tendo em vista que o Plano não contempla a outorga de opções de compra, não há preço de aquisição ou exercício em relação às Phantom Units. O valor a ser pago pela Companhia a cada Beneficiário, após o Período de Vesting, em razão das Phantom Units será calculado conforme indicado no item (h) acima.

(g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercícioPlano de Opções:

As Opções se tornarão exercíveis na medida em que os respectivos Beneficiários permanecerem continuamente vinculados como administradores, empregados ou prestadores de serviço da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a data de outorga e as datas especificadas conforme segue: (a) 1/5 das Opções poderão ser exercidas após o 1º aniversário da data de outorga; (b) 1/5 das Opções poderão ser exercidas após o 2º aniversário da data de outorga; (c) 1/5 das Opções poderão ser exercidas após o 3º aniversário da data de outorga; (d) 1/5 das Opções poderão ser exercidas após o 4º aniversário da data de outorga; e (e) 1/5 das Opções poderão ser exercidas após o 5º aniversário da data de outorga.

As Opções não exercidas nos prazos e condições estipulados serão consideradas automaticamente extintas, sem direito a indenização, observado o prazo máximo de vigência das Opções, que será de quatro anos a partir do término do respectivo prazo de carência.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações – Plano ILP:

Os direitos dos Beneficiários em receber as Ações somente serão plenamente adquiridos, na medida em que o Beneficiário permanecer continuamente vinculado a Companhia durante o período compreendido entre a data de outorga ao prazo determinado no programa.

Plano de Incentivo de Longo Prazo – Plano Phantom Units:

Tendo em vista que o Plano Phantom Units não contempla a outorga de opções de compra, não há prazo de exercício em relação às Phantom Units. Vale destacar que o pagamento das Phantom Units será realizado pela Companhia no último dia útil do mês subsequente ao período de permanência a ser estabelecido pelo Conselho de Administração, seja em um Programa ou nos Contratos de Phantom Units, pelo qual o Beneficiário deve permanecer como administrador, empregado ou prestador de serviços da Companhia, conforme o caso, como condição ao recebimento dos valores correspondentes às Phantom Units (“**Período de Vesting**”).

(h) forma de liquidaçãoPlano de Opções:

O Preço de Exercício será pago pelo Beneficiário nas formas e prazos determinados pelo Conselho de Administração. Com o propósito de satisfazer o exercício das Opções, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração: (a) emitir novas ações dentro do limite do capital social autorizado da Companhia; ou (b) vender ações mantidas em tesouraria.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações – Plano ILP:

O Plano ILP será liquidado prioritariamente em ações ordinárias da Companhia, mantidas em tesouraria. De modo a assegurar que a Companhia possua ações de sua própria emissão em tesouraria em número suficiente para fazer frente ao Plano ILP, o Conselho de Administração poderá, a partir da aprovação do primeiro Programa e em qualquer momento durante a vigência do Plano ILP, aprovar programas de recompra de ações ordinárias de emissão da Companhia para

dar cumprimento ao Plano ILP, respeitadas as normas legais e regulamentares que regem a negociação com as próprias ações.

Plano de Incentivo de Longo Prazo – Plano Phantom Units:

Não aplicável, tendo em vista que não está contemplada no Plano Phantom Units a outorga de quaisquer opções. Ressalta-se que, conforme mencionado acima, após o decurso do Período de Vesting, o Beneficiário terá o direito de receber o valor correspondente às suas Phantom Units, em moeda corrente nacional.

(i) restrições à transferência das ações

Plano de Opções:

O Conselho de Administração poderá subordinar o exercício da Opção a determinadas condições, bem como impor restrições à transferência das ações da Companhia adquiridas com o exercício das Opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas ações.

As Opções outorgadas nos termos do Plano são pessoais e intransferíveis, não podendo o Beneficiário, em hipótese alguma, ceder, transferir ou de qualquer modo alienar a quaisquer terceiros as Opções, nem os direitos e obrigações a elas inerentes.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações – Plano ILP:

O Conselho de Administração instituirá, em cada Programa, as condições a serem atingidas pelos Beneficiários para adquirirem o direito de recebimento das Ações.

Plano de Incentivo de Longo Prazo – Plano Phantom Units:

Não aplicável em relação ao Plano Phantom Units, tendo em vista que não haverá transferência ações de emissão da Companhia aos Beneficiários em razão da outorga de Phantom Units.

(j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Plano de Opções:

O Conselho de Administração poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das Opções sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações da Companhia por parte dos Beneficiários.

O Conselho de Administração da Companhia e as sociedades envolvidas em operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e incorporação de ações, poderão, a seu critério, desde que não haja prejuízo ao Beneficiário, determinar, sem prejuízo de outras medidas que decidirem por equidade: (a) a substituição das ações da Companhia objeto das Opções por ações, quotas ou outros valores mobiliários de emissão da sociedade sucessora da Companhia; (b) a antecipação da aquisição do direito ao exercício das Opções, de forma a assegurar a inclusão das ações da Companhia correspondentes na operação em questão; e/ou (c) o pagamento em dinheiro da quantia a que o Beneficiário faria jus nos termos do Plano.

Na hipótese da ocorrência de operação de reorganização societária, ou de qualquer outro tipo de operação, que implique alienação ou transferência, direta ou indireta, do controle da Companhia, o Beneficiário terá direito, a critério do Conselho de Administração, (a) à antecipação da aquisição do direito ao exercício de todas as suas Opções ou (b) ao pagamento em dinheiro da quantia a que o Beneficiário faria jus, nos termos do Plano, caso tais Opções fossem totalmente exercidas.

Caso o número, espécie e classe das ações da Companhia existentes na data da aprovação do Plano venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração realizar o ajuste correspondente no número, espécie e classe das ações objeto das Opções outorgadas e seu respectivo Preço de Exercício, de forma a manter o equilíbrio das relações entre as partes, evitando distorções na aplicação do Plano.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações – Plano ILP:

Os Programas, nos termos do Plano ILP, não impedirão a Companhia de se envolver em operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e incorporação de ações. O Conselho de Administração da Companhia e as sociedades envolvidas em tais operações poderão, a seu critério, determinar, sem prejuízo de outras medidas que decidirem por equidade: (a) a substituição das Ações objeto dos Programas, quotas ou outros valores mobiliários de emissão da sociedade sucessora da Companhia; (b) a antecipação da transferência das Ações; e/ou (c) o pagamento em dinheiro da quantia a que o Beneficiário faria jus nos termos do Plano e de cada Programa.

Plano de Incentivo de Longo Prazo – Plano Phantom Units:

O Plano Phantom Units tem por objetivo incentivar os Beneficiários e permitir que, cumpridas determinadas condições estabelecidas no âmbito do Plano Phantom Units, os Beneficiários recebam Phantom Units, visando a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos Beneficiários; (c) possibilitar à Companhia e/ou suas afiliadas a atrair e manter vinculados os Beneficiários; (d) incentivar a criação de valor à Companhia; e (e) compartilhar riscos e ganhos de longo prazo, indiretamente, por meio da valorização das ações de emissão da Companhia, de forma equitativa entre acionistas e os Beneficiários.

(k) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Plano de Opções:

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo.

Se, a qualquer tempo, o Beneficiário (a) desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, renunciando ao seu cargo de administrador, ou rescindindo seu contrato de prestação de serviço: (i) as Opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as Opções já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de desligamento, após o que tais Opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (b) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa, destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, ou rescindindo seu contrato de prestação de serviço por justa causa, todas as Opções já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (c) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa, destituição do

seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador, ou rescindindo seu contrato de prestação de serviço: (i) as Opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as Opções já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidas, no prazo de 30 dias contados da data do desligamento, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (d) desligar-se da Companhia por aposentadoria normal ou invalidez permanente: (i) as Opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as Opções já exercíveis de acordo com o Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidas no prazo de 30 dias contados da data do desligamento, após o que tais Opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (e) desligar-se da Companhia por falecimento: (i) as Opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as Opções já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu falecimento, poderão ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do desligamento, após o que tais Opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização. Para exercício das Opções na hipótese (ii) acima, a Companhia deverá notificar os herdeiros e sucessores legais do Beneficiário.

Não obstante o disposto acima, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida, deixar de observar as regras estipuladas acima, conferindo tratamento diferenciado a determinado Beneficiário, desde que as novas disposições do Plano não causem impacto adverso ao Beneficiário.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações – Plano ILP:

Nas hipóteses de desligamento do beneficiário, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo.

- desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador, o Beneficiário perderá todos os direitos com relação à Remuneração em Ações outorgada por meio dos Programas aos quais se vinculou por meio de Contratos de ILP, se o término da sua relação com a Companhia ocorrer dentro do Período de Carência de cada Programa;
- for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, o Beneficiário perderá todos os direitos com relação à Remuneração em Ações outorgada por meio dos Programas aos quais se vinculou por meio de Contratos de ILP, se o término da sua relação com a Companhia ocorrer dentro do Período de Carência de cada Programa;
- for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador, o Beneficiário terá direito a Remuneração em Ações proporcional à parcela do Prazo de Carência usufruído pelo Beneficiário em cada Programa (recebimento pro-rata). Neste

caso, a transferência das Ações será realizada ao final do Prazo de Carência do Programa ao qual o Beneficiário estava vinculado na Data do Pagamento do referido Programa, estando sujeita às condições e cumprimento do programa e no contrato de ILP.

- desligar-se da Companhia por aposentadoria normal ou algum processo sucessório aprovado pelo Conselho de Administração, o Beneficiário terá direito a Remuneração em Ações baseada em de Ações proporcional à parcela do Prazo de Carência usufruído pelo Beneficiário em cada Programa (recebimento pro-rata). Neste caso, a transferência das Ações será realizada ao final do Prazo de Carência do Programa ao qual o Beneficiário estava vinculado na Data do Pagamento do referido Programa, estando sujeita às condições e cumprimento do programa e no Contrato de ILP;
- desligar-se da Companhia por falecimento ou invalidez permanente (reconhecida administrativamente pelo órgão governamental competente), o Beneficiário (em caso de invalidez permanente), ou para seus herdeiros e/ou beneficiários (se aplicável), receberão a Remuneração em Ações previstas em cada Programa que o Beneficiário estava vinculado por meio de Contratos de ILP, de forma antecipada ao término do Programa (Data de *Vesting*), considerando a quantidade de ações baseada no programa definido. O pagamento das Remunerações em Ações, neste caso, ocorrerá no prazo de até 1 (um) ano a contar do falecimento ou declaração da invalidez permanente pelo órgão governamental competente do Beneficiário.

Plano de Incentivo de Longo Prazo – Plano Phantom Units:

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano Phantom Units poderão ser extintos ou modificados, se, a qualquer tempo, o Beneficiário:

- desligar-se da Companhia e/ou de suas afiliadas por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador, o Beneficiário perderá todos os direitos com relação às Phantom Units, se o término da sua relação com a Companhia e/ou de suas Afiliadas ocorrer dentro das Condições de Vesting de cada Programa;
- for desligado da Companhia e/ou de suas Afiliadas por vontade destas, conforme o caso, mediante demissão por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, o Beneficiário perderá todos os direitos com relação às Phantom Units, se o término da sua relação com a Companhia ou suas controladas ocorrer dentro das Condições de Vesting de cada Programa;
- for desligado da Companhia e/ou de suas Afiliadas por vontade destas, conforme o caso, mediante demissão sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador. Neste caso, os pagamentos relacionados a Phantom Units deverão ser realizados pela Companhia em até 90 (noventa) dias contados da data do Desligamento e seguirão as seguintes regras:
 - (i) se o cumprimento da Condição de Vesting pelo Beneficiário do Programa vigente for menor ou igual a 12 (doze) meses completos contados da data de assinatura do Contrato de Phantom Units, o Beneficiário desligado não terá qualquer direito com relação às Phantom Units; e
 - (ii) se o cumprimento da Condição de Vesting pelo Beneficiário do Programa vigente for superior a 12 (doze) meses contados da data de assinatura do Contrato de Phantom Units, o Beneficiário desligado terá direito ao recebimento dos valores correspondentes às Phantom Units proporcionalmente ao tempo transcorrido da Condição *Vesting* cumprida pelo Beneficiário.

- desligar-se da Companhia por aposentadoria normal ou algum processo sucessório aprovado pelo Conselho de Administração, o Beneficiário terá direito às Phantom Units proporcional à parcela das Condições de *Vesting* usufruídas pelo Beneficiário em cada Programa (recebimento *pro rata*). Neste caso, os pagamentos serão realizados pela Companhia em até 90 (noventa) dias contados da data do Desligamento do Beneficiário;
- desligar-se da Companhia por falecimento ou invalidez permanente (reconhecida administrativamente pelo órgão governamental competente), o Beneficiário (em caso de invalidez permanente), ou para seus herdeiros e/ou beneficiários (se aplicável), receberão os valores correspondentes às Phantom Units integralmente, de forma antecipada ao término das Condições de *Vesting* dos Programas. Neste caso, o pagamento do valor correspondente às Phantom Units ocorrerá no prazo de até 1 (um) ano a contar do falecimento ou declaração da invalidez permanente pelo órgão governamental competente do Beneficiário.

Não obstante o disposto acima, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão mais bem atendidos por tal medida, deixar de observar as regras estipuladas acima, conferindo tratamento diferenciado a determinado Beneficiário, desde que as novas disposições do Plano Phantom Units não causem impacto adverso ao Beneficiário.

8.5 - Remuneração baseada em ações (opções de compra de ações)**Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2023**

Não aplicável, tendo em vista que não há previsão de outorga de opção de compra de ações pela Companhia aos seus administradores em relação ao exercício social corrente.

Remuneração baseada em ações exercício social encerrado em 31/12/2022Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações – Plano ILP:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,31	2,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00
Data de outorga	-	2ª Programa – 01/02/22
Quantidade de opções outorgadas	-	2º Programa – 32.100
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	01/02/2025
Prazo máximo para exercício das opções	-	2º Programa – 01/02/25
Prazo de restrição à transferência das ações	-	2º Programa Até 01/02/25
Valor justo das opções na data de cada outorga	N/A	2º Programa – 795.892
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	2º Programa – 25,29

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado - Plano Phantom Units

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,31	2,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00
Data de outorga	-	19/10/2022
Quantidade de opções outorgadas	-	539.490
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	01/06/2025 01/06/2026 01/06/2027 01/06/2028

Prazo máximo para exercício das opções	-	1ª Programa – 01/06/2028 2º Programa 01/06/2027
Prazo de restrição à transferência das ações	-	1ª Programa –até 01/06/2029 2º Programa 01/06/2027
Valor justo das opções na data de cada outorga	N/A	R\$12.192.475,36
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	22,60

Remuneração baseada em ações exercício social encerrado em 31/12/2021Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações – Plano ILP:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6,00	2,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00
Data de outorga	-	1ª Programa – 01/02/21
Quantidade de opções outorgadas	-	1ª Programa – 16.139
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	01/02/2024
Prazo máximo para exercício das opções	-	1ª Programa – 01/02/24
Prazo de restrição à transferência das ações	-	Até 01/02/24
Valor justo das opções na data de cada outorga	N/A	1ª Programa – 502.832
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	1º Programa – 32,75

Plano de Opção:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6,00	2,00
Nº de membros remunerados	0,00	1,00
Data de outorga	N/A	1ª outorga – 30/12/14 2ª outorga – 28/09/16
Quantidade de opções outorgadas	N/A	1ª outorga – 36.937 2ª outorga – 40.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	20% das opções outorgadas a cada ano
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	1ª outorga – 30/12/24 2ª outorga – 28/09/26
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	Conforme item 8.4 (i) deste Formulário de Referência
Valor justo das opções na data de cada outorga	-	1ª outorga – 457.501,68 2ª outorga – 658.160,00

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	0,14241%

Remuneração baseada em ações exercício social encerrado em 31/12/2020Plano de Opção:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6,00	2,00
Nº de membros remunerados	0,00	1,00
Data de outorga	-	1ª outorga – 30/12/14 2ª outorga – 28/09/16
Quantidade de opções outorgadas	-	1ª outorga – 36.937 2ª outorga – 40.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	20% das opções outorgadas a cada ano
Prazo máximo para exercício das opções	-	1ª outorga – 30/12/24 2ª outorga – 28/09/26
Prazo de restrição à transferência das ações	-	Conforme item 8.4 (i) deste Formulário de Referência
Valor justo das opções na data de cada outorga	-	1ª outorga – 457.501,68 2ª outorga – 658.160,00
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	0,14241%

8.6 – Outorga de opções de compra de ações

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais e não há previsão em relação ao exercício social corrente

8.7 - Opção em abertoPlano de Opção:

Exercício social encerrado em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6,00	2,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00
Em relação às opções ainda não exercíveis		
Quantidade	N/A	1ª outorga – N.A. 2ª outorga - 8.000
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	1ª outorga N.A. 2ª outorga 100% em set/21
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	1ª outorga – dez/24 2ª outorga – set/26
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	Conforme item 8.4 (i) deste Formulário de Referência
Preço médio ponderado de exercício	N/A	55,09
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	1ª outorga – N.A. 2ª outorga – 157.280,00
Em relação às opções exercíveis		
Quantidade	N/A	1ª outorga - 36.937 2ª outorga - 32.000
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	1ª outorga – dez/24 2ª outorga – set/26
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	Conforme item 8.4 (i) deste Formulário de Referência
Preço médio ponderado de exercício	N/A	50,24
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	1ª outorga – 457.506,71 2ª outorga – 500.880,00
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	1.115.666,71

8.8 - Opções exercidas e ações entregues

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi exercida pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

8.9 - Remuneração baseada em ações, a serem entregues aos beneficiários

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores nos últimos três exercícios sociais e não há previsão em relação ao exercício social corrente.

8.10 - Outorga de ações

Não aplicável, tendo em vista que não houve entrega de ações de emissão da Companhia para administradores nos últimos três exercícios sociais e não há previsão em relação ao exercício social corrente.

8.11 - Ações entregues

Não aplicável, tendo em vista que não houve entrega de ações de emissão da Companhia para administradores nos últimos três exercícios sociais.

8.12 - Precificação das ações/opções**(a) modelo de precificação**Plano de Opção:

O valor justo atribuído às Opções outorgadas foi determinado com base no modelo de precificação Black-Scholes-Merton, modelo este que leva em consideração o valor do ativo objeto, o preço de exercício, o tempo a decorrer até o exercício das opções, a probabilidade da opção ser exercida, a volatilidade histórica, a taxa de dividendos e a taxa de juros livre de risco.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações:

O modelo de precificação utilizado para cálculo foi o valor justo do ativo outorgado (*fair value*), ganho esperado com o plano e método “ad hoc”.

Plano de Incentivo de Longo Prazo – Plano Phantom Units:

O modelo de precificação a ser adotado quando do pagamento do valor correspondente às Phantom Units levará em consideração o maior entre (i) o valor da cotação por ação de emissão da Companhia na B3 no último dia útil do Período de Vesting; ou (ii) o valor resultante da fórmula descrita no item 8.4(h).

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

As tabelas abaixo apresentam os dados e premissas utilizadas nos modelos de precificação do Plano de Opção:

1ª outorga – dezembro/2014

Encerramento do período de carência (vesting)	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019
Preço da ação na data da outorga	30,61	30,61	30,61	30,61	30,61
Preço estimado de exercício (<i>strike</i>)	33,45	35,41	37,46	39,35	41,38
Tempo de vida esperado (em anos)	3,0	4,0	5,0	6,0	7,0
Volatilidade esperada	26,20%	26,20%	26,20%	26,20%	26,20%
Taxa de juros livre de risco	12,80%	12,60%	12,40%	12,30%	12,20%

2ª outorga – setembro/2016

Encerramento do período de carência (vesting)	28/09/2017	28/09/2018	28/09/2019	28/09/2020	28/09/2021
Preço da ação na data da outorga	39,00	39,00	39,00	39,00	39,00
Preço estimado de exercício (<i>strike</i>)	41,57	43,91	46,40	49,07	51,91
Tempo de vida esperado (em anos)	3,0	4,0	5,0	6,0	7,0

Volatilidade esperada	30,40%	30,40%	30,40%	30,40%	30,40%
Taxa de juros livre de risco	11,60%	11,60%	11,70%	11,70%	11,80%

Nas duas outorgas realizadas para membros da diretoria estatutária, a taxa de dividendos esperada era de aproximadamente 1,2% ao ano. No entanto, as Opções têm dividendos protegidos, uma vez que o preço de exercício decresce de acordo com os dividendos distribuídos ao longo do tempo. Dessa forma, a taxa de dividendos utilizada no modelo de precificação foi de 0,0%.

A tabela abaixo apresenta os dados e premissas utilizadas nos modelos de precificação do Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações – Plano ILP:

1ª Programa – 01/02/2021

Encerramento do período de carência (vesting)	01/02/2024
Preço da ação na data da outorga	32,75
Preço estimado de exercício (strike)	54,14
Tempo de vida esperado (em anos)	3,0
Volatilidade esperada	45,24%
Taxa de juros livre de risco	5,655%

Informação ajustada conforme laudo do preço justo da outorga.

2ª Programa – 01/02/2022

Encerramento do período de carência (vesting)	01/02/2025
Preço da ação na data da outorga	25,29
Preço estimado de exercício (strike)	36,09
Tempo de vida esperado (em anos)	3,0
Volatilidade esperada	42,20%
Taxa de Juros livre de risco	11,10%

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Plano de Opção:

Para levar em consideração a estimativa de exercício antecipado, foi utilizado o *Simplified Method*, uma vez que as Opções se encontram praticamente *at-the-money* nas datas de outorga. O *Simplified Method* considera a média entre (i) o momento que as Opções adquirem o direito de aquisição e (ii) o prazo máximo para o seu exercício.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações – Plano ILP:

Não aplicável, uma vez que não há exercício antecipado no Plano ILP.

Plano de Incentivo de Longo Prazo – Plano Phantom Units:

Não aplicável, uma vez que o Plano Phantom Units não contempla a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia, nem prevê o exercício pelos Beneficiários de seus Phantom Units.

(d) forma de determinação da volatilidade esperadaPlano de Opção:

A volatilidade foi calculada através do retorno dos preços das ações da Ourofino, utilizando como base três anos (quando possível) e de empresas comparáveis, utilizando como base cinco anos, retroativos para a data de outorga. O valor da volatilidade utilizada foi de 26,2% e 30,4%, para a 1ª e 2ª outorga, respectivamente.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações – Plano ILP:

No cálculo da volatilidade foi considerado o histórico da cotação das ações de emissão da Companhia na B3.

Plano de Incentivo de Longo Prazo – Plano Phantom Units:

No cálculo da volatilidade será considerado o histórico da cotação das ações de emissão da Companhia na B3 e as variações do EBITDA_{médio} da Companhia, conforme definido no item 13.4(h).

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justoPlano de Opção:

Todas as características do Plano de Opções da Companhia foram mencionadas nos itens anteriores.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações – Plano ILP:

Não aplicável, tendo em vista que o Plano ILP não contempla a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia.

Plano de Incentivo de Longo Prazo – Plano Phantom Units:

Não aplicável, tendo em vista que o Plano Phantom Units não contempla a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia.

8.13 - Participações detidas por órgão

A tabela abaixo indica o número de ações ou cotas, detidas, direta ou indiretamente, no Brasil ou no exterior, pelos administradores da Companhia, agrupados por órgão, em 31 de dezembro de 2022.

Sociedade	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Companhia	56,29%	0,00%	0,00%	56,29%
Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	0,01%	0,00%	0,00%	0,01%
Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	0,01%	0,00%	0,00%	0,01%
Ouro Fino Pet Ltda.	0,01%	0,00%	0,00%	0,01%
Ouro Fino de México, S.A. de C.V.	0,36%	0,00%	0,00%	0,36%

8.14 - Planos de previdência

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6,00	2,00
Nº de membros remunerados	N/A	1,00
Nome de plano	N/A	Itaú Vida e Previdência S.A. e Brasil Prev Seguros e Previdência
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	0
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	Para benefício/capital segurado antecipado, é necessário ter: (i) no mínimo 55 anos de idade; (ii) no mínimo 5 anos de tempo de participação no programa de previdência; e (iii) ter rompido o vínculo com a instituidora.
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	125.224,66
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	67.050,22
Possibilidade e condições para resgate antecipado	N/A	Durante o período de diferimento, após sessenta dias a contar da data do protocolo da proposta de inscrição.

8.15 - Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº total de membros	2,00	2,00	1,00	5,25	6,00	5,58	3,00	3,00	2,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	1,00	5,25	5,42	5,00	3,00	3,00	2,00
Valor da maior remuneração (Reais)	1.341.004,36	1.205.406,50	1.034.923,26	287.862,00	251.448,00	421.908,00	136.072,92	112.291,68	108.031,28
Valor da menor remuneração (Reais)	100.259,96	97.553,50	0,00	287.862,00	251.448,00	241.908,00	136.072,92	112.291,68	108.031,28
Valor médio da remuneração (Reais)	720.632,16	651.480,00	1.034.923,26	287.862,00	251.448,00	283.908,00	136.072,92	112.291,68	108.031,28

Diretoria Estatutária	
31/12/2022	O número de membros da Diretoria Estatutária da Companhia corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM/SEP.
31/12/2021	O número de membros da Diretoria Estatutária da Companhia corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM/SEP.
31/12/2020	O número de membros da Diretoria Estatutária da Companhia corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM/SEP.

Conselho de Administração	
31/12/2022	O número de membros do Conselho de Administração da Companhia corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM/SEP.
31/12/2021	O número de membros do Conselho de Administração da Companhia corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM/SEP.
31/12/2020	O número de membros do Conselho de Administração da Companhia corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM/SEP.
Conselho Fiscal	
31/12/2022	O número de membros do Conselho Fiscal da Companhia corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM/SEP.
31/12/2021	O número de membros do Conselho Fiscal da Companhia corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM/SEP.
31/12/2020	O número de membros do Conselho Fiscal da Companhia corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM/SEP.

8.16 - Mecanismos de remuneração/indenização

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 - Percentual partes relacionadas na remuneração

A tabela abaixo apresenta o percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente:

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Previsão para exercício social corrente a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023	8,00%	0%	0%
Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022	9,31%	0%	0%
Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021	15,54%	0%	0%
Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020	15,33%	8,11%	0%

8.18 - Remuneração - Outras funções

Não aplicável, uma vez que não foram reconhecidos valores no resultado da Companhia como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam nos três últimos exercícios sociais e não se prevê para o exercício social corrente.

8.19 - Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Não aplicável, visto que nenhuma remuneração de administradores ou membros do conselho fiscal da Companhia é reconhecida no resultado dos controladores, diretos ou indiretos, das sociedades sob controle comum e das controladas da Companhia nos três últimos exercícios sociais e não se prevê para o exercício social corrente.

8.20 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 8.

9.1 / 9.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui Auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ	49.928.567/0001.11
Data de contratação dos serviços	21/02/2019
Data de início da prestação de serviços	01/01/2019
Descrição dos serviços contratados	Os auditores independentes prestaram/prestarão os seguintes serviços para a Companhia (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos/a findar-se em 31 de dezembro de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023; (ii) revisão limitada das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia referentes aos períodos findos/a findar-se em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023 e (iii) emissão de carta de conforto referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, em conexão com processo específico de negociação de títulos da Companhia no primeiro semestre de 2020, nos mercados brasileiro, norte-americano e internacional (por opção da Companhia essa operação não foi concluída).
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total da remuneração paga aos auditores independentes referente à auditoria das demonstrações financeiras e revisão limitada das informações financeiras intermediárias do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 626.487,29.
Justificativa da substituição	Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviços	CPF	Endereço
---------------------------------	---	------------	-----------------

Renato Foganholi Asam

A partir de 21/02/2019

226.526.228-54

Av. Dr. Chucri Zaidan, 1240 - 12º and – Ed. Morumbi Golden Tower (Torre A),unid
1203 Vila São Francisco – CEP 04711-130 – Telefone: +55 (11) 5186 1000 – e-
mail: renatoasam@deloitte.com

9.3 – Independência e conflito de interesses dos Auditores

Não aplicável, tendo em vista que no último exercício social a Companhia não contratou os seus auditores independentes ou pessoas a eles ligadas para a prestação de outros serviços além da auditoria.

9.4 – Outras Informações relevantes

Não existem mais informações relevantes referentes a esta seção 9.

10.1 - Descrição dos recursos humanos

A Companhia apresenta abaixo o número consolidado de empregados para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

Quantidade de empregados por declaração de gênero					
	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Empregados em posição de não liderança	383	627	0	0	0
Empregados em posição de liderança	56	93	0	0	0
Total	439	720	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor e raça							
	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Empregados em posição de não liderança	2	769	72	76	0	0	91
Empregados em posição de liderança	0	135	3	6	0	0	5
Total	2	904	75	82	0	0	96

Quantidade de empregados por posição e faixa etária			
	Abaixo dos 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Empregados em posição de não liderança	192	742	76
Empregados em posição de liderança	0	135	14
Total	192	877	90

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica						
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Empregados em posição de não liderança	19	16	26	833	40	76
Empregados em posição de liderança	3	3	6	126	8	3
Total	22	19	32	959	48	79

Quantidade de empregados por localização geográfica e gênero					
	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não Responder
Norte	6	16			
Nordeste	9	10			
Centro-Oeste	11	21			

Sudeste	369	590			
Sul	20	28			
Exterior	24	55			
TOTAL	439	720			

Quantidade de empregados por localização geográfica e cor ou raça							
	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte		16	1	3			2
Nordeste		15	1	2			1
Centro-Oeste		31		1			
Sudeste	2	797	73	75			12
Sul		45		1			2
Exterior							79
TOTAL	2	905	75	82			96

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária			
	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	6	16	
Nordeste	4	15	
Centro-Oeste	10	21	1
Sudeste	157	725	77
Sul	5	38	5
Exterior	10	62	7
TOTAL	192	877	90

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Companhia apresenta abaixo o número consolidado de terceirizados:

(Por cargo)	31/12/2022
Sudeste	
Limpeza	38
Manutenção	49
Segurança	18
Transporte	22
Alimentação	17
Subtotal	144
Total	144

(c) Índice de rotatividade

O índice de rotatividade da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de 1,17%.

Ouro Fino Saúde Animal		
Índice de Rotatividade		
31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022
1,03%	0,95%	1,30%
Ouro Fino Pet		
Índice de Rotatividade		
31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022
1,47%	1,11%	-
Ouro Fino Agronegócio		
Índice de Rotatividade		
31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022
1,45%	1,49%	1,73%
Ouro Fino México		
Índice de Rotatividade		
31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022
4,22%	2,20%	1,04%
Ouro Fino Colombia		
Índice de Rotatividade		
31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022
2,37%	1,03%	0,64%
Regenera		
Índice de Rotatividade		
31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022
-	-	0,00%

10.2 - Alterações relevantes

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 deste Formulário de Referência.

10.3 - Políticas e práticas de remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

A Companhia possui uma política de remuneração que compreende práticas salariais e de remuneração variável dos seus empregados.

A política de remuneração salarial possui como princípios, objetivos e diretrizes principais: (i) a aplicação de critérios uniformes e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das diferentes estruturas funcionais da empresa; (ii) proporcionar uma remuneração competitiva; (iii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam o reconhecimento e a valorização da performance individual ou de grupos multifuncionais; (iv) proporcionar uma remuneração que assegure a manutenção do poder aquisitivo dos empregados; (v) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho; e (vi) regulamentar critérios e estabelecer controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da empresa, como por exemplo: (a) formar uma estrutura de funções adequada à realidade da Companhia, onde cada cargo tenha seu valor agregado claramente definido, subsidiando os gestores na alocação de pessoas; (b) estabelecer carreiras de cargos que estimulem e proporcionem o crescimento profissional dos empregados; (c) manter e otimizar a capacidade da empresa em obter, manter e desenvolver empregados, estimulando continuamente a motivação e incentivando o desempenho para a qualidade, para a produtividade e para o comprometimento com objetivos e resultados; (d) favorecer a administração e o controle compartilhado das políticas de Recursos Humanos, através do corpo diretivo com o suporte consultivo da área de Recursos Humanos da Companhia; (e) dispor de instrumentos seguros para o controle de sintonia da linha de competitividade salarial e de benefícios da empresa em relação ao seu mercado; e (f) definir critérios que ampliem e flexibilizem alternativas de crescimento dos empregados na empresa estruturando meios adequados à sua movimentação horizontal e vertical, compatibilizando, racionalizando e dirigindo adequadamente os investimentos necessários.

Para consecução dos objetivos acima, a Companhia conta com uma estrutura profissional própria. Conta, ainda, com o suporte de consultoria externa independente. Periodicamente e através de consultoria externa independente, são realizadas pesquisas de mercado junto a representativas empresas que espelham o painel competitivo, selecionadas em função da similaridade de atividade econômica, tecnologia de produtos e serviços, patrimônio líquido, localização geográfica, número de empregados entre outros aspectos de natureza técnica. Esse procedimento permite manter o controle de sintonia permanente do poder competitivo das estruturas salariais, bem como contribui para diagnosticar e corrigir possível vulnerabilidade.

A Companhia utiliza diversas regras para a movimentação dos seus empregados e consecução de sua política de remuneração salarial, dentre as quais destacamos: (i) alteração de cargos e salários, seja de forma individual, baseado no mérito pelo desempenho, ou de forma coletiva, decorrentes de reajustes salariais, de alterações na lei ou dos acordos coletivos celebrados com os sindicatos de representação; (ii) transferência interna de seus empregados, incentivando a renovação das forças de trabalho, fator que apresenta-se como fator altamente motivacional; e (iii) reposicionamento e reavaliação dos cargos, decorrentes de alteração de deveres, responsabilidades e funções dos empregados.

A política de remuneração variável possui um programa interno considerado como incentivo de curto prazo (ICP), que compõe a remuneração total dos empregados, como forma de remunerar o desempenho dos profissionais pelo alcance de resultados e metas pré-acordadas entre gestores e seus colaboradores. As metas do programa deverão ser específicas, mensuráveis, factíveis e

expressar o impacto final esperado pela organização do esforço empreendido pelo profissional. São elegíveis todos os empregados das empresas do Grupo Ouro Fino.

(b) política de benefícios

A Companhia possui benefícios concedidos a seus colaboradores, sendo alguns extensivos às suas famílias. Dentre os diversos benefícios, destacamos: (i) refeição; (ii) cesta básica; (iii) cartão horta, relacionada ao Projeto Nossa Horta; (iv) assistência médica; (v) assistência odontológica; (vi) convênio com farmácia; (vii) auxílio creche; (viii) centro de esporte e lazer (Gympass e Convênio Sesi); (ix) seguro de vida; (x) plano de previdência privada; (xi) subsídio educacional e idiomas; e (xii) auxílio transporte.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores

Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações:

A Companhia aprovou seu plano de outorga de opção de compra de ações (“**Plano de Opção da Companhia**”) em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2014. O plano é administrado pelo Conselho de Administração, que tem amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano, incluindo: (a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de opções de compra de ações da Companhia, nos termos do Plano (“**Opções**”), e a solução de dúvidas de interpretação do Plano; (b) o estabelecimento de metas relacionadas ao desempenho dos administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle (“**Pessoas Elegíveis**”), de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos beneficiários de outorgas de Opções, os quais podem ser administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle (“**Beneficiários**”); (c) a eleição dos Beneficiários e a autorização para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente; (d) a emissão de novas ações da Companhia dentro do limite do capital autorizado ou a autorização para alienação de ações em tesouraria para satisfazer o exercício de Opções outorgadas nos termos do Plano; e (e) a aprovação dos contratos de outorga de opção de compra de ações a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários, observadas as determinações do Plano.

As características do Plano de Opção da Companhia encontram-se descritas no item 8.4 deste Formulário de Referência.

Plano de Remuneração Baseado em Ações:

Em 29 de janeiro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou a criação de um plano de remuneração baseado em ações da Companhia, que será administrado pelo Conselho de Administração com a assessoria previa do Comitê e obedecidas as condições gerais do Plano e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral da Companhia.

O Plano se insere na prática de remuneração variável, sendo elegíveis diretores estatutários e não estatutários e constituem instrumentos incentivadores de alta performance e do comprometimento com objetivos empresariais.

As características do Plano de Remuneração Baseado em Ações encontram-se descritas no item 8.4 deste Formulário de Referência.

Plano de Remuneração Baseado em Ações Phantom Units:

Em 23 de setembro de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou a criação de um plano de remuneração baseado em ações da Companhia, que será administrado pelo Conselho de Administração com a assessoria previa do Comitê de Recursos Humanos e obedecidas as condições gerais do Plano e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral da Companhia.

O Plano se insere na prática de remuneração variável, sendo elegíveis diretores estatutários e não estatutários e constituem instrumentos incentivadores de alta performance e do comprometimento com objetivos empresariais.

As características do Plano de Remuneração Baseado em Ações Phantom Units encontram-se descritas no item 8.4 deste Formulário de Referência.

(i) grupos de beneficiários

Para informações sobre o Plano de Opção da Companhia, o Plano de Remuneração Baseado em Ações e o Plano de Remuneração Baseado em Ações Phantom Units, ver item 8.4 deste Formulário de Referência.

(ii) condições para o exercício

Para informações sobre o Plano de Opção da Companhia, o Plano de Remuneração Baseado em Ações e o Plano de Remuneração Baseado em Ações Phantom Units, ver item 8.4 deste Formulário de Referência.

(iii) preços de exercício

Para informações sobre o Plano de Opção da Companhia, o Plano de Remuneração Baseado em Ações e o Plano de Remuneração Baseado em Ações Phantom Units, ver item 8.4 deste Formulário de Referência.

(iv) prazos de exercício

Para informações sobre o Plano de Opção da Companhia, o Plano de Remuneração Baseado em Ações e o Plano de Remuneração Baseado em Ações Phantom Units, ver item 8.4 deste Formulário de Referência.

(v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Para informações sobre o Plano de Opção da Companhia, o Plano de Remuneração Baseado em Ações e o Plano de Remuneração Baseado em Ações Phantom Units, ver item 8.4 deste Formulário de Referência.

(d) razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado da

Companhia no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados da Companhia no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social.

A razão é de 2.847%.

10.4 - Relações entre emissor e sindicatos

A atuação da Companhia junto às entidades sindicais, representativas de seus colaboradores pautar-se-á pelas condutas das empresas da Companhia, que sempre mantiveram uma postura de respeito à organização sindical, à liberdade de associação e ao direito à negociação coletiva, primando pelo diálogo e pela busca de soluções negociadas. Neste sentido, a Companhia não possui histórico negativo no relacionamento com as entidades sindicais, representativas de seus colaboradores, sendo que desde a constituição da Companhia, não houve paralisações ou greves registradas.

10.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 10.

11.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

As operações da Companhia com partes relacionadas são sempre realizadas observando preço e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício ou prejuízo para a Companhia ou para quaisquer outras partes.

A Lei das Sociedades por Ações proíbe conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida por meio de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

A prática recomendada pela Companhia para possíveis conflitos de interesse é baseada no princípio de que o colaborador deverá tomar decisões e agir sempre de maneira idônea, sem se deixar influenciar por questões particulares, de familiares ou de amigos que possam afetar seu julgamento em relação à atividade na qual ele esteja envolvido, ou seja, deve-se recusar a promover qualquer forma de favorecimento ou a agir contra os interesses da Companhia.

Política de Transações com Partes Relacionadas

Em atenção às melhores práticas de governança corporativa, e em aderência às especificidades de seu modelo de negócio, a Companhia possui uma Política de Transações com Partes Relacionadas, a qual foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2014, e tem por objetivo dar transparência aos acionistas da Companhia, investidores e ao mercado em geral, definindo de forma objetiva conceitos sobre partes relacionadas e transações com partes relacionadas, além de estabelecer exigências mínimas de divulgação de informações sobre essas transações.

A Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia pode ser acessado nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: na cidade de Cravinhos, no Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, SP 330, KM 298, bloco C, 2º andar, Setor Ouro Fino Saúde Animal Participações, Distrito Industrial, CEP 014140-000; e (ii) internet: *site* da Companhia (ri.ourofino.com); site da CVM (gov.br/cvm); e site da B3 (www.b3.com.br).

11.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Ouro Fino Química Ltda.	Contrato assinado em 30/06/2014, data das informações: 31/12/2022	R\$1.753.887,70	R\$156.168,99	R\$1.753.887,70	N/A	Não	0,000000
Relação com o emissor	Ouro Fino Química Ltda. é uma sociedade sob controle comum com a Companhia.						
Objeto do contrato	O contrato de compartilhamento de despesas foi celebrado entre a Ouro Fino Saúde Animal Ltda., controlada da Companhia, com a parte relacionada Ouro Fino Química Ltda. ("Compartilhadora"), com anuência da Companhia e de suas outras controladas (Ouro Fino Agronegócio Ltda. e Ouro Fino Pet Ltda.). Em termos gerais, o contrato visa aumentar a eficiência administrativa das partes, concentrando serviços administrativos e de apoio, que também beneficiam as Compartilhadoras, na empresa Ouro Fino Saúde Animal Ltda., assim, o contrato tem por objeto estabelecer as regras e condições para o compartilhamento e reembolso proporcional pelas Compartilhadoras à Ouro Fino Saúde Animal Ltda. em relação às despesas incorridas em benefício das Compartilhadoras. Os principais serviços compartilhados em 2022 são relativos à tecnologia da informação e SAC. O contrato prevê que o compartilhamento será realizado com base de custos incorridos, sem remuneração adicional, considerando-se o tempo e a complexidade das atividades compartilhadas, por meio de notas de débito acompanhadas de descritivos das despesas, a serem reembolsadas no prazo de 30 dias corridos contados a partir do recebimento das notas de débito. O contrato prevê todos os critérios a serem utilizados para compartilhamento.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	O contrato tem prazo indeterminado, podendo ser rescindido por qualquer das partes mediante o envio de notificação escrita à outra parte com 120 dias de antecedência.						
Posição contratual da emissora	Credor		Especificar				
Natureza e razão para a operação / Outras informações relevantes	Saldo a receber decorrente a rateio de despesas de Centro de Serviços Compartilhados. O valor apresentado no campo "montante envolvido" e "montante" refere-se ao total das operações do ano de 2022.						
Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	Nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, é vedada, também, a participação de administradores e funcionários em negócios de natureza particular ou pessoal que interfiram ou conflitem com os interesses da Companhia ou que resultem da utilização de informações confidenciais obtidas em razão do exercício do cargo ou função que ocupem na Companhia.						

Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado A referida transação foi celebrada, previamente à obtenção pela Companhia de seu registro de companhia aberta perante a CVM, no melhor interesse da Companhia, de modo a viabilizar a implementação da reorganização societária do grupo da Companhia em preparação para a realização de sua oferta pública inicial de distribuição de ações de sua emissão.

[illegible]

Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	A referida transação foi celebrada, previamente à obtenção pela Companhia de seu registro de companhia aberta parente a CVM, no melhor interesse da Companhia, de modo a viabilizar a implementação da reorganização societária do grupo da Companhia em preparação para a realização de sua oferta pública inicial de distribuição de ações de sua emissão.
--	--

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou de outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Ouro Fino Química Ltda.	Contrato assinado em 30/06/2014, data das informações: 31/12/2022	R\$770.139,98	R\$315.481,59	R\$770.139,98	Indeterminado	Não	0,000000
Relação com o emissor	Ouro Fino Química Ltda. é sociedade com controladores em comum com a Companhia.						
Objeto do contrato	O contrato de compartilhamento de despesas é celebrado entre a Ouro Fino Saúde Animal Ltda., controlada da companhia, com a parte relacionada Ouro Fino Química Ltda. (“Compartilhadora”), com anuência da companhia e de suas outras controladas (Ouro Fino Agronegócio Ltda. e Ouro Fino Pet Ltda.). Em termos gerais, o contrato visa aumentar a eficiência administrativa das partes, concentrando serviços administrativos e de apoio, que também beneficiam as Compartilhadoras, na empresa Ouro Fino Saúde Animal Ltda., assim, o contrato tem por objeto estabelecer as regras e condições para o compartilhamento e reembolso proporcional pelas Compartilhadoras à Ouro Fino Saúde Animal Ltda. em relação às despesas incorridas em benefício das Compartilhadoras. Os principais serviços compartilhados em 2022 são relativos à área de suprimentos internacionais, para apoio relacionado a importações de produto técnico da China e a área de recursos humanos. O contrato prevê que o compartilhamento será realizado em base de custos incorridos, sem remuneração adicional, considerando-se o tempo e a complexidade das atividades compartilhadas, por meio de notas de débito acompanhadas de descritivos das despesas, a serem reembolsadas no prazo de 30 dias corridos contados a partir do recebimento das notas de débito.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	O contrato tem prazo indeterminado, podendo ser rescindido por qualquer das partes mediante o envio de notificação escrita à outra parte com 120 dias de antecedência.						
Posição contratual da emissora	Devedor		Especificar		-		
Natureza e razão para a operação / Outras informações relevantes	Saldo a pagar decorrente a rateio de despesas de Centro de Serviços Compartilhados. O valor apresentado nos campos “montante envolvido” e “montante” referem-se ao total das operações do ano de 2022.						
Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	Nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, é vedada, também, a participação de administradores e funcionários em negócios de natureza particular ou pessoal que interfiram ou conflitem com os interesses da Companhia ou que resultem da utilização de informações confidenciais obtidas em razão do exercício do cargo ou função que ocupem na Companhia.						

Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	A referida transação foi celebrada, previamente à obtenção pela Companhia de seu registro de companhia aberta parente a CVM, no melhor interesse da Companhia, de modo a viabilizar a implementação da reorganização societária do grupo da Companhia em preparação para a realização de sua oferta pública inicial de distribuição de ações de sua emissão.
--	--

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Condomínio Rural Ouro Fino	Data do contrato: 01/01/2014, data das informações: 31/12/2022	R\$3.373.423,60	R\$35.968,76	R\$3.373.423,60	N/A	Não	0,000000
Relação com o emissor	Condomínio Rural Ouro Fino é sociedade com controladores em comum com a Companhia.						
Objeto do contrato	Serviços de manutenção, administração, limpeza, segurança, telecomunicações e arrendamento realizado na Fazenda Guatapará, realizados pela parte relacionada Condomínio Rural Ouro Fino.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Posição contratual da emissora	Devedor		Especificar		-		
Natureza e razão para a operação / Outras informações relevantes	“Saldo existente” refere-se a saldo de adiantamento em aberto com a parte relacionada Condomínio Rural Ouro Fino, decorrente de rateio de despesas condominiais. O valor apresentado no campo “montante envolvido” e “montante” refere-se ao total das operações do ano de 2022.						
Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	Nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, é vedada, também, a participação de administradores e funcionários em negócios de natureza particular ou pessoal que interfiram ou conflitem com os interesses da Companhia ou que resultem da utilização de informações confidenciais obtidas em razão do exercício do cargo ou função que ocupem na Companhia.						

Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	A referida transação foi celebrada, previamente à obtenção pela Companhia de seu registro de companhia aberta parente a CVM, no melhor interesse da Companhia, de modo a viabilizar a implementação da reorganização societária do grupo da Companhia em preparação para a realização de sua oferta pública inicial de distribuição de ações de sua emissão.
--	--

[illegible]

[illegible]

11.3 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 11.

12.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
14.04.2023	599.823.731,62	n/a	53.949.006	0	53.949.006
Tipo de capital	Capital Subscrito				
14.04.2023	599.823.731,62	n/a	53.949.006	0	53.949.006
Tipo de capital	Capital Integralizado				
14.04.2023	599.823.731,62	n/a	53.949.006	0	53.949.006
Tipo de capital	Capital Autorizado				
14.04.2023	650.000.000,00	n/a	0	0	0

Quantidade/valor em R\$	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Capital Autorizado remanescente			
50.176.268,38	-	-	-

12.2 - Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é emissor estrangeiro.

12.3 - Valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía outros valores mobiliários emitidos que não suas ações.

12.4 – Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía outros valores mobiliários emitidos que não suas ações.

12.5 - Mercados de negociação no Brasil

As ações ordinárias de emissão da Companhia são admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3 sob o código OFSA3.

12.6 - Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para não preenchimento do quadro:

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários emitidos no exterior.

12.8 - Destinação de recursos de ofertas públicas

Não aplicável, tendo em vista que, nos últimos três exercícios sociais, a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

12.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes em relação a esta seção 12.

13.0 - Identificação dos responsáveis**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário****Kleber Cesar Silveira Gomes****Cargo do responsável**

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**Marcelo da Silva****Cargo do responsável**

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

13.1 - Declaração do Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário **Kleber Cesar Silveira Gomes**

Cargo do responsável Diretor Presidente

O Diretor Presidente acima qualificado declara que:

- a. reviu o formulário de referência.
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20.
- c. as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

Kleber Cesar Silveira Gomes

13.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Marcelo da Silva

Cargo do responsável

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

O Diretor de Relações com Investidores acima qualificado declara que:

- a. reviu o formulário de referência.
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20.
- c. as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

Marcelo da Silva

13.3 - Declaração do Diretor Presidente / Relações com Investidores

Não aplicável, tendo em vista que os atuais Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Companhia já prestaram suas declarações individuais nos itens 13.1 e 13.2 deste Formulário de Referência.